

(Orgs.)
Yonissa Marmitt Wadi
Ivone Pereira

Mulheres nas tramas da história

PERFORMANCES E DISCURSIVIDADES

 Desalinho

 CAPES

Mulheres nas tramas da história

Coleção Tempos Históricos n. 29

Direção Científica

Profa. Dra. Ângela Meirelles
de Oliveira

Enrique Serra Padrós
(UFRGS/RS) – *in memoriam*

Marcelo Badaró Mattos
(UFF/RJ)

Ernesto Bohoslavsky
(UNGS/AR)

Mário José Maestri Filho
(UPF/RS)

Conselho Científico

Adrián Carbonetti
(UNC-CONICET/AR)

Eurelino Coelho
(UEFS/BA)

Marta de Almeida
(UNIRIO/MAST)

Adriana Facina
(Museu Nacional/UFRJ)

Fábio Nigra
(UBA/AR)

Oswaldo Coggiola
(USP/SP)

Alessandro Portelli
(Univ. La Sapienza di Roma/IT)

Gilmar Arruda
(UEL/PR)

Paulo Pinheiro Machado
(UFSC/SC)

Alexander Freund
(Univ. of Winnipeg/CA)

Gustavo Guevara
(UBA-UNR/AR)

Paulo Roberto de Almeida
(UFU/RJ)

Ana Lúcia Nötzold
(UFSC/SC)

Heloisa de Faria Cruz
(PUC/SP)

Paulo Zarth
(UNIJUI/RJ)

Arno Alvarez Kern
(PUC/RS)

Irma Antognazzi
(UNR/AR)

Pedro Paulo Abreu Funari
(UNICAMP/SP)

Astor Antônio Diehl
(UPF/RS)

Jaime de Almeida
(UnB/DF)

Pere Ysàs Solanes (UAB/ES)
Raquel Varela
(UNL/PT)

Beatriz Olinto
(UNICENTRO/PR)

João Klug
(UFSC/SC)

Sidnei José Munhoz
(UEM/PR)

Carlos Zacarias de Senna
Junior
(UFBA/BA)

Jorge Luiz Ferreira
(UFF/RJ)

Sílvia Zanirato
(USP/SP)

Célia Rocha Calvo
(UFU/MG)

José Rivair Macedo
(UFRGS/RS)

Stefan Rinke
(Freie Universität/DE)

Chiara Vangelista
(Univ. di Genova/IT)

Jozimar Paes de Almeida
(UEL/PR)

Virgínia Fontes
(FIOCRUZ/RJ)

Cláudio Pereira Elmir
(Unisinos/RS) – *in memoriam*

Julián Casanova Ruiz
(UNIZAR/ES)

Lincoln Ferreira Secco
(USP/SP)

Cristina Scheibe Wolff
(UFSC/SC)

Luis Fernando Cerri
(UEPG/PR)

Darío Néstor Sánchez
Vendramini
(CONICET/AR)

Manuel Loff
(UP/PT)

(Orgs.)
Yonissa Marmitt Wadi
Ivonete Pereira

Mulheres nas tramas da história

PERFORMANCES E DISCURSIVIDADES

Copyright © 2023 Yonissa Marmitt Wadi, Ivonete Pereira e Desalinho.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1900, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto Gráfico

Pablo Rodrigues

Revisão

Annelise Paz

Imagem de capa

Artesanato brasileiro©

Financiamento para esta publicação



Conselho editorial

Ary Pimentel (Letras, UFRJ) / Diogo de Hollanda (Comunicação, PUC-SP) / Heloísa Buarque de Hollanda (Comunicação, UFRJ) / Izabela Bocayuva (Filosofia, UERJ) / Karina Kuschnir (Antropologia, UFRJ) / Luciana dos Santos Salles (Letras, UFRJ) / Nathanael Araújo (Antropologia, Unicamp) / Rafael de Arruda Sobra (Letras, UFCG) / Regina Dalcastagnè (Letras, UnB) / Rodrigo Perez de Oliveira (História, UFBA) / Tatiana Massuno (Filosofia, PUC-RJ).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres nas tramas da história : performances e discursividades / organização Yonissa Marmitt Wadi, Ivonete Pereira. – 1. ed. – São João de Meriti, RJ : Desalinho, 2023.

Várias autoras.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88544-42-6

1. Ditadura – Brasil – História 2. Gênero e sexualidade 3. Identidade de gênero 4. Literatura brasileira 5. Mulheres – Aspectos sociais 6. Mulheres – Direitos 7. Mulheres – Participação política 8. Feminismos. 9. Violência contra as mulheres I. Wadi, Yonissa Marmitt. II. Pereira, Ivonete.

23-143166

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Aspectos sociais : Sociologia 305.42
Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

[2023]

Desalinho publicações.

Rua Caricó, S/N. São João de Meriti – RJ

www.desalinhopublicacoes.com.br

desalinhopublicacoes@gmail.com.

Sumário

Prefácio 7
Teresa Ordorika

Apresentação 13
Yonissa Marmitt Wadi
Ivonete Pereira

**Damas e demônias da noite: o golpe do “suadouro” e a
discursividade de gênero em notícias
de jornais (1959-1964)** 17
Ana Paula Galvão de Meira

**“Epílogo de uma paixão infeliz”: inventividade jornalística
e narrativas sensacionais no início do século XX** 45
Isadora Luiza Francisca Alves Flores

**A escrita de si nas cartas de Elza Bertaso aos pais:
educação feminina e subjetividades (1920-1923)** 69
Isabel Schapuis Wendling

As senhoras da sociedade e os entremeios da participação feminina na esfera pública (Maringá – 1960/1970) 91
Gessica Aline Silva

Feminismo, imprensa e ditadura militar: *Nova e Playboy* e as transformações nas relações entre os gêneros – anos 1970 115
Patrícia Carla Mucelin

O cidadão de bem é inimigo? Discursos judiciais sobre o assassinato de uma mulher 137
Maísa Nodari

Mulheres na fala dos/as outros/as: As práticas discursivas no jornal *O Presente* 165
Lidiane Karina Wentz

Espaço prisional feminino: evidenciando trajetórias no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu 187
Katiuska Glória Simões

Antifeminismo: discursos e ativismos nas redes sociais, impressos e eventos 213
Carem Aline de Oliveira

“Eu sou parteira estudada”: a constituição das parteiras urbanas em uma equipe de parto humanizado 239
Ana Paula Soares Fagundes

Sobre as autoras e organizadoras 263

Prefácio

Não é nenhuma novidade dizer que tanto as línguas escritas quanto as faladas não apenas descrevem o mundo, mas o fabricam; nesse sentido, são performativas, realizam atos e constroem a realidade. Nem tampouco sustentar que são produções sociais que adquirem e transmitem seu sentido no contexto social que as produz. A maioria das palavras que são enunciadas e dos textos que são escritos é dirigida a outres e é compreendida porque as concepções de mundo que transmitem são compartilhadas tanto por quem as produz quanto por quem as recebe.

Mas isso não significa que todes compartilhem as mesmas possibilidades de ter discursos ou textos reproduzidos ou de decidir como representar a si e a outres. A linguagem falada ou escrita nunca foi inocente, nem foi distribuída de maneira equitativa, nem pertence a todes na mesma medida. Pelo contrário, é um dos meios por excelência utilizados na reprodução das hierarquias e práticas dos diferentes sistemas sociais de poder; nesse sentido, é classista, sexista e racista, entre outras coisas. No caso da palavra falada, nem todos os grupos são considerados dignos de serem escutados; quanto à palavra escrita, é necessário saber ler e escrever para ter acesso a ela, ter os recursos econômicos e culturais necessários para reproduzi-la. As opressões que resultam da classe, somam-se as mesmas ordens patriarcais e raciais opressivas que também afetam a distribuição desigual da palavra.

Por isso, a maioria dos discursos e textos que circulam na ordem social contém representações que naturalizam as estruturas de poder. Aqueles que

pertencem a setores hegemônicos escrevem sobre si mesmos, criam descrições automeadas nas quais são premiados os atributos e capacidades mais desejáveis, justificando o lugar privilegiado que ocupam. São também os produtores das caracterizações heterodesignadas dos subalternos, que são descritos como inferiores, perigosos, imorais, etc., o que é usado para explicar a marginalização a que são relegados.

Por todas essas razões, discursos e textos constituem fontes privilegiadas para análises históricas e sociológicas, das concepções compartilhadas por uma sociedade. Eles nos permitem reconstruir suas visões do mundo em geral e suas representações de diferentes grupos em particular, que derivam das estruturas mais amplas de poder e atribuem suas características e lugares às pessoas. As autoras que escrevem neste livro escrutinam as palavras e os diferentes tipos de textos e documentos a fim de recuperar como são representadas ou se representam as mulheres que, independentemente de pertencerem a diferentes estratos e momentos históricos, são marcadas como inferiores pela sociedade patriarcal brasileira. Isso não significa dizer que esta sociedade não tenha registrado transformações ao longo do tempo; no entanto, mantém como constante a subordinação feminina aos homens e ao masculino. É esse tecido social que dá sentido aos conteúdos específicos dessas representações, que desempenham um papel pedagógico na socialização do que constitui cada gênero.

Podemos organizar os capítulos deste livro em dois grupos; o primeiro analisa textos em que aparecem representações sobre diferentes tipos de mulheres. Os textos “‘Epílogo de uma paixão infeliz’: inventividade jornalística e narrativas sensacionais no início do século XX”, de Isadora Luiza Francisca Alves Flores; “Damas e demônios da noite: o golpe do “suadouro” e a discursividade de gênero em notícias de jornais (1959-1964)”, de Ana Paula Galvão de Meira e “Feminismo, imprensa e ditadura militar: *Nova* e *Playboy* e as transformações nas relações de gênero – anos de 1970”, de Patricia Carla Mucelin utilizam jornais e revistas de ampla circulação para recuperar as representações femininas que circulam.

Independentemente de suas diferenças, seus construtos têm como pano de fundo e referência um modelo tradicional de gênero. Revistas como *Nova*, voltadas para o público feminino, reforçam um dever ser da mulher por meio de artigos sobre seus supostos desejos e interesses: o amor, a beleza, a moda, a maternidade, os trabalhos domésticos, etc. Estes são apre-

sentados como os temas centrais de suas vidas, que têm os homens como sujeitos de suas preocupações, assim, ensinam como agradá-los sem disputar seu poder e contribuem para socializá-las no lugar subordinado que ocupam na ordem social.

Por outro lado, os artigos jornalísticos voltados para públicos mais amplos, de ambos os sexos, tratam de mulheres transgressoras ligadas ao crime e sua queda moral, e as representam como uma alteridade não só para os homens, mas para as próprias mulheres. Textos desse tipo têm uma função pedagógica, pois servem para enfatizar os perigos que o desvio dos modelos femininos virtuosos do patriarcado tradicional acarreta às mulheres, indicando que toda transgressão tem um alto custo e resulta na infelicidade de quem a realiza. Representações desse tipo são particularmente úteis, embora em nenhum sentido exclusivas, para regimes conservadores. Por fim, as revistas voltadas exclusivamente para os homens são representativas da hipocrisia do patriarcado, que ao mesmo tempo que defende o modelo tradicional de mulher, garante que algumas se conformem à representação exacerbada do objeto sexual, tal como definido pelo desejo masculino. A coelhinha da *Play Boy* se opõe radicalmente à concepção do que constitui uma boa esposa e mãe, mas também responde ao objetivo de produzir mulheres que atendam às necessidades dos homens.

Embora haja atualmente um reconhecimento da violência de gênero que resultou na implementação de leis contra a violência feminicida e políticas de proteção às mulheres, os capítulos “O cidadão de bem é inimigo? Discursos judiciais sobre o assassinato de uma mulher”, de Maisa Nodari e “Mulheres na fala dos/as outros/as: as práticas discursivas no jornal O Presente”, de Lidiane Karina Wentz, mostram como a existência de instrumentos, pensados com uma perspectiva de gênero, não são por si só suficientes para contrariar a cultura machista e patriarcal. A análise de artigos jornalísticos e de processos judiciais evidenciam a revitimização dessas mulheres, que continuam sendo culpadas pela violência exercida contra elas, inclusive por suas próprias mortes. No contexto das sociedades patriarcais, o reconhecimento das condições e necessidades específicas das mulheres, a criação de políticas de ação afirmativa e as ações que punem as diferentes formas de violência exercidas contra elas, produzem uma rejeição de grupos privilegiados que consideram que essas medidas são injustas. Escondendo-se atrás de uma ideia abstrata de igualdade, que não reconhece as

diferenças nas condições das mulheres, argumentam que qualquer ato que reconheça a especificidade de um grupo, mina seus direitos.

Apesar da prevalência de representações androcêntricas e machistas, mesmo nas sociedades tradicionais, existem brechas que permitem que as mulheres ocupem espaços e realizem atividades originalmente reservadas aos homens, tal como é mostrado em “As senhoras da sociedade e os entremeios da participação das mulheres na esfera pública (Maringá –1960/1970)”, de Gessica Aline Silva. Embora essas possibilidades não estejam equitativamente distribuídas entre as mulheres, uma vez que também derivam de suas posições de classe e raça, produzem fissuras que podem se traduzir em transformações sociais. Só assim podemos explicar a emergência de movimentos feministas por meio dos quais se tem conquistado, progressivamente, maior cidadania e participação no espaço público.

Hoje em dia é cada vez menos aceitável falar em nome de outros, por isso é necessário construir fontes onde diferentes pessoas expressem suas experiências e subjetividades. Seguindo esta linha, um segundo grupo de textos recupera “as vozes” das próprias mulheres. Dois dos capítulos analisam casos em que o modelo tradicional de gênero constitui uma parte fundamental da subjetividade de quem escreve. “A escrita de si nas cartas de Elza Bertaso aos pais: educação feminina e subjetividades (1920-1923)”, de Isabel Schapuis Wendling, mostra a construção identitária de uma jovem autora, que reproduz as concepções de gênero representativas da elite a que pertence. Isso não é surpreendente, pois todo sistema de poder busca incutir consenso naqueles que domina e o patriarcado não é exceção. Como argumentou Kate Millet, em *A Política Sexual*, as próprias mulheres, socializadas na ordem de gênero, tornam-se suas guardiãs e desempenham um papel fundamental em sua reprodução. Esse é o objetivo das representações e discursos antifeministas transmitidos por Ana Caroline Campagnolo através de diferentes mídias, inclusive eletrônicas, analisadas no capítulo “Anti-feminismo: discursos e ativismo nas redes sociais, impressos e eventos”, de Carem Aline de Oliveira.

Há também auto representações que são construídas a contrapelo das concepções tradicionais. Os capítulos “‘Eu sou parteira estudada’: a constituição das parteiras urbanas em uma equipe de parto humanizado”, de Ana Paula Soares Fagundes e “Espaço prisional feminino: evidenciando trajetórias no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu”, de Ka-

tiuska Glória Simões, constroem suas análises a partir das conversas e entrevistas realizadas com as mulheres alvo de suas pesquisas. Ambos os textos mostram a reflexividade e a agência das mulheres, que, mesmo atuando em instituições altamente hierárquicas, implementam estratégias e projetam novas formas de agir. As mulheres que aparecem nesses capítulos subvertem, na medida do que lhes é possível, diferentes aspectos dos espaços onde transcorrem suas vidas.

Em síntese, este livro nos mostra como os discursos e textos produzidos nas sociedades patriarcais são nutridos por representações de mulheres que contribuem para sua manutenção. Estes reforçam os valores de gênero e lugares que são constantemente atualizados. No entanto, apesar de sua força, há fissuras que apresentam oportunidades de nos resignificarmos, de construirmos outras concepções que nos empoderem. É indiscutível que o ativismo das mulheres envolveu a luta pelo direito à enunciação, a ser escutadas e lidas e a levantar as questões que nos interessam. No entanto, é importante lembrar que existem diferenças entre o que aparece em discursos e textos e as condições concretas das mulheres. Não é suficiente dotarmo-nos de representações positivas, é preciso garantir que estas se materializem em nosso cotidiano.

Dra. Teresa Ordorika
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Apresentação

Em 2010 quando o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher para assumir o mais elevado cargo do executivo nacional, uma onda de otimismo tomou conta dos grupos mais progressistas, em especial os ligados aos movimentos de mulheres e aos feminismos. De fato, a expectativa de uma guinada na cultura política do país, que refletisse no desaceleramento do conservadorismo,¹ que encontra no patriarcado as justificativas para acirrar o machismo e a misoginia, era grande. Surgia, naquele momento, um feixe de esperança em um horizonte com claros e fortes contornos reacionários; principalmente porque ocorria, aparentemente, uma expansão não apenas da pauta feminista, mas também na presença das mulheres no cenário público oficial:

O governo de Dilma Rouseff ficou caracterizado pela maior presença de mulheres nos ministérios. Durante as duas gestões foram empossadas 18 ministras e uma presidenta de empresa pública. Houve o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres com a indicação de uma ministra ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18%. Em 2015, após reforma

1. Quando falamos em conservadorismo não estamos nos referindo ao movimento de retorno às práticas tradicionais e resistências às mudanças. Por conservadorismo ou neoconservadorismo estamos entendendo aqui o expressivo movimento da direita que se reorganiza com base em uma pauta extremamente moralista, preconceituosa, racista, elitista, misógina e excludente.

ministerial, a secretaria passaria a ter *status* de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (RUBIM & ARGOLLO, 2018, p. 17).

A euforia progressista nascida com a eleição de Dilma, aos poucos foi cedendo espaço à ofensiva do conservadorismo moral, que avançava no país com muita força política no Congresso Nacional, diminuindo assim, as expectativas de mudanças na política partidária e na política do cotidiano em relação às práticas machistas e misóginas no Brasil.

Após um governo marcado por impasses e uma disputa eleitoral acirrada, Dilma foi reeleita em 2014 para seu segundo mandato, o qual manteve por apenas um ano e oito meses, sendo afastada, posteriormente, devido ao processo de golpe, oficialmente nomeado de impeachment.

As justificativas apontadas pelos deputados e deputadas ao votarem pela aprovação do impeachment, davam o tom do real significado da deposição da presidenta, bem como da narrativa depreciativa que foi sendo criada ao longo de seu governo sobre a profissional, a governante e a mulher, tendo o gênero como elemento central dessa depreciação:

[...] o gênero foi acionado na maioria das vezes como recurso negativo da figura pública da mulher Dilma Rousseff, o que de certa forma é o padrão. Mas o espectro e diversificação das formas da deslegitimação foram tão amplos, que só estudos mais sistemáticos poderão analisar o seu efetivo impacto no processo do impeachment. De início o que surge é um período marcado por muito preconceito e misoginia (ARAÚJO, 2018, p. 48).

Com a saída de Dilma Rousseff do poder, em 2016, uma avalanche de retrocessos passa a configurar o cenário nacional, que tem seu apogeu com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, para a presidência do Brasil, sendo que a partir de então, falar de gênero se tornou urgente.

Se por um lado falar de gênero desponta, na narrativa neoconservadora, como ameaça à família tradicional, à moral e bons costumes, para mulheres, crianças, pessoas LGBTQIAP+, entre tantas outras pertencentes a grupos marginalizados, pode significar salvar suas vidas, e/ou suas dignidades. Sim, precisamos falar de gênero.

Reflexões como as colocadas acima, dentre outras que impactaram e/ou seguem impactando diretamente na vida de diferentes pessoas, especialmente das mulheres – sejam elas quais forem – têm orientado um conjunto de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), desde o início de seu funcionamento, demonstrando o compromisso de parte significativa de seus e suas docentes e estudantes com as lutas pela vida, pela dignidade, contra estereótipos e discriminações, pelo respeito às diferenças, pela modificação das relações de poder, dentre estas as de gênero.

O acúmulo de excelentes trabalhos sobre os quais tomamos conhecimento, seja porque foram produzidos diretamente como dissertações e teses defendidas no PPGH, ou porque foram produzidos em outros programas com os quais mantemos um profícuo relacionamento, abriu a possibilidade de editar este livro. Os trabalhos que o compõe, como já indicou a prefaciadora deste livro, Dra. Teresa Ordorika, colocaram no centro de suas problemáticas – articuladas por meio de diferentes fontes, em temporalidades e espacialidades diversas – as questões de gênero articuladas a outros marcadores sociais da diferença, considerando tanto as discursividades sobre e das mulheres, quanto suas performances na construção do gênero, dialogando expressivamente com referenciais teóricos feministas.

Este é também um livro escrito por mulheres diversas, nossas atuais discentes, egressas do PPGH ou destes outros parceiros, e esta, a despeito de quaisquer críticas que possa suscitar, foi uma escolha consciente das organizadoras. A intenção é difundir a produção de novas gerações de mulheres que vem atuando, por meio de práticas diversas – dentre estas a da escrita acadêmica – na transformação da cultura, do imaginário, das relações.

Como docentes, orientadoras e pessoas atentas e envolvidas com os temas problematizados nos capítulos e com as lutas feministas, as organizadoras deste livro assumiram a tarefa de publicizar uma produção que, por vezes, fica restrita aos círculos mais próximos ou às bibliotecas universitárias. A disponibilização de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, da CAPES, transformou uma possibilidade na realidade deste livro de livre acesso.

Em suma, este livro que tem como mote central as questões de gênero, fala da violência resultante da hierarquia de poder, de perdas da liberdade,

de cerceamento de direitos e de desigualdades, mas também fala de vida, solidariedade, luta, resistência, aprendizado e empatia.

Yonissa Marmitt Wadi & Ivonete Pereira

Referências

ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação. *In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. (orgs.). O golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 33-50.

RUBIM, L.; ARGOLLO, F. Precisamos falar de Gênero. *In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. (orgs.). O golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 7-22.

Damas e demônias da noite: o golpe do “suadouro” e a discursividade de gênero em notícias de jornais (1959-1964)¹

Ana Paula Galvão de Meira

*As travesti chegou e te convida pra roubar
Uma pega a carteira e a outra pega o celular.*

Lana Almeida²

Introdução

O tema da prostituição e sua prática no Brasil tem sido analisado ao longo dos anos por significativos trabalhos historiográficos que impulsionaram o olhar para esse nicho da história até então pouco explorado. Desde a década de 1970, estudos sobre o “submundo” da prostituição foram sendo produzidos em diferentes campos do conhecimento. Conforme ressaltado por Margareth Rago (1990, p. 19), por mais que a produção acadêmica sobre a temática tenha sido intensiva no final do século XX, as pesquisadoras e pesquisadores que se debruçaram sobre o universo do “amor venal” privilegiaram a abordagem das relações existentes entre o Estado e a sociedade com a prostituição.

1. Este capítulo apresenta discussões oriundas de projeto de pesquisa da autora.

2. Lana Almeida é mulher trans, *youtuber*, DJ e garota de programa. Em suas redes sociais compartilha com seus/suas seguidores/as o dia a dia na prostituição, sua relação com os clientes e as demais implicações de ser mulher trans no Brasil. Por meio de *vlogs* na rua, entoa essa música satírica, a qual não é de sua autoria, porém muito representativa do ambiente de trabalho e da marginalização desses grupos sociais.

Embora utilizando-se de metodologias diferentes, para a historiadora, o desenvolvimento das pesquisas afinam-se na mesma perspectiva, analisando o aspecto elitista e disciplinador das condutas morais, as quais tangenciam a prática da prostituição. Para Margareth Rago, tais estudos: “[...] estão menos preocupados com as formas de manifestação do prazer no submundo, com seus códigos, leis, valores, dispositivos afetivos, do que com a maneira pela qual sociedade e Estado se posicionam diante da existência da comercialização sexual do corpo feminino [...]” (RAGO, 1990, p. 20).

Desde a introdução de *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*³ na historiografia brasileira, muitos trabalhos com a temática da prática da prostituição no Brasil alinharam-se à proposta de Margareth Rago: analisar a prostituição para além do discurso elitista e estatal. Nesse sentido, as mulheres prostitutas e seus corpos passaram a ocupar as páginas das produções acadêmicas, contribuindo como sujeitas da própria escrita que ali se fazia – seja por meio de entrevistas, recortes de jornais, documentos judiciais ou fotografias.⁴

No anseio de analisar alternativas de abordagem sobre o “amor venal”, esse trabalho fora pensado na tentativa de contribuir com a historiografia que reflete sobre a prática da prostituição para além dos discursos higienistas. Dessa forma, o que se pretende nessa análise é problematizar os discursos de gênero envolvidos às práticas de violência cometidas por mulheres e travestis no âmbito da prostituição.

Em reportagem assinada pelo jornalista Mário Morel⁵ e o fotógrafo Gervásio Baptista,⁶ “RIO, cidade sem polícia” publicada em 1956, na edição

3. Tese de Doutorado em História, defendida por Margareth Rago em 1990, na Universidade Estadual de Campinas. Marco historiográfico sobre o tema da prostituição, sendo publicado em livro pela Editora Paz & Terra em 1991, com reedição em 2008.

4. Sobre o tema da prostituição, verificar: PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo, Ática, 1992. SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

5. Mário Morel (1937-2014) foi um jornalista brasileiro engajado em reportagens de denúncia social. Atribui-se a ele a primeira reportagem sobre a corrupção policial no Brasil.

6. Gervásio Baptista (1923-2019) foi um fotógrafo brasileiro, responsável por documentar inúmeros acontecimentos históricos da segunda metade do século XX.

número 251 da *Revista Manchete*,⁷ as práticas criminosas no ambiente da prostituição eram apontadas como “novas oportunidades na antiga profissão”.⁸ Retratando o cotidiano noturno das principais praças da cidade do Rio de Janeiro no período, os jornalistas apontam o quão corriqueiro havia se tornado as práticas de furto cometidas por mulheres no ambiente da prostituição. O termo “suadouro” está descrito da seguinte forma: “‘Suadouro’ – é o esforço conjugado da meretriz e do malandro, usando respectivamente seu encanto profissional e técnica, para roubar alguém.”⁹



Figura 1: Página da reportagem especial sobre a vida noturna das mulheres no ambiente da prostituição.¹⁰

Fonte: RIO DE JANEIRO. *Manchete*. RIO, cidade sem polícia. 29 de dezembro de 1956, n. 245, p. 22.

7. Criada pelo imigrante ucraniano Adolpho Bloch (1908-1995) a *Manchete* foi uma revista semanal com expressiva circulação. Lançada em 26 de abril de 1952 permaneceu em atividade até 29 de julho de 2000.

8. Como referenciado por Mário Morel, o subtítulo da reportagem faz referência ao original em inglês “New opportunity in the oldest profession”, publicado pela Revista norte americana *Time*, a qual trazia o problema da prostituição do Rio de Janeiro. RIO DE JANEIRO. *Manchete*. RIO, cidade sem polícia. 29 de dezembro de 1956, n. 245, p. 22.

9. *Ibidem*, p. 22.

10. Imagem com caráter ilustrativo.

No entanto, uma das descrições mais precisas sobre o funcionamento característico do golpe do “suadouro” pode ser encontrada nas páginas do jornal carioca *Luta Democrática*,¹¹ em matéria de 26 de março de 1956. A nota que antecede ao título da matéria era, por si só, chamativa: “O ‘bas-fond’ visto por um Comissário da Polícia”. Tal elemento textual demonstra a tônica das impressões causadas pela frequência dos crimes de furto cometidos por prostitutas e travestis. As protagonistas responsáveis pelo título principal,¹² objeto de análise do Comissário da Polícia, são Rosinha, Marlene e Luís “Costureiro”.

Criando um clímax para que leitores e leitoras se envolvessem na trama policial, a narrativa iniciava da seguinte forma: “Quando um homem em busca de amor comprado encontra uma mulher suspeita, vai a determinado local que ela previamente arranjava, e lá enquanto se distrai das agruras da vida, é ‘aliviado’ de seu suado dinheirinho – temos um caso de furto que na gíria policial se chama ‘suadouro’”.¹³ Observamos, desse modo, que o termo “suadouro” pertencia a linguagem policial, sendo ampliado e divulgado pela imprensa no período. O responsável por abordar e desvendar o submundo das “suadeiras” prossegue com sua descrição sobre tal prática e explica ao público a origem da terminologia “suadouro”:

Mas por que esse nome? Que ou quem sua? O dinheiro de “cavalo” é suado, sim. Mas os policiais já observaram que, quem mais sua é o infeliz que ficou sem a “gaita”, o “suado”. Quando o pobre chega à rua e bate na carteira, sentirá que ela está mais leve. Retira-a do bolso e vê então que lhe deixaram apenas o necessário para o bonde. O infeliz nessa altura luta com vários sentimentos díspares. Quer ir à polícia, mas receia complicações, publicidade nos jornais etc. Pretende voltar ao local do

11. Jornal do Rio de Janeiro fundado em 3 de fevereiro de 1954 por Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque e Hugo Baldessarini, tendo seu desfecho no ano de 1977. De acordo com Helena Gasparin, era característico deste periódico uma linha sensacionalista e escandalosa, tendo em sua fórmula a junção entre apelos ilusórios e fotografias em close de cadáveres nas páginas policiais, além dos “retratos de mulheres em trajes sumários [...]”. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>. Acesso em: 12 abr. 2022.

12. RIO DE JANEIRO. *Luta Democrática*. Rosinha e Marlene se iniciam no “Suadouro” – Luís Costureiro desiste da profissão – o “suado” ou o “cavalo” não esteve pelos autos e conseguiu que a polícia desvendasse a trama. 25 de março de 1956, Ano III, n. 654, p. 1 e p. 6.

13. *Ibidem*, p. 1.

crime, mas receia uma agressão, um contratempo qualquer, no antro dos ali-babás. Às vezes, se decide ir embora ficando com o prejuízo e lucrando apenas com a experiência. É de resto o que sempre ocorre. Se é corajoso, volta à casa onde foi furtado e muitas vezes, recupera o dinheiro. Porque os gatunos detestam complicações com a Polícia. Quando aliviam alguém, ficam na expectativa. Se aparece o lesado, fazem a fita, bem ensaiada, procuram pelos cantos e sugerem que talvez a carteira tenha caído em algum lugar e que, se foi isso, acharão. Conforme o tipo de “freguês” acham ou não. Podem também improvisar um “rolo”, ameaçar o “cavalo” de agressão, aplicar mil e um recursos para ficarem com a “gaita”.¹⁴

O comissário da polícia responsável pela matéria em análise, não se privou de construir a imagem do sujeito homem-cliente que, pelo infortúnio inerente ao “antro dos ali-babás”, arriscava-se em uma espécie de simbiose localizada entre o prazer e o dissabor de ser mais uma possível vítima do golpe do “suadouro”. Em sua descrição sobre a prática do “suadouro” orquestrada por prostitutas e cúmplices, o policial/cronista elencou uma série de atributos a este sujeito homem-cliente frequentador dos quartos baratos de hotéis e aos demais personagens envolvidos na trama. Esses valores atributivos relacionados ao homem que busca pelo “amor comprado” caracterizam-se pela valorização social ao trabalho, a honra e a honestidade que, como analisado pela historiadora Joana Maria Pedro (1994, p. 145), são valores utilizados de maneira totalmente diversa entre homens e mulheres, ocasionando uma dupla moral.

Na narrativa construída pelo comissário de polícia, o uso recorrente da palavra “infeliz” para definir a situação em que se encontrava o sujeito homem-cliente, de quem foi afanado o “suado dinheirinho”, de certo modo visava promover empatia dos leitores e leitoras do periódico *Luta Democrática*. O dinheiro veio do trabalho moralmente aceito na sociedade, ou seja, forjou o cenário em que observamos um homem trabalhador (digno) *versus* uma prostituta (imoral).

Como apontado pela historiadora Cristiana Schettini (2002, p. 6): “[...] a prostituição pode funcionar como uma espécie de prisma para se enxergar questões relativas a desigualdades de poder, especialmente quando se trata de sociedades em que os mecanismos de separação entre o público

14. *Ibidem*.

e o privado são um dos principais componentes da organização social.” Os “sentimentos díspares” que afugentam o sujeito homem-cliente ao se conscientizar que foi vítima do “golpe do suadouro” coadunam com a perspectiva salientada pela historiadora, pois como complementado por ela: “A definição da separação entre público e privado, bem como de conceitos cruciais para a ordem social como modernidade, moralidade sexual, família e trabalho é estabelecida e legitimada através de normas e critérios de gênero que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres.” (SCHETTINI, 2002, p. 6).

Os periódicos do período buscavam constantemente reforçar que as mulheres envolvidas no “golpe do suadouro” eram usadas por homens, os quais seriam os “verdadeiros responsáveis” em aliciar as práticas de furto no ambiente da prostituição. O crime denominado vulgarmente de suadouro¹⁵ consistia em atrair homens para quartos de hotéis (ou pensões) e becos escuros, visando após decorrido o ato sexual furtá-los ou roubá-los caso o plano não saísse conforme o esperado. Esse foi, por exemplo, o *modus operandi* de Rosinha, Marlene e Luís “Costureiro”, conforme apontou o Comissário da Polícia:

Rosinha de Almeida é uma prostituta da Lapa. Não tem nada de mais. É apenas uma mulher jovem. E vai vivendo da “profissão”, ora no “trottoir”, ora em alguma casa suspeita. Mas há meses ficou grávida. Não sabe de quem. Pesada demais para andar na rua atrás dos homens, procurou o invertido conhecido como Luís “Costureiro” que tem um “rendez vous” na Rua do Senado. Conseguiu se tornar gerente do antro, ganhando a porcentagem no preço das “entradas”. Mas os negócios iam mal. Então Rosinha e Luís entraram em entendimento com Marlene Siqueira de Campos, outra infeliz transviada, visando conseguirem maiores recursos. Marlene, bonitinha, clara, boca sensual, corpo razoável revestindo uma alma ávida de ganhos fáceis topou logo o negócio. Iria ela para a Cinelândia, arranjar um freguês que parecesse abonado e que aparentasse ser gente de responsabilidade.¹⁶

15. Não há referências no Código Penal sobre a prática de “suadouro”, demonstrando como o crime de furto, inserido no ambiente da prostituição, sofreu ressignificações vinculadas à sexualidade de mulheres e travestis.

16. *Ibidem*.

Com as impressões do comissário da polícia, que em nenhum momento da matéria foi nomeado, percebemos elementos constituintes das relações experienciadas no contexto da prostituição. Rosinha e Luís “Costureiro” são personagens infames aos olhos do interlocutor, não caracterizando nenhuma possível emoção ou comoção sobre suas vidas. Ao contrário, Marlene tem nome, sobrenome e é favorecida por uma beleza “natural” proveniente da sua pele clara, evidenciando assim a empatia do comissário com a situação trágica da “infeliz” moça.

Marlene, como relatado pelo comissário, andou por várias horas e rejeitou muitos homens, até encontrar o cliente perfeito para o golpe. O “tipo” tinha aparentemente 45 anos, era casado e seus modos e vestes levaram Marlene a crer que ele seria o sujeito ideal para o suadouro. Conforme o descrito pelo comissário, ao escolher a vítima, o plano entrou em ação:

Marlene revelou-lhe que tinha um quarto à Rua do Senado, iria telefonar para que ninguém os perturbasse. O homem vacilou. Preferia outro lugar qualquer, que não fosse aqueles antros da Lapa e adjacências. Mas Marlene resistiu. Não podia, tinha “responsabilidade” precisava se guardar. Lá tinha certeza de que haveria segurança e discrição. Feito o chamado telefônico para Luís e Rosinha, a engrenagem se pôs em marcha. O quarto da casa foi arranjado. Uma peça pequena com uma cama enorme. Além disso, apenas um toucador e uma cadeira. Duas portas levam ao cômodo. Uma pelo corredor de entrada: outra através de outro quarto. Esta última ficou apenas semicerrada, com a cadeira junto a ela. Marlene e sua conquista chegaram, ela abriu a porta com sua chave particular e entraram pelo escuro corredor para o quarto adrede preparado. A gerente vem então, Rosinha pede o pagamento do quarto: cem cruzeiros. Recebe Cr\$200,00 sorri e diz que está bem. Mas fica de olho onde o cliente guarda a carteira. Bolso interno do paletó, a Rosinha. Ele tira a roupa, deitam-se e uma hora se passa célere.¹⁷

O local escolhido para a prática do amor venal está detalhadamente descrito pelo comissário. Enquanto Marlene desempenhava a atividade programada, Luís teria agido silenciosamente abrindo a porta apenas encostada, perto da qual estrategicamente havia uma cadeira utilizada como mancebo para repousar os paletós e casacos dos clientes. De acordo com o noticiado,

17. *Ibidem*, p. 6.

a quantia “suada” do cliente de Marlene foi de Cr\$7.200,00. Luís teria agido com generosidade, deixando o valor de Cr\$200,00 correspondentes ao que ele pagou antes de adentrar no quarto. Após recolocar a carteira do “cavalo” em seu paletó, Luís teria chaveado a segunda porta que dava acesso ao quarto. Marlene recebeu Cr\$2.000 pela participação no crime.

Suadeiras: corpos e feminilidades desviantes como possibilidade de análise histórica sobre a prostituição

Não confere como elemento essencial deste capítulo nos debruçarmos sobre a perspectiva teórica da análise do discurso, porém, se torna válido referenciar essa ferramenta imprescindível para análise das fontes inseridas ao longo do texto. Ao adentrarmos o submundo da prostituição, por meio das notas policiais dos periódicos que circulavam no país nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se perceptível a existência de discursos que produziam/produzem normatividades e regulações, por meio de um dispositivo de saber-poder (FOUCAULT, 1978, p. 22). Paul Veyne, analisando a contribuição de Michel Foucault para a História, discorre sobre a percepção do filósofo francês no que concerne ao dispositivo de poder: “O dispositivo é menos o determinismo que nos produz do que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem nosso pensamento e nossa liberdade. Estes se ativam contra ele na medida em que o próprio dispositivo é ativo [...]” (VEYNE, 2011, p. 169).

Sobre a concepção de poder, para o filósofo há a relação entre poder-direito-verdade e, nesse triângulo, perpassam as ações dos sujeitos. O poder como verdade pode ser instituído pelos discursos que são produzidos por ele, ou pelos reflexos da ação desse poder na sociedade. Para o autor, o poder, “[...] a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.” (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Para compreendermos os discursos de gêneros imersos nas páginas dos periódicos, torna-se relevante visualizarmos o que tem se discutido sobre gênero nos últimos anos por pesquisadoras e pesquisadores da área. Joan W. Scott, sobre gênero, aponta que este é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”

(SCOTT, 1995, p. 14). No anseio de viabilizar gênero como categoria de análise histórica, torna-se primordial percebê-lo atuante nas forças sociais e de poder existentes nas relações de gênero. São os discursos normativos relacionados ao feminino e masculino responsáveis por produzirem as identidades e representações sociais referentes a cada sexo (MEIRA, 2019, p. 322).

A perspectiva de gênero surge dos grupos e movimentos sociais da segunda metade do século XX. Dentre as principais demandas para a utilização do termo “gênero”, estava a tentativa de contrabalancear a noção de sexo nos estudos, devido aos fatores biológicos apresentados nessa terminologia. O movimento em busca da historiografia das mulheres passou por transições teórico-metodológicas, próprias da complexidade que a temática abarca (MEIRA, 2021, p. 56).

Nesse sentido, a categoria mulher em oposição ao sujeito cartesiano universal do homem possuía suas limitações teórico-metodológicas. Buscava-se, desse modo, um conceito que abarcasse as nuances socioculturais dos objetos analisados. A tentativa desses primeiros estudos consistia em compreender para além da bipolaridade masculino/feminino.

De acordo com Maria Izilda S. de Matos, as novas problematizações surgidas a partir da categoria gênero estão acompanhadas por renovações teórico-metodológicas e com ampliações do próprio entendimento historiográfico, sobre objeto e fonte (MATOS, 1998, p. 69). Contudo, a historiadora alerta para equívocos epistemológicos que são comuns, quando o uso dos conceitos aparece sem a devida contextualização. Para esta, “quanto às categorias de análise, o uso do gênero apontou a necessidade de se libertar de conceitos abstratos e universais, bem como, a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias (entre elas a própria categoria gênero), construindo-os durante o próprio processo de pesquisa.” (MATOS, 1998, p. 69).

No meio acadêmico, pesquisadoras e pesquisadores buscam problematizar o conceito de gênero e como este passou a ser utilizado na construção do conhecimento. Publicado originalmente em 1986 e traduzido pela primeira vez no Brasil em 1990, o célebre artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, da historiadora Joan W. Scott, tornou-se um dos principais referenciais – e mais citados – textos sobre o assunto.

De acordo com a autora, a década de 1980 foi cenário para grandes mudanças na academia, principalmente nos estudos feministas. Gradualmente, ocorreu a substituição do termo *mulher* por *gênero*, ocasionando muitas das

vezes o equívoco de equipará-los como sinônimos. Para Joan W. Scott, a inclusão do uso da palavra gênero transmitia maior neutralidade, visto que esse termo vai além de um substituto para mulheres, pois “é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). A noção de gênero nos estudos feministas pode ser interpretada como ferramenta política e teórico-metodológica, no exercício de garantir que tais estudos sejam legítimos e possuam cientificidade. De acordo com Joan W. Scott, os usos na academia da terminologia gênero coincidem com as próprias alterações dos modelos científicos e epistemológicos (1995, p. 75).

A historiadora pontualmente demonstra a forma como o próprio conceito de gênero foi sendo adequado à historiografia nas últimas décadas (SCOTT, 1995, p. 75). Contudo, a assertiva de Joan W. Scott amplia o campo da discussão da dicotomia sexo e gênero, demonstrando a historicidade dos corpos e as limitações – e/ou permissões – socioculturais produzidas a partir da construção dos sexos e, nesse sentido, esta afirma que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (1995, p. 12).

No mesmo texto, Joan W. Scott enuncia sua conceituação de saber, por meio da abordagem foucaultiana. Para a historiadora, a categoria gênero significar um saber, indica que:

Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. O saber não se refere apenas a ideias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela (SCOTT, 1995, p. 12-13).

Mesmo na corrente feminista que compactua com questões relacionadas ao pós-estruturalismo, as quais incidem no intuito de desnaturalizar o binarismo mulher e homem, há de se ressaltar a importância da identidade mulher no cerne das demandas do próprio movimento feminista. O descentramento do sujeito, desvirtuando-se do unitário afeta de maneira ímpar

o “segundo sexo”, na medida em que retira seu universalismo e identidade una, o que acarretaria em um *déficit* nas demandas sociais e políticas do próprio movimento.

A filósofa Judith Butler tem sido o nome recorrente nos últimos estudos sobre gênero. Sua perspectiva de análise, influenciada pela contribuição interdisciplinar de Michel Foucault, tem como marco o livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado no Brasil em 2003. Judith Butler apresenta a possibilidade de rompermos com as categorias essencialistas do gênero (mulher/feminino-homem/masculino), problematizando tais categorias como mutáveis e contínuas, em constante processo de transformação. Como afirma a própria: “[...] se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20). Um dos conceitos introduzidos na obra de Judith Butler é a *performance*. Com isso, a autora investiga e reflete as manifestações do gênero, como se constrói e se apresenta nas sociedades, de maneira performática. Assim, o gênero se manifesta como uma prática discursiva, está envolto em processos que o produzem, mas são também produzidos por meio dessa manifestação. Para a autora, se faz urgente ultrapassarmos as categorizações sexo/natural-gênero/cultural, pois de acordo com ela, a própria concepção do sexo como valor atributivo natural/biológico foi construído discursivamente, ou seja, por meio de concepções culturais e de poder. Judith Butler examina e problematiza a prática do que ela considera *atos performáticos* como responsáveis pela normatização da sexualidade. Nesse sentido, como vivemos em uma sociedade heteronormativa, as manifestações performáticas de masculino e feminino constroem-se como norma/normal.

Gênero é um processo e não uma qualidade estável e imutável, como nos alerta Raewyn Connell (1987, p. 140). Porém, é urgente reconhecermos que o gênero se torna algo institucionalizado, configurando-se como estável/imutável a partir do momento que na sociedade visualizamos uma ordem de relações estabelecidas e reproduzidas das práticas sociais e culturais.

Tais normatizações e regularizações são perceptíveis nas primeiras décadas do século XX, em que vadiagem, embriaguez, prostituição e desordem elencavam os aspectos sociais e cotidianos categorizados como “problemas sociais”, os quais autoridades policiais, auxiliados pelo legislativo, consideravam como condutas “criminosas”, sendo assim nocivas aos *corpus* social. Embora a prática da prostituição não seja configurada como crime

pelo Código Penal, as circunstâncias que a limitam no âmbito da profissão irregular perpetuam o caráter marginalizante das mulheres e travestis que negociam o prazer (OCANHA, 2014, p. 13). No período que abrange esta análise, a Delegacia de Costumes agia com efervescência no controle das condutas morais daqueles e daquelas que eram interpretados/as como vadios/as e prostitutas. Nos grandes centros do país, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, essa prática coercitiva estava vinculada aos anseios de modernidade ditados pela *Belle Époque*, relacionada às grandes reformas urbanas.

De acordo com Rafael Freitas Ocanha, foi no ano de 1913 que a Delegacia de São Paulo disponibilizou sua remanescente Delegacia de Costumes, no intuito de regular a prostituição na cidade. No entanto, a partir do ano de 1924 que essa instituição revelou sua imponência e alicerce nos moldes da republiqueta brasileira, a qual almejava ordem e progresso em todos os cantos – públicos ou privados – do país. Conforme o historiador ressalta, “à medida que a instituição policial aumentava seus aparatos para reprimir os territórios do desejo, fechavam-se e impunham-se padrões de funcionamento às casas de tolerância, cada vez mais intoleráveis” (OCANHA, 2014, p. 31).

O denominado “golpe do suadouro” aparece, com significativa frequência, em manchetes de jornais da segunda metade do século XX. Tais reportagens, por meio do uso excessivo de maneirismos de linguagem, acentuavam o moralismo social e elitista sobre a vida de mulheres e travestis que se prostituíam. O tom e as ambivalências sociais são reforçados conforme descrito em uma das edições do periódico: “Se é pobre, preta e mal vestida, é ‘suadeira’. Se é rica, branca e bem vestida, é ‘debutante’”.¹⁸ No *Jornal Última Hora*, o espaço reservado para tais sujeitos é o das colunas policiais, estreitando os demarcadores sociais imputados a estas vidas infames.

As feminilidades desviantes que surgem no contexto de violência/criminalidade e estampam as páginas policiais, contrastam com a feminilidade enfatizada¹⁹ reproduzida nas colunas sociais desse meio de mídia. Gessica

18. RIO DE JANEIRO. *Jornal Última Hora*, n. 2128, 19 de março de 1959, p. 22.

19. O conceito de feminilidade enfatizada foi elaborado pela teórica australiana Raewyn Connell no livro *Gender and Power: society, the person and sexual politics*, publicado originalmente em 1987. Na obra, a cientista social abordou a perspectiva teórica do conceito de masculinidade hegemônica e feminilidade enfatizada, em que se propõe a elaborar o con-

Aline Silva, ao analisar as distintas abordagens feitas na *Folha Norte do Paraná* demonstrou como o periódico construiu discursivamente os ideais de gênero de mulheres e homens na sociedade maringense. De acordo com ela, em relação às mulheres

[...] a coluna social selecionava e utilizava as senhoras da sociedade para construir a imagem de uma “mocinha”, que reunia atributos como pureza, piedade, beleza, delicadeza, recato, moderação, estando cercada, em sua maioria, por um ambiente de domesticidades, como cuidados do lar, do marido e dos filhos. Por outro lado, os conteúdos policiais pareciam constituir uma “vilã” perigosa e transgressora, utilizando as imagens das “prostitutas”, “vadias”, “mariposas”, “doidivasas” e “mulheres da vida” – nomenclaturas empregadas pelo periódico para descrevê-las –, como personificações de um modelo de feminilidade distante dos padrões aceitos pela sociedade (SILVA, 2018, p. 89).

Observa-se que há uma construção discursiva de gênero sobre práticas socioculturais impostas às mulheres, que recaem no âmbito da explicação biológica: a natureza feminina. As feminilidades que escapam das margens construídas discursivamente do ideal feminino, conseqüentemente encontram seu espaço nas páginas policiais, em colunas como a *Ronda nas Ruas*, do *Jornal Última Hora*.

Na elaboração defendida por Raewyn Connell, gênero deve necessariamente ser compreendido inserido em uma prática relacional, sendo tais relacionadas às experiências de geração, classe e raça. Em seu estudo publicado no livro *Gender and Power: society, the person and sexual politics*, de 1987, a teórica social problematiza que gênero, situado na prática da relação entre homens e mulheres, é analisado por meio de duas estruturas: a divisão social do trabalho e a divisão social do poder²⁰ (CONNELL, 1987, p. 96-97).

ceito que permitisse a problematização da construção das masculinidades e das diferentes experiências dos corpos dos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2003, p. 242).

20. Nas categorizações problematizadas pela autora, a estrutura de *divisão sexual do trabalho* está relacionada aos modos organizacionais do trabalho doméstico. Nesta categoria estão incluídas a prática da maternagem, as definições de trabalho remunerado e não remunerado, além das desigualdades e dificuldades inerentes ao mercado de trabalho. Sobre a segunda categoria, a definição de *divisão social poder*, Raewyn Connell teoriza o sistema de autoridade que se apresenta nos espaços público e privado, problematizando as práticas de violência contra as mulheres nesses ambientes e os cerceamentos da sexualidade feminina.

Porém, para Raewyn Connell, analisar as relações de gênero apenas por meio dessas duas estruturas, pode limitar as percepções sobre essa prática relacional. Por isso, a autora insere uma terceira estrutura relacionada à afetividade, ao erotismo e aos padrões de desejo, desse modo linkando as subjetividades e as formas que os sujeitos produzem as relações afetivas e emocionais entre si (CONNELL, 1987, p. 97). Assim, a junção dessas três estruturas seria responsável para qualquer “ordem ou regime de gênero”, pois conforme salientado por ela, o gênero é construído no conjunto dessas práticas.

Por mais breves que sejam tais notas, as quais trazem práticas de violência cometidas por mulheres e travestis, o ato de transgredir as normas e condutas sociais fez com que estes sujeitos protagonizassem ações e se tornassem vidas breves. Para Tânia Regina Zimmermann, os atos que aparecem nas colunas policiais são de pessoas que dificilmente encontraríamos vestígios de outra forma. Pouco saberíamos sobre seus rostos, nomes e particularidades caso estas vidas não emergissem em contexto de violência. A assertiva da historiadora é: “[...] estas mulheres praticantes de violência são consideradas infames, porque não possuem as mesmas qualificações das mulheres fatais como a beleza, magia, e aparecem em breves instantes” (ZIMMERMANN, 2012, p. 97).



Figura 2: Notícias sobre a prática de furto cometidas por mulheres no ambiente da prostituição.²¹

Fonte: RIO DE JANEIRO. *Última hora*. Ano de 1959.

Os fatos e elementos sociais em evidência na coluna “Ronda das Ruas”, inserida nas páginas policiais do periódico *Última Hora*, possibilitam ana-

21. Imagem com caráter ilustrativo.

lisarmos as discursividades de gênero presentes na sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Conforme apontado por Michel Foucault, a sexualidade opera como um dos sistemas de exclusão social, sendo para ele de extrema importância

[...] compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sistemas de exclusão, de rejeição, de recusa, através daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento, seu sistema de repressão-supressão (FOUCAULT, 1971, p. 14-15 *apud* COUTO, 2013, p. 1).

Ao refletir e escrever *História da Sexualidade*, publicado originalmente em 1976, Michel Foucault revelou que seu desejo não era objetivado pela construção de uma “história dos comportamentos, nem uma história das representações”, tanto menos baseado em um intuito de “revelar” características de práticas e condutas sexuais ao longo da história (FOUCAULT, 1984, p. 9). Nas palavras do próprio, escrever uma história da sexualidade correspondia em seus anseios por demonstrar como “nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma experiência tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma sexualidade [...] que se articula em um sistema de regras e coerções.” (FOUCAULT, 1984, p. 10). Os crimes cometidos por mulheres e travestis no âmbito da prostituição demonstram a experiência de uma sexualidade clandestina, forjada nos limites do aceitável e do condenável.

As notícias policiais não cumprem apenas o papel de informar a população sobre os aspectos de segurança da cidade. Gessica Aline Silva, analisando os discursos construtores das performances de feminilidades e masculinidades no impresso *Folha Norte do Paraná*, entre os anos de 1965 e 1973, demonstra que o discurso do jornal opera conjuntamente a outros mecanismos sociais, como o poder público e a própria população. Conforme demonstrado por ela

[...] a colaboração entre essas diferentes instâncias aponta para a forma como o poder estava organizado e espalhado pelas teias sociais, sendo exercido nas relações de força entre os indivíduos. Seu exercício era, portanto, capilar, microfísico, fluido, envolvendo mudanças, ação e,

por fim, desenvolvendo diferentes técnicas variáveis historicamente (SILVA, 2018, p. 92).

A abordagem foucaultiana realizada por Gessica Aline Silva é deveras pertinente, pois demonstra como a discursividade de gênero perpassava por várias configurações sociais, não se estancando em organizações conhecidas por instituírem saberes – religiosa, médica e jurídica. No nosso caso, o conhecimento sobre as ações das “suadeiras”, “chuqueiras” e “anormais” oferecia ao público o caráter de legitimidade, ou seja, os mesmos que liam, se tornavam membros vigilantes e atuavam na identificação dos elementos que constituíam “o problema” da violência e degeneração social.

O fator atenuante a esta posição de vigilância dos leitores está relacionado ao uso dos dados pessoais dos envolvidos em práticas delituosas e que estampavam as notícias policiais dos periódicos. Em 18 de setembro de 1961, o *Jornal Última Hora* publicava a notícia intitulada “Motorista caiu no golpe do suadouro”, que relatava como ocorria a prática do furto no ambiente da prostituição.

Sábado último Juarez Romualdo de Sousa, de 29 anos, casado chegou a esta capital procedente de Rio Claro, onde deixara a família para vir com seu FNM ganhar o pão de cada dia. Estacionou seu caminhão na Praça da Estação Rodoviária. Já ia dormir quando irromperam pela cabina adentro duas mulatas. Moço quieto e de bons costumes imediatamente pensou na família que o aguardava em Rio Claro. Mas ora bolas quem iria saber de suas aventuras estando tão longe de casa. E as mulatas tão pertinho dele e tão bondosas e tão outra porção de coisas. Não resistiu à tentação. Meia hora depois, isto lá pelas 23 horas, quando preparava-se para dormir, notou a falta de sua carteira. O agente Antônio Miranda foi tirado do seu sossegado Plantão na DIC, para procurar as mulatas que “suaram” o motorista Juarez. Às 23:20 horas encontrou-as na esquina da Rua 7 de Setembro com a Carneiro Lobo. Dos 10 mil cruzeiros que emprestaram de Juarez sem autorização dele, tinham apenas três mil. Na DFR foram identificadas como sendo Vera Alves da Silva (24 anos, solteira, residente à rua Rocha Pombo, 777 – Juvevê), que recentemente saíra da Penitenciária para Mulheres de Piraquara, onde cumprira pena por haver praticado delito idêntico, e Helena Jane Rosa (27 anos, costureira, residente a Gen. Carneiro, s/n). No cartório da DFR, foi lavrado

auto de prisão em flagrante contra as duas suadeiras que deverão ser encaminhadas hoje a Prisão de Mulheres.²²

Na reportagem, seguida pelas imagens da vítima e das duas mulheres acusadas pelo “suadouro”, há elementos semelhantes ao caso de Rosinha, Marlene e Luís “Costureiro”, citados no início deste capítulo. Juarez Romualdo de Souza configura no discurso produzido pelo periódico, como “moço quieto e de bons costumes”, o qual foi ludibriado pelas duas mulheres “decaídas” que o abordaram. Em uma sociedade forjada através de modelos de masculinidade e feminilidade, a vigilância das condutas morais é imprescindível para a manutenção da ordem social. Nesse sentido, há que se considerar as provocações feitas por Sidney Chalhoub, no que tange às relações amorosas das pessoas comuns. Como salientado pelo historiador, até que ponto homens e mulheres “despossuídos” praticaram o amor e suas vertentes conforme os valores dominantes de uma ordem burguesa? Teriam esses homens e mulheres da classe trabalhadora vivido “[...] angustiados pela ânsia de se ajustarem aos padrões de conduta feitos para eles, ou forjaram valores próprios que orientaram sua conduta nas situações reais específicas que vivenciaram”? (CHALHOUB, 2012, p. 172).

Sidney Chalhoub (2001, p. 53), ao analisar as relações sociais e o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, pontuou que a partir das ocorrências percebidas nas transformações demográficas e o avanço do capitalismo, houve a produção de um discurso que considerava a ociosidade nociva ao corpus social, valorizando assim uma positividade do trabalho. Essa configuração valorativa é perceptível na construção discursiva das vítimas do “golpe do suadouro”: homens de família, trabalhadores e buscando “ganhar o pão de cada dia”.

No caso das prostitutas, como apontado pela historiadora Ivonete Pereira, essas mulheres que tinham suas vidas atravessadas pelos discursos médico e jurídico, invariavelmente, caíam em uma encruzilhada marcada pelo sexo masculino. Desse modo “as leis, normas e regras eram elaboradas e executadas por homens; existiam relações desiguais, determinadas pelas definições dos papéis sexuais; dentro de uma sociedade em que existia um

22. CURITIBA. *Última Hora*. Motorista caiu no golpe do suadouro. Segunda-feira, 18 de setembro de 1961. Ano 1, n. 94, p. 7.

projeto moral, amparado por relações de gêneros, no qual se valoriza a virgindade e o casamento” (PEREIRA, 2004, p. 117).

Por se tratar de uma nota policial, sem maiores indicativos dos elementos para além daqueles que compõem a matéria, não nos é possível investigar e acessar o que houve com Vera e Helena Jane após a prisão. No entanto, alguns dados informados nos auxiliam a “especularmos” sobre a prática do suadouro no que tange a essas duas mulheres. De acordo com a notícia, Vera e Helena Jane abordaram Juarez em seu veículo às 22:20/30 horas, sendo que às 23:00 horas, estando sozinho no caminhão e preparando-se para o “sono dos justos”, sentiu a falta de sua carteira. Conforme narrado no noticiário, às 23:20 horas, o responsável pela ação policial, o agente Antônio Miranda, havia localizado as “suadeiras” na esquina da Rua 7 de Setembro (atualmente Avenida 7 de Setembro, em Curitiba, no estado do Paraná) com a Rua Carneiro Lobo. Nesse ínterim, entre a abordagem, a realização da prática sexual, o “golpe do suadouro” e a apreensão de Vera e Helena Jane, a ação durou de 40 a 50 minutos. O dinheiro “suado” reivindicado pelo sujeito homem-cliente, uma quantia de 10 mil cruzeiros, também não foi encontrado com as mulheres. Quaisquer análises, somente por estes indícios salientados no periódico, podem soar especulativas. No entanto, algumas alusões e prospecções podem ser abordadas, como o fato do tempo mínimo entre a abordagem, o programa, o furto e a prisão das mulheres com uma quantia inferior à citada pela vítima. Seriam Vera e Helena Jane aliciadas e agiam por meio da cafetinagem? Mesmo lidando com as possíveis impugnações existentes nos dados contidos na fonte, os dados domiciliares²³ de ambas envolvidas no crime nos induzem a evidenciar que possivelmente havia uma terceira (ou mais) pessoa envolvida.

A facilidade do público em acessar as informações sobre as pessoas envolvidas em crimes era mediada pela própria mídia, a qual por meio de uma linguagem própria estabelecia essa relação com os leitores. Nesse sentido, o vínculo social constitui-se pela comunicação, conforme salientado por

23. O local noticiado em que ocorreu o crime, atualmente, comporta um espaço elitizado da cidade de Curitiba, no Paraná. A antiga Estação Rodoviária, onde Juarez teria estacionado seu veículo (na praça), hoje fica localizado o Shopping Estação, inaugurado em 1997 em anexo ao Museu Ferroviário de Curitiba. Do endereço da estação rodoviária, que no ano do evento noticiado ainda configura como “Rua Sete de Setembro”, ao endereço de uma das “suadeiras” (Rua Rocha Pombo, 777 – Juvevê) há uma distância aproximada de 4,7 quilômetros.

Jean-François Lyotard: “[...] a questão do vínculo social, enquanto questão, é um jogo de linguagem, o da interrogação, que posiciona imediatamente aquele que a apresenta, aquele a quem ela se dirige, e o referente que ela interroga: esta questão já é assim o vínculo social” (1998, p. 29).

Os usos da discursividade de gênero no informativo sobre o “golpe do suadouro” contra o motorista, demonstram a construção de uma feminilidade desviante e a masculinidade hegemônica. Via de regra, os fenômenos e experiências da feminilidade enfatizada e da masculinidade hegemônica atuam nas relações e práticas sociais dos indivíduos, auxiliando na marginalização e invalidação de outras existências (MEIRA, 2021, p. 85). A performance da masculinidade no motorista Juarez Alves foi ressaltada quando o periódico o colocou como homem provedor buscando o “pão de cada dia” e, embora compartilhasse de “bons costumes”, não resistiu aos desejos inerentes a sua “natureza masculina”, caindo no golpe do suadouro. Existe uma normatividade social atributiva, como destacou Charlotte Witt, da qual a prática social do que é “ser homem” e “ser mulher” exige dos indivíduos a manifestação constante de atributos relacionados ao seu gênero (KUHNNEN *apud* WITT, 2013, p. 410).

No caso de Izaura de Jesus, 26 anos e solteira, no dia 12 de maio de 1959 sua imagem estampou o periódico *Diário da Noite*, constando além da acusação de que ela era “suadeira”, a sua identidade de gênero. Conforme retratado na notícia “‘Suadeira’ não sabe se é homem ou mulher: quer fazer operação”.

Na delegacia de Furtos, foi indiciada em inquérito a decaída Isaura de Jesus, de 28 anos, solteira, sem residência fixa, que foi detida por ter surrupiado 4.000 cruzeiros de Jaime Correa, residente na avenida Silva Teles, 1, em Guarulhos. O fato se deu há dias, nas proximidades de um bar situado na praça Roosevelt, quando ali se encontraram casualmente vítima e larápia. Esta conseguiu ludibriá-lo e tirar-lhe o dinheiro. Posteriormente, a vítima deu pelo furto e fez queixa à Polícia. Isaura presa confessou o furto e disse que já gastara todo o dinheiro. Na Delegacia, disse que não sabe se é homem ou mulher, mas que preferia ser mulher. Tem características dos dois sexos. Sua mãe quando ela tinha ano e meio abandonou-a à porta de um convento das Missionárias de Jesus Crucificado, em Botucatu. Essas religiosas criaram-na até os 13 anos, quando Isaura passou a trabalhar em casas de família. Demonstrou, todavia, propensão ao furto. Veio para São Paulo, caiu na prostituição ter-

minando por se tornar “suadeira”. Ainda a respeito de seu sexo, Isaura disse que gostaria de se submeter a uma operação que a transformaria-se unicamente em mulher. Falta-lhe, porém, dinheiro para isso.²⁴

A “existência-relâmpago”²⁵ de Izaura de Jesus somente chegou às páginas da História, pois chocou-se com um dispositivo de poder. Seu corpo, seus desejos, sua experiência identitária apenas foi possível (re)conhecer a partir da sua vida no ambiente da prostituição. Como poeticamente narrado por Michel Foucault, “as falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós” (FOUCAULT, 2003, p. 207).

As significações identitárias dos indivíduos estão relacionadas ao provir biológico, designado pelo órgão sexual circunscrito no corpo que nasce, o qual torna-se dicotomicamente masculino ou feminino no momento em que há a manifestação do sexo. *A invenção do sexo*, conforme Thomas Laqueur, possui historicidade e é localizável no tempo. Ao retroceder sua análise ao pré-Iluminismo, o teórico busca chancela na compreensão galênica do corpo, convergindo na formulação do sexo único.

Desde o século XVIII, acreditava-se predominantemente, embora não de forma substancial e homogênea, que existiam “dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses ‘fatos’” (LAQUEUR, 2001, p. 18). Esse corpo biológico, não-histórico e sexuado, tornou-se o aliado precedente para a formulação das condutas específicas de homens e mulheres na ordem social. Nesse sentido, “ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois

24. RIO DE JANEIRO. *Última Hora*. “Suadeira” não sabe se é homem ou mulher: quer fazer operação. 12 de maio de 1959, n. 2174, p. 8.

25. Expressão utilizada por Michel Foucault no texto *A vida dos homens infames* (1977), em que o filósofo se diz engajado na busca por poemas-vidas, ou seja, pessoas que “as existências tivessem sido, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas”. Sobre o tema, verificar: FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222.

sexos incomensuráveis” (LAQUEUR, 2001, p. 19). O sexo, antes do século XVII, produzia uma funcionalidade sociológica, não relacionando-se categoricamente com uma abordagem ontológica.

A obra do historiador norte-americano tornou-se pilar teórico para os estudos de gênero desde a sua publicação original, no início da década de 1990. Isso se deve a prática de análise feita por este, o qual dedicou-se à percepção das alterações sobre o sexo nos diferentes saberes – médico, filosófico e político – finalizando com a definição do sexo dual no findar do século XVIII e no decorrer do século XIX. Como ele ressalta, “só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes” (LAQUEUR, 2001, p. 21).

O fato de Izaura dimensionar o desejo de por meio de uma intervenção cirúrgica “transformar-se unicamente em mulher”, demonstra que existia uma identificação com a performance da feminilidade. No periódico *Diário da Noite*, que também citou o caso da apreensão de Izaura, ao ser questionada pelo repórter sobre sua relação com a vida criminosa, esta teria comentado que não conseguia estabilidade trabalhando como doméstica, pois todas as casas em que trabalhou “foi sempre despedida, pois as patroas duvidavam do seu sexo.”

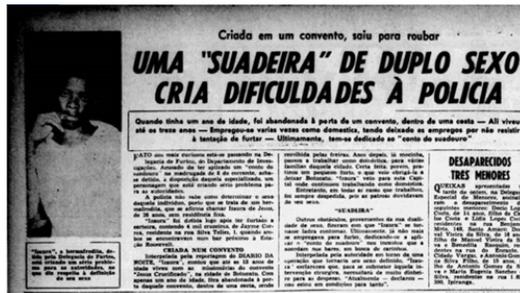


Figura 3: Notícia sobre a prisão de Isaura²⁶

Fonte: SÃO PAULO. *Diário da Noite*. 12 de maio de 1959. Ano XXXIV, n. 10.511

O golpe do suadouro, como destacado, estava intimamente relacionado à sexualidade e a prática da prostituição. O modo como mulheres e tra-

26. Imagem com caráter ilustrativo.

vestis utilizavam o espaço destinado aos prazeres para cometerem pequenos delitos era noticiado corriqueiramente por meio do jornalismo policial, o qual utilizava de uma linguagem debochada, com caráter de chacota – tanto em relação às acusadas como às vítimas dos crimes. No entanto, o espaço do meretrício, sua prática irregular e marginalizada era propícia para o abuso das mulheres que faziam parte desse ambiente. A exploração não era executada apenas por companheiros de vida ou do crime, os quais geralmente estavam de conluio na aplicação do golpe, mas também por autoridades policiais que desde a reconfiguração do Código Penal Brasileiro, em 1940, incluíram na rotina das delegacias as “batidas” e prisões na tentativa de inibirem o *trottoir* e a prática do lenocínio.

Fora assim que em 25 de fevereiro de 1959, uma minúscula nota na coluna *Ronda das Ruas* intitulada “O tira ficou com os cheques”, trouxe a público toda uma rede de corrupção que envolvia policiais e prostitutas.

Ângela Solange Cavalcanti, de 19 anos, solteira, mundana acusada de furto (o chamado “conto do suadouro”), ontem na polícia afirmou o seguinte: os dois cheques que “afanara” de um “otário” em Vila Mariana, tinham ficado com o investigador Benedito Zaldan, da Delegacia de Roubos. Benedito, segundo Ângela, a “chuverou”: ela lhe deu os cheques para descontar e ele os “enfurnou”. Foi aberto inquérito para apurar as acusações.²⁷

Como em outras manchetes salientadas, a linguagem utilizada para comunicar a extorsão ocorrida com Ângela possui o teor de deboche. Para Tânia Regina Zimmermann, essa postura do jornalismo policial, em referir-se a determinados tópicos de forma debochada, configura-se como uma violência simbólica, que para a historiadora

[...] é suave, insensível, invisível e dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, emoções, linguagem e cor da pele, além de criar modos de ver o mundo cada vez mais nivelados e homogeneizados por intermédio dos meios de comunicação de massa (ZIMMERMANN, 2012, p. 53).

27. RIO DE JANEIRO. *Última hora*. O tira ficou com os cheques. 25 de fevereiro de 1959, n. 2109, p. 12.

A vida infame de Ângela e de tantas outras mulheres que na segunda metade do século XX exerciam a prática da prostituição passou a ser existência no momento em que se chocou com um dispositivo de poder. Em *A vida dos homens infames*, de 1977, Michel Foucault problematizou sua análise sobre os arquivos de internamento do Hospital Geral e da Bastilha, como uma “antologia de existências”. Vidas que, conforme o filósofo, são “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2003, p. 203).

Após ser detida pela polícia, Ângela circulou pelas páginas policiais com a denominação de “Rainha das Suadeiras”, confidenciando aspectos dos crimes de furto no ambiente de prostituição. Em edição do jornal *Diário da Noite*, de 10 de março de 1959, a manchete destacava: “Rainha das Suadeiras confessa com cinismo: ‘Até um padre já foi roubado no ‘suadouro’”.

Contudo a revelação mais estarrecedora feita à Polícia pela “Manquinha” foi aquela que confessara ter aplicado o conto do “suadouro” num padre. Essa revelação causou, como não podia deixar de acontecer, comentários dos mais espetaculares sobre o assunto. Adiantou ainda “Manquinha” que a praça da república é o valhaconto das mais e [ilegível] “suadeiras” de São Paulo. Durante a madrugada cerca de 18 “suadeiras” lá se reúnem fazendo ponto para golpear os homens aos quais Deus deu a inteligência para serem trouxas.²⁸

Um mês após Ângela ser detida, o próprio *Diário da Noite*, que publicou sua contribuição no dismantelamento da corrupção policial, destacava que havia setecentas “suadeiras” cadastradas na Delegacia de Furtos, sendo parte de uma “limpeza” promovida pelos delegados responsáveis naquela delegacia.²⁹

28. SÃO PAULO. *Diário da Noite*. Rainha das Suadeiras confessa com cinismo: “Até um padre já foi roubado no “suadouro”. 10 de março de 1959, n. 10460, p. 9.

29. SÃO PAULO. *Diário da Noite*. Setecentas suadeiras cadastradas na polícia. 3 de abril de 1959. Ano XXXIV, n. 10.480, p. 16.

Considerações Finais

Que experiências são possíveis de se analisar a partir das feminilidades desviantes de mulheres e travestis que se apresentam no ambiente da prostituição? Numa sociedade normativa, construída e regulada por elementos atributivos como moralidade, virtude e honra, os sujeitos que desviam dessas práticas e condutas tornam-se desqualificados/as. Faz-se importante refletirmos sobre as práticas desviantes como condutoras de outras experiências possíveis, outras feminilidades e masculinidades, as quais não se enquadram nos discursos normativos e reguladores do gênero (MEIRA, 2021, p. 76). Como salientado pela historiadora Joan W. Scott (1999, p. 42), mesmo que os sujeitos sejam construídos discursivamente “existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam”.

São muitas as lacunas que ficam em relação às vidas breves das “suadeiras”. Como o próprio Michel Foucault escreveu sobre as personagens infames que ele buscava, que estas sejam elas próprias obscuras, ou seja, que não tenhamos nada além de um clarão sobre suas existências. Assim,

que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado; que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor, que tivessem sido animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixeza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Referências

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CONNELL, R. *Gender and power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

COUTO, V. R. Foucault e a prostituição ou a vida das mulheres infames. In: XVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*, 2013. v. 1. p. 1-11.

CURITIBA. *Última Hora*. Motorista caiu no golpe do suadouro. Segunda-feira, 18 de setembro de 1961. Ano 1, n. 94, p. 7.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MATOS, M. I. S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 67-77, 1998.

MEIRA, A. P. G. de. Identidade e Gênero: considerações teórico-metodológicas. In: IV Ciclo de Debates Mulheres na Sociedade Contemporânea e II Encontro Corpo, Gênero e Diversidade, 2019, Francisco Beltrão. *Anais do IV Ciclo de Debates Mulheres na Sociedade Contemporânea e II Encontro Corpo, Gênero e Diversidade*, 2019. p. 314-323.

MEIRA, A. P. G. de. *Me quiseram rosa, subjugaram meus espinhos: mulheres rês e relações de gênero na Comarca de Castro, Paraná (1840-1890)*. Tese (Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2021.

OCANHA, R. F. *Amor, feijão, abaixo camburão*: Imprensa, Violência e *Trottoir* em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2014.

PEDRO, J. M. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, I. *As decaídas*: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

RAGO, M. L. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos da conduta feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

RIO DE JANEIRO. *Manchete*. RIO, cidade sem polícia. 29 de dezembro de 1956, n. 245.

RIO DE JANEIRO. *Luta Democrática*. Rosinha e Marlene se iniciam no “Suadouro” – Luís Costureiro desiste da profissão – o “suado” ou o “cavalos” não esteve pelos autos e conseguiu que a polícia desvendasse a trama. 25 de março de 1956, Ano III, n. 654, p. 1 e p. 6.

RIO DE JANEIRO. *Última Hora*. “Suadeira” não sabe se é homem ou mulher: quer fazer operação. 12 de maio de 1959, n. 2174, p. 8.

RIO DE JANEIRO. *Última hora*. O tira ficou com os cheques. 25 de fevereiro de 1959, n. 2109, p. 12.

RIO DE JANEIRO. *Última hora*. Ano de 1959.

SÃO PAULO. *Diário da Noite*. Uma “suadeira” de duplo sexo cria dificuldades à polícia. 12 de maio de 1959. Ano XXXIV, n. 10.511.

SCHETTINI, C. *Que tenhas teu corpo*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.da; LAGO, M. C. de S., e RAMOS, T. R. O. (orgs.) *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, G. A. *Entre o “new society” e o “xilindró”*: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na Folha do Norte do Paraná (1965-1973). Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2018.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZIMMERMANN, T. R. *Violência e gênero em notícias no oeste paranaense (1960-1990)*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

WITT, C. *The Metaphysics of Gender*. New York: Oxford University Press, 2011.

“Epílogo de uma paixão infeliz”: Inventividade Jornalística e Narrativas Sensacionais no início do século XX¹

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

Introdução

Segundo o biógrafo de Lima Barreto, Francisco de Assis Barbosa (2004), em 15 de dezembro de 1909, na edição de n. 291, do jornal *A Notícia*, sob o pseudônimo J. dos Santos, Medeiros de Albuquerque (1867-1934) publicou a primeira crítica da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, romance inaugural do literato carioca (1881-1922). Veiculada cerca de um mês depois da chegada da obra nas livrarias, a coluna “Crônica Literária” também versou sobre a obra *Vil Metal* de Baptista Cepéllos (1872-1915). Então, o livro de Cepéllos foi duramente criticado por seu caráter de *roman à Cléf*, ou seja, por sua inspiração flagrante em pessoas reais para a construção dos seus personagens. Traçando um paralelo entre a obra de Cepéllos e “Recordações”, Medeiros afirmou que “precisamente é um tipo deste gênero o venenoso livro de Lima Barreto. Venenosíssimo!”². Nas palavras do crítico, o “venenosíssimo” livro de Barreto seria

1. O presente trabalho é oriundo da dissertação de mestrado *Faits Divers: narrativas de transgressão e crime no Rio de Janeiro do início do século XX (1901-1904)*, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com apoio financeiro do Programa de Demanda Social da UNILA (DS), atual Programa de Bolsa Institucional (PROBIU). Cf. Flores (2018).

2. *A Notícia*, n. 291, p. 1, 15 dez. 1909.

[...] uma revelação e uma decepção. Uma revelação porque é positivamente um escritor, seguro de sua pena, capaz de uma obra de fôlego. Seu estilo é bom, claro, nervoso. Ainda uma vez começa pelo fim. Aparece como um escritor feito. Mas o seu livro é, ao mesmo tempo, uma decepção, porque todo ele é feito de alusões pessoais, de descrição de pessoas conhecidas pintadas de um modo deprimente. É menos romance que panfleto. E o resultado é que assim fica sendo um mau romance e um mau panfleto. Mal romance, porque é da arte inferior dos romances à cléf. Mal panfleto, porque não tem a coragem do ataque direto, com os nomes claramente postos e cai até a insinuações a pessoas que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar.³

De acordo com Barbosa (2004), no dia seguinte, Alcides Maia (1878-1944) teria publicado no *Diário de Notícias* uma crítica a obra mencionada, na qual

Alcides põe a nu o principal defeito do livro – a sua nota pessoal, que o reduz quase a um “álbum de fotografias”. Não era um romance, mas uma “verdadeira crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más, de surpresas, de ódios”. E mais adiante: “O volume, vez por outra, dá a penosa impressão de um desabafo, mais próprio das seções livres que do prelo literário”. Em suma, para Alcides Maia, Lima Barreto não atingira o ideal artístico colimado, justamente porque não tivera força para sopitar o ódio de que se achava possuído contra o meio onde havia formado a sua personalidade. Em todo o caso, Alcides Maia tratara-o com respeito, e isso significava muito, em meio ao boicote da grande imprensa. Os jornais continuavam mudos (BARBOSA, 2017, p. 185).

Lilia Schwarcz (2017), autora da biografia *Lima Barreto: Triste Visionário*, também afirma que apesar de o livro não ter alcançado sucesso imediato de crítica, inspirado nos moldes do realismo inglês, o romance conteve a “pólvora para agitar o cenário intelectual da época, sobretudo, da imprensa” (SCHWARCZ, 2017, p. 211). Para Francisco de Assis Barbosa (2017), de maneira geral, a grande imprensa teria boicotado a obra, impondo-lhe um voto de silêncio para minimizar a repercussão da sátira de Barreto de um dos poderosos jornais da época, o *Correio da Manhã*.

Segundo Marialva Barbosa, em *A História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*, junto ao *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de*

3. *A Notícia*, n. 291, p. 1, 15 dez. 1909.

Notícias e O Paiz, o *Correio da Manhã* integrou o grupo dos mais importantes e influentes jornais da época, e que somados alcançavam a tiragem de 150 mil exemplares em uma cidade de pouco mais de 600 mil habitantes (BARBOSA, 2007, p. 41). Sem embargo, mais do que unicamente fornecer para a pesquisa⁴ a visão de Barreto sobre o corpo editorial do *Correio da Manhã*, o romance também representou a veiculação de notícias sensacionais sobre crimes como uma das estratégias mercadológicas do supracitado diário matinal.

Em uma das suas recordações, Isaías descreve sua surpresa quando Lemos, um “repórter de polícia”, entra na redação “ofegante e deslumbreado” (BARRETO, 1995, p. 80). O colega então, “com a palavra entrecortada, oprimindo felicidade” anuncia um “grande crime” (BARRETO, 1995, p. 80). Os jornalistas da redação, que praticamente “nada sabiam”, trataram de produzir mais boletins sobre o ocorrido, que como observara Isaías por “misteriosa faculdade das multidões, aquele caso, vulgar um mês antes ou depois, naquele dia tomou a proporção de um acontecimento, de um fato pouco comum” (BARRETO, 1995, p. 82). No livro, *o Globo*, “com os seus cartazes contínuos, distraia os compradores” (BARRETO, 1995, p. 84), todavia, em certo ponto eram tantos os boletins que alguns já cobriam os outros, mas o povo continuava aglomerado.

A rua encheu-se ainda mais. Havia gente de toda a sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições. Os que ficavam mais distante, no passeio fronteiro, para ver melhor, punham-se nos bicos dos pés, cheios de ansiedade. Quando subi a escada, voltei-me um instante e vi aquela centena de pessoas, com as pálpebras arregaladas, o pescoço erguido, esforçando-se por ler aquele carapetão formidável forjicado naquela fábrica de carapetões que se chama o jornal (BARRETO, 1995, p. 84).

E ainda que se reconheça o caráter ficcional e, portanto, potencialmente hiperbólico da descrição de Barreto (1995), do impacto de notícias dessa

4. Em função do repleto caráter de *roman à Cléf* do romance de Barreto, durante à pesquisa que culminou na dissertação que serviu como base a este capítulo (FLORES, 2018), recorreu-se também ao citado romance para investigar os discursos produzidos a respeito do diário *Correio da Manhã*, periódico que veiculou as narrativas criminais então analisadas.

natureza no cotidiano dos fictícios transeuntes da Rua Ouvidor, o citado excerto serviu como pontapé inicial para perceber o Rio de Janeiro, do início do século XX, como um contexto possivelmente permeado pelo consumo de notícias sensacionais. Esta hipótese foi anteriormente defendida por outras pesquisas, como a de Valéria Guimarães, que analisou os principais jornais cariocas, percebendo a expansão do gênero, sobretudo a partir do último decênio do século XIX. Referindo-se especificamente ao *Correio da Manhã*, a autora o caracterizou como “muito sensacionalista”, demonstrando que já no seu primeiro ano *faits divers* ocuparam 40% de sua superfície (GUIMARÃES, 2013, p. 124).

No tocante aos possíveis leitores, considera-se que o Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século, possa ter experimentado uma situação de alfabetismo atípica do restante do país.

Enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal era de 522 mil habitantes, um número que praticamente havia dobrado em relação ao recenseamento de 1872. Desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Com o novo século, o índice populacional cresceu de modo acelerado. Em 1906, havia na cidade 811.443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil (EL FAR, 2004, p. 13).

Ainda que se pondere o possível otimismo republicano por trás desses números, a difusão dessas narrativas não é aqui associada exclusivamente ao hábito da leitura individual, mas também a outras práticas de sociabilidade do seu conteúdo. Como exemplo, pode-se citar a sociabilização das notícias propagadas pelos vendedores avulsos, muitos deles “pequenos jornalheiros” – menores de idade que circulavam nas ruas cariocas nas décadas finais do século XIX, anunciando a todo pulmão as manchetes do dia para atizar a curiosidade do público (CHAGAS, 2013, p. 35).

Em uma crônica publicada ainda em 1892, Machado de Assis (1839-1908) observou que a curiosidade do público era atizada, em especial, por notícias centradas em crimes e transgressões. “O homem gosta dos grandes

crimes [...]”⁵ o autor anunciou, atribuindo ao fenômeno do gosto do público por “grandes crimes”, a realização simbólica alcançada pelo seu consumo, descrito como “banquete pantagruélico”.

Digam o que quiserem: o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando tédio. Uma ou outra sentença sobre negócios e ações nominais mal satisfazia a curiosidade e não de todos, porque há muita gente que não conta de cem pontos para cima; eu nem creio em milhares de contos. Ratonices de queijos e outras miudezas são como os biscoitos velhos e poucos; enganam o estomago, não matam a fome. E a fome vivia, crescia, sem nada que lhe pusesse termo, até que um gato descobriu no largo do Depósito aquele tronco de gente, foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a faltar toda cidade. Os mais gulosos pediam ainda a cabeça, as pernas e os braços. O mar, imensa panela, despejou esse manjar último. Agora pedimos cozinheiros; venham os cozinheiros. Não sabemos tudo; não basta haver comido e perguntado pelos cozinheiros. Há muito mais o que saber, – o processo e as minúcias da cozinha.⁶

Na crônica escrita para a *Gazeta de Notícias* e publicada em 25 de setembro daquele ano,⁷ Machado de Assis comentou a repercussão estrondosa do aparecimento de um tronco humano no litoral carioca. O literato atribui a resposta polvorosa ao caso à momentânea saciedade da “fome” da população por relatos minuciosos de crimes. Sendo os criminosos os “cozinheiros” e a cena do crime “uma panela”, pode-se localizar os repórteres, redatores, editores e diagramadores da imprensa carioca como aqueles responsáveis por servir o público com “as minúcias da cozinha”. E, ao fazê-lo, esses jornalistas muitas vezes também se utilizavam de artifícios oriundos da literatura popular para reforçar o tempero de suas narrativas.

Guimarães (2013, p. 20), por exemplo, defendeu que as “seções de variedades, conhecidas no jargão jornalístico pela expressão francesa *faits divers*, fatos diversos, em tradução literal”, teriam a “função de satisfazer a curiosidade e entreter”, ou seja, eram notícias populares voltadas para o

5. *Gazeta de Notícias*, Edição 268, 25 de setembro, p. 1.

6. *Gazeta de Notícias*, Edição 268, 25 de setembro de 1892, p. 1.

7. Embora não sejam assinadas, Segundo Benito Petragalia (2017) as crônicas da secção a “A Semana” da *Gazeta de Notícias* publicadas entre 1892 e 1897 são de autoria de Machado de Assis.

grande público. No entanto, longe de se conformar como “uma simples nota comunicando uma ocorrência policial” (GUIMARÃES, 2013 p. 20), a autora verificou na constituição dessa notícia popular outros recursos dentre os quais destaca um forte teor folhetinesco (GUIMARÃES, 2013, p. 20).

Nota-se, portanto, que visando à satisfação, conquista e manutenção do público, a inventividade jornalística se fazia presente em várias etapas do processo de construção desses *faits divers*. Primeiramente, dentre a infinidade de casos policiais que marcavam o cotidiano carioca no início do século XX, na seleção diária, optava-se pela cobertura de certos crimes em detrimento de outros. Em um segundo lugar, os repórteres dispunham de meios criativos em suas narrativas, conferindo importância a determinados pormenores e minúcias ou mesmo ficcionalizando alguns aspectos dos ocorridos.

Analisando os pormenores da cobertura jornalística de um caso que mobilizou a capital, Marília Rodrigues Oliveira (2014) caracterizou as notícias de crimes como capazes de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais. Para a pesquisadora, ao mobilizar aquilo que denominou como uma *gramática emocional*, a imprensa lidaria também com densas questões sociais de seu tempo (OLIVEIRA, 2014).

Diante do exposto até aqui, o presente capítulo visa, primeiramente, explicitar algumas das interfaces presentes entre os *faits divers* e outras narrativas sensacionais que circulavam no início do século XX e a seguir analisar a notícia “LENOCÍNIO – Exploração e baixeza – Uma desgraçada!”, publicada em 5 de março de 1903, pelo *Correio da Manhã*. A partir da problematização das representações mobilizadas na citada narrativa, será discorrido, então, sobre como o emprego de recursos melodramáticos, na representação de transgressões protagonizadas por corpos generificados, pode desvelar significados sociais investidos às experiências de feminilidade, sobretudo no que diz respeito às condutas sexuais desses sujeitos.

O enquadramento cotidiano dos corpos, a partir do binarismo macho/fêmea e homem/mulher, evoca uma série de saberes e significados socio-culturais. O pênis, a vagina ou mesmo as tidas características sexuais secundárias como seios, pomo de Adão ou pelos faciais, inscrevem os corpos em determinados campos de reconhecimento cultural. Segundo Joan Scott (1994), o gênero é um fenômeno histórico, socioculturalmente produzido, reproduzido e transformado, em diferentes situações ao longo do tempo. Sendo assim, neste capítulo, propõe-se entender os *faits divers* como arte-

fatos culturais que viabilizam o estudo histórico sobre como os significados socioculturais das performances de gênero de corpos generificados foram construídos e disputados no início do século XX.

Literatura popular e os *Faits Divers*: enquadramentos sensacionais dos gêneros

Em outra das recordações de Isaías Caminha, narradas no livro de Lima Barreto, aquele expõe como um rocambolesco romance popular poderia inspirar o título de uma notícia criminal:

- Qual deve ser, Floc?
- “Bucolismo e tragédia”?
- Qual! É erudito...
- “Ciúme e crime”.
- Por que ciúme?

Por fim, chegou Leporace e lembrou um título rocambolesco de romance popular: “Descampado da morte”. Boa ideia! – gritaram todos; e Adelermo pôs-se a escrever (BARRETO, 1995, p. 82).

Excertos como esse incitam a presunção de uma possível influência da literatura sensacional popular na produção de narrativas jornalísticas de crimes reais. Durante a pesquisa que deu origem a este capítulo (FLORES, 2018), descobriu-se que outros literatos e cronistas também comentaram a circulação dessas brochuras explicitando a sua popularidade no contexto analisado. É o caso da coletânea de crônicas *A Alma Encantadora das Ruas*, do *flâneur* João do Rio (1881-1921). Originalmente publicados no jornal *Gazeta de Notícias* e na revista *Kósmos*, os textos que comporiam a citada compilação foram escritos entre os anos de 1904 e 1907. Especificamente em *Mercadores de Livros e as leituras nas Ruas*, texto datado de 12 de fevereiro de 1906, João do Rio descreveu para os leitores da *Gazeta de Notícias* as atividades de vendedores de livros populares. Em suas palavras, “uma chusma incontável que, todas as manhãs, se espalha pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe os morros, percorre os subúrbios, estaciona nos lugares de movimento” (RIO, 1995, p. 47). Em tom depreciativo, João do Rio (1995) associa tal profissão à vadiagem, lamentando a difusão dessa atividade pe-

las ruas da capital. O conteúdo das obras vendidas também não é poupado de críticas pelo *flâneur*. Referidos como “folhetos sarrabulhentos de crimes e de sandices” (RIO, 1995, p. 48), para João do Rio, tais brochuras seriam exemplares de uma literatura

[...] vorazmente lida na detenção, nos centros de vadiagem, por homens primitivos, balbuciada à luz dos candeeiros de querosene nos casebres humildes, piegas, hipócrita e mal feita, é a sugestionadora de crimes, o impulso à exploração de degenerações sopitadas, o abismo para a gentilha [...]. Tudo quanto é inferior – a calúnia, o falso testemunho, o ódio – serve de entrecho a esses romances mal escritos (RIO, 1995, p. 49).

Tendo elegido como objeto de análise alguns desses romances nos quais “tudo quanto é inferior serve de entrecho”, Alessandra El Far (2004) tratou da literatura popular da virada do século XIX para o XX. Contexto esse, segundo a autora, marcado pela proliferação de “livros baratíssimos”.

[...] as belas encadernações vindas da Europa e os textos assinados por intelectuais de rara erudição, tão apreciados pelas elites ilustradas brasileiras, foram cedendo espaço, nas prateleiras das livrarias, às brochuras baratas, que carregavam consigo tramas mirabolantes, narrativas audaciosas, de tirar o fôlego (EL FAR, 2004, p. 11).

Transformação que El Far (2004) associa, sobretudo, às mudanças de caráter social que, em finais do século XIX, já impactavam a realidade da então capital federal. De acordo com a pesquisadora, fatores como o contingente cada vez maior de homens livres, a imigração europeia, o aumento de profissionais liberais e o estabelecimento de uma população assalariada contribuíram para fazer do volume impresso um produto comercial lucrativo (EL FAR, 2004). Nas suas palavras: “Nessa nova lógica, o melhor livro já não era aquele que deixava transparecer um estilo refinado de escrita, mas o que mais vendia” (EL FAR, 2004, p. 12).

Nesse contexto, a pesquisadora detectou um proeminente investimento na impressão dos “romances de sensação”, um estilo literário de origem francesa que reunia histórias que se propunham a “provocar no leitor emoções pouco experimentadas na previsível rotina do cotidiano” (EL FAR,

2001, p. 113). No geral, logo nas primeiras páginas dessas narrativas, suas protagonistas, majoritariamente corpos genericados como mulheres, eram vítimas de alguma fatalidade e “viam-se obrigadas a abandonar a segurança e a tranquilidade de uma vida pacata para mergulhar numa sucessão de acontecimentos dramáticos, repentinos, cheios de aventura, surpreendentes, injustos e sanguinolentos” (EL FAR, 2004, p. 113).

Ao analisar o teor dessas brochuras populares, El Far (2004) detectou indícios do imaginário social carioca da época, sobretudo no que diz respeito aos códigos de conduta que permeavam seus padrões sociais e de gênero. Com efeito, embora tais histórias fossem construídas em torno de episódios de transgressão, de forma geral, seus conflitos eram resolvidos de maneira que os valores hegemônicos da ordem social vigente fossem reiterados no final (EL FAR, 2004, p. 174-175). Como propõe El Far (2004), a partir da análise e comparação de três títulos *Elzira, a Morta Virgem, Maria, a desgraçada e Casamento e Mortalha*:

Para além das especificidades de cada um, os três romances acima analisados seguiram um roteiro narrativo bastante parecido. Partiram de uma realidade permeada de valores morais compartilhados por todas as personagens para depois mergulharem em situações de completa anomalia, por essa razão, propícias à exacerbação de sentimentos e ao desenrolar de ações repudiadas no dia-a-dia das convenções sociais. Nesse estágio, em que as regras encontravam-se temporariamente suspensas, as jovens e delicadas heroínas degolavam seus carcereiros, abandonavam o comportamento recatado, passavam por experiências corporais de grande intensidade [...] [Contudo] o fim das histórias acabava sempre por restaurar a ordem perdida, que essas meninas, tão protegidas no ambiente doméstico e do lar, viam-se expostas à imprevisibilidade dos acontecimentos e a uma vasta realidade de novas “sensações” (EL FAR, 2004, p. 178).

Os reveses sofridos pelas personagens assumiam, portanto, caráter punitivo e, de certa forma, didático, localizando-se assim as diferentes experiências de feminilidade em um constante embate entre o bem e o mal. Esta era uma característica típica do sistema ficcional melodramático, pois, segundo El Far (2014)

No Melodrama [...] tudo se caracteriza pelo excesso e nada é poupado ao leitor, que recebe informações de maneira exagerada. Os representantes do bem são descritos, repetidas vezes, como detentores de qualidades estimáveis, da mesma forma que os contraventores da ordem ou da felicidade do próximo surgem sob a máscara do egoísmo, da inveja e de uma incansável obsessão pela maldade. Os atos criminosos, quase sempre sanguinolentos e cruéis, aparecem inseridos numa intensa dimensão dramática, revelando ao leitor a antítese existente entre a virtude e as forças que procuram obscurecê-la (EL FAR, 2004, p. 137).

Também Peter Brooks (1995) caracterizou o modo melodramático de representação como uma forma de acesso aos dramas fundamentais da vida moral, expressando-os por meio do exagero e da antítese do bem contra o mal. Segundo Marlyse Meyer (1996, p. 283), já entre “1839 e 1842 os romances folhetins são praticamente cotidianos no *Jornal do Comércio*, embora os autores ainda não sejam os mais modernos” (MEYER, 1996, p. 283). Este modo de construção de universos ficcionais foi também caro à produção dos folhetins do início do século XX (MEYER, 1996).

Os *faits divers* publicados diariamente pelas folhas cariocas do início do século XX, tal como os folhetins em seus rodapés e os romances de sensação promovidos em seus anúncios, compartilhavam elementos no que diz respeito à sua construção narrativa, majoritariamente de caráter sensacional e melodramático. Nesse sentido, Meyer (1996) defende que a narrativa dos folhetins, a despeito de sua extensão, aproximar-se-ia daquilo que se caracteriza como totalidade imanente do *faits divers*. Para a pesquisadora, similarmente aos *faits divers*, a repetição estrutural dos folhetins também produziria um sentido misterioso, “o grude que mantém preso o leitor, que ‘sabe’ perceber as ‘coincidências’ habilmente montadas pelo autor-providência” (MEYER, 1996, p. 100). Ela também destaca que ambos têm em comum o “patético das situações e dos personagens” e “o gosto pelo excesso melodramático, os contrastes” de ambas as produções (MEYER, 1996, p. 100). Estes são elementos narrativos presentes também nos *romances de sensação*, muitas vezes propostos a partir do uso de antíteses, oposições entre o bem e o mal, tal como de noções como coincidência e fatalidade (EL FAR, 2004, p. 146).

Se em *Recordações*, Floc sugere o uso do título de um “romance popular”, El Far (2004) e Meyer (1996) afirmam que muitos autores dos romances

de sensação e folhetins recorriam ao noticiário policial atrás de suas “sensações”. El Far (1996) também defende que

No Rio de Janeiro de finais do século XIX, os “casos do dia” não só rechearam as páginas dos principais periódicos da cidade como também serviram de inspirações para os escritores que construíram suas histórias intercalando o drama vivido pela personagem central com inúmeras outras cenas de caráter inusitado. Questões relevantes na sociedade brasileira daquele tempo, [...] apareciam em meio a enredos atraentes e cativantes (EL FAR, 2004, p. 180).

A apropriação temática de elementos de narrativas de crimes reais, realizada por autores de ficções sensacionais, não era algo necessariamente novo. Segundo El Far (2004, p. 180), as origens das histórias sensacionais e do noticiário criminal são muito próximas, pois desde o “invento da imprensa no Ocidente” há registros da presença de histórias de teor sensacional, circulando em folhetos de ocasião que também divulgavam “eventos espantosos, fatos curiosos e informações de última hora”.

Já Guimarães (2013), ao analisar os desdobramentos dos *faits divers* em terras brasileiras, verificou que, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, as secções de *Varietades*, de *Miscelânea* e congêneres podem ser considerados lugares pouco definidos no jornal, onde se confundiam crônica, folhetim e *faits divers*. Indefinição que, segundo a autora, teria legado “uma associação entre os leitores destes gêneros” (GUIMARÃES, 2013, p. 53), observação que também subsidia a hipótese da proximidade pela qual, historicamente, as expectativas temáticas e simbólicas referentes a essas produções foram desenvolvidas.

“LENOCÍNIO – Exploração e baixeza – Uma desgraçada!”
Considerações sobre o retrato jornalístico de uma “paixão infeliz”

“LENOCÍNIO – Exploração e baixeza – Uma desgraçada!”, sob esse título garrafal em negrito foi disposta, na segunda página da edição de 5 de março de 1903, do *Correio da Manhã*, a reconstrução jornalística da suposta desgraça de Anna Dias, menor de 17 anos, de nacionalidade portuguesa. Sem

embargo, o crime por ele anunciado não foi prontamente relatado, iniciando-se a narrativa da suposta desgraça de Anna pelo seu “epílogo”:

Triste o comovente era o quadro que ao fundo sombrio do quarto da casa n. 117 da rua do Lavradio, se pintava, como uma scena do sofrimento e de dôr, synthese do longo penar o epílogo de uma paixão infeliz. Poucas horas antes entrara ali a desgraçada Anna Dias, moça ainda, de figura sympática e olhar cativante. Arrancara as vestes, ficando apenas com fraldas. Tomou de duas velas, accendeu-as e, tremula e nervosa, collocou-as ao lado do leito. Á cabeceira deixou uma imagem da Senhora da Conceição, cujo rosto de virgem se iluminou frouxamente de tons pallidos, surgindo da penumbra em que estava o aposento mergulhado. Queria morrer a pobre rapariga, mas, quando ia ingerir o corrosivo anteriormente adquirido, foi atacada de violenta crise nervosa, sobrevivendo forte ataque. Os gritos da desventurada Anna Dias foram ouvidos por sua mãe e demais pessoas da casa, as quaes foram encontrada deitada, em contorções.⁸

Subvertendo a ordem cronológica dos eventos, o texto começou pela descrição da tentativa de suicídio da jovem, estabelecendo didaticamente uma relação de casualidade entre o ocorrido e a sua paixão infeliz. A descrição do “epílogo infeliz” também mostrou o emprego de elementos ficcionais para instigar a imaginação dos leitores, para que visualizassem a cena dramática em evidência. Optou-se, por exemplo, pelo uso da palavra “arrancar” e não “tirar”, na descrição do despimento de Anna. Relatou-se também a forma trêmula e nervosa com que a jovem teria acendido duas velas, assim como os efeitos dessa iluminação no cômodo, destacando-se os tons pálidos da luz sobre uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Contudo, de acordo com a própria reportagem, “este repugnante facto, que vimos narrar, foi nos relatado pela mãe da menor, em presença desta, e confirmado por Henriqueta, a dona da casa” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2). Ou seja, ainda que presente, Anna não relatou diretamente o ocorrido, nem sua mãe ou Henriqueta teriam como inferir sobre os reflexos da luz ou a maneira como a menor removeu suas vestes. Explicitam-se, portanto, possíveis floreios narrativos do repórter. Floreios esses que reforçam aquilo que Marialva Barbosa (2007) caracteri-

8. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2.

zou como construção dual de cena: elemento característico do jornalismo sensacional que por meio de antíteses ambiciona comover o leitor, apelando para sua imaginação, mas também para seus valores morais.

Como estava iluminado o quarto, e todos os detalhes sobre o que Anna vestia, foram empregados narrativamente em uma composição de contrastes: a beleza da moça e o quarto sombrio, a Santa Virgem na sua cabeceira e a própria condição de desgraçada que Anna vivia, entre outros. Tais oposições maximizaram o apelo dramático da narrativa. Não por acaso, logo depois de descrever sua tentativa de suicídio em pormenores, é que foi narrada como era a vida da costureira antes de ser supostamente seduzida por um homem casado.

Conta apenas a doirada idade de 17 anos a desgraçada moça, de nacionalidade portuguesa. Hábil costureira, labutava nas oficinas da casa Dreyfus à rua do Ouvidor, onde era bastante estimada pelo seu amor ao trabalho e correção no proceder. Diariamente, logo às primeiras horas do dia, chegava Anna à oficina em que trabalhava, de onde sahia à noite, findo o seu serviço. Sua mãe, de nome Maria, aguardava a sua sahida e acompanhava-a até à casa. Assim viveu a rapariga algum tempo. Quiz a fatalidade que a mísera Anna se deixasse vencer pelos galanteios, que lhe fazia um indivíduo, que a acompanhou durante dias seguidos.⁹

Estabeleceu-se, assim, um cenário de felicidade prévio ao infortúnio ao qual a folha atribuiria o fim da harmonia e, conseqüentemente, uma ruptura instaurada quando: “Esse indivíduo, dirigindo-se a Anna, em uma noite em que a costureira só se encaminhava para casa, fez-lhe mil promessas [...]”.¹⁰ A narrativa construída evocou, nesse sentido, a noção de “fatalidade”. Noção, segundo El Far (2004), cara à produção literária popular de época, e cuja fórmula, de forma geral, estabelecia a mácula do caráter de suas protagonistas, anteriormente virtuosas, enquanto fator que impossibilitaria que alcançassem um futuro próspero e feliz.

Caracterizando-a como uma moça “de proceder honesto”, a reportagem descreveu que, diante das investidas de Manoel da Silva Campos, Anna só aceitou namorá-lo depois dele responder afirmativamente que pretendia

9. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2.

10. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2.

casar-se com ela. Instituiu-se e exacerbou-se uma antítese entre a virtude da moça *versus* a tragédia e o sofrimento do qual seria vítima. Construção narrativa melodramática cujas representações desvelam operações de significação dos estatutos de mulher “honesta” e “desgraçada”, categorizações socioculturais das vivências de corpos generificados como mulheres.

Segundo Roger Chartier (1990), a representação permite a articulação de três modalidades de relação com o mundo social: primeiramente o trabalho de classificação e de delimitação, pelo qual a realidade é construída pelos diferentes grupos; em segundo lugar, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, e por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Nesse sentido, Anna “de proceder honesto” só foi reconhecida como “desgraçada”, após ser

[...] presa de irresistível afeição a Campos, que, na noite de Santo Antônio, dia 18 de junho do ultimo anno, a convidou a ir até a sua casa. Innocente, a infeliz costureira não pode prover a desgraça a que se ia expor, accedendo ao convite. Isto feito, partiram os dois, braços dados em caminho da casa de Campos. Em determinada rua o indivíduo parou, aconselhando a rapariga a que entrasse numa casa, onde elle tinha o seu quarto. A ingenuidade de Anna fez com que ela penetrasse em um quarto de reles hospedaria, para onde a conduzira o indigno individuo. Novas promessas foram ahi feitas, conseguindo Campos executar os seus planos de perversidade e miseria. Sahindo da hospedaria foi Anna para casa de sua mãe, a quem deu explicações ligeiras sobre a sua demora na rua. Dias depois voltou o indigno Manoel Campos a levar novamente a pobre moça à hospedaria, onde após algum tempo de demora, confessou a sua victima ser casado e ter filhos, razão por que não queria mais saber dela!¹¹

A reiterada “inocência” de Anna e o fato de ter aceitado ser acompanhada por Manoel, apenas após este afirmar que pretendia se casar, localizou sua conduta frente a um debate muito caro à sociedade da época: os limites do exercício da sexualidade dos corpos generificados como mulhe-

11. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2.

res. Segundo Rachel Soihet (1989), a honra desses corpos era um conceito sexualmente localizado, veiculado à defesa da virgindade ou a fidelidade conjugal. O corpo generificado como homem teria, nesse contexto, um papel de legitimar ou de destruir a tida honra feminina, seja por maculá-la por meio do sexo pré-nupcial ou por reiterá-la com o matrimônio.

Nota-se que, até certo ponto, salvaguarda-se a imagem da vítima, afinal, segundo a reportagem, a desgraça de Anna não teria resultado de um roubo de seu ímpeto sexual, mas consumada em decorrência dos “planos perversos” de um conquistador. Versão possivelmente oriunda do próprio relato da mãe, mas que serve narrativamente à construção melodramática da notícia. Agente passivo, cujas resistências foram vencidas pelas mil promessas, Anna foi representada como uma seduzida e não uma sedutora, uma prostituída.

Esta dicotomia estava então presente mesmo nas normas jurídicas que regiam as punições cabíveis para criminosos sexuais. O Código Penal de 1890, sustentou, estruturou e respaldou juridicamente uma dicotomia entre as tidas mulheres “honestas” e as “prostitutas”. Classificação que pautara a diferença, por exemplo, nas punições estipuladas aos estupros de tidas “mulheres honestas”, virgens ou não – prisão celular por um ou seis anos – e aos que vitimaram as tidas mulheres “prostitutas” – prisão de seis meses a dois anos (BRASIL, Código penal de 1890, art. 268). Dicotomia também remanescente de códigos anteriores, mais especificamente do Código Penal de 1830, cujo artigo 222 estipulava como punição da cópula carnal, por meio de violência ou ameaça a qualquer mulher honesta, pena de prisão por três a doze anos, sendo que se a violentada fosse “prostituta” determinava-se prisão de um mês a dois anos (BRASIL, Código Penal de 1830, art. 222).

Com efeito, o ser prostituído, em finais do século XIX e início do XX, não se referia apenas a prática em si do meretrício. Conforme nos aponta Esteves (1989), tal categorização frequentemente era projetada às mulheres em tribunais, a partir de uma gama de comportamentos como andar só, sair à noite, embriagar-se, relacionar-se de formas ilícitas, fantasiar-se ou mesmo frequentar festas populares (ESTEVES, 1989). Para se provarem cabíveis de proteção legal, as vítimas propriamente ditas, as defloradas do início do século XX, tinham que antes provar não serem sedutoras, mulheres prostituídas, cuja conduta poderia “deflagrar” a violência sexual a elas infligida.

De acordo com dicionários da época, a sedução estava ligada ao fascínio, ao domínio da vontade e ao desvio de princípios subjetivos, como os “bons costumes”.¹² Citada no Código Penal de 1890, como meio de consumação dos tipos penais de Defloração (art. 267) e Rapto (270-276), a sedução não tinha o seu sentido e conteúdo definidos com exatidão no conjunto de normas jurídicas. Diante de tal imprecisão, na primeira jurisdição brasileira de crimes sexuais, *Delictos contra a honra da mulher*, o jurista Francisco José Viveiros de Castro buscou caracterizar o que considerava serem mulheres verdadeiramente “seduzidas”, ou seja, aquelas que mereciam reparação legal diante de seu defloramento. Publicado originalmente em 1897, o livro propôs que a sedução tinha “no seu sentido jurídico por seu indispensável substractum o engano” (CASTRO, 1936, p. 75). Para o autor,

A mulher, que na linguagem vulgar, chamar-se seduzida, porque seu pudor foi vencido pelos rogos, pelas lágrimas, pelas assíduas atenções, pelos fagos de insistente apaixonado, ou então por impulsos de ambição e de avidez, ou de excitada exaltação dos sentidos não pôde dizer-se seduzida no sentido jurídico [...]. A mulher que rendeu-se à vista do ouro ou de supplicas, não pôde dizer que não consentio e que não dipoz de seu direito: pôde, porém, dizel-o a mulher a que foi feito acreditar uma certa cousa, que a levou a consentir, mas que não teria consentido si conhecesse que era falsa a mesma a cousa (CASTRO, 1936, p. 75-76).

Vencer-se por rogos constantes ou se levar pela própria excitação não implicaria em uma sedução que pudesse ser juridicamente reconhecida. Não por acaso, Anna, descrita como “de proceder honesto”, só teria se dado conta da magnitude do infortúnio quando Manoel revelou já ser casado. Então, “a desafortunada menina”, enganada e desprezada pelo amado,

[...] perdeu-se inteiramente, alugando um quarto na casa n. 117 da rua do Lavradio [...] Henriqueta, a dona da casa notando a pouca idade de

12. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua publicado em 1899 e de autoria de Cândido Figueiredo que definia tal prática como: “Desviar do caminho da verdade; fazer cair em erro ou culpa; enganar ardilosamente; persuadir à prática do mal ou ao desvio dos bons costumes; deshonrar; Subornar para fins ilícitos; (fig.) attrahir, incantar, fascinar, dominar a vontade de (lat. Seducere, de se + ducere)” (FIGUEREIDO, 1900, p. 514).

Anna, aconselhou-a a que se entregasse aos trabalhos do seu ofício, não conseguindo, porém, demover a desorientada rapariga. Anna, mantendo a sua resolução, disso scientificou a Campos. Este, homem desbriado, promptificou-se logo a ir vel-a, chegando mesmo a fazer a promessa de viver amancebado com a misera rapariga. Na casa do Henriqueta, onde se achava Anna, foi elle reprehendiido pelas demais moradoras, que lhe fizeram ver a sua baixeza, arrastando a pobre moça à mais completa das desgraças. Manoel Campos, com o maior cynismo retrucou, apresentando razões que dão medida dos seus sentimentos. Decorridos alguns dias, que foram aproveitados pelo indigno individuo para explorar a rapariga, que lha dava dinheiro, Campos desprezou novamente a infeliz. A moça, que o amava muito, por diversas vezes o foi procurar, e quando com elle se encontrava enchia os bolsos para desempenhar alguns objectos, que elle allegava estarem na casa dos penhores; dinheiro lhe dava também para comer, fazer a barba. Campos percebendo que as dádivas lhe eram feitas para que elle voltasse para companhia de Anna, usou do estratagema de não voltar, pois, assim era constantemente por ella procurado e recebia o dinheiro que pedia.¹³

Aproveitando-se do amor da portuguesa, o “desbriado” Manoel continuaria explorando Anna financeiramente, chegando ao extremo de agredi-la no sábado de carnaval. Agressão que, somada às posteriores extorsões monetárias e rejeições, teriam motivado em Anna uma crise nervosa que resultou na tentativa de suicídio da jovem, que

[...] procurou levar a effeito o seu projeto de suicidio, não conseguindo realizá-lo por ter sido em tempo acudida para o que concorreu o ataque de que foi presa. O facto foi comunicado ao delegado da 8 urbana, que providenciando, fez ir ao local o dr. Thomas Coelho, médico legista da policia. Este facultativo, dando um pouco de ether à enferma, fez abrandar a crise, e então verificou não ter ela tido tempo de tomar o corrosivo. A autoridade fez tomar as declarações de Anna e abriu inquérito sobre o facto. [...] Manoel da Silva Campos, o nojento caften há muito abandonou sua mulher e filhos, tendo atirado à perdição uma prima desta, de quem tem um filho. A policia procura capturá-lo.¹⁴

13. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 março de 1903, p. 2.

14. *Correio da Manhã*, Edição 632, 05 Março de 1903, p. 2.

A reportagem emprega novas oposições: a frieza de Manoel e o amor de Anna, e – de maneira mais importante – a conduta trabalhadora da jovem e a baixeza dele como homem, que insiste em ser mantido pela trabalhadora jovem. A menção da habilidade de Anna na costura já na primeira porção da narrativa, assim como do conselho de Dona Henriqueta para que, diante de sua desgraça, a jovem se entregasse ao trabalho, denotam uma valorização positiva da sua atividade laboral. Por sua vez, Manoel é referido como “desbriado” e “Caften” (cafetão), por manipular Anna para explorar os ganhos do árduo trabalho da moça.

Observa-se que, se em certas instâncias, reportagens como essas podiam reproduzir desqualificações de determinadas condutas sociais e modos e vida – como era o caso das mulheres que exerciam sua sexualidade sem a motivação do casamento – também podiam veicular significações que respondiam aos valores culturais que extrapolavam aquilo que prescreviam médicos e juristas. Nesse sentido, a representação positiva do trabalho de Ana explicita as lutas de representação¹⁵ entre o ideal da esposa-mãe-dona-de-casa assexuada e o imperativo material pelo trabalho, tal como sintetiza Margareth Rago:

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho (RAGO, 1987, p. 62).

O ideal de feminilidade apregoado pelo saber médico propunha ao corpo generificado como mulher o papel de agente familiar da higiene social, devendo ela se dedicar exclusivamente à criação dos filhos e tornar-se o baluarte da moral da sociedade (MATOS, 1996, p. 128). Para os defensores desses preceitos, integrar a cadeia produtiva com um emprego formal impediria que essa mulher desempenhasse o seu papel no ordenamento da socie-

15. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe [...] a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 21).

dade. A título de exemplo, podemos recorrer à supracitada jurisprudência de Castro (1936, p. 23), segundo a qual a mulher engajada nas “batalhas pela vida” perderia as “brancas ilusões, a timidez, o recato”, tornando-se uma “rosa fanada e murcha, sem viço e sem perfume”.

Todavia, ainda que os valores de honra e virtude, tais como os defendidos por Castro, influíssem na sociedade, sobretudo em suas instâncias de controle social, as próprias condições materiais cotidianamente deflagravam ressignificações de valores como virgindade (física e moral), casamento e honestidade (ESTEVES, 1989). De maneira que, ao metamorfosear elementos culturais de seu tempo, tanto dos discursos de ambições ordenadoras das autoridades, como das interpretações “vulgares” dos valores vigentes, as narrativas dos repórteres do *Correio da Manhã* evidenciaram as disputas simbólicas que mobilizavam as experiências sociais de mulheres nesse contexto histórico.

Considerações Finais

Em sua incendiária sátira da redação do *Correio da Manhã*, Lima Barreto narrou a perplexidade de seu protagonista diante da misteriosa faculdade das multidões que transformavam em um acontecimento de grandes proporções, uma ocorrência que em um mês seria esquecida. Anos antes, em 1892, Machado de Assis escrevia sobre a “fome” do público carioca por crimes e seus pormenores. Propondo-se a analisar os artifícios utilizados por jornalistas do período para saciar e conquistar o público, o presente capítulo se propôs a examinar alguns dos artifícios melodramáticos pelos quais os jornalistas do início do século XX construíram significados socioculturais para as condutas femininas, ao narrarem sensacionalmente as tragédias da Capital Federal.

Para tanto, recorreu-se à uma aproximação dessas narrativas com vertentes populares da literatura da época, *os romances de sensação* e *os folhetins*. Ficções populares que, ao veicularem discursos sobre o inusitado, implicitamente também discursavam sobre as expectativas sociais de normalidade. Semelhantemente, *os faits divers criminais* também trataram de transgressões e anomalias que, enquanto categorias socialmente construídas, respondiam às elaborações de diferentes grupos sobre o ordenamento social. Da forma que o arranjo melodramático da desgraça da menor Anna

Dias permitiu a visualização de como a produção jornalística, no início do século XX, utilizava-se de artifícios que a aproximava da produção literária popular da época. Nesse sentido, a análise da narrativa da tentativa de suicídio da jovem portuguesa, circunscrita ao gênero narrativo do *fait divers*, permitiu-nos tecer algumas considerações a respeito do diálogo estabelecido entre a inventividade jornalística, toda uma cultura impressa melodramática e o contexto histórico no qual as expressões de sexualidade dos corpos generificados como mulheres eram objetos de escrutínio médico e preocupação jurídica.

“LENOCÍNIO – Exploração e baixeza – Uma desgraçada!”, justifica o epílogo trágico da paixão de Anna pela sua desgraça, ou seja, o comprometimento de sua virgindade decorreu de seu envolvimento com um homem casado. Essa foi uma operação pela qual se pode visualizar a composição de uma visão de “mulheridade” que valorizava o controle da sexualidade dos corpos generificados como fêmeas a partir da abstinência sexual prévia ao casamento. Sem embargo, embora o estatuto de mulher honesta figurasse na reportagem, em diálogo com as representações apreoadas por médicos e juristas, a menção de atividade laboral de Anna, prática temida entre tais setores, não foi um elemento narrativo de desqualificação da menor portuguesa. Explicita-se, portanto, que diante dos dramas que mobilizavam a vida moral carioca no início do século XX, jornalistas também recorreram às elaborações que contradiziam os preceitos estipulados pelos setores autorizados a versar sobre o corpo e a condutas de mulheres.

Referências

A SEMANA. *Gazeta De Notícias*, Rio de Janeiro, ano 18, Edição 268, 25 de setembro de 1892, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pagfis=6643. Acesso em 06 de out. de 2022.

BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto*. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo Autêntica, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302422/>. Acesso em: 8 jun. 2022

BARBOSA, M. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. 1. ed. Rio de Janeiro: Maud, 2007.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda Executar o Código Criminal Do Imperio Do Brazil. Rio de Janeiro: D. Pedro I, Imperador, [1830]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. *Promulga o Código Penal de 1890*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, [1890]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmmimpressao. htm. Acesso em 08 jun. 2022.

BROOKS, P. *The melodramatic Imagination: Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*. 2. ed. Yale: Yale University Press, 1995.

CASTRO, F. J. V. de. *Os Delictos contra a honra da mulher*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1936.

CHAGAS, V. H. C. de S. *Extra! Extra! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*. 2013. 307 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10894?show=full&locale-attribute=en>. Acesso em 06 de out. de 2020.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

ESTEVES, M. de A. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

EL FAR, A. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FIGUEIREDO, C. de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua*. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899. Disponível

em: <https://archive.org/details/novodiccionriod00figugooq/page/n5/mode/2up>. Acesso em 02 de out de 2022.

FLORES, I. L. F. A. *Faits Divers: narrativas de transgressão e crime no Rio de Janeiro do início do século XX (1901-1904)*. 2018. 199p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2018.

GUIMARÃES, V. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 227-240, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/7315>. Acesso em: 24 fev. 2016.

GUIMARÃES, V. *Notícias diversas: suicídios por amor, 'leituras contagiosas' e cultura popular em São Paulo nos anos dez*. 1. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

LENOCÍNIO – EXPLORAÇÃO E BAIXEZA – UMA DESGRAÇADA!. *Correio Da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 3. Edição 632, p. 2, 05 mar. de 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=3428. Acesso em 08 jun. 2022.

MATOS, M. I. Construindo a Paulistaneidade: As representações do feminino e do masculino no discurso médico-eugênico. São Paulo (1890-1930). *História Revista*, São Paulo, v.1, n.1. 1996. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/11052>. Acesso em 6 de out. de 2022.

MEYER, M. *Folhetim: uma História*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, M. R. *A Tragédia da Rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*. Rio de Janeiro, 2012. 199 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2014.

PETRAGLIA, B. O Rio De Janeiro Nas Crônicas De A Semana. *Machado de Assis em Linha*. São Paulo, 2017, v. 10, n. 22. Acesso em 6 out. de 2022, p. 126-

147. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-6821201710229>. Epub dez 2017. ISSN 1983-6821. <https://doi.org/10.1590/1983-6821201710229>.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

RIO, J. do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. *E-book*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf. Acesso em 6 de out. de 2022.

SANTOS, J. dos. *Crônica Literária*. A Notícia. Rio de Janeiro. Ano XVI. Edição, 291, p. 1, 15 de dez. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=15737>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 3, p. 11–27, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 6 out. 2022.

SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: Triste Visionário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOIHET, R. *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

A escrita de si nas cartas de Elza Bertaso aos pais: educação feminina e subjetividades (1920-1923)¹

Isabel Schapuis Wendling

Introdução

No início do ano de 1920, Elza Bertaso, então com 14 anos de idade, estava em São Paulo se preparando para iniciar os estudos no colégio Nossa Senhora de Sion. Alguns dias antes de adentrar o internato, a jovem escreveu uma carta à sua mãe Zenaide que naquele ano morava junto com a família em Passo Fundo-RS: “não imaginas como é lindo S. Paulo! Sexta feira de noite fomos ver a cidade de auto. passeamos por uma hora. [...] Vou entrar para o collegio amanhã. Papae parte amanhã para o Rio. Manda lembranças a todos”.² Deste momento de 1920 até final de 1923, Elza retoma sua rotina de escrita epistolar. Desde 1915, Elza escreveu periodicamente cartas aos pais para relatar seu cotidiano, experiências, aprendizados e, por consequência, construir sua subjetividade de uma jovem de elite.

Parte-se do pressuposto que Elza enquanto uma menina filha de uma família de elite era educada dentro de padrões de gênero, assim como uma menina deveria aprender a cuidar de uma família, ser educada e delicada,

1. O presente texto é parte da pesquisa desenvolvida para a dissertação de Mestrado, intitulada “A escrita de si do menino e do jovem Serafim Bertaso: cartas entre o colégio interno e a família (1920-1929)”, defendida em 2021, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cujo desenvolvimento contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cf. Wendling (2021).

2. BERTASO, Elza. [carta] a mãe. São Paulo: 14 de março de 1920.

ter a estética, postura e condutas – ditas como – femininas.³ Sendo assim, o interesse deste capítulo é compreender como essa jovem se construía dentro do colégio interno e nas relações familiares, visto que suas cartas permitem alcançar um ponto de vista íntimo e subjetivo, presente em poucos documentos com registros sobre essa idade e a vida de jovens no século XX. Este é um diferencial deste trabalho, pois boa parte das pesquisas históricas sobre a infância, segundo Silvia Arend e Esmeralda Blanco B. de Moura, são baseadas em três tipos de fontes que “tratam sobre as crianças, as que foram produzidas para as crianças e as que foram geradas pelas crianças ou por pessoas adultas sobre a infância” (2020, p. 47). Isso se deve especialmente pela escassez de fontes produzidas por crianças, como afirma Susana Sosnenski: “pocos niños y niñas antes del siglo XX escribieron, y fueron mínimos los testimonios infantiles que los sujetos adultos consideraron dignos de preservación. Las opiniones infantiles no se consideraban importantes” (2016, p. 47). Traduzindo: poucas eram as crianças que tinham acesso à escrita em suas diversas formas devido à dificuldade em acessar material, e as que puderam produzir documentos escritos muitas vezes tiveram-nos apagados pelas seleções dos adultos que não as consideraram importantes. Ainda que no período aqui estudado Elza já não seja considerada uma criança, é importante ressaltar que sua escrita epistolar iniciou ainda nesta etapa de sua vida. Apesar de já estar adentrando a juventude, neste período estudado vemos ainda que a jovem era sustentada pelos pais e vista como “menor” a ser educada e mantida em segurança dos perigos do mundo externo, logo, poderia haver certo controle sobre suas correspondências no acesso aos materiais ou para quem e com quem ela se correspondia.

Este capítulo utiliza as cartas de Elza Bertaso aos pais com o objetivo de analisar a escrita de si de Elza nos anos de 1920 a 1923, quando esteve no colégio Nossa Senhora de Sion em São Paulo, visando compreender como

3. Em seu trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Bruna Carolina Krauspenhar avalia os discursos sobre beleza e feminilidade elaborados na imprensa de Chapecó, indicando que os discursos divulgados no jornal *A voz de Chapecó*, na coluna *Garota Bonita*, reforçavam que “essa mulher representada deveria praticar exercícios para não engordar, cuidar com o uso de cosméticos para não comprometer sua beleza natural, era bonita se soubesse escutar as opiniões dos homens mantendo-se calada e precisava cuidar de seu marido quando conseguisse realizar seu maior sonho, o casamento. Esse cuidado envolvia desde a alimentação saudável para que ele não adoecesse, o trabalho doméstico, até o cuidado com os animais domésticos” (2020, p. 66).

ela construía a si e desenvolvia agência enquanto uma jovem ajustada aos padrões de gênero e feminilidade a ela ensinados – e cobrados – na escola e família. Com o propósito secundário de perceber quais instituições normatizadoras e as características e influências delas na construção de si de Elza, analisaremos as motivações dos pais de Elza para enviá-la a um colégio interno feminino distante de casa. Considerando a educação recebida por Elza na escola, pretende-se, também, indicar como alguns ensinamentos passam a ser incorporados por Elza em suas cartas, tanto no desenvolvimento de gostos, aversões e posturas diante da sociedade quanto nos processos de subjetivação, sujeição e agenciamento de si enquanto jovem.

As cartas analisadas estão disponíveis no acervo documental do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM)⁴ e fazem parte do arquivo familiar dos Bertaso, que conta com 722 documentos: as cartas de Elza e de seus irmãos Serafim e Jayme, de seu pai Ernesto, do primo Plínio, além de documentos escolares, cartões, e cartas de amigos recebidas por esses sujeitos da família. Esses documentos foram doados ao CEOM possivelmente⁵ pela filha de Elza Bertaso, Maria Adelaide Pasquali Hirsch. Destaco que esses documentos também foram usados por Hirsch para a elaboração e publicação do livro *Ernesto Bertaso, de Verona a Chapecó* (2005), livro sem fins acadêmicos, biográfico e de caráter laudatório, que reforça a ideia de Ernesto, o pai de Elza, como um desbravador, colonizador e idealizador de Chapecó, dando a ele uma conotação de “herói”. Contudo, apesar da doação dos documentos ao CEOM ter como característica a vontade de reforçar uma memória hegemônica sobre a família Bertaso, esses documentos analisados numa perspectiva histórica permitem desromantizar e acessar perspectivas de uma história da infância e juventude poucas vezes possível.

4. Site do CEOM disponível em: <https://unochapeco.edu.br/ceom>. Acesso em: 14 mar. 2022.

5. O CEOM não possui registros da data exata da doação do arquivo nem mesmo por quem foi doado, mas devido a maior parte dos registros serem sobre Elza Bertaso e por terem sido usados – provavelmente na mesma época da doação ou antes – para a elaboração do livro, deduzo que tenha sido Maria Adelaide Hirsch quem herdou o arquivo familiar e posteriormente fez sua doação.

A formação de uma jovem das elites

Elza Bertaso vivenciava grandes oportunidades para jovens da sua idade da época. Viajar de carro, ir ao cinema, museus, viajar de trem, frequentar escolas privadas para jovens moças – uma vida de privilégios, que buscava moldá-la para uma vida dentro de um grupo social de elite.⁶

Elza era filha do imigrante italiano Ernesto Bertaso, que foi sócio-proprietário da empresa colonizadora *Bertaso, Maia e Cia* desde 1918 (VICENZI, 2006 p. 304), e de Zenaide Bertaso, filha de imigrantes italianos e nascida em Bento Gonçalves-RS, que foi educada e alfabetizada pela mãe, Verona, enquanto o pai, Enos, era comerciante na cidade. Zenaide, além de cumprir os tradicionais afazeres como mãe e esposa, atuou em Passo Fundo-RS e Chapecó-SC como conselheira entre os vizinhos, pois possuía conhecimento em medicina popular (HIRSCH, 2005, p. 25).

A família de Elza, nos anos em que ela estava estudando em colégios internos, se encontrava em ascensão social, em parte por conta da forte rede social desenvolvida pela família em diversas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde Ernesto Bertaso formou sua rede de contatos, construída enquanto trabalhava como caixeiro-viajante e fortalecida quando comprou seu título de coronel da Guarda Nacional, por meio do Diploma do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional (HASS, 1993, p. 58). A partir do processo de colonização de Chapecó pela empresa *Bertaso, Maia e Cia*, a família Bertaso alcançou status de elite regional devido tanto aos poderes na sociedade de capital social⁷ quanto ao capital financeiro.

Elza teve acesso a uma educação dirigida às meninas da elite do início do século XX. Esta começou bem cedo, pois a primeira vez que saiu de casa para estudar tinha apenas 9 anos. Em 1914 tornou-se estudante interna do

6. Flavio M. Heinz entende como elite “[...] os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção” (HEINZ, 2006, p. 9).

7. Pierre Bourdieu elabora capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas ou de interconhecimentos e de inter-reconhecimento.” E completa que “o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.” (2007, p. 67).

colégio Nossa Senhora do Bom Conselho em Porto Alegre, onde permaneceu até 1918. Nesse período, seus pais e seus três irmãos – Serafim, Jayme e Ary – moravam em Guaporé-RS. Já em 1919, quando tinha 14 anos, foi transferida para o Colégio Nossa Senhora de Sion, na capital do estado do Paraná. Porém, como o colégio fechou suas portas no final daquele mesmo ano, no ano seguinte, Elza foi estudar no colégio Nossa Senhora de Sion da capital paulista. Era 1920 e sua família também havia se mudado, agora estavam residindo na cidade gaúcha de Passo Fundo.

É importante destacar que, mesmo havendo colégios mais próximos de onde a família vivia – como três escolas confessionais em Bento Gonçalves, cidade natal de Elza e na qual residiam seus avós maternos (Luchese, 2005, p. 10) –, os pais de Elza optaram por enviar a filha para Porto Alegre, mais tarde para Curitiba e, por fim, para São Paulo, para que ela estudasse sempre em grandes centros urbanos. Talvez isso tenha ocorrido por não encontrarem perto de casa uma educação dentro dos padrões procurados para seus filhos, porque buscavam uma educação distinta para sua classe social. Nas cidades das escolas escolhidas residiam familiares ou amigos próximos que poderiam auxiliar no cuidado de Elza.⁸

Elza foi provavelmente a primeira mulher de sua família a receber uma educação formal, porém tanto sua mãe quanto sua avó haviam tido certa educação, pois a mãe de Zenaide Bertaso atuava como professora em uma escola étnica local. Tal fato indica que existia na família uma certa tradição educacional, o que, somado ao capital cultural objetivado⁹ (concessão do título de Coronel ao Ernesto Bertaso) da família, conferiu maior facilidade a Elza e seus irmãos para alcançarem certos patamares educacionais. Con-

8. Paula Simon também elaborou que a escolha por colégios longe de casa para Elza e Serafim indicava uma busca pela proteção dessas crianças: “no caso de Elza e Serafim, essa forma de educação longe da família e da comunidade, também os afastava dos conflitos regionais do oeste catarinense” (2021, p. 73).

9. Para Pierre Bourdieu existem três estados do capital cultural: “no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais” (BOURDIEU, 2007, p. 74).

forme Bourdieu (2007, p. 42-47), jovens de famílias pobres teriam maior dificuldade em acessar uma educação superior ou serem considerados “bons alunos” visto que não possuíam a mesma “herança cultural” presente entre crianças cujos pais já tiveram alguma educação ou possuíam maior capital financeiro – o que permitiria acesso a museus de arte, acesso a determinadas músicas, eventos culturais. Logo, o esforço teria de ser maior para alcançar o mesmo espaço que uma pessoa que já tivesse na família outras pessoas instruídas, que desenvolveram o “bom gosto” sobre as artes, cultura etc.

Além disso, pontua-se que Elza Bertaso, em seus primeiros anos escolares, recebeu uma educação epistolar, aprendendo tanto caligrafia quanto formas “corretas” de se colocar, expressar e construir uma narrativa epistolar. Como observou Bastos (2012, p. 93), essa educação presente nas instituições escolares “além de exercitar a letra, tornando-a bonita, homogênea e limpa, é uma atividade voltada a produzir o bom aluno e o cidadão com características desejáveis aos padrões sociais da época”.

O colégio Nossa Senhora de Sion foi fundado na França no século XIX e era comandado pelas freiras de Sion, que chegaram ao Brasil em 1888. Unidades deste colégio foram fundadas em diversas cidades do país, sendo o de São Paulo fundado em 1901.¹⁰ Hahner (2012, p. 58) destacou que as “estudantes do Collège de Sion eram famosas por seu francês impecável, seus modos refinados e conhecimentos em literatura clássica, tanto quanto por sua atitude apropriada de submissão à autoridade”, atendendo assim os desejos das elites brasileiras pela educação feminina.

Ao inserir sua filha mais velha em colégios internos e distintos, a família Bertaso não somente assumia uma grande responsabilidade financeira para com a filha, mas também investia em um futuro para elevar o padrão da família. A educação que Elza recebeu dentro desses colégios internos femininos não era direcionada aos negócios ou para torná-la capaz de seguir uma carreira, como o esperado dos homens da família, mas sim uma preparação para alcançar um bom casamento,¹¹ para a vida enquanto uma boa

10. SION. Colégio Sion. Disponível em: <http://colegiosion.com.br/colegio-sion/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

11. A historiadora Marinilse Marina Busato atenta que, entre os italianos, conseguir bons casamentos entre as filhas era uma das formas de aumentar as redes sociais como também de ascender socialmente: “as redes matrimoniais tornaram mais sólidas as associações entre comerciantes, promovendo manutenção de compadrios e ampliação dos laços de parentela enquanto sob a tutela do patriarca da família” (BUSATO, 2019, p. 57).

esposa, uma moça educada, recatada e boa mãe, capaz de cuidar e educar seus filhos e filhas. Durante os anos escolares, desde 1914 até 1918, Elza cursou matérias como “trabalhos com agulha”, bem como aulas de piano, história sagrada, doutrina cristã, francês, alemão, além de aprender desenho (BERTASO, Elza. Boletim escolar emitido pelo colégio N. S. Bom Conselho. Porto Alegre: 1918.) Já no colégio Nossa Senhora de Sion, Elza relata que cursava matérias como aritmética, história, geografia, literatura, francês, português e latim, pintura e piano.¹²

Silva, ao analisar os rituais e rotinas em colégios confessionais femininos no século XX no Brasil, atenta que

o início da educação formal das mulheres no Brasil, em fins do século XIX, foi uma atribuição legada às escolas confessionais (não restrito aos estabelecimentos católicos, ainda que estes figurassem em maior quantidade e atendessem o maior número de educandas naquele momento da história da educação brasileira). O objetivo era integrá-las à formação do “novo cidadão”, articulado com novos princípios patrióticos, morais, científicos e religiosos, cuja finalidade era que se tornassem esposas e mães adequadas e eficientes ao desenvolvimento da nação (SILVA, 2018, p. 120).

Nas escolas os discursos pedagógicos reforçavam estereótipos de gênero¹³ e formavam jovens dentro da divisão social do trabalho da época. Conforme sinaliza Felipe (2000, p. 116), havia nos discursos veiculados, também em revistas pedagógicas do século XX, “expectativas e distinções de gênero”, que indicavam que as mulheres deviam distinguir-se pelo “jeito de caminhar, na forma de olhar (ou não olhar), na contenção do próprio corpo. Ser modesta, discreta, eram atributos extremamente valorizados, talvez uma das maiores virtudes nas mulheres e meninas” (2000, p. 120). Destaca-se que, dentro da educação cristã existente no Brasil no início do século XX, essas distinções entre os papéis sociais de homens e mulheres eram ainda mais presentes visto que foram esses colégios católicos os últi-

12. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. 20 de junho de 1922.

13. Compreendemos gênero sob o viés proposto por Joan Scott enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). Gênero é a relação primária de poder em que a sociedade dita como devem agir os indivíduos de determinados sexos.

mos a aderir ao sistema educacional misto (meninas e meninos na mesma escola). Como aponta Lemos (2007, p. 116), é na cultura cristã que se reforça a crença de que a mulher (Eva) teria sido retirada da costela do homem (Adão) e, em vista disso, seria mais fraca (fisicamente e moralmente) que o homem. Assim,

com relação à feminilidade, a religião sempre legislou sobre suas representações. A mulher no âmbito religioso ocupa um papel de auxiliadora e ajudadora do homem. Seu papel secundário está constantemente legitimado pelo mito de origem judaico-cristão (LEMOS, 2007, p. 119).

Como escola confessional, o Colégio Nossa Senhora de Sion não podia prescindir do ensino religioso para a formação de bons cristãos, no entanto era importante também formá-los de acordo com as expectativas de gênero, bem como nas de classe. Em relação às diferenças que articulam gênero e classe, Lage (2007), que estudou o Colégio Nossa Senhora de Sion, em Campanha-MG, observou as realidades que existiam em muitos colégios da ordem – como aquele em que estudou Elza – ou seja, havia um segmento do colégio destinado às jovens de elite e outro às meninas pobres, que podiam lá estudar se realizassem trabalhos de limpeza do colégio. Segundo a autora, a educação recebida pelas meninas pobres, conhecidas como Martinhas, era mais direcionada ao cunho moral (2007, p. 3).

Elza Bertaso em uma carta à mãe afirma: “hoje passei o dia na escola dos pobres; ensinei-lhes catecismo, e ajudei um pouco as boas irmãs que estão atarefadíssimas, pois, perto de 80 meninas vão fazer a 1ª comunhão no dia 15”.¹⁴ Nesta carta, Elza destaca que a educação cristã que recebeu a tornava capaz de auxiliar na educação de meninas mais novas e pobres, ao mesmo tempo que mostra a hierarquia social existente dentro do colégio de Sion. Elza pôde educar essas jovens pobres dentro do cristianismo e da moralidade por conta de uma longa trajetória educacional na qual aprendeu as normas, posturas, moral e condutas que, pelo menos em parte, já haviam sido incorporadas por ela em seu cotidiano.

14. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. 15 de novembro de 1923.

Diversas estudiosas da história da educação miraram as formas educacionais produzidas pelos colégios confessionais e como a estrutura moldava as condutas das estudantes ao longo de suas vidas. Segundo Sapaterra,

o regime de internato apoiava-se na ideia de que a criança, por ser naturalmente inclinada ao mal, deveria ficar isolada num local onde a alma fosse ensinada a vencer o pecado. Apoiava-se também na concepção de que a modernidade traria ao ser humano a degradação da própria existência. Desse modo, ao terminar os estudos, as meninas estariam fortalecidas e prontas para combaterem o mal e pregarem o catolicismo por toda sociedade (SAPATERRA, 2012, p. 59).

As jovens eram restringidas a se comunicarem apenas com a família, para evitar que os males da sociedade moderna as alcançassem. Assim, Elza, em suas cartas, solicita que sua mãe mande lembranças para as antigas amigas, como forma de manter os laços afetivos, bem como que a mãe explique a elas o motivo de não se corresponder:¹⁵ “Dize a Nair que não escrevo lhe porque o regulamento proíbe escrever a amigas”.¹⁶ Para ter maior liberdade e facilidade em se corresponder com a família, Elza preferia enviar cartas pelo irmão,¹⁷ que as levava direto ao correio, talvez assim evitando burocracias internas: “Serafim esteve aqui domingo, e me prometeu que viria amanhã para buscar esta carta. Porque o que eu mais detesto é mandar carta pelo collegio”.¹⁸

A própria instituição organizava determinados eventos nos quais as jovens treinadas apresentavam às pessoas da sociedade local suas posturas e condutas. As cerimônias de premiação e celebração funcionavam também como uma forma de propaganda do modelo escolar de educação cristã, que aliava o aprendizado de conhecimentos destinados à formação dentro de

15. A partir das correspondências de Elza, notamos que suas cartas são sempre entre membros da família, como pai, mãe, irmãos e tia. Já seu irmão Serafim, apesar de também não poder receber cartas de amigos, conseguia sair do colégio e enviar diretamente pelo correio, o que pode justificar a presença de cartas de amigos que encontramos no arquivo da família.

16. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 10 de julho de 1921.

17. Serafim esteve em São Paulo no colégio Anglo-Brasileiro nos anos de 1921 a 1922. Entre seus 13 e 14 anos.

18. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 22 de junho de 1922.

padrões de gênero e classe, à formação dentro dos parâmetros religiosos, como indica o relato de Elza sobre as 80 meninas que estavam se preparando para a 1ª comunhão católica.

Elza Bertaso, em suas cartas, descreve rituais e festividades que marcaram seu cotidiano escolar, impedindo ou retardando, por vezes, a comunicação com a família:

Não escrevi a mais tempo, porque estava preparando exames e não tinha tempo.

Já fiz exame de Álgebra e História de França. Merecendo distinção com louvor em ambos, não tive por ter chegado tarde.

No de Álgebra, tive somente distinção, e no de História de França, plenamente.

Senti imenso, mas sendo de regulamento que entrando tarde, não pode ter distinção com louvor... conformei-me.

Sabado começarão as férias de Pascoa, que durarão uma semana. Logo depois teremos dois exames de Catecismo e História Geral.

Sabendo que não poderei tirar distinção com louvor, farei o possível para, ao menos, merecel-a.¹⁹

Como é possível perceber, Elza busca mostrar sua dedicação e justificar o motivo de não receber honrarias. De certa forma, questiona e demonstra insatisfação com as regras escolares, mas também afirma ter se conformado, demonstrando um modo de sujeição àquelas.²⁰

O sistema de premiação de que fala Elza, assim como o de emulação, era muito presente nos colégios confessionais, tanto masculinos quanto femininos.²¹ Em eventos promovidos pela instituição, que tinham forma similar aos promovidos por outras escolas confessionais, as jovens mais premiadas

19. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 20 de março de 1921.

20. Michel Foucault (1998, p. 27) se refere aos modos de sujeição “à maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática”.

21. Norberto Dallabrida, que estudou a estrutura educacional do Ginásio Catarinense de Florianópolis, afirmou que: “no século XIX, com o advento da sociedade disciplinar, que aboliria os castigos corporais nos colégios jesuíticos, a emulação e a premiação foram ainda mais tonificadas e aperfeiçoadas. A ‘digna emulação’ era incentivada sutilmente nas classes ginasiais, estabelecendo um clima de constante superação entre todos os alunos [...]” (DALLABRIDA, 2001, p. 165).

eram apresentadas e destacavam-se outras habilidades destas, adquiridas pela educação recebida. Sapaterra (2012, p. 61), que estudou no Colégio Feminino Nossa Senhora do Patrocínio, afirmou: “fazia-se uma grande festa, com discurso de autoridades presentes e apresentação de músicas e números teatrais, prática constante no universo dos colégios confessionais femininos espalhados pelo país”.

Elza, em suas cartas, relata esses eventos como datas especiais a serem lembradas:

Hontem tivemos uma pequena festa que as boas Irmãs ofereceram ao Reverendíssimo Padre, Capelão do collegio. Houve recitações, cantos e musicas: piano e violino. Uma pequenina de 5 annos, do Jardim da Infancia, pois, aqui também há Jardim da Infancia, tocou piano. Tocou tão bem que parecia uma pessoa grande. Foi muito aplaudida. A festa foi muito bonitinha. Quasi todas as alumnas do collegio, escreveram ao Bom Padre. Também escrevi em frances.

É verdade que a carta foi corrigida por minha bôa mestra. Chama-se Mire Louise Madeleine. É muito bôa. É um pouco severa, mas creio que todas as boas mestras devem ser severas.²²

Elza mostra apreço pela educação recebida e o aprendizado decorrente desta, destacando sua escrita de uma carta em francês, o que por um lado busca evidenciar seu empenho e aprendizado e, por outro, o empenho da escola em bem ensinar. Este “bom” ensino é, por sua vez, destacado em eventos que apresentam os talentos das estudantes.

Assim, a educação de Elza era direcionada à formação de uma mulher dentro dos padrões de gênero vigentes. Mesmo frequentando escolas prestigiosas, diferente de seus irmãos Serafim e Jayme, ela não chegou a cursar ensino superior, seus estudos se encerraram no Colégio de Sion em 1923 com 18 anos.

É possível, a partir dessas breves reflexões, aferir que Elza foi destinada a uma educação dentro da moral cristã, que construía e/ou reforçava padrões de feminilidade para as jovens pertencentes a grupos de elite do século XX. A família, ao mandar a filha a essas instituições, investia em um bom

22. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 26 de abril de 1920.

casamento, formando boas administradoras do lar, jovens cultas, recatadas e com uma postura adequada/esperada na sociedade.

Construindo-se enquanto uma jovem de elite

Apesar das cartas de Elza inicialmente se apresentarem como relatos dos aprendizados escolares, há a construção de si e os processos de subjetivação de Elza enquanto jovem.

A juventude, que compreende a longa adolescência da puberdade até a vida adulta do casamento, foi considerada, historicamente, como uma fase de transição e rebeldia social. Atualmente se entende que este período é mais subjetivo, dependente de classe social e muitas vezes de gênero. Como aponta Oliveira (2018, p. 4), “durante muito tempo os jovens não eram reconhecidos, pois na maioria das vezes tinham que assumir muito cedo as responsabilidades de um adulto, sendo que os únicos que podiam desfrutar por mais tempo da condição de ser jovem eram os filhos da burguesia”. Mulheres muitas vezes viviam por menos tempo uma juventude, visto que se casavam mais cedo em comparação aos homens.

Elza, de 1921 a 1923, remeteu 51 cartas aos pais, mas devido ao fato de seu pai viajar constantemente, a maioria das cartas foram destinadas à mãe. Entretanto, a menção ao pai estava sempre presente. Nesse período, Elza possuía experiência com a escrita epistolar, suas cartas eram muito bem estruturadas e a jovem conhecia diferentes formas de tratamentos para iniciá-las e finalizá-las, impedindo-a de ser repetitiva. Suas cartas possuíam, em média, 2 a 3 páginas, nas quais dedicava sempre algumas linhas para perguntar sobre algum familiar ou amigo de quem a mãe poderia ter informações ou repassar lembranças, como pode ser percebido na carta de 1 de agosto de 1920:

Queridíssima Mamã.

Esta em minhas mãos tua querida cartinha, que me deu imensas alegrias. Graças ao bom Deus vou indo muito bem de saude como de estudos.

Nossa D.D. Superiora Geral já está em campanha. Ficamos imensamente tristes com sua partida.

Hoje as meninas tiveram saídas.

D. Palmyra já foi a Guaporé? Dize a ella que faça o favor de dar um abraço por mim em Paulina, lembranças a família do S^o Rizza, e a todas as amiguinhas. Dize-lhe também que estou com muita inveja della.

Como passa D. Jertrudes?

Dá-lhe muitas lembranças.

Recebe com papae, Serafim e Jayme mil beijos de tua filha saudosa Elza.²³

Em muitas de suas cartas, Elza reflete pouquíssimo sobre si, seus sentimentos, emoções, alegrias e tristezas. Geralmente essas reflexões são perceptíveis no decorrer dos relatos da vida cotidiana escolar, como quando narra a tristeza, sua e de suas colegas, com a partida da Superiora Geral do colégio. Elza, que estava distante da família e amigos, apresenta-se focada em manter os laços familiares, constrói-se como uma pessoa cuidadosa e carinhosa com a família. Foucault (1992, p. 9) afirma que a carta é uma “maneira de se apresentar ao correspondente no decorrer da vida cotidiana”, assim, ao escrever sobre seu cotidiano, a jovem aproxima-se de sua família que não vive com ela seu cotidiano, mas podem conhecê-lo por meio dos relatos produzidos nas cartas.

Cabe pontuar também que, em um mesmo período, a juventude pode ser compreendida de maneiras diferentes entre as gerações, observado em uma carta destinada por Elza à sua mãe, em 1923: “Mamãe, só me falaste por alto, mas eu quero saber tudo. Manda-me dizer tudo o que aconteceu por ahí, sim? Sabe que já tenho 18 annos e portanto não sou mais criança”.²⁴ Aqui, Elza reforça não se reconhecer mais enquanto criança e busca demonstrar maturidade e sabedoria em lidar com problemas de maior complexidade. Percebe que a mãe pode não a ver dessa maneira e, diante disso, reforça não ser mais criança (mas também não se coloca enquanto adulta). Sua mãe talvez ainda não a visse de tal maneira devido a Elza recentemente ter completado 18 anos e ainda estar estudando como interna.

É por meio das cartas que Elza vai se construir diante da família uma jovem mulher, ao mesmo tempo que efetua uma relação social, aborda em suas cartas os relacionamentos com outros sujeitos que adentram ao mesmo grupo social da família, fala com a mãe sobre seus irmãos, pai, tios e primos.

23. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo, 1 de agosto de 1920.

24. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 8 de agosto de 1923

Demonstra lembrar e prezar pelo grupo familiar, construindo a si mesma enquanto uma jovem preocupada com o bem da família e capaz de fazer a manutenção dessa rede social. Um exemplo é a carta escrita por Elza em 2 de julho de 1922:

Querida Mamãe

Espero que esta encontre todos gozando saude. Eu vou indo muito bem.

Meu ouvido está melhor; de vez em quando ainda dóe, mas não é nada.

Já começamos os estudos. A entrada foi hontem. Estou contentíssima porque já começou o mez de julho, agora só penso na chegada de papae. As saudades são tantas!

Não sabe si Nair e Dina vêm para o centenário?

Hontem a noite chegou aqui, a superiora de Campanha, Mire Agathe. Não imaginas quanto pinteí estas ferias: acabei um quadro a aquarela, fiz um a oleo e estou fazendo o segundo.

Acabo de receber tua cartinha neste instante. Cahi das nuvens ao saber que Dina é noiva. Não cortei meu cabelo porque fiquei com medo de me arrepender. Esta só em casa com Jayme?

Adeus, querida Mamãe, recebe com Jayme e Plinio mil beijinhos de

Tua filinha Elza.²⁵

Conforme Camargo, “não é propriamente a carta o laço; é o pedaço de papel, as lembranças que afloram, e com elas o sentimento e a emoção de momentos passados, que também são laços. A carta é o veículo. A escrita, modos de ser. E a leitura, modos de ler” (CAMARGO, 2000, p. 27). Assim como a lembrança e a forma que se constrói abarca a memória familiar, o laço familiar é reforçado mais ainda quando há retorno, notícias que envolvem essa relação e de outros membros da família. Como ao final desse trecho, quando Elza menciona a chegada da carta da mãe com notícias de que “Dina está noiva”, alegrando a jovem.

Elza cobrava retorno de sua mãe em relação às cartas, reforçando o pacto epistolar, que consiste na troca de informações cotidianas e de notícias, pautadas na necessidade de resposta e de uma dedicação similar pelos correspondentes (DE PAULA, 2012, p. 847).

Não sei mais o que fazer para ter noticias tuas.

25. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo, 02 de julho de 1922.

Não recibes minhas cartas? Si não fôr não sei porque não recebo notícias. Ha mais de mez e meio que sahi de casa e até hoje ninguem deu signal de vida. Compreendes como estou inquieta, porque não é possível que não tendo motivo algum não me escrevas. Espero que ao receberes esta carta me respondas por outra bem longa, para reparar...²⁶

Ao não receber respostas, ou ao receber respostas muito curtas, Elza reclamava e realizava movimentos de revolta: “sabes que estou com vontade de ‘fazer greve’, como no anno passado? Enquanto não receber carta, não escreverei mais”.²⁷ Contudo, mesmo em momentos em que demonstra sua insatisfação, Elza busca amenizar a situação. Como atenta Diaz (2016, p. 150), a escrita autobiográfica parte de si para o outro, pensando nas reações e possíveis interpretações que o leitor fará sobre ele. “Não é um simples reflexo de si que se ofereceria para captar o olhar fascinado daquele que se convocou para isso, mas é o processo de escrita pelo qual o sujeito se produz, tomando consciência da presença e do peso de outro na constituição de sua identidade” (DIAZ, 2016, p. 151). Na sequência da carta, Elza tenta elaborar uma compreensão plausível em relação à falta de retorno da mãe, reconhecendo as falhas no serviço postal, que muitas vezes não entregavam as cartas ou demoravam para fazer a entrega. “Soube do desastre que aconteceu com a ponte, e por isso tenho mais paciência, porque por mar as cartas levam mais tempo para chegar. Mas não creio que demorem mez e meio...”²⁸

Elza escrevia cartas pensando, quiçá, em possíveis reações dos destinatários (no caso, pai e mãe) diante dos seus relatos. Por isso, tomava certos cuidados ao falar de si para os pais, como, a exemplo, quando pede para a mãe que o pai a busque no colégio ou que permita que ela vá com a colega para Curitiba: “uma menina de Curityba, Francisca Mader, quer muito que eu vá com ella. Porém, acho que papae não deixa. Tambem acho inconveniente, pois, é muito encamado para sua família. E tambem, porque papae quer eu fique no collegio, e eu quero fazer sua vontade”.²⁹ Elza, ao compreender a posição de autoridade do pai, assume agência de si, constrói os modos de sujeição às normas da família, como no exemplo citado, no qual já ima-

26. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo, 22 de fevereiro de 1923.

27. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 18 de fevereiro de 1923.

28. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 18 de fevereiro de 1923.

29. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 30 de maio de 1923.

gina o posicionamento negativo do pai e suas possíveis motivações, entretanto, ainda assim faz o pedido, mas de forma descompromissada e, talvez até, sem demonstrar esperanças.

Como indicado anteriormente, Elza remete poucas cartas ao pai, em geral suas cartas são direcionadas à mãe ou aos pais. Mesmo quando há questões direcionadas ao pai para resolvê-las, a carta é remetida à mãe, que terá a atribuição de informar e repassar ao pai. Muito provavelmente isso ocorre devido ao fato de Ernesto estar em constantes viagens a trabalho, assim a relação epistolar se torna mais forte com a mãe. Um exemplo é a carta de Elza à mãe, de 24 de julho de 1921, na qual a jovem pergunta: “qual foi a impressão de papae a respeito de Regina? Está muito adiantada no piano?”, mostrando interesse nas reações e opiniões do pai diante de determinados assuntos, mas que serão repassados a ele e elaborados pela mãe Zenaide.

Constituindo-se “a comunicação epistolar uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetivo e existencial” (GÓMEZ, 2002, p. 18), as cartas, conforme afirma Gómez, não serviam apenas para transmitir ideias e pensamentos, mas como reflexões sobre experiências cotidianas, relatos íntimos, nos quais os sujeitos são capazes de construir na narrativa uma visão sobre si. Nas cartas de Elza, suas reflexões geralmente se destacam em relação à aprendizagem e cuidado com o corpo e saúde.

Ao escrever seus relatos de aprendizados e cotidiano escolar, Elza visualiza possíveis reações da família. Por isso mostra-se dedicada, pois entende que os pais estão investindo em seu futuro e irão querer resultados. Ao escrever sobre seu corpo, também se mostra cuidadosa, e ao falar de algum problema ou doença tenta acalmar a mãe e mostrar que dedica atenção e trata com cuidado do que acontece com esse corpo. Isto é visível no trecho da carta que escreveu à mãe: “eu vou passando bem”, mas em seguida aponta à mãe que está mancando devido uma lesão ocasionada ao pular corda, bem como o relato de ter ido ao médico “para examinar [seu] ouvido”. Em outro trecho podemos perceber o processo de elaboração de gostos associado ao cuidado com o corpo e como relata isso à mãe: “imagina, aumentei 6 kilos; estou pesando 46, quando vim estava pesando 40. Dia 24 foi festa das Irmãs Conversas. Fizemos-lhes uma pequena festinha. Dia 25 fomos visitar uma fábrica de metal. Foi lá que me pesei. Gostei muito do passeio”.³⁰

30. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 28 de junho de 1921.

Os gostos da jovem vão se construindo conforme as experiências cotidianas que estão extremamente ligadas à cultura escolar, logo, são determinados eventos, hobbies, atividades que ocorrem dentro da escola (ou das atividades da escola) com ao quais a jovem vai se identificar ou não.

Minhas férias estão bem preenchidas: imagina que estamos preparando uma festa para as Irmãs conversas (Irmãs de serviço) para o dia 24. Tenho três papéis bem compridos, vou tocar, cantar etc. Todas as manhãs estudo uma hora de piano, e temos uma hora de pintura. Já fiz 3 quadros à aquarela, e comecei a pintar a óleo. Comprei uma caixa de tinta a óleo que eu não tinha custou 140\$000, caríssima mas muito boa. Este ano temos exposição.³¹

As atividades relatadas pela jovem, realizadas durante o período de férias, mostram seus interesses dentro das possibilidades oferecidas pela escola, marcadamente direcionadas ao gênero feminino. Seu apreço pelo piano, música e pintura são incentivados, ou construídos pela escola que os oferece como parte da formação das jovens mulheres. Isto parece claro quando Elza narra suas práticas ligadas ao pintar, tocar, cantar, representar, como um trabalho, ou seja, não eram atividades feitas simplesmente por prazer, mas para formar-se, ao mesmo tempo que contribuía para o desenvolvimento de práticas culturais na escola, como o evento e a exposição dos trabalhos.

Considerações Finais

Por meio das cartas de Elza Bertaso pudemos averiguar uma relação bastante próxima com a mãe, bem como que aquelas são elaboradas como uma oportunidade de se aproximar da família e de apresentar aprendizados e crescimentos pessoais aos pais. Todavia, percebemos por meio das cartas também a presença de instituições normatizadoras que influenciavam na elaboração e construção de si por Elza, como a família e a escola.

A família buscava encontrar em Elza uma jovem educada e que fosse capaz de incumbir-se com o cuidado do lar e de sua futura família. À vista disso, os pais de Elza, Ernesto e Zenaide, que já possuíam certo capital fi-

31. BERTASO, Elza. [carta] à mãe. São Paulo: 20 de junho de 1922.

nanceiro, investiram na educação da filha e dos filhos. Enviaram Elza desde nova para estudar em colégios de regime interno e católicos direcionados a meninas.

Essa educação por qual passou Elza considerava os papéis de gênero na sociedade e, enquanto mulher, ela foi preparada para a vida privada, a ser boa esposa, mãe, recatada, culta, religiosa e responsável, capaz de organizar o lar dentro dos padrões modernos. Essa educação a diferenciava de outras jovens pobres. Para tanto, atuavam as escolas, como colégio Nossa Senhora de Sion onde a jovem permaneceu de 1920 a 1923, que era destinado à educação cristã, moral e com destaque à cultura europeia, especialmente francesa. Como interna, Elza passava por constantes vigilâncias sobre seu corpo que deveria se adaptar à rotina, posturas e normas. Averiguamos por meio de documentos escolares e de relatos nas cartas que Elza recebia constantemente premiações pela dedicação e bons resultados escolares, o que evidencia que a jovem incorporava e muitas vezes se submetia aos padrões promovidos pela instituição.

É na escrita de si presente nas cartas escritas na escola (e muitas vezes sobre a escola) que Elza constrói-se. Ela incorpora na escrita os padrões de feminilidade aprendidos naquela, especialmente no que diz respeito ao cuidado familiar e expõe apropriação de bens culturais, via aprendizado de línguas, instrumentos musicais, artesanato etc. A jovem já compreende os espaços sociais nos quais a família busca inseri-la e, da mesma forma, reconhece como sua mãe e seu pai gostariam que se comportasse. Logo, em sua escrita, desenvolve o “bom gosto” (BOURDIEU, 2007, p. 45) aprendido na escola e constrói-se dentro das características que, entende, mais agradariam aos pais. Mas também percebemos que nem sempre Elza aceitava simplesmente o que lhe era dito ou apresentado como correto, de formas sutis agenciava-se e questionava tanto as normas escolares quanto a presença (ou falta da presença) familiar. Nesse processo de subjetivação, Elza evidenciava em suas cartas uma dedicação, mas buscava retorno e reconhecimento.

Referências

AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B. de. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. *In*: CARDOZO, J. C. da

S. et al. (orgs.). *História das crianças no Brasil Meridional*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 159-194.

BASTOS, M. H. C. *Álbuns e escrita Infantil: escrita epistolar dos alunos do curso primário do Colégio Farroupilha (Porto Alegre/RS 1948-1966)*. Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 75-97, mai. 2012.

BERTASO, E. *Coleção Particular da Família Bertaso* (CPFEB) – 50.00. Cartas e correspondências, boletins, de Elza Bertaso. Ano 1920-1923. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BUSATO, M. M. *Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF, 2019.

CAMARGO, M. R. R. M. de. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (orgs.). *Refúgios do eu: Educação, História, Escrita Autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 17-27.

DALLABRIDA, N. *Virtus et Scientia: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites catarinenses na Primeira República*. 2001. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2001.

DE PAULA, D. C. Conversas a distância: o cotidiano epistolar da Baronesa dos Três Serros no início do século XX (Rio de Janeiro/Pelotas-RS). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 833-848, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://scielo.br/j/vh/a/6jTJbpfTC39xmXGygkmVHcv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DIAZ, B. *O Gênero epistolar ou o pensamento nômade*. São Paulo: Edusp, 2016.

FELIPE, J. Infância, gênero e sexualidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 115-130, jan. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/48688>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GÓMEZ, A. de C. Historia de la cultura escrita ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, M. J. (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-63.

HASS, M. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945 a 1965*. 1993. 361 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 224 p.

HIRSCH, M. A. P. *Ernesto Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005. 327 p.

LAGE, A. C. P. As diferenças sociais e a divisão do trabalho presentes no ensino feminino do Colégio Nossa Senhora de Sion de Campanha (MG). In: XXIV Simpósio Nacional De História, 14., 2007, [S.I.] *Anais [...]*. Sem Informação: Anpuh Nacional, 2007. p. 1-8.

LEMOS, F. “Se deus é homem, o demônio é [a] mulher!”: a influência da religião na construção e manutenção social das representações de gênero. *Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, v. 6, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2131>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LUCHESE, T. Â. O processo escolar entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: *Reunião Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa*

em *Educação*, 28. 2005. Caxambu, Anais [...]. Disponível em: <http://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1138-intok.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

KRAUSPENHAR, B. C. *Garota Bonita: as representações sobre beleza e feminilidade na imprensa chapecoense*. 2020. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2020.

OLIVEIRA, R. C. de. O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. In: XVI Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. *Anais* [...]. Vitória: Enpess, 2018. p. 2-19.

SAPATERRA, A. P. Colégios católicos femininos: a educação no colégio nossa senhora do patrocínio. *Verbum – Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 48-65, jan. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/8025>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SIMON, P. M. *Queridos Paes, Querida Mamãe... Entre o público e o privado: as relações de gênero em colégios internos no Brasil a partir das cartas dos irmãos Bertaso (1917-1922)*. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Eflch), Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

SILVA, S. M. A. Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 117-136, jul./ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.58767>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SOSENSKI, S. Dar casa a las voces infantiles, reflexiones desde la historia. *Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, v.14, n.1, p.43-52, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11600/1692715x.1411250315>. Acesso em: 29 mar.2022.

VICENZI, R. Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 19, n. 25, p. 301-318, 2006. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/139/showToc>. Acesso em: 27 jan. 2020.

WENDLING, I. S. *A escrita de si do menino e do jovem Serafim Bertaso: cartas entre o colégio interno e a família (1920-1929)*. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

As senhoras da sociedade e os entremeios da participação feminina na esfera pública (Maringá-1960/1970)¹

Gessica Aline Silva

No acontecimento, predominava a elegância das Damas Rotárias que se apresentaram com elegantes toaletes, dando aquele colorido tão necessário as pedidas sociais. A elas, Damas Rotárias, cabem os elogios pela fina ornamentação que se notava no ambiente festivo daquela inesquecível reunião. O ápice da reunião foi, sem dúvida, quando apagaram o bolo de aniversário de fundação.²

Publicado na coluna social da *Folha do Norte do Paraná*, em 20 de junho de 1967, o trecho acima veicula comentários e elogios às reuniões sociais realizadas no Clube Rotary, enfatizando a presença feminina, descrevendo seus trajes e a elegância do salão. Consideramos que as notas na imprensa, bem como os elementos de consumo ostentados pelos sujeitos que buscavam ser categorizados como a “alta e boa sociedade maringaense”, se constituíam enquanto marcadores sociais, que agregavam valores, identidade e coesão

1. O presente texto é parte da pesquisa desenvolvida para a dissertação de Mestrado, intitulada “Entre o ‘new society’ e o ‘xilindró’: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na *Folha do Norte do Paraná*” (1965-1973), defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cujo desenvolvimento contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cf. Silva (2018).

2. *Folha do Norte do Paraná*, 20/06/1967.

a tal grupo. As figuras femininas destacadas no texto eram apresentadas como objetos de admiração e apreciação pela sua beleza, educação e formas de vestir, como peças que complementavam os ambientes.

A partir da leitura das edições da *Folha do Norte do Paraná*, periódico editado em Maringá entre os anos de 1962 e 1979, observamos a repetição de conteúdos que, como este, destacavam a presença feminina nos salões sociais, comentando suas obras assistenciais, casamentos, namoros e bailes de debutantes. Consideramos que por meio dessas apresentações das senhoras da sociedade o jornal contribuía para a atribuição de um elo e uma identidade comum a essas mulheres.

Como pontua Ana Cristina Silva (2011), sobre as pesquisas em periódicos, compreendemos que trabalhar com a imprensa diária, muitas vezes, é lidar com repetições que possuem um caráter imediato, de fácil assimilação e objetivo, que possuem um papel pedagógico e divulgador de padrões. Ao introduzir essas senhoras em suas colunas, como um conteúdo de rápido e de fácil compreensão pelas/os leitoras/es, o jornal as colocava enquanto exemplos a serem seguidos, enquanto modelos que mais se aproximavam de uma feminilidade “ideal”.

Consideramos que a divulgação e exaltação da *Folha do Norte do Paraná* em relação a esse modelo de feminilidade, que intitulamos senhoras da sociedade, é parte de uma formação discursiva sobre Maringá e uma autoimagem que se pretendia atribuir a um grupo considerado a “alta e boa sociedade”. Nas décadas de 1960 e 1970, a cidade vivenciava um processo de modernização urbana, que impulsionava a produção de discursos como forma de garantir a imposição de um modelo de desenvolvimento.

Vejam os textos publicados em 10 de maio de 1968, ocasião em que Maringá comemorava 21 anos de sua emancipação municipal. Em seu editorial, o jornal indicava o momento decisivo vivenciado pela cidade. O passado pioneiro, marcado por ações de coragem e iniciativas individuais, deveria abrir espaço para a construção dos “esquemas rigorosamente sólidos” e planejados, que serviriam de base para um futuro de amadurecimento da comunidade.

A data de grande importância histórica, representando um marco entre o passado que teve as características épicas do pioneirismo e um futuro que agora começa e que definirá pelo nosso amadurecimento como comunidade. [...] Até ontem, as nossas iniciativas foram inspiradas quase

que puramente na coragem; daqui por diante elas terão de basear-se em esquemas rigorosamente sólidos.³

Essa leitura do momento histórico realizada pela *Folha do Norte do Paraná* representa determinados interesses e uma visão de futuro particular para cidade. A partir da análise das edições do periódico, notamos o intento da construção de um discurso que valorizasse aspectos específicos do passado maringaense como a ação dos pioneiros e da companhia de terras, atribuindo valor a alguns elementos do presente como a ação individual e o investimento no desenvolvimento urbano, como determinantes na constituição de um futuro glorioso para Maringá.

Os trechos anteriormente citados se inserem em um conjunto de técnicas utilizadas para construção de um discurso positivo sobre a cidade e seus habitantes. As páginas dos jornais se constituíam enquanto importantes ferramentas na produção de consenso e nos ditames dos debates públicos. A imprensa diária selecionava e organizava as pautas do dia, sendo parte constituinte dos jogos de poder. Enquanto fonte para pesquisa histórica, analisamos os periódicos a partir da problematização do grupo que o produzia, dos seus interesses, de quem financiava as edições, entre outros elementos que influenciavam na organização de seu conteúdo e na produção de suas formações discursivas.

Para este capítulo consideramos algumas questões norteadoras, tais como: quem seriam esses personagens responsáveis pelo passado épico da constituição da comunidade maringaense, marcado pelo pioneirismo e coragem? E quais seriam os sujeitos englobados nesta noção de comunidade? Quanto aos planejamentos futuros e “esquemas rigorosamente sólidos”, a quem se destinavam? Qual foi o papel destinado às mulheres nesse discurso sobre a modernização da cidade de Maringá?

Com base nos referenciais teóricos da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, compreendemos que historicamente o espaço público, as arenas de decisões políticas e econômicas foram desenhadas e ocupadas por homens, sendo o âmbito privado do lar e da família domínio do feminino. Ainda que a segunda metade do século XX seja, em parte, marcada por algumas conquistas dos movimentos feministas em relação ao voto, à edu-

3. *Folha do Norte do Paraná*, 10/05/1968.

cação e aos direitos reprodutivos, o avanço das mulheres no meio público continua marcado por resistências.

Baseadas em tais questões construímos o presente texto com o objetivo de analisar a participação feminina na esfera pública. Partimos do estudo do caso de Maringá, nas décadas de 1960 e 1970, tendo a hipótese de que as formações discursivas sobre a constituição do espaço urbano eram construídas de forma a exaltar os feitos masculinos, minimizando a participação das mulheres em tais momentos históricos, bem como a associando a papéis sociais e historicamente destinados às mulheres como esposa e mãe.

O recorte temporal das análises apresentadas neste capítulo abarca um período de intensas transformações na sociedade maringaense, influenciadas pela reestruturação econômica do município e pelo crescimento de sua população urbana. O estado do Paraná, cuja economia tinha como base a atividade agrária, vivenciava nestas décadas um processo de mecanização da agricultura, concentração de terras, êxodo rural e desenvolvimento da agroindústria. Em âmbito nacional esse contexto era marcado pelo acirramento das repressões da Ditadura Civil Militar e de intenso crescimento econômico, principalmente, para os setores favorecidos pela política econômica dos governos militares, baseada na distribuição generosa de incentivos à agricultura, aos exportadores, à indústria e aos bancos.

Nesse período histórico, a formação social das cidades paranaenses, como Maringá, passou por transformações substanciais, relacionadas a absorção de um contingente populacional advindo das zonas rurais e mesmo de outros estados do Brasil. A *Folha do Norte do Paraná* enquanto um jornal local se colocava a discutir, avaliar e traçar as diretrizes sobre as quais deveria ser construído o futuro da cidade. Consideramos que a síntese desse contexto produzida pelo periódico estava condicionada aos interesses dos grupos que compunham a sua equipe editorial, publicitária e de assinantes.

As parcialidades presentes nos discursos da imprensa não inviabilizam suas análises ou seu emprego como fonte para pesquisa histórica, ao contrário, compreendemos que as potencialidades desse material se encontram justamente em sua atuação como mobilizadores sociais, divulgadores de projetos e de valores morais, na promoção de uma naturalização do inusitado, no esquecimento seletivo, no alinhamento de experiências, na homogeneização de referências para a memória coletiva, na formação de uma

visão imediata do real e na constituição de um público consumidor (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

A partir da análise da imprensa podemos voltar os olhares sobre a sociedade, seus usos e costumes, enquanto uma transmissora parcial dos acontecimentos. Os discursos presentes em um jornal, como a *Folha do Norte do Paraná*, constituíram uma imagem sobre a cidade e sua formação, ao mesmo tempo em que esta permitia a construção de um tipo de jornalismo. Então, esses dois, o periódico e a sociedade maringense, são as grandes influências no processo de constituição das performances públicas de masculinidades e de feminilidades imagináveis em sua esfera de circulação.

Observamos que as formações discursivas apresentadas na *Folha Do Norte do Paraná* sobre as masculinidades e feminilidades indicavam a manutenção de um discurso historicamente forjado acerca dos papéis e dos espaços ocupados por esses sujeitos na sociedade. Como expõe Joana Maria Pedro (2000) acerca da separação das esferas pública e privada, em especial a partir do século XIX no Brasil, caberia às mulheres, principalmente às das classes médias em ascensão, o domínio do espaço privado, do íntimo familiar, do universo de domesticidades, que incluíam virtudes como piedade, pureza e submissão. Ainda que a segunda metade do século XX seja marcada por revoluções nas organizações e nas atribuições dos gêneros, que passam a ser contestadas pelos movimentos feministas, essas imposições encontravam e, ainda encontram, repercussão em alguns setores sociais e discursos tradicionais.

Os espaços são constituídos pelas práticas e pelos discursos que ali se desenvolvem. As formações discursivas fundam, articulam, descrevem, fixam, delimitam os lugares, “os relatos são cotidianos, contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaços” (CERTÉAU, 2014, p. 189). Por meio dessas características e da relação discurso e lugares, eram constituídas determinadas *performatividades* dos sujeitos em sua circulação pela cidade. Com base nesse referencial teórico investigamos os discursos sobre a participação feminina nos entremeios públicos, ou seja, sua atuação em trânsito entre os espaços públicos, privados e suas zonas mediadas e fronteiriças.

Para responder os objetivos propostos, o capítulo está dividido em dois momentos: no primeiro discutimos alguns aspectos da formação social de Maringá e da *Folha do Norte do Paraná*; no segundo, analisamos os discursos

sos apresentados pelo jornal em relação à presença das mulheres nos espaços públicos, principalmente, àquelas vinculadas à “alta e boa sociedade” maringense, indicadas como as responsáveis por impulsionar a modernização e desenvolvimento urbano do município.

Maringá e a Folha do Norte do Paraná

A *Folha do Norte do Paraná* foi um jornal diário publicado em Maringá entre os anos de 1962 e 1979. Idealizado e administrado pela Igreja Católica, personificada na figura do bispo diocesano D. Jaime Coelho, o periódico se constituía com cerca de 6 a 16 páginas, veiculando assuntos diversos sobre atualidades, política, economia, esportes, comportamento, colunas femininas (moda e beleza), notícias internacionais e regionais. Sua circulação se estendia por aproximadamente 90 cidades do estado do Paraná.

Entre os anos de 1965 e 1972, o jornal foi arrendado para Joaquim Dutra, cuja administração foi responsável por intensificar o caráter comercial do periódico, por meio da profissionalização do quadro de funcionários e aumento das parcerias e anúncios comerciais. Essa organização se manteve até 1973 quando, devido a conflitos envolvendo a necessidade de modernizar seus equipamentos gráficos, o grupo reunido por Joaquim Dutra se afastou. A administração da *Folha do Norte do Paraná* passou então para Jorge Fregadolli, publicitário do jornal desde 1967, que ficou no comando do periódico até 1979, ano em que o matutino fechou suas portas, após 17 anos de funcionamento e um total de aproximadamente 4700 edições distribuídas (PAULA, 2016).

Destacamos essas características do jornal por compreendermos que tais aspectos são fundamentais para o entendimento das bases sobre as quais seus discursos foram produzidos, ou seja, quem falava no periódico e para quem se dirigia. Observamos que os sujeitos responsáveis pela administração da *Folha do Norte do Paraná*, durante toda sua existência, estavam profundamente envolvidos com a articulação dos diferentes meios de comunicação local, sendo proprietários de canais de TV e rádio, além de possuírem vínculos com associações comerciais e industriais.

Além de sua inserção nos meios empresariais, os responsáveis pela *Folha do Norte do Paraná* mantinham laços de proximidade com membros da Igreja, que frequentemente escreviam textos e circulavam pela redação

do jornal. Assim, mesmo que o periódico se apresentasse enquanto comercial e laico, tendo influência de setores industriais e comerciais, o elemento religioso foi outro aspecto presente ao longo de sua existência, fazendo-se perceber claramente em alguns de seus discursos.

Ao apresentar essas características do jornal e os vínculos de seus editores, podemos problematizar as relações entre o conteúdo veiculado em suas edições e seus laços com a sociedade local. Isto nos permite tecer análises sobre as linhas de pensamento, as influências, os posicionamentos e a contextualização das escolhas editoriais das publicações.

Desde sua fundação, na primeira metade do século XX, Maringá surgiu como polo central do desenvolvimento regional, de acordo com o planejamento estabelecido pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP). Seu espaço urbano fora projetado segundo o modelo de cidade-jardim, buscando reunir os princípios e a racionalidade capaz de torná-la autônoma e de gestão comunitária.

Cordovil (2010) dividiu o processo de desenvolvimento de Maringá em cinco fases: a implantação do plano inicial (1947-1959), a acumulação cafeeira e comercial (1960-1969), a modernização da agricultura (1970-1989), a agroindústria (1980-1985) e a maturidade e verticalização do espaço urbano (1990-1996). Nos primeiros anos após a fundação do município, as ações se voltaram para a consolidação do projeto construído pela companhia, o ordenamento urbano, o gerenciamento do crescimento da população e das demandas por infraestrutura.

No período que abordamos, neste texto, as discussões sobre o ordenamento, a função e a modernidade do espaço maringaense se desenrolavam, em um contexto de intensas transformações sociais, discutidas no jornal. Após a acumulação cafeeira e o desgaste dos cafezais, novos rumos eram traçados para a cidade, outros sujeitos políticos representantes de setores econômicos diversos, como a indústria e a agroindústria, associados às lavouras da soja e milho, passaram a discutir o futuro maringaense.

O espaço para essas mudanças era calculado com precisão, uma vez que as novas formações sociais não deveriam alterar as estruturas já estabelecidas. As transformações impostas pelos processos de mecanização das lavouras, concentração de terras, êxodo rural e intensificação da industrialização, contribuíram para a produção de novas realidades urbanas, novos hábitos, valores e demandas. Assim como em outras cidades, se desenvolveu

uma série de “esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’”, bem como para constituir os “espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas” (CAMPOS, 1999, p. 316).

Os dados do IBGE desse período nos indicam não somente o aumento da população geral, mas, principalmente, da população urbana em detrimento da população rural. Na década de 1960, Maringá possuía 104.131 habitantes, sendo que, deles, 56.539 residiam na zona rural e 47.592 na zona urbana, enquanto que, na década seguinte, a população aumentou para 121.347 habitantes, sendo 100.100 residentes citadinos e os 21.347 restantes pertencentes ao espaço rural.⁴

As políticas públicas de industrialização e o fim do período de desenvolvimento econômico relacionado à produção cafeeira favoreceram uma pequena parcela da população, ao passo que também produziram o empobrecimento de trabalhadores rurais, pois muitos que foram expulsos do campo se deslocaram às cidades em busca de trabalho. A sociedade maringense vivenciou mudanças com o processo de urbanização, passando a desenvolver-se de forma desigual, o que, em alguns aspectos, influenciou a forma como o jornal constantemente abordou os sujeitos empobrecidos.

Tomazi (1997), ao analisar as narrativas sobre a ocupação e a história de Maringá desmitifica a ação das companhias de terras e dos chamados pioneiros, defendendo que, diferente de uma visão linear, o processo de (re) ocupação da região, desenvolvido a partir de meados do século XIX, decorreu de múltiplas formas envolvendo também fazendeiros, grileiros, posseiros, sitiantes, trabalhadores sem-terra, governo do estado, empresas colonizadoras estrangeiras e nacionais atuando de forma diversa e conflitante.

A construção de uma narrativa acerca do “Norte do Paraná” como uma terra da promessa, a Nova Canaã ou Eldorado, a ideia de “vazio demográfico” e da ausência de conflitos violentos, enfatizava o ideal de comunidade com interesses comuns, com um passado glorioso de lutas e esforços, mas, acima de tudo, de um futuro de desenvolvimento e progresso. Maringá também congregava em sua imagem, ideais de modernidade, de colonização

4. Informações retiradas do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS Maringá, produzidas pela prefeitura do município em novembro de 2010.

racional e de ocupação planejada e pacífica (TOMAZI, 1997). Tais discursos eram renovados e, constantemente, veiculados na *Folha do Norte do Paraná*.

Todas as transformações ocorridas nos anos 1960 e 1970, como o crescimento da população e da economia de forma desigual, provocaram a publicação de uma série de textos no periódico, que buscavam reafirmar o discurso fundacional de grandiosidade e de um futuro glorioso da cidade. A partir de suas narrativas, o jornal, buscava organizar e apresentar o passado, o presente e o futuro de Maringá de forma ordenada, refletindo e se posicionando sobre quais sujeitos seriam bem-vindos para a construção de um ambiente positivo e produtivo.

Na manutenção desses discursos sobre a formação de uma comunidade próspera e coesa em Maringá, a produção discursiva do jornal contribuía para separação e hierarquização dos sujeitos. O editorial publicado em 26 de julho de 1968, por exemplo, apresentava a vida de indivíduos “desajustados” que, iludidos pela imagem da “famosa Canaã paranaense”, embarcavam em busca da promessa da terra fabulosa e, ao chegarem à região sem possuir os recursos necessários para se estabelecerem e colaborarem com o crescimento da cidade, acabavam por aumentar os índices de pobreza.

A presença desses sujeitos “desajustados” ou “desiludidos” no ambiente urbano se colocava como uma contradição à figura heroica do pioneiro e ao discurso de prosperidade que envolvia as narrativas sobre Maringá, visto que eles representavam uma contradição à imagem do presente glorioso da cidade. O jornal atuava sobre essa realidade, tanto na vigilância e visibilidade desses indivíduos, identificando-os em suas páginas diárias, quanto na proposição de intervenções públicas que poderiam solucionar os problemas gerados por eles, de acordo com a equipe editorial do periódico e os grupos que ela representava. São discursos como o a seguir:

Ocorre ainda que esta cidade, como toda a região, está precisando de gente que traga dinheiro para aqui e não apenas de gente que venha buscar dinheiro. E, se falta dinheiro, falta mercado de trabalho. E há desemprego, provocando uma situação social bastante complexa [...]. Em resumo: ajude-se a ir embora os desiludidos que possam ser felizes em outra parte e projete-se uma forma de amparar de fato aqueles que não possam trabalhar.⁵

5. *Folha do Norte do Paraná*, 26/07/1968.

Os editores da *Folha do Norte do Paraná* apresentam dois perfis que julgavam compor a sociedade maringaense no período: o “desiludido” e o investidor. Ao primeiro, indicavam que sua presença na cidade contribuía apenas para elevar os níveis de pobreza e desemprego, dispensando como solução a tal problema a sua deportação de volta aos seus locais de origem. Ao segundo, munido de capital para investir no futuro maringaense, se reservava as boas-vindas, uma vez que, como investidor, tal figura poderia agregar valores ao desenvolvimento urbano da cidade.

Observamos que os discursos presentes na *Folha do Norte do Paraná* contribuía na criação de uma coesão e de um carisma grupal relacionado ao grupo que possuía os meios materiais para garantir o crescimento econômico da cidade. Os pioneiros, portanto, construíam para si uma autoimagem enquanto superiores e donos dos meios legais de poder e liderança, enquanto os desajustados eram estigmatizados, desumanizados e excluídos. Tal com os “estabelecidos” e “outsiders”, investigados por Norbert Elias (2000), os “pioneiros” e “desajustados” eram classificados de acordo com sua coerência organizada em relação ao seu tempo de chegada e à sua capacidade de organização.

As imagens e modelos de uma masculinidade “ideal” apresentadas nas páginas do jornal e indicavam para figuras como os “pioneiros”, empresários, ou como intitulamos os “homens de bem”. A esses sujeitos eram associadas características como a “sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso, força e iniciativa, e vinculavam-se os atributos da virilidade ao trabalho, que deveria desempenhar uma função central na vida do homem” (MATOS, 2001, p. 42).

Tais categorizações sociais não se restringiam apenas aos pioneiros/estabelecidos e desajustados/outsiders. Compreendemos que essas hierarquizações possuíam diversos recortes, como os de gênero, classe e raça. Os discursos produzidos a partir das páginas da *Folha do Norte do Paraná* contribuía para o estabelecimento de uma ordem, com controle e influência sobre os sujeitos, construindo uma verdade sobre a cidade e seus cidadãos na direção observada por Foucault:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade, que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história,

procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...] (FOUCAULT, 2014, p. 19-20).

Essa vontade de verdade presente nos mecanismos do discurso estaria ligada ao poder de que as instituições, como o jornal, desejavam apoderar-se, constituindo um discurso institucionalizado portador de poder de convencimento que exercia certa pressão em outros discursos. O status de verdade apresentado pelo discurso se apoiava na definição de formas, bem como no domínio dos objetos e das técnicas discursivas.

Nesse processo de formação da sociedade maringense com a pretensão de preservar e de construir um retrato moderno e cosmopolita da cidade, alguns personagens assumiram o papel de protagonistas e moralizadores, buscando impor um projeto de cidade e comunidade baseados em ideais conservadores e cristãos.

A Imagem Pública das Senhoras da Sociedade

Os discursos presentes na *Folha do Norte do Paraná*, sob influência de bases tradicionais, cristãs e conservadoras, produziram uma imagem das mulheres e do feminino no espaço público comumente associada às figuras masculinas, como pais, namorados, maridos e aos papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa. Essas representações não eram unânimes na sociedade maringense. Diante de modelos de feminilidades desviantes, o conteúdo do jornal se constituía enquanto uma ferramenta de convencimento e reafirmação das normas patriarcais de gênero, possuindo um recorte de classe e raça nestas formações discursivas.

As primeiras aparições públicas das jovens maringenses no jornal se iniciavam com sua apresentação à sociedade nos bailes de debutantes, promovidos, em sua maioria, pelos clubes sociais. Além de dar início à inserção dessas jovens na dinâmica da sociedade, esses bailes iniciavam o trabalho de construção de um tipo de feminilidade ligada à “alta e boa sociedade”. O colunista social do jornal fazia grandes coberturas dessas festas, especialmente com muitas fotos, com apresentação dos detalhes da decoração, das bandas, dos vestidos, apresentando algumas características das debutantes, como sua idade, escolaridade e o nome de seus pais, procurando identificar essas meninas.

Os bailes reproduziam anualmente uma ritualidade carregada de significados, que contribuíam para construção uma feminilidade associada à pureza e à inocência, sob o cuidado masculino, reforçando essa autoridade sobre as jovens, autoridade baseada em uma construção histórica e patriarcal. Todos os elementos que compunham as festas de debutantes como a valsa, os vestidos brancos, o desfile, entre outros aspectos, se configuravam enquanto importantes estratégias para lançar e inserir o nome dessas moças nas rodas da “alta e boa sociedade” de Maringá.

Em 1967, quando Maringá completava vinte anos de emancipação política, a coluna social da *Folha do Norte do Paraná* publicou uma série de notas sobre o baile das debutantes ocorrido no Maringá Clube (MC). Nessas publicações, observamos como o ritual do debutar social se configurava enquanto um meio de iniciação para uma feminilidade adulta e aceita socialmente, a exemplo da nota de 28 de setembro de 1967, que informava acerca da apresentação das jovens, da presença de personalidades de destaque e da expectativa para a grandiosa noite:

A pedida do ano vinte, indiscutivelmente, é o BAILE DAS DEBUTANTES. O acontecimento marcado para o dia 30 decorrente, nos salões do Maringá Clube, estará reunindo as mais destacadas personalidades da nossa sociedade e no mesmo tempo apresentará as debutantes do ano 67. O baile das debutantes é o assunto do momento nas rodas elegantes da cidade.

Tudo já está em “ponto de bala” para a momentosa noite de sábado agora [...] já está na fase final da parte de decoração do ambiente festivo que o MC viverá dia 30. A orquestra [...] é aguardada para a noite de amanhã. As “debs” já tomam os últimos cuidados com os seus “dress” de debut. Tudo, enfim, é expectativa [...] A pedida “black-tie” do MC, para sábado vem precedida dos melhores comentários. Todos os elementos que gravitam em torno da alta esfera de nossa sociedade estão com os preparativos em dia para a grande noite.⁶

O texto atribui relevância social ao baile das debutantes do MC como o evento do ano vinte, por meio de mecanismos como elogios, a publicação do nome da festa em letras maiúsculas se sobressaindo do restante das informações presentes na nota. Os estrangeirismos e as gírias como *dress*

6. *Folha do Norte do Paraná*, 28/09/1967.

e a ponto de bala, respectivamente, apontam para outra marca da coluna e do colunismo social, enfatizando a sofisticação do baile expressa nos adjetivos empregados para descrever aqueles que compareceriam, ou seja, a “alta esfera de nossa sociedade” ou as “rodas mais elegantes da cidade”. A partir dessas estratégias de funcionamento, as notas sociais desenvolviam e apresentavam os gostos, os costumes e o estilo das elites regionais, identificando-as e constituindo-as de acordo com esses elementos.

A partir da leitura das edições do jornal notamos que os bailes de debutantes ocupavam um papel central na agenda dos eventos sociais. A publicação de notas apresentando as debutantes, suas qualidades, suas idades, o local em que estudavam e a família à qual pertenciam eram mecanismos que colaboravam no processo de identificação e de reconhecimentos das novas personalidades iniciadas no modelo de feminilidade associado à “alta e boa sociedade”. Observamos como que, mesmo ao nomear essas moças, a coluna social destacava características que lhes eram comuns, como sua beleza e simpatia, homogeneizando e padronizando essas jovens em uma performance feminina que se buscava hegemônica.

A participação social iniciada pelo baile de debutantes garantia o cumprimento de expectativas em relação ao futuro dessas meninas, seu pertencimento ao grupo, a criação de vínculos sociais que permitiriam o fortalecimento de amizades e, principalmente, a criação de laços matrimônias. Como argumenta Marlene Fáveri (1996) em sua pesquisa sobre o clube O Bloco dos XX, sediado na cidade de Itajaí entre os anos 1929 e 1960, as festas e bailes em associações sociais eram um meio de aburguesamento, de construção de uma distinção social entre seus membros e, principalmente, uma vitrine para a apresentação das moças casadouras.

A realização desses bailes de debutantes não se encerrava em si mesma, respondendo a uma conjuntura relacional, buscando se constituir enquanto uma prática cultural. A festa do debutar social era um ritual de repetição, de manutenção de comportamentos e de transmissão de maneiras de agir e valores especialmente relacionados ao estabelecimento de uma feminilidade aceita e ideal, na qual essas jovens eram introduzidas. A partir dessa ritualidade carregada de símbolos, consideramos, de acordo com Butler (2016, p. 244), que o gênero é constituído por meio de *performances* sociais contínuas “como parte de estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero

fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória”.

As características apresentadas em relação às jovens debutantes, como sua beleza, elegância e jovialidade, nos dizem muito pouco sobre quem de fato eram essas jovens debutantes e sobre as suas subjetividades. As notas da coluna social acabavam por silenciar outros aspectos das vidas dessas moças, restringindo suas existências a uma feminilidade dominante, associada à aparência e à juventude.

A coluna social também se dedicava a apresentar os “namoricos” que movimentavam a cena social da cidade. Esse tipo de conteúdo se estruturava de maneira a reforçar os papéis masculinos e femininos em relação à condução dos namoros, às moças caberiam a passividade, o recato e o silêncio sobre seus relacionamentos, visto que havia sempre o medo de ficar “falada”, enquanto aos rapazes, seus namoros eram provas e sinais de virilidade.

Nosso “staff” dentro do poder jovem fofoca o seguinte: Cidinha e Hipólito vão de aliança na esquerda até o final de 1971... O Nelito Ribeiro pelo que parece foi “fisgado” mesmo! A Virginia foi para Cambara e ele não perdeu tempo e se mandou... A Família Ribeiro está toda amando. O Osnir foi quem deu a maior enganada na turma. Apareceu diversas vezes nos clubes cinemas, bonitinha do CCM, bailes com aquela “peça” linda de morrer, aparentando estar gamadérrimo e, agora já mudou pra Lídia... O Acácio, que está com a “vida falada”, segundo comentário das meninas, “é um pão”, já se encontra na cidade. E, encerrando, dois “boys” [...] que estudam em São Paulo, na “Mackenzie” e estão dando a maior sopa da paróquia, solteiríssimos... solteiríssimos.⁷

Ao abordar modelos de comportamentos femininos e masculinos nos anos 1960, Cunha (2001) aponta que mesmo com os progressos alcançados em relação à igualdade entre homens e mulheres, alguns aspectos como a virgindade, a moral sexual e a autoridade masculina continuavam sendo normativas de gênero cuja transgressão, principalmente pelas figuras femininas, desses “estritos limites que lhes eram destinados, o mais comum a acontecer era a possibilidade quase certa do convívio com o rótulo de menina ‘mal fala-

7. *Folha do Norte do Paraná*, 1/1/1971.

da' ou da 'puta'" (CUNHA, 2001, p. 221), uma desonra para suas famílias, que as excluiriam e dificultariam suas possibilidades de ascensão social.

Compreendemos que o acompanhamento e o registro dos "namoricos" nas páginas do jornal estavam alinhados à preocupação com a manutenção de aspectos relacionados ao valor da honra, principalmente entre as famílias da "alta e boa sociedade". No início do século XX, a burocratização do Estado, o avanço do capitalismo e da urbanização contribuíam para a politização da vida privada (PEDRO, 1994), o que é visível em Maringá que, como outras cidades brasileiras, nas disputas pelo poder, transformou a honra familiar, em especial a das mulheres, e as alianças matrimoniais em algumas das peças que permitiam a movimentação e a ascensão de certos grupos na hierarquia social, o que justificava uma preocupação em relação à fixação e à manutenção de uma feminilidade "ideal".

Eram concentradas grandes atenções e cuidados acerca da moral e da honra familiar e feminina. Acreditamos que a visibilidade dada aos seus relacionamentos, os destaques e os elogios dispensados a algumas senhoras que melhor representavam os valores locais, se constituíam enquanto mecanismo e estratégias que possibilitavam a esses grupos se manterem nos meios de poder político e social, como representantes do desenvolvimento de um projeto de nação e de cultura modernos.

As celebrações matrimoniais também recebiam coberturas completas nas edições da coluna social. As notas traziam informações sobre as famílias dos noivos, sobre os detalhes das festas e cerimônias, destacando a elegância de tais eventos. Observamos que os casamentos também se constituíam como parte de um ritual na dinâmica dessa comunidade, as alianças concebidas possuíam um valor social importante à manutenção da posição e ascensão desses sujeitos na sociedade.

Nos jogos de poder locais, a mobilização política, econômica e de status quo concentrada pelas elites requeriam a criação de marcas e de rituais de distinção social. Os grandes cerimoniais de casamentos eram também celebrações de um modo de vida de todo um grupo que ali se reunia. Ao retratar as celebrações matrimoniais, a coluna social, por meio de diversos adjetivos, construía uma aura espetacular e grandiosa:

Hoje, o aguardado enlace matrimonial da Stra. Marília Fujiwara com o advogado Waldemar Alegretti. A benção nupcial vai ser registrada às

dezoito e trinta horas, na Catedral Nossa Senhora da Glória. Os nubentes partirão em lua de mel para um local que será escolhido quando já estiverem em viagem.

Contaram-me que o vestido de noiva, confeccionado por Madame Inez Zacarias, está uma beleza. Vai ser um dos trajes mais bonitos da temporada. Estamos informados ainda, de que os nubentes vão receber os convidados mais íntimos, para dosadas de scotch, na nova residência dos Fujiwara.⁸

A beleza do vestido da noiva e a recepção dos convidados dosada a whisky contribuía para criar, nesses eventos sociais, um ambiente luxuoso, harmonioso, de felicidade e encantamento, constituindo marcas que distinguíam e agregavam *status* aos grupos reunidos nessas celebrações. Esses elementos constituíam todo um ritual civil e religioso que celebrava a união e a formação de famílias em um formato tradicional, que seria a célula de uma organização social heteronormativa e patriarcal.

Consideramos que o destaque dispensado pela *Folha do Norte do Paraná* a comentar as cerimônias de casamento está relacionado à produção de *performances*, como sugere Butler (2014, p. 272), caracterizada pela manifestação do gênero enquanto um aparato produtor de normatizações e regulações que não apenas proíbe, mas também cria “parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram”. Essas regulações de gênero produzem e naturalizam o masculino e o feminino. O jornal expressava tais orientações tanto ao apresentar as jovens debutantes e iniciá-las em um modelo de feminilidade “ideal”, quanto ao dar visibilidade aos namoros e aos casamentos dessas mulheres.

Os discursos do periódico produziam um modelo de feminilidade que intitulamos como “senhoras ou damas da sociedade”, que corresponde a essa imagem das mulheres associadas ao cuidado, a delicadeza, a maternidade, a constituição da família nuclear, entre outros elementos. Os bailes de debutantes, o matrimônio e presença em eventos sociais, bem como sua dedicação a obras assistenciais constituíam e reforçavam esse padrão feminino.

Os principais espaços destinados a reunião e sociabilidade dessas senhoras da sociedade eram os clubes sociais, como Domadoras do Lions

8. *Folha do Norte do Paraná*, 12/2/1969.

Clube, Senhoras Rotarianas ou Clube da Amizade. Eram nesses locais que elas organizavam ações e eventos cujos objetivos eram, para além do auxílio às populações carentes, o seu engrandecimento, o seu encontro, a troca de conselhos, experiências e dicas.

Como indica Martins (2015), no longo processo de feminilização da bondade, a filantropia contribuiu para que as mulheres assumissem um papel civilizador, intervindo na esfera pública por meio da assistência social. Esse novo lugar ofereceu uma valorização da ação feminina, oportunizando novos contatos com os movimentos internacionais e organizações, sendo um espaço de socialização, liderança, visibilidade e distinção social. Compreendemos que o engajamento das senhoras da sociedade maringense também se constituiu enquanto um meio de projeção social, da formação de alianças e sociabilidades, segundo as quais essas mulheres poderiam participar ativamente das decisões públicas predominantemente atribuídas aos homens.

Os clubes sociais eram um dos principais locais de encontros e de sociabilidade das senhoras da sociedade se constituíam como palco para as aventuras femininas no meio público. Era nesses salões em que, ainda jovens, elas debutavam, festejavam seus casamentos e participavam de obras de caridade. Como argumenta Marlene Fáveri (1996), as associações sociais eram vitrines, locais para estabelecer laços de amizade e casamentos, em que se reunia um grupo de pessoas que compartilhavam os mesmos preceitos morais, onde se articulavam encontros.

A reunião de mulheres em ambientes específicos, em geral, envolvia as promoções e as ações de caridade, como exemplifica a existência do Clube da Amizade (CA), instituição exclusivamente feminina. Os encontros do CA eram, constantemente, informados na coluna social, convidando todas as suas associadas. As suas assembleias eram nomeadas como “chá mensal”, realizadas em instituições assistências ou nos salões de hotéis da cidade em que as presenças femininas eram colocadas nas notas sociais como o “brilho da reunião”.

Consideramos que os clubes femininos congregavam uma dualidade de sentidos e usos. Se por um lado esse espaço reforçava a relação entre as mulheres e o zelar pelo bem do outro de forma maternal, por outro ele também se constituía enquanto um local de projeção pública dessas figuras femininas. Seguindo a argumentação de Tânia Andrade Lima (1997) sobre as mulheres do século XIX, consideramos que esses lugares de reuniões e

chás mensais acabavam se transformando em uma espécie de trampolim social para conquistas na arena pública, construindo um poderoso campo de ação, possibilidades e plataforma para novos papéis sociais.

As notas sobre os eventos promovidos pelos clubes femininos, destacavam a presença dessas senhoras da sociedade nos bailes e reuniões, elogiando sua elegância e simpatia. Tais discursos contribuíam para a construção da distinção social desses sujeitos marcados pelo refinamento de suas confraternizações, pela formalidade de seus salões de festas. Ambos os elementos acabavam por distinguir e construir um ambiente solene e de bom gosto, como podemos notar no trecho de 16 de maio de 1965:

Ainda hoje se comenta o super refinado baile “black tie” realizado na dependência do Maringá Clube no último dia durante a tomada de posse da nova diretoria daquela elegante entidade clubística. A Stra. Roselete de Freitas, simpática como sempre, novamente em temporada maringaense, era uma das presenças jovens que se destacava na pedida em pauta.⁹

Observamos que toda ênfase dada às personalidades importantes e relevantes presentes em atividades como bailes, ações assistenciais e organizações dos clubes sociais contribuía para a organização e a hierarquização dos indivíduos. Como argumenta Joana Maria Pedro (1994), as notas da imprensa ganharam espaço nos jogos de poder e honra da sociedade, ao ponto de não bastar mais a mulher ser uma boa mãe e esposa – elas tinham de estar presentes também nos jornais. A divulgação de seus nomes e fotografias na coluna social contribuía para a manutenção de seu *status quo*, para a sua ascensão social e de sua família, bem como para inserção de novas personagens nas “altas rodas sociais”.

Compreendemos como a participação feminina na esfera pública comportava diferentes significados, uma vez que reforçava algumas normativas em relação à moral feminina, ao mesmo tempo em que permitia às mulheres novas experiências com as quais não tinham familiaridade, como “criar uma associação, organizar atividades, angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, as muitas atividades que envolviam esse tipo de trabalho

9. *Folha do Norte do Paraná*, 16/5/1965.

voluntário estão na origem de uma nova experiência nesse espaço intermediário entre o público e o privado” (MARTINS, 2015, p. 26).

Ao analisar os discursos do jornal, especialmente das colunas sociais consideramos, de acordo com Ana Cristina Silva (2011), que ao trabalhar com a imprensa diária lidamos com repetições, imediatismos e objetividades de fácil assimilação, que possuem um papel pedagógico e divulgador de padrões. Ao introduzir essas senhoras em suas edições, a *Folha do Norte do Paraná* as colocava em evidência enquanto exemplos a serem seguidos, modelos que mais se aproximavam de uma feminilidade “ideal”.

Para além dos clubes, a Noite dos Destacados era outro espaço de projeção da imagem pública das senhoras da sociedade. Esse evento organizado anualmente reunia as personalidades mais relevantes do meio social maringense e tinha ampla cobertura na *Folha do Norte do Paraná*, que divulgava antecipadamente o nome dos homenageados da noite, ou seja, aquelas figuras eleitas as que mais se destacavam nas festas e reuniões sociais. Essa reunião comemorativa era veiculada pela coluna como o ápice do calendário social, sendo uma atividade exclusivamente reservada, como enfatizam as frases dedicadas a descrever o baile nas notas sociais: “será uma pedida ultra-fechada” e “as presenças não ultrapassarão o número de sessenta pessoas”.¹⁰

As mulheres se sobressaiam nos comentários sociais sobre o baile, sua presença era mencionada ao lado do nome de seus respectivos maridos, nas menções sobre os *dress* da noite, bem como quando eram elas destacadas, normalmente eleitas pelas suas obras assistenciais. Analisamos que esse conteúdo produzido pelo *Jornal* sobre a Noite dos Destacados visava e acabava por proporcionar também a projeção de tais sujeitos regionais e da própria cidade no cenário nacional, como enfatiza a passagem seguinte: “mais uma vez teremos a oportunidade de mostrar ao Brasil que Maringá caminha a passos largos”.¹¹ A imagem da cidade era associada ao realce dado a esses indivíduos eleitos pelo jornal como os destacados socialmente, sendo os responsáveis e engajados com o processo de crescimento e de desenvolvimento econômico, social e cultural do município. Essa produção discursiva se aproxima dos discursos sobre a fundação de Maringá e a formação de sua comunidade, especialmente aqueles que enfatizavam a sua planificação e ra-

10. *Folha do Norte do Paraná*, 15/3/1968.

11. *Folha do Norte do Paraná*, 1/3/1969.

cionalidade, sua construção como centro regional, “erguida” por pioneiros “comprometidos” com um futuro glorioso.

Consideramos que a Noite dos Destacados era dedicada a uma pequena parcela da sociedade, que provavelmente dividia os mesmos padrões morais e éticos, estilo de vida, nível econômico, entre outras características comuns. Além disso, um baile dedicado a essas pessoas, em especial às mulheres, reforçava sua relevância e seu papel estratégico na ascensão social e honra familiar.

Acreditamos que o jornal, em especial, a coluna social, era um mecanismo que, por meio da produção de conteúdo, constituía uma imagem da “alta e boa sociedade”, registrando seu estilo de vida, seus gostos, seus eventos e seu trabalho na comunidade, divulgando e promovendo seus valores. Nesse contexto, de forma similar ao grupo de estabelecidos investigado por Norbert Elias (2000), a elite regional, reunida nas notas sociais, encontrava nesse espaço um meio no qual, além de reafirmar sua coerência e coesão, poderia lhes proporcionar a manutenção e o acesso ao poder político, econômico, social e cultural, ao lhes atribuir características e perfis ideais e aceitos socialmente.

Como argumenta Pierre Bourdieu (2007) acerca dos bens e das necessidades culturais, eles se constituem enquanto elementos que distinguem e hierarquizam os indivíduos. Entendemos que as vestimentas femininas, reuniões dosadas a whisky, trajes formais, vestidos longos, viagens de férias, eventos e bailes em clubes sociais, normas de etiqueta, debutar social, entre outros elementos, também faziam parte de um aparato e investimento na distinção social e na apresentação de si, buscando atender às demandas e às convenções de um grupo colocado como a “alta e boa sociedade”.

Ao considerarmos o jornal enquanto uma instituição pedagógica e “civilizadora”, que buscava divulgar padrões, percebemos que a apresentação desse ciclo social feminino carregava, ainda, uma série de orientações, servindo de exemplo e modelo a todos os que tomassem contato com o conteúdo da coluna social. Notamos, portanto, a difusão de uma imagem pública ideal de feminilidade, que reunia características como beleza, elegância, simplicidade, pureza, piedade, abnegação, delicadeza, recato, moderação, entre outros aspectos, que eram considerados ideais, visto que eram empregados como elogios.

Considerações Finais

A divisão das esferas públicas e privadas é uma realidade construída e sedimentada historicamente; perpassada por relações de poder, essa organização dos espaços também se apropria dos aspectos biológicos e de gênero, produzindo hierarquizações e circunscrevendo os indivíduos a lugares e papéis sociais determinados. Compreendemos que a categorização dos sexos é relacional e codependente, assim como a classificação do público e privado.

Ao longo deste capítulo buscamos discutir os trânsitos femininos no espaço público. Analisamos o contexto maringense durante as décadas de 1960 e 1970, período em que a cidade passava por intensas transformações sociais e econômicas. As mudanças no cenário urbano de Maringá eram o centro de diversos debates na imprensa, característica que nos levou a investigar qual papel era atribuído às mulheres pelos jornais locais, mais especificamente a *Folha do Norte do Paraná*.

A partir do exposto consideramos que os discursos da imprensa contribuíram para constituição de uma imagem de Maringá e de sua população, associada ao desenvolvimento e modernização regional. Os modelos de masculinidade e feminilidades, que apareciam como “ideais”, estampados nas edições do jornal valorizavam as figuras dos pioneiros/estabelecidos, do empresariado, dos homens de posse capazes de investir no futuro glorioso da cidade. Aos homens era, portanto, reservada a ação na esfera pública.

Os modelos de feminilidade que podemos identificar reservavam para as mulheres desses homens de ação, papéis tradicionais como cuidadoras, como mães e esposas, estendendo essas funções exercidas no âmbito privado para o espaço público. As senhoras da sociedade eram parte do jogo de poder, que garantia acesso aos locais de decisões. O papel exercido pelo discurso da *Folha do Norte do Paraná* era fundamental para manutenção do status quo dessa elite regional. A exibição da conduta exemplar das senhoras da sociedade, seus padrões de consumo e sociabilidades era parte do jogo de distinção social que garantia às suas famílias acesso aos meios de decisões políticas.

Entretanto, destacamos que o tecido social é complexo e apresenta diferentes contradições aos discursos modernizantes veiculados pelo jornal e associados a um ideal de classe e a modelos de condutas femininas e masculinas, principalmente no meio público. Nos espaços marginais da *Folha do Norte do Paraná* podemos identificar uma série de sujeitos que diariamente

desafiavam esses modelos como forma de sobrevivência as desigualdades provenientes do desenvolvimento capitalista na região, eram eles os homens e mulheres criminosas, as prostitutas e bebuns.

Os entremeios da participação feminina na esfera pública a colocam como peça fundamental nos jogos de poder, indicam as diversas formas de inserção das mulheres no meio público e seu papel social ativo. Realizamos aqui uma discussão a partir das senhoras da sociedade, representantes de um modelo de feminilidade conservador, no entanto, outros recortes são possíveis e permitem discutir outras formas de inserção das mulheres nos espaços sociais.

Referências

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora da USP, 2007.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

CAMPOS, P. F. de S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H. R. *Maringá e o norte do Paraná*. Maringá, PR: Editora da UEM, 1999, p. 315-331.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORDOVIL, F. C. de S. *A aventura planejada, engenharia e urbanismo na construção de Maringá 1947-1982*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Paulo, São Carlos.

CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre a história e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

CUNHA, M. de F. da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? *Revista História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, p. 201-222.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 19-50.

FÁVERI, M. *Moços e moças para um bom partido* (a construção das elites de Itajaí, 1929-1960). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. Maringá, 1962 a 1979. Disponível no Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (CPDP/UEM).

FOUCAULT, M.ichel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault. Uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-229.

LIMA, T. A. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 5, p. 97-127, 1997.

MARTINS, A. P. V. A feminilização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 26, 2015.

PAULA, A. R. de. *O jornal do bispo: a história da Folha do Norte do Paraná*. Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historiada.html>. Acesso em: 25 jan. 2016.

PEDRO, J. M. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

PEDRO, J. M. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 33-39, 2000.

SILVA, A. C. T. da. *Temporalidades em imagens da imprensa: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos*. Maringá: Editora da UEM, 2011.

SILVA, G. A. *Entre o “new society” e o “xilindró”*: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na Folha do Norte do Paraná (1965 -1973). 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

TOMAZI, N. D. *Norte do Paraná*: história e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Feminismo, imprensa e ditadura militar: *Nova* e *Playboy* e as transformações nas relações entre os gêneros – anos 1970¹

Patrícia Carla Mucelin

Introdução

As revistas *Nova Cosmopolitan* e *Playboy*, originalmente estadunidenses, foram importadas pela editora Abril S.A. e passaram a ser publicadas no Brasil na década de 1970.² Possuíam um viés similar: voltavam-se para relações afetivas e sexuais entre os gêneros, a primeira voltada para mulheres solteiras e a segunda para homens solteiros.

As revistas investiam sobre os corpos de homens e mulheres, criando identidades e identificações em um cenário conturbado de repressão pelo regime militar. Na pesquisa que deu origem a este capítulo investiguei os discursos das revistas sobre os comportamentos masculinos e femininos, procurando compreender como aquelas tentavam determinar normas acerca das identidades que estavam se modificando e tornando-se plurais. Apesar da forte censura que pairava sobre as publicações nacionais, o sexo era o elemento central dos seus discursos. Apresentando um estilo de vida que estava se modernizando, as revistas publicavam discursos acerca de com-

1. Este capítulo é parte da pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado, intitulada “Corpo e sexualidade: discursos constituidores nas revistas *Nova* e *Playboy* – anos 1970”, defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cf. Mucelin (2013).

2. A revista *Playboy* foi intitulada no Brasil, até 1978, de “A Revista do Homem”; a revista *Cosmopolitan* teve agregado ao seu título original o epíteto “Nova”, escolhas que serão explicadas no texto a seguir. Por razões de praticidade, vamos chamá-las ao longo deste pelos nomes popularizados *Playboy* e *Nova*.

portamentos masculinos e femininos ideais no momento de efervescência do feminismo e dos movimentos contra a ditadura militar.

O feminismo no Brasil dos anos 1970 surgiu em meio a um contexto de crise e concepção de novos padrões de sexualidade e subjetividade, no qual as mulheres que se identificavam com as suas bandeiras – mulheres intelectualizadas e de classe média – procuravam novas maneiras de expressar suas individualidades. Diversas colunistas da revista *Nova* foram influenciadas por ideias feministas, pelo movimento feminista que crescia no Brasil, e isto também não passou despercebido pela *Playboy*.

Levando em consideração a influência dos discursos veiculados pelos meios de comunicação para as conquistas das mulheres e as transformações nas identidades de gênero, faço nesse capítulo análises de alguns artigos das revistas *Nova* (números 03, 33 e 63) e *Playboy* (números 04 e 44),³ publicados durante a década de 1970, para compreender como estes discursos dialogavam com as mudanças nas identidades de gênero e se, de alguma maneira, adotavam os ideais dos movimentos feministas, buscando provocar a modernização daquelas identidades.

As categorias gênero e identidades foram empregadas na análise destas fontes considerando que, enquanto historiadores e historiadoras, devemos escrever uma história que questiona os conceitos e verdades consolidadas. De acordo com Joan Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Para tanto, temos que observar e apontar as práticas e discursos e observar como as revistas estabeleceram e reforçaram as diferenças de gênero construindo identidades para homens e mulheres (PEDRO, 2005, p. 92).

De acordo com Pedro (2005, p. 86-87), esta definição de gênero não diz respeito às diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres, mas é referente a um conhecimento que articula significados para as diferenças entre os sexos. A intenção de Joan Scott, portanto, era, assim como nos movimentos feministas, apontar as desigualdades de poder entre mulheres e homens através de uma análise que abarcasse as hierarquias de gênero.

3. Tendo a década de 1970 como recorte temporal da pesquisa, ao longo da escrita da dissertação que deu origem a este capítulo, meu objetivo foi desenvolver uma análise qualitativa, através de, pelo menos, uma edição por ano da *Playboy* e da *Nova Cosmopolitan*, desde que começaram a ser publicadas no Brasil até 1979.

As mudanças na distribuição de poder entre os gêneros estavam perceptíveis nos discursos das revistas *Nova* e *Playboy*, pois consideravam que as mulheres de classe média estavam adentrando o mercado de trabalho e conquistando novos espaços no ambiente público, que até pouco tempo eram destinados apenas aos homens, possibilitando-lhes um maior acesso ao poder aquisitivo e simbólico.

Nesse sentido, para compreendermos a experiência histórica feminina, devemos pensá-la como relação construída entre as mulheres e com os homens, e não “em termos de diferença ou separação” (PEDRO e SANTOS, 2009, p. 173). As relações de gênero não são estáticas, pelo contrário, suas dinâmicas podem ocorrer em situações de confronto, liberdade, união ou opressão, paradoxos que procuro identificar ao analisar as páginas da *Nova* e da *Playboy*.

Anos 1970 e as revistas *Nova* e *Playboy*

A *Nova* e a *Playboy* foram publicações de circulação nacional, editadas pela Abril S.A.⁴ Publicaram artigos sobre sexualidade e acerca de comportamentos masculinos e femininos, redimensionando as identidades no momento de efervescência do feminismo e dos movimentos contra a ditadura militar no Brasil, apresentando um estilo de vida que estava se modernizando nos anos 1970. Em suas páginas foi possível encontrar textos de informações sobre música, cinema, literatura, novidades sobre política, leis, descobertas científicas e a vida das celebridades da época, além de dicas para homens e mulheres respaldadas pelos saberes científicos autorizados, tais como médicos, psicólogos, psiquiatras, advogados, sexólogos, dentre outros. Ambas apresentaram imagens de corpos masculinos e femininos, dentro do padrão

4. As revistas *Nova* e *Playboy* eram divididas em seções e algumas delas tratavam de assuntos similares, como a seção “Artigos” que estava presente nas duas, possuía textos sobre relacionamentos, comportamento sexual, finanças, política e diversidades. Outras seções que continham textos com conteúdo similar eram “ficção” na *Playboy* e “conto” na *Nova*, com autoria de colaboradores renomados, como escritores literários e celebridades; “serviços” em ambas apresentavam dicas sobre moda, comida, decoração, viagem dentre outros. As colunas fixas da *Nova* eram “teste”, “sempre em *Nova*” e “seções”. Na *Playboy*, eram organizadas em “doce vida” e “seções”. Ao longo da década de 1970 os sumários foram se modificando, apresentando seções não fixas.

do corpo magro, jovem e branco, mas a *Playboy*, especificamente, era caracterizada pelos ensaios eróticos com mulheres nuas.⁵

Os artigos sobre sexualidade falavam sobre prazer, saúde e comportamento sexual como uma maneira de informar os leitores e leitoras. Procuravam desvendar os tabus sexuais através do conhecimento científico de especialistas no assunto, que também acabavam por estabelecer condutas de normalidade para a vida sexual de mulheres e homens.

A revista *Nova* começou a ser publicada no Brasil em setembro de 1973 e, embora a sua versão americana levasse o título *Cosmopolitan*, a editora Abril adotou a palavra “Nova” que acabou por encabeçar suas capas junto ao título original. Referia-se às suas leitoras como “modernas” ou “novas”, ou seja, eram aquelas que apresentavam atitudes e comportamentos condizentes ao seu ingresso no mercado de trabalho nos anos 1970, com artigos que apresentavam informações acerca da vida profissional das próprias repórteres e colaboradoras. As mulheres eram incentivadas a estudar, a viajar pelo mundo e a obter sucesso financeiro e amoroso por meio do cuidado com o corpo.

Os homens presentes em suas páginas eram, em sua maioria, personalidades famosas, como atores, cantores e jogadores de futebol: homens idealizados e desejados, pela fama, poder aquisitivo e carisma. Entretanto, nos artigos que falavam sobre comportamento pipocava uma outra versão masculina um tanto quanto controversa. Eram homens com fobia a relacionamentos sérios e que preferiam apenas um entretenimento passageiro. Ainda que não se voltasse ao casamento e à concepção tradicional de família patriarcal, a *Nova* enfatizava que era necessário utilizar todo o aparato de sedução possível para que as mulheres pudessem manter-se em relacionamentos duradouros.

A *Nova* se inspirava nos padrões jornalísticos estadunidenses que propunham novas linguagens em relação ao corpo e à sexualidade da mulher e uma reflexão que, embora construída nos marcos de um pensamento pouco contestador, avançaram a discussão de assuntos considerados tabus, como sexo e orgasmo feminino (RAGO, 1995-96, p. 33).

5. Devido à censura do regime militar, os ensaios passaram pela aprovação de censores do governo, e as fotografias não podiam mostrar explicitamente as genitálias das modelos. Cada ensaio trazia um breve histórico sobre a mulher/celebridade que posava, suas características, profissão, lugar em que residia, dentre outros.

O título da revista masculina, *Playboy*, faz referência ao termo que surgiu nos Estados Unidos na década de 1950 e dizia respeito a um estilo de vida adotado por homens ricos que mantinham vida social intensa e relacionavam-se com diversas mulheres. Representava um símbolo de status social. Hugh Hefner criou a *Playboy* em 1953 para trazer informações voltadas a esses homens de status – ou “playboys” –, ou seja, informações sobre como eles poderiam se tornar mais interessantes, com facilidade para conquistar as mulheres. A revista representou um nicho de mercado voltado aos homens que procuravam o prazer como estilo de vida.

A *Playboy* foi lançada no Brasil em julho de 1975 com publicação mensal, porém seu título foi modificado para se adequar à censura prévia do Regime Militar. O seu nome fora vetado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Sendo assim, a publicação foi chamada de “A Revista do Homem” até 1978. Ainda que seu conteúdo não tenha sido de todo censurado, a editora Abril submetia mensalmente aos censores em Brasília textos, fotos e cartuns antes de serem publicados (RISÉRIO, 2010).

A *Playboy* identificava os homens como viris e másculos, conquistadores de mulheres, apreciadores da figura feminina e desejantes de sucesso de maneira geral: financeira e profissionalmente, em relação à beleza, elegância e conhecimentos. Desenvolveu ao longo da década de 1970 um conteúdo permeado por assuntos que diziam respeito principalmente ao mundo dos homens solteiros, discorria sobre sexo e relacionamentos, com dicas para driblar suas inseguranças e seduzir as mulheres.

Segundo Souza (2009, p. 40) as mulheres descritas e fotografadas nas páginas da *Playboy* dos anos 1970 não eram retratadas de maneira puramente pornográfica, mas de maneira artística e em poses “comportadas” e, portanto, não representavam as amantes dos *playboys*, mas sim as suas namoradas. Entretanto, como já foi mencionado, isso ocorria justamente porque a censura do período fiscalizava e vetava imagens de nudez explícita. Se essas imagens retratavam namoradas idealizadas, era através da exibição sensualizada e erotizada do corpo feminino, representando fantasias masculinas nos ensaios fotográficos com mulheres famosas, cujos nomes repercutiam na imprensa dos anos 1970.

A década de 1970 no Brasil foi marcada pela ditadura militar, com governos autoritários que impunham uma visão conservadora a respeito da organização social e das identidades de gênero. De acordo com Mariana

Joffily (2009, p. 78), esses governos defendiam a família tradicional como núcleo forte da sociedade e relações hierarquizadas entre os membros, atribuindo às mulheres as tarefas relacionadas à casa, à educação moral dos filhos e a providenciar conforto ao marido. Entretanto, várias mulheres recusaram tal identidade, que as restringia ao ambiente privado, e ingressaram nas organizações políticas de esquerda, nos movimentos de mulheres, e nos movimentos feministas. Ao lutar ao lado de homens, elas tentavam afirmar seu potencial de reflexão e ação política (JOFFILY, 2009, p. 79).

A abertura política iniciada em 1974 permitiu um gradual afrouxamento da censura sobre as publicações nacionais, e as revistas *Nova* e *Playboy* produziam conteúdos que condiziam com as mudanças em direção à liberalização da sexualidade e das relações afetivas. Voltavam-se para mulheres que trabalhavam fora de casa e buscavam conquistar sua independência financeira e para homens que estavam em busca de aperfeiçoamento pessoal, em termos financeiros e de sucesso profissional, mas principalmente nos relacionamentos.

De acordo com Céli Pinto (2003, p. 43), a década de 1970 foi marcada, na Europa e nos Estados Unidos, por uma efervescência política com uma mudança cultural e de costumes; enquanto no Brasil a ditadura militar causava repressão e mortes. Devido a esses momentos políticos distintos, os movimentos feministas que nasceram na década de 1970 no país, tiveram características diferentes daqueles dos demais países do Hemisfério Norte. Para a autora, no Brasil a luta era

um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Antes mesmo do surgimento de movimentos feministas, e durante seu desenvolvimento, havia os movimentos de mulheres, que não abarcavam as lutas contra a opressão feminina e a mudança dos papéis das mulheres na sociedade, mas tinham como principais demandas os direitos civis e políticos de homens e mulheres no espaço urbano e rural. Suas demandas mais

específicas eram voltadas aos grupos populares de mulheres, reivindicando a criação de creches nas empresas e nos bairros, aumento de áreas de lazer, do número de escolas, igualdade salarial e melhores condições de trabalho (PINTO, 2003, p. 61-62). Na década de 1970, ocorreu uma aproximação entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas (PINTO, 2003, p. 43-44).

As mulheres de classe média que haviam viajado para os Estados Unidos e Europa, ou que haviam sido exiladas, e que lá entraram em contato com o feminismo, voltaram ao Brasil com novas maneiras de pensar suas condições de mulheres, suas identidades, indagando sobre a maternidade e a posição de esposas, pois “havia descoberto seus direitos e [...] haviam descoberto seus corpos com suas mazelas e seus prazeres” (PINTO, 2003, p. 65). Entretanto, encontraram um Brasil tomado pela repressão da ditadura militar, onde os grupos feministas procuravam concentrar seus esforços nas lutas pelo fim da censura, pela anistia e pela pró-democratização (PINTO, 2003, p. 65). Esses assuntos pairavam nas revistas *Nova* e *Playboy* que, cercadas pela censura, obviamente não contestavam o regime militar abertamente, mas se voltavam para questões práticas das mudanças que vinham ocorrendo na vida de homens e mulheres com a aprovação da lei do divórcio, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, além de apresentarem questionamentos sobre o modelo de família patriarcal.

A edição número 44 da *Playboy* de março de 1979, trouxe o artigo “Para que o divórcio seja uma boa”, com autoria de Artur Xexéo⁶ e Maria Lucília Santos,⁷ que mostrou alguns aspectos da lei do divórcio sancionada em 26 de dezembro de 1977, e discutiu seus prós e contras, apontando mudanças que deveriam ocorrer na lei brasileira, com base na opinião de vários especialistas, como estudantes de direito, juízes, advogados e políticos – senadores e deputados divorcistas. Ao citarem os aspectos da lei brasileira, Xexéo e Santos (1979, p. 132) apontaram que, desde a sua implantação, havia pouca

6. Artur Xexéo (1951-2021) foi um jornalista, escritor, tradutor e dramaturgo brasileiro. Iniciou sua carreira como estagiário no *Jornal do Brasil* em 1975, trabalhou nas revistas *Veja* São Paulo e *Isto É*. Não consta em sua biografia o trabalho na revista *Playboy* como jornalista, de tal forma que possivelmente nessa matéria atuou como colaborador. Manteve uma coluna no jornal *O Globo*, foi comentarista da rádio CBN e do “Estúdio I” do canal *Globo News*. (*Wikipédia*, 2022).

7. Não foi possível confirmar as informações sobre a autora.

procura – perto do que havia sido estimado quando da sua criação – por parte dos brasileiros.

O que há de errado no divórcio brasileiro? O senador Nelson Carneiro, o mais famoso batalhador pela implantação do divórcio no país, entrevistado pela *Playboy*, tem uma resposta na ponta da língua. “O homem brasileiro é muito egoísta. Acostumado a viver sem compromisso na situação do concubinato, acomodou-se a esta situação e prefere não procurar um segundo casamento legalizado. No Brasil, ao contrário do que acontece na Itália, quando o divórcio chegou, já existia toda uma legislação amparando a mulher. Então, ela também não está sentindo necessidade de legalizar a família” (XEXÉO & SANTOS, 1979, p. 132).

O artigo procurou mostrar que, apesar de necessária, a lei de divórcio precisava ser reestruturada, pois não beneficiava os casais de classe média. Estes geralmente preferiam continuar seus relacionamentos extraconjugais na clandestinidade a apelar para que um juiz realizasse o divórcio. Isso ocorria, indicaram Xexéo e Santos (1979, p. 132), por questões burocráticas ou de demora para a realização do processo, que consistia em cinco anos após a separação do casal.

Os autores se mostraram favoráveis à realização do divórcio e procuraram mostrar os aspectos legais dos seus trâmites por meio de especialistas do direito e lideranças feministas:

Para a escritora e líder feminista Rose-Marie Muraro, por exemplo, o divórcio “já vem tarde”: “De que serve ele, se a mulher já é socialmente aceita com seu novo companheiro? O divórcio chegou quando o casamento já diminuiu em muito a sua influência”.

A própria Rose-Marie, desquitada, não está mais interessada em divorciar-se. E, como ela, a grande maioria das mulheres e dos homens de classe média. A quem interessa, então, a nova lei? (XEXÉO & SANTOS, 1979, p. 132).

Em seu artigo, Xexéo e Santos mostraram que a lei do divórcio tal como havia sido formulada, embora possibilitasse a legitimação de novos relacionamentos e a dissolução dos que acabaram, não trazia benefícios, principalmente às mulheres, que preferiam viver seus relacionamentos com compa-

nheiros na informalidade devido à maneira como a lei fora formulada: ao se divorciarem, perdiam direitos como “a inscrição na previdência social, o estado de dependentes junto ao imposto de renda, [...] a partilha do patrimônio conseguido por esforço comum, etc.” (XEXÉO & SANTOS, 1979, p. 132). Ao tecerem suas críticas à formulação da lei a partir de especialistas, apontaram que novas formas de relacionamentos podiam ser tão legítimas quanto o primeiro casamento.

Junto à questão do divórcio, também o advento dos anticoncepcionais foi um assunto abordado, em um momento ou outro, pelas revistas *Nova* e *Playboy*. Eram temas que questionaram a ordenação das identidades de gênero e a estrutura da família nuclear. Na *Playboy* número 04, de novembro de 1975, o artigo “A nova vasectomia” de Euclides Marques,⁸ explicou como a cirurgia de vasectomia veio permitir que os homens também participassem do controle de natalidade sem muitas preocupações – responsabilidade que até então era quase exclusivamente das mulheres de acordo com o texto. O especialista explicava que afinal, a cirurgia era reversível, permitindo que os homens operados voltassem a ser férteis caso desejassem. Marques (1975, p. 95) defendia a cirurgia argumentando que, a despeito de uma maior “intensidade e frequência nas relações sexuais”, a procriação se tornara um problema, até mesmo indesejado, na medida em que “a maioria dos casais modernos considera válido e necessário um planejamento familiar baseado no controle da natalidade”.

Ainda de acordo com o autor

quanto ao aspecto moral, a vasectomia é condenada pelas religiões. E os códigos de ética médica só admitem a esterilização do homem ou da mulher nos casos em que haja uma indicação terapêutica. Mas, pessoalmente, considero difícil que se mantenham por muito tempo essas posições. Já houve quem dissesse que a moral é uma questão de história e geografia. E estamos vivendo uma situação de hora e local que vai exigir modificações da ética e dos códigos de ética médica (MARQUES, 1975, p. 96-97).

8. Euclides Fontegno Marques nasceu em São Paulo em 1935, é um médico e pesquisador. Obteve o título de doutor na área de cirurgia cardiovascular em 1972 e participou dessa edição da *Playboy* como colaborador.

O texto indicava que a postura das pessoas frente à atividade sexual estava se modificando, deixando de ter relevância o sexo com a finalidade reprodutiva conforme certa moral religiosa apregoava. Como casais modernos, eram reconhecidos aqueles que estavam preocupados com o planejamento familiar e que podiam usar a vasectomia como uma maneira de controlar o número de filhos. Uma perspectiva de mudanças nas identidades masculinas e femininas estava latente no posicionamento do autor, sendo o controle de natalidade apontado como uma mudança nas relações entre homens e mulheres. Mas o aspecto que salta aos olhos é a responsabilização dos homens quanto àquele que até então era principalmente das mulheres. Ao questionar os valores morais difundidos pelo código de ética médica dos anos 1970, o artigo gerou uma abertura para que os homens repensassem as suas identidades a partir das mudanças nas suas responsabilidades e funções dentro dos relacionamentos afetivos.

Em diferentes números da *Nova*, não só os métodos anticoncepcionais eram abordados, mas também a questão da maternidade, que apareceu em duas edições que analisei. No número 03, de dezembro de 1973, o artigo cujo título era “Casamento sim, filhos não”, de Shirley Radel, havia o relato da sua experiência pessoal acerca da escolha da maternidade. A autora relatou sua história e trouxe diversos exemplos de amigos, parentes e conhecidos, que também se defrontaram com essa dúvida, além de indicar filmes e séries de televisão nos quais a maternidade era retratada de forma idealizada como o segredo para a felicidade das mulheres.

Shirley Radel⁹ relatou às leitoras que tinha um casamento perfeito, no qual ela e seu marido mantinham um bom relacionamento e que não desejavam ter filhos. Até que, após oito anos de casados, sucumbiram às pressões da sociedade, amigos e parentes, a autora engravidou e largou sua carreira profissional para cuidar das crianças. A partir de então sua narrativa tomou outro rumo, ela relatou que se sentia frustrada com a situação e que preferia nunca ter ouvido os conselhos e intromissões alheias que a levaram a ser mãe. Ela declara:

9. Não foi possível verificar a identidade de Shirley Radel. Nos números da *Nova* que foram analisados durante a pesquisa, seu nome não aparece em mais nenhum dos exemplares, ou seja, sua colaboração ocorreu apenas nesta edição, no formato de um relato pessoal.

Até a Miriam, uma advogada que conheço, que defende seu casamento sem filhos com unhas e dentes, outro dia não teve resposta. Quando lhe perguntaram pela milésima vez por que não queria ouvir falar em crianças, foi honesta: “Sou do tipo de gente que quer salvar o mundo e não seria nada fácil tentar salvá-lo com um bando de meninos agarrados na minha saia, absorvendo todo o meu tempo”. E ouviu como resposta este primor: “Você não acredita na vida. Devia ter um filho e ensiná-lo a salvar o mundo. Tenho certeza de que ele faria isso muito melhor do que você”.

Incrível. Onde ficam os nossos sonhos, os nossos desejos, as nossas lutas, a nossa liberdade? Então essa gente acha que a mulher deve passar pela vida sem direitos, sem outra escolha, sem outras gratificações que não a de ver os filhos realizarem o que era o seu destino? E que futuro pode ter uma criança nascida e criada assim? (RADEL, 1973, p. 39).

A reivindicação da autora era pelo direito de as mulheres poderem escolher não ter filhos. Por meio de seu relato pessoal, fez um apelo às leitoras, para que refletissem bem sobre a questão, afinal sua experiência foi frustrada: “Recordações de uma egoísta? Talvez. O fato é que hoje compreendi, muito tarde, que não podia, não devia ter filhos” (RADEL, 1973, p. 38). A autora defendeu a liberdade das mulheres, da possibilidade de poderem realizar seus sonhos, sem que isso estivesse atrelado ao papel de mãe. Shirley Radel se mostrava infeliz com sua condição de mãe, questionando por que as pessoas de seu convívio e a sociedade em geral esperavam que ela o fosse quando acreditava que sua vida já estava plena e realizada. A autora afirmou no artigo que essa pressão da sociedade sobre as mulheres era culturalmente construída e não se tratava de uma necessidade biológica.

Na *Nova* número 70, de julho de 1979, foi publicado outro artigo sobre o mesmo tema: “Os prós e os contras da maternidade” de Laura Cunha.¹⁰ Ao longo do texto foram apresentadas as opiniões divergentes de profissionais de diversas áreas sobre a necessidade da maternidade na vida das mulheres. O médico norte-americano Joseph Reingold defendeu que era essencial para que as mulheres não se tornassem frustradas, enquanto para o sociólogo Jessie Bernard era uma construção cultural, e a escritora francesa Si-

10. Laura Cunha foi colaboradora da edição, também não foi possível confirmar quem foi a autora. Pela estrutura da matéria, é possível presumir que possivelmente era jornalista.

mone de Beauvoir, para quem era uma escolha moral e não uma obrigação instintiva.

Ao descrever as condições de vida das mulheres modernas no quadro da maternidade, a autora afirmou:

O trabalho fora de casa foi o primeiro fator decisivo para que as mulheres passassem a encarar a maternidade como opção e não como obrigação. Mas o que veio, de fato, reforçar e institucionalizar esse novo ponto de vista foi a descoberta de meios eficazes de se controlar a natalidade, através dos anticoncepcionais: a mulher tem, agora, nas mãos, o poder real de decidir *quando e se* quer ser mãe. Mais ainda, até: através de sofisticados processos de inseminação artificial, ela pode prescindir de um companheiro para fecundá-la (CUNHA, 1979, p. 92).

Embora o artigo mostrasse que existia uma pressão social muito grande para que as mulheres fossem mães, especialmente as casadas, também evidenciou que elas estavam se deparando com mudanças positivas – como os anticoncepcionais e sua entrada no mercado de trabalho – que lhes conferiu poder de escolha sobre si mesmas. Logo após, o artigo apresentou casos de mulheres comuns e outras famosas, casadas ou solteiras, que optaram ou não por serem mães. Cada uma explanou sobre os prós e os contras de suas decisões e a autora ressaltou que a decisão de ter filhos deveria ser tomada individualmente.

Se, por um lado, a liberação das mulheres lhes permitiu uma maior participação no mercado de trabalho e na sociedade, por outro, não lhes ofereceu uma saída para um dos grandes dilemas da mulher moderna: como trabalhar e criar filhos ao mesmo tempo? Parece difícil. E é. Cá entre nós, o que aconteceu foi que, além de continuar exercendo suas “funções domésticas” – cuidar da casa, das roupas, da alimentação, do “bem-estar” familiar – as mulheres acumularam a estas suas obrigações profissionais. Nem o Estado, nem as empresas privadas lhes ofereceram creches onde suas crianças possam ficar durante o dia, embora isso seja previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. E então, voltam as dúvidas. Entre passar alguns anos sem trabalhar, para ter e criar filhos, e continuar a crescer numa profissão, muitas mulheres se dividem. (CUNHA, 1979, p. 93)

Apesar da *Nova* dos anos 1970 não apresentar um conteúdo denso sobre a maternidade, essa pareceu ser uma preocupação importante para a revista. As matérias publicadas não privilegiavam dicas sobre como ser uma boa mãe, mas discutiam os dilemas enfrentados, por mulheres que construía carreiras e se sentiam realizadas em seus relacionamentos, entre ter ou não ter filhos. As matérias da *Nova* expunham que muitas mulheres que optaram pela maternidade carregavam a responsabilidade sozinhas, pois não havia ajuda dos seus companheiros ou maridos. Elas precisavam, portanto, conciliar suas carreiras e, até mesmo, seus relacionamentos com a criação dos filhos. A *Nova* questionava a maternidade como própria da “natureza” feminina e, apesar de não se assumir diretamente feminista, artigos como esses evidenciam que algumas de suas colaboradoras possuíam um posicionamento feminista.

Entretanto, os artigos, por mais que apontassem que a decisão sobre a maternidade deveria ser somente das mulheres, pois a participação masculina no processo de criação era pouco significativa, não faziam um questionamento consistente acerca do posicionamento indiferente ou ausente dos homens. Em momento algum as colaboradoras de *Nova* escreveram que os homens também deveriam ter responsabilidades e funções na criação e educação da sua prole, ou seja, dividir o “serviço” com as mulheres, uma questão que foi problematizada por Sarti e Moraes:

Parece que os homens não são necessários na reprodução humana. Ou melhor: seu papel acaba se reduzindo estritamente ao de reprodutor biológico. Nem se cogita da presença masculina entre os que “formam o universo da criança”. Afinal, os homens sempre ouviram que não possuem os tais traços psicológicos necessários para educar filhos... Basta lembrar que jamais se pensou em incluir nas páginas das revistas masculinas algo como: “conselhos para ajudar seu filho a crescer melhor” (SARTI & MORAES, 1980, p. 37).

Em relação a *Playboy*, por mais que a revista indicasse e defendesse a existência de novas formas de relacionamentos, que diziam respeito aos “casais modernos”, trazendo matérias sobre métodos contraceptivos, e a responsabilidade masculina na prevenção da gravidez indesejada, a função da paternidade era um assunto praticamente ausente nos números que fo-

ram analisados ao longo da pesquisa, atestando que para a *Playboy* dos anos 1970 tais questões não possuíam relação com o “mundo masculino”.

A carreira da Jornalista

Ao adentrarem o mercado de trabalho do jornalismo, as mulheres que colaboraram para a *Playboy*, mas principalmente aquelas que escreveram os artigos na *Nova*, desafiaram com a sua presença os mitos e estereótipos em relação ao papel das mulheres na sociedade brasileira dos anos 1970, embora esses mesmos estereótipos permeassem grande parte de ambas as publicações por meio das dicas e regras comportamentais voltadas para homens e mulheres e dos padrões estéticos dos corpos exibidos nas publicidades e páginas das revistas.

A revista *Nova*, ao trazer informações sobre o universo do trabalho nos seus artigos, procurava incorporar esse assunto a alguns repertórios tradicionais das revistas femininas da década de 1970:

Trata-se, fundamentalmente, de transpor a mulher para o mundo masculino do trabalho, mantendo inquestionada a divisão sexual da sociedade, que não diz respeito apenas ao trabalho, mas ao conjunto de valores, preconceitos e ideias acerca da condição feminina (SARTI & MORAES, 1980, p. 48).

Com a incorporação de novas propostas à dinâmica tradicional das revistas femininas, a *Nova* construiu discursos muitas vezes contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que os artigos sobre relacionamentos afirmavam que a felicidade somente poderia ser alcançada por meio de um relacionamento estável e duradouro, também afirmava que a realização pessoal das mulheres dependia do sucesso de suas carreiras profissionais. Entretanto, é relevante destacar que um não anulava o outro, eram as duas principais ambições das mulheres, de acordo com a revista.

Foi no final da década de 1970 que os ideais de luta do movimento feminista chegaram às organizações operárias, e a partir de 1977, as mulheres começaram a questionar as diferenças de condições de trabalho entre os homens trabalhadores e reivindicar as suas especificidades em relação a eles (PINTO, 2003, p. 65-66).

Por mais que a *Nova* enfatizasse o direito das mulheres ao mercado de trabalho, elas enfrentaram, naquele momento, a desigualdade de condições em relação aos homens, como por exemplo, em relação aos salários, à profissionalização, ao acesso aos cargos superiores e à sindicalização (SARTI & MORAES, 1980, p. 51). A *Nova* apresentou em suas colunas guias acerca das profissões, com dicas que enfatizavam a utilização dos “atributos naturalmente femininos”, como estratégias para que as mulheres avançassem nas suas carreiras (SARTI & MORAES, 1980, p. 51).

Na página 04, da edição número 03 da *Nova*, de dezembro de 1973, no texto introdutório intitulado “O nosso novo mundo”, a diretora da revista Fátima Ali¹¹ discorreu sobre os principais assuntos da edição. Os textos sob esse título eram parte de uma coluna fixa que encabeçava cada publicação realizada na década de 1970. Comentando os tópicos destacados na capa da revista, Fátima Ali afirmou que a *Nova* estava comemorando o sucesso que havia alcançado após publicar suas duas primeiras edições no Brasil, que haviam esgotado em poucos dias. Ela ressaltou também que muitos homens estavam lendo a *Nova*, indicando que estes descobriram que as mulheres “sabiam fazer revista”.

Fátima Ali, ao falar do sucesso de vendas dos dois primeiros exemplares, procurou evidenciar o desempenho das mulheres na construção da revista, como também enaltecer aquelas que construíam suas carreiras no jornalismo. No texto, Fátima ressaltou que os homens também liam a *Nova*, embora não explicasse como obteve essa informação, o que parece ser uma referência ao fato de que a revista, mesmo voltada ao público feminino, não publicava apenas “futilidades” do universo feminino, mas um conteúdo abrangente e relevante para os dois públicos.

Novamente no artigo introdutório “O Nosso Novo Mundo”, da edição 33 de *Nova* de 1976, Fatima Ali falou sobre a carreira de jornalista, apontando que as mulheres estavam começando a ganhar espaço na profissão:

As redações dos jornais e revistas estão sendo invadidas por elas. Por que isso? Provavelmente porque jornalismo é uma atividade bastante aberta para as mulheres; porque promete uma vida movimentada, inte-

11. Fatima Ali nascida em 1943 em São Paulo, é uma jornalista que se transformou em um dos principais nomes femininos da editora Abril. Lançou e dirigiu a revista *Nova* por 17 anos. Posteriormente trabalhou na TV Bandeirantes e foi diretora da MTV Brasil.

ressante, viva, cheia de aventuras e imprevistos; porque existe fantasia e glamour em torno da profissão. Se eu gosto de ser jornalista? Gosto muito. Só que um dia destes perguntei a uma amiga como é que ela imaginava que fosse o meu dia. A descrição foi qualquer coisa como “agradáveis tardes passadas em torno de uma máquina de escrever, entrevistas gostosas na casa de pessoas simpáticas, um trabalho ameno e divertido”. Mas a realidade não é bem essa. [...]. O meu ritmo de trabalho é frenético (ALI, 1976, p. 4).

Ao descrever o seu trabalho como jornalista, a diretora disse às leitoras que se tratava de uma profissão na qual era necessário ter persistência. Por mais que a carreira fosse descrita como interessante para as mulheres e repleta de “glamour”, havia também fatores negativos, como uma vida agitada e corrida, tendo as jornalistas de dedicar grande parte do seu tempo ao ambiente público, ficando o privado em segundo lugar. Fátima Ali deixou implícito no texto que as repórteres da *Nova* eram, elas mesmas, as “mulheres modernas”, pois através da profissão possuíam uma vida idealizada como “interessante”, “viva”, que podia ser “cheia de aventuras” e marcada pela “fantasia”. No final do texto, a autora deixou um incentivo para que as leitoras adentrassem a carreira de jornalistas quando afirmou, referindo-se a cada uma em particular, que elas poderiam ajudar a escrever a *Nova*.

Para Sarti e Moraes (1980, p. 56) o trabalho feminino nas colunas da revista *Nova* dos anos 1970 não era, na maioria das vezes, tratado como atividade produtiva – a revista não falava das más condições de trabalho, dos salários baixos, ou dos direitos trabalhistas –, mas como conseguir a ascensão social, ou status, com a finalidade de permitir que as mulheres se tornassem consumidoras. Alguns artigos, como “A vida corrida e divertida de uma relações públicas”, de Mariana Ferraz na *Nova* número 63, de dezembro de 1978, entretanto, trouxeram relatos sobre a realidade das profissões:

Apesar de todos esses elogios, a mulher ainda tem de enfrentar alguns preconceitos para trabalhar bem. Marisa, que exerce uma função de comando, no mesmo nível de atuação de muitos homens mais velhos, sente que as críticas são mais severas em relação ao seu trabalho que ao dos homens. Essa diferença também está presente nos salários: como em várias outras profissões, a RP mulher ganha menos que o homem, nas mesmas funções. O salário atual de Marisa está entre 20 e 30 mil cruzeiros por mês e, segundo ela, seria bem maior se o mesmo cargo

fosse ocupado por um homem. Além disso, há ainda o problema das “cantadas” fora de hora. Marisa, que está habituada a tratar diariamente com importantes executivos, já aprendeu a contornar a situação: “Quando a gente é profissional”, diz ela, “acaba sabendo como lidar com os clientes, de maneira a evitar maiores problemas. É só levar os elogios na brincadeira que se consegue a amizade e o respeito dos homens que os fizeram” (FERRAZ, 1978, p. 64).

As dicas, então, para quem estava adentrando o mercado de trabalho, se voltaram para os atributos “naturalmente” femininos, como a organização, o cuidado e a informação, para que as mulheres conseguissem se promover na carreira frente às desvantagens que enfrentavam em relação aos homens, devido ao tratamento discriminatório no ambiente de trabalho, que tendia a valorizar o trabalho deles em detrimento daquele realizado por elas.

Essa é a opinião de Nemércio Nogueira, que diz: “o melhor RP que eu conheço é uma mulher”. Razões apontadas para o sucesso das mulheres na profissão: elas são organizadas, preocupam-se com os detalhes, sabem como tratar as pessoas e estão sempre mais bem informadas (Marisa por exemplo nunca lê menos de dois jornais por dia) (FERRAZ, 1978, p. 64).

A *Nova* dava dicas que tinham relação com os atributos biológicos das mulheres, naturalizando as relações de gênero no ambiente de trabalho. Por outro lado, incentivava-as a driblarem as discrepâncias entre os gêneros, como fazia Marisa, a profissional citada no artigo, que aprendeu a “melhor forma” de tratar seus clientes para conseguir respeito, como também sabia a importância do aprimoramento pessoal na luta por cargos melhores e salários dignos em suas empresas.

A revista *Playboy*, de sua parte, possuía uma preocupação em trazer colunas para os seus leitores solteiros, com dicas que lhes facilitassem algumas atividades domésticas, como por exemplo, receitas de refeições práticas e fáceis. Não se tratava, necessariamente, de uma divisão dos afazeres domésticos com suas companheiras ou esposas, mas mostrava que os homens podiam viver sós e desempenhar bem atividades no ambiente privado.

As identidades, posições e funções na sociedade de homens e mulheres brasileiros estavam sendo questionadas pelas revistas *Nova* e *Playboy*,

pois as mudanças que ocorriam política e socialmente no cenário brasileiro não passaram despercebidas pelas duas revistas, que se empenhavam em mostrar aos seus leitores que as identidades estavam se tornando fluidas e descentralizadas. Como afirma Woodward (2000, p. 18-19):

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade – tal como a da feminilidade loira e distante ou a da masculinidade ativa, atrativa e sofisticada dos anúncios do Walkman da Sony.

Por existir, na vida moderna, uma diversidade de posições que estão disponíveis, fica difícil separar essas identidades e estabelecer fronteiras entre elas, pois elas sofrem mudanças ao longo do tempo. Woodward (2000, p. 31) cita alguns exemplos, como as mudanças nas relações familiares devido às modificações que ocorreram na estrutura do emprego, ou os novos padrões de vida doméstica com os lares chefiados, por exemplo, por mães ou pais solteiros. As mudanças também atingem as identidades de gênero, que se tornam mais ambíguas através de fragmentações e mudanças que geraram uma “crise de identidade”.

Entretanto, a complexidade da vida moderna acabava por exigir a tomada de algumas posições frente a identidades diversas e essas, muitas vezes, tornavam-se contraditórias, entrando em conflito quando o que era exigido por uma interferia nas demandas da outra.

Considerações Finais

Partindo de uma perspectiva de gênero (SCOTT, 1995) é possível perceber nas análises das revistas *Nova* e *Playboy*, como seus editores(as) e colaboradores(as) construíram discursos que conferiram significados às práticas de homens e mulheres. Por exemplo, quando determinaram ou reivindicaram suas funções nos ambientes público e privado, ou quando procuraram tratar de assuntos concernentes aos enfrentamentos cotidianos de homens e mulheres em relação aos relacionamentos sexuais e amorosos e às carreiras profissionais. Por conseguinte, trouxeram informações para acatar à demanda do público-alvo, condizendo com as regras das relações sociais

legitimadas pelos saberes de especialistas das mais diversas áreas científicas da época.

Foi possível observar que, embora as revistas não levantassem abertamente bandeiras feministas, naquele momento estavam preocupadas em tratar questões práticas do cotidiano de homens e mulheres, referentes às mudanças nas suas identidades e nos seus papéis perante a sociedade.

A utilização da categoria gênero na análise histórica vem permitindo que os pesquisadores e pesquisadoras possam entender as dinâmicas das relações não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres, homens e homens, evidenciando como os acontecimentos passados foram produtores de gênero (PEDRO, 2005, p. 88), o que também foi possível perceber ao longo da análise das revistas *Nova* e *Playboy*. Discussões sobre as diferenças entre homens e mulheres fizeram parte dos conteúdos das duas revistas, que se posicionaram e reivindicaram novos espaços para os gêneros.

Enquanto o corpo editorial da *Nova*, composto em sua maioria por mulheres, apresentava suas próprias vivências profissionais e afetivas para o seu público, majoritariamente mulheres que adentravam o mercado de trabalho, trazendo informações que visavam ampliar os conhecimentos e as experiências daquelas que conquistavam o ambiente público, os colaboradores e editores da *Playboy*, todos homens, estavam falando para os seus leitores do sexo masculino, estabelecendo novas identidades e papéis para eles na dinâmica das relações de gênero.

Portanto, o cenário político brasileiro dos anos 1970, apesar da censura, ditadura e repressão, foi palco também de diversas mudanças no comportamento de mulheres e homens, na maneira como eles percebiam seus lugares na sociedade. Através da análise das revistas *Nova* e *Playboy*, foi possível perceber que seus(as) colaboradores(as) não estavam indiferentes ao deslocamento das identidades de gênero, bem como às mudanças na sociedade a partir das reivindicações dos movimentos feministas.

Referências

- ALI, F. O nosso novo mundo. *Nova Cosmopolitan*, São Paulo, n. 3, p. 4, 1973.
- ALI, F. O nosso novo mundo. *Nova Cosmopolitan*, São Paulo, n. 33, p. 4, 1976.

CUNHA, L. Os prós e os contras da maternidade. *Nova Cosmopolitan*, São Paulo, n. 70, p. 90-93, 129, 1979.

Fatima Ali. LinkedIn. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/fatima-ali-2aa91b8>. Acesso em 30 de março de 2022.

FERRAZ, M. A vida corrida e divertida de uma relações públicas. *Nova Cosmopolitan*, São Paulo, n. 63, p. 62-65, 1978.

JOFFILY, M. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Espaço Plural: História das mulheres e das relações de gênero*, ano X, n. 21, p. 78-88, 2009.

MARQUES, E. A nova vasectomia. *Playboy*, São Paulo, n. 4, p. 94-97, 1975.

MUCELIN, P. C. *Corpo e sexualidade: discursos constituidores nas revistas Nova e Playboy – anos 1970*. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, J. M.; SANTOS, M. R. dos. Práticas de consumo e identidades de gênero: representações da dona de casa moderna na revista Casa & Jardim. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 19, p. 169-182, 2009.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RADEL, S. Casamento sim, filhos não. *Nova Cosmopolitan*, São Paulo, n. 3, p. 38-41, 1973.

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 11-43, 1995/96.

RISÉRIO, M. Playboy vs. Censura: 1975-1980. *Playboy*, Abril, ago. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140222200638/http://playboy.abril.com.br/entretenimento/historia/playboy-vs-censura-1975-%E2%80%93-1980/>. Acesso em 04/03/2022.

SARTI, C.; MORAES, M. Q. de. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, M. C.; ROSENBERG, F. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

SOUZA, E. C. de. *Playboy: a estética do inatingível*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

WIKIPÉDIA. *Artur Xexéo*. jan 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_Xex%C3%A9o. Acesso em 07 de março de 2022.

XEXÉO, A.; SANTOS, M. L. Para que o divórcio seja uma boa. *Playboy*, São Paulo, n. 44, p. 84- 85, 132-133, 1979.

O cidadão de bem é inimigo? Discursos judiciais sobre o assassinato de uma mulher¹

Maísa Nodari

Introdução

As constantes violações aos direitos das mulheres (a exemplo da vida, integridade física e psicológica, liberdade sexual e reprodutiva) tem raiz na estrutura machista da sociedade, terreno consolidado segundo o qual o papel que cabe às mulheres se encontra no espaço doméstico e mesmo aquelas que ultrapassam essa esfera privada e ocupam os espaços públicos, sobretudo do ponto de vista profissional, carregam uma carga de exigências no sentido de que devem cumprir os papéis reservados a elas, como o cuidado com a casa, a família e os/as filhos/as.

Esta pretensa superioridade masculina, referendada por instituições de poder, acaba por gerar a falsa premissa de que os homens detêm o poder e o controle sobre os corpos das mulheres, visão que sustentou por muito tempo a negação de direitos civis e políticos a elas e, de certo modo, legitima e naturaliza o espectro de violências a que são submetidas (PALAR; SILVA, 2017). Nesse vértice, as lutas feministas que enfrentam, entre outras, mas com certa prioridade, as violências e desigualdades de gênero, tiveram pa-

1. O presente trabalho é oriundo da dissertação de mestrado “Até que a morte nos separe: estudo de casos de homicídios contra mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha” (Co-marca de Toledo/PR, 2009-2013), defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cf. Nodari (2016).

pel fundamental à concretização dos diversos direitos até hoje conquistados pelas mulheres.

O presente trabalho se insere em uma temporalidade marcada pelo debate em torno da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a qual, essencialmente, visa coibir a violência contra as mulheres no seio doméstico e familiar. A Lei Maria da Penha, como foi chamada, é um enorme triunfo dos movimentos feministas, já que incorpora praticamente todas as propostas do movimento (SANTOS, 2008). Essencialmente, a lei inovou ao ampliar o significado da violência de gênero, abarcando, além da violência física, a psíquica, moral, sexual, econômica, inclusive no âmbito de relações homoafetivas, o que demonstra novo paradigma legal no que tange ao trato da sexualidade. Além disso, alterou o Código Penal ao determinar o agravamento da pena em caso de crimes com violência doméstica e familiar contra mulheres, além de proibir a realização de transação ou qualquer outra forma de conciliação entre réu e vítima, rechaçando a ideologia que até então imperava, deixando claro que já não considera de menor potencial ofensivo os crimes desta natureza (BANDEIRA, 2009).

A partir de sua aprovação surgiram expectativas acerca de sua aplicação e implemento da perspectiva de gênero na condução dos processos judiciais, considerando a visibilidade acerca das nuances que permeiam essas violências e a urgente parcimônia no que diz respeito à revitimização institucional. Assim, cumpre-nos indagar: como o discurso jurídico tem sido conduzido no contexto dos processos criminais instaurados na sequência dos fatos violentos contra mulheres e de que forma as verdades jurídicas são construídas?

Estas perguntas não representam uma novidade no campo dos saberes acadêmicos: Na década de 80, Mariza Corrêa (1983) analisou a representação jurídica de papéis femininos e masculinos nos processos criminais de homicídio que tramitaram entre 1952 e 1972. A autora percebeu em seu trabalho como a justiça constrói um modelo ideal de homem e mulher, de maneira a relacioná-los/as ao devido cumprimento das funções que lhes são socialmente atribuídas, cuja aproximação tenderia a resultar em absolvição e o distanciamento, por consequência, em condenação.

Diante deste cenário de expectativa e tal como fez Corrêa (1983), é imprescindível analisar de que forma tramitam os processos criminais instaurados para responder a estas mortes, por meio de uma construção de

verdades jurídicas baseadas em práticas discursivas, cujo efeito simbólico institucionalizado é de suma importância. Para tanto, utilizamos metodologia qualitativa descritiva, que parte da análise do processo criminal que envolveu o caso de Eliane, morta por seu companheiro Fernando com múltiplas facadas, dentro de casa, diante de uma suspeita de traição.² A metodologia usada, aliás, não necessita de um grande universo de pesquisa, pois, para além da quantidade e dos resultados, se preocupa com a profundidade das análises em que o/a intérprete exerce papel fundamental (DALFOVO *et al*, 2008), aliada à análise do discurso, que é uma ferramenta de investigação que permite perceber, pelas ênfases e silêncios dos atores/as jurídicos, a construção da verdade jurídica por meio de relações de poder existentes no contexto do próprio enredo processual.

Segundo Foucault, o discurso não é tão somente um conjunto de significados, mas um espaço de luta cujas práticas “formam sistematicamente os objetos de que fala” (FOUCAULT, 2012, p. 60). Para ele, há uma complexidade envolvendo as coisas e as palavras, sobretudo porque se tratam de relações históricas perpassadas e imbricadas por relações de poder, através das quais se estabelecem os regimes de verdade (ALVES; PIZZI, 2014).

Ademais, analisando o lugar de fala das pessoas que fazem parte do processo criminal e que, enquanto sujeitos/as, possuem realidades históricas e culturais próprias, conclui-se que os discursos que deles/as emanam partem de um processo complexo que produz e constitui sentidos, para além do uso da linguagem como uma ferramenta que transmite apenas informações, consistindo em uma trama em que ocorre identificação e subjetivação do sujeito, argumentação e construção da realidade (ORLANDI, 2007).

A partir dessas perspectivas, pretendemos delinear quais discursos vigoram neste processo criminal, considerando que são práticas de representação e produção de significados (FUNCK, 2009, p. 482), bem como que a observação das práticas discursivas dá visibilidade aos seus efeitos, que se exercem tanto com base no que é, de fato, discursivo (linguagem, discurso, enunciado), como também em práticas institucionais (exercícios, rituais, definição de lugares e posições, distribuição espacial dos sujeitos, etc.) que não vivem isoladamente (FISCHER, 2003, p. 387).

2. Por cuidado ético, substituímos o nome das partes e operadores/as jurídicos/as por pseudônimos.

Utilizamos a violência de gênero como categoria analítica para não partirmos do restrito caráter biológico como balizador das diferenças entre homens e mulheres. Nesse sentido, gênero traduz, segundo Bandeira (2005, *online*, p. 7) um “conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada”, de forma que os fatores culturais e sociológicos são diretamente ligados aos papéis atribuídos historicamente a homens e mulheres, os quais contribuem, inclusive, para a constituição de suas identidades.

Para Scott (1995, p. 88), gênero é uma categoria analítica que dá “significado às relações de poder”, campo em que ou “por meio do qual o poder é articulado”. Desse modo, como as diferenças entre os sexos constituem desigualdades porque geram relações sociais desiguais, o gênero como categoria de análise nos ajuda a analisá-las como uma forma de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

A violência doméstica e familiar contra as mulheres na perspectiva da violência de gênero também remete à constante mobilização de estereótipos como chave interpretativa (ARDAILLON; DEBERT, 1987). Segundo Cook e Cusack (2010, p. 23), estereótipos são concepções ou visões generalizadas sobre pessoas, suas características ou papéis sociais que precisam rigorosamente obedecer e cumprir, de modo a preconcebê-las. O uso dessas visões pré-concebidas contribui para que as características das pessoas, suas necessidades, projetos e desejos sejam invisibilizados, o que culmina em uma negação de direitos e reforça hierarquias de gênero. Essa estereotipação, sobretudo das mulheres, busca legitimar atos de agressão, os quais são justificados em razão do desvio deste padrão, intencionando à absolvição ou ao abrandamento da pena que porventura seja fixada como resposta, impondo às vítimas uma carga injusta e contribuindo para o aumento da vulnerabilidade à violência.

Ainda do ponto de vista legal, é importante destacar a promulgação da chamada Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015) responsável por inserir esta categoria específica (crime praticado pela condição do sexo feminino) como qualificadora do homicídio. Ou seja, o feminicídio é “o assassinato da mulher por condição de ser mulher” (BANDEIRA, 2013, *online*), ideia que se coaduna com o que a lei trouxe em seu texto.

O crime de feminicídio foi legalmente definido como aquele “praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino” (art. 121, inciso VI do Código Penal). Na sequência, a lei especifica esta motivação, definindo-a da seguinte forma: “considera-se que há razões de sexo feminino quando o crime envolve: violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (artigo 121, § 2º A, incisos I e II do Código Penal).

Segundo Bandeira (2013, *online*), este delito é praticado no “contexto de relações interpessoais”, cujo caráter violento e cruel “evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais”, nas quais a crueldade visa à apropriação e destruição do corpo feminino.

A partir de então, o feminicídio passou a ser crime hediondo, o qual, para os fins da Lei nº 8072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), é aquele revestido de maior gravidade e que, portanto, terá tratamento legal diferenciado em que o sentenciado deve iniciar o cumprimento de sua pena em regime inicialmente fechado com estabelecimentos prisionais próprios de segurança máxima. A expressão hediondo, na seara semântica, traduz um ato “repugnante, imundo, horrendo, sórdido, ou seja, um ato indiscutivelmente nojento, segundo os padrões da moral vigente” (IDECRIM, *online*), com finalidade de ferir a moral coletiva cujos valores buscam salvaguardar a dignidade da pessoa humana.

Nos delitos de feminicídio, esta hediondez fica evidenciada no fato de que muitas vezes as mulheres são mutiladas, com genitálias retalhadas, mamilos arrancados, esfaqueadas, asfixiadas, mordidas, baleadas, queimadas e decapitadas, havendo sobreposição de vários delitos ao mesmo tempo, “geradores de barbárie e terror”, aliados à humilhação e a uma “gama de privações a que a mulher é submetida” (BANDEIRA, 2013, *online*).

Trata-se de uma forma extrema de violência contra as mulheres por questões de gênero, dentre as diversas formas de controle ao corpo, à vida e à liberdade a que estas são submetidas, práticas que frequentemente estão naturalizadas e, portanto, invisibilizadas. Assim, a criminalização específica do feminicídio permite analisar o contexto em que ocorreu, já que não se fala de qualquer morte, por qualquer pessoa, em qualquer situação, mas do assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres.

Em que pese a Lei do Feminicídio não tenha sido aplicada ao caso ora estudado porque ainda não estava em vigor, o termo será utilizado como

categoria analítica, que segundo Diniz, Costa e Gumieri (2015, p. 226), destina-se a dar visibilidade aos diversos “fatores discriminatórios que determinam a morte violenta de milhares de mulheres em todo o mundo e, ao mesmo tempo, sentar as bases científicas para quantificar estes crimes cuja autêntica dimensão ainda permanece na obscuridade”.

Diante disso, analisamos a construção da justiça neste caso de feminicídio, com enfoque sobre os depoimentos prestados pelas testemunhas e no interrogatório do réu, bem como nas perguntas que são formuladas pelos juízes/as, promotores/as e advogados/as nas audiências de instrução e julgamento e sessões do Tribunal do Júri.

Para Oliveira (2012, p. 39), os processos criminais são interessantes fontes de pesquisa porque “consolidam a construção de fatos sociais e cristalizam percepções dos diversos atores envolvidos, constituindo uma fonte privilegiada para acessar as representações que modulam as respostas das instituições jurídicas”. Desta forma, é possível “desvendar sofisticados mecanismos socioculturais, econômicos, relacionais e simbólicos já institucionalizados” (BANDEIRA, 2008, p. 12), por meio da análise dos discursos existentes nas falas dos diversos atores jurídicos que figuram no conjunto de atos que compõem os processos criminais. Estes discursos são revestidos de valores vigentes na sociedade em que estão inseridos, cujas versões “trazem implícitos modelos de pessoa, normas, valores, crenças e representações sobre papéis masculinos e femininos que, conjugados e reinterpretados no quadro do direito formal” (WADI, 2002, p. 183), resultam em formas diferentes de julgamento e constituição de justiça.

Sobre tal ponto, Corrêa (1983, p. 40) enfatiza que “no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos”. Nesse contexto, pretendemos compreender como se dá a construção das versões e perceber quais fatos e/ou atos ganham ênfase e quais são silenciados de acordo com a conveniência das teses a serem formuladas pela acusação e pela defesa.

Conhecendo Eliane, Fernando, o caso de amor e o crime de ódio

Segundo informações presentes nos autos, Eliane e Fernando mantiveram uma união estável por aproximadamente seis anos, no período de 2006 a 2011. Ela era uma mulher parda, de 34 anos e era zeladora em um hospital de Toledo. Fernando, homem branco, de 29 anos, era pedreiro, trabalhava de forma autônoma e auferia cerca de R\$ 1.000,00 por mês. A vítima tinha um filho de 14 anos, uma filha de 18 (ambos de outro relacionamento) e uma terceira filha de dois anos na data dos fatos. Esta mais nova, também filha de Fernando.

Consta no processo que depois de sofrer vários episódios violentos ao longo do tempo de relacionamento, ela foi assassinada por Fernando dentro da casa onde viviam, com 22 facadas. Aliás, o próprio Fernando, após matá-la, noticiou o crime à polícia e permaneceu em casa esperando sua chegada. Diante da constatação da morte de Eliane, Fernando foi preso e a filha do casal, uma menina de dois anos foi encaminhada ao Conselho Tutelar.

Na ocasião em que foi ouvido pelo delegado, Fernando apenas disse que os fatos ocorreram no interior da casa onde morava com a vítima e a filha de dois anos, que estava arrependido e que nada mais diria por estar desacompanhado de advogado e não ter dinheiro para constituir um. Apesar de não ter detalhado oficialmente ao delegado como o crime ocorreu, fazendo uso de seu direito de permanecer calado, consta no processo uma gravação feita pela imprensa local em que, ao ser entrevistado, Fernando afirma:

Primeiro ela me esfaqueou porque eu falei o nome do fulano que disseram que ela “tava” traindo eu e daí ela me deu uma facada. Na hora eu nem pensei. Nós já “tava” bêbado já, tanto ela como eu. Nem pensei, peguei a faca da cozinha e fiz essa cagada. Vou assumir o que eu fiz né. “Tô” arrependido, mas chorar pelo leite derramado não tem como mais. Não aconselho ninguém fazer isso daí porque estraguei a minha vida né. O motivo é a traição né. Eu já me entreguei, eu fiz o crime, “tô” arrependido, mas traição, motivo de traição. Quem gosta de ser corno hoje em dia? Eu quero ver o homem que suporta a dor do chifre, diz que boi carrega de metido (Fernando, declarações prestadas à imprensa, transcritas a partir do DVD anexado à p. 87 dos autos).

É curioso notar a forma destemida como o agressor se expressa à imprensa, que não possui o poder de puni-lo. Sem receios, na mesma data em que foi ouvido na delegacia e preferiu calar-se perante a autoridade policial, Fernando, perante os jornalistas, fala abertamente sobre os motivos do crime, e de maneira incisiva expõe que matou Eliane porque desconfiava de uma traição, buscando legitimar a forma como agiu no argumento de que homem nenhum aguentaria ser traído.

Além disso, o agressor buscou demonstrar ser homem trabalhador e provedor do lar, além de ressaltar que ajudou a vítima a criar a filha e o filho que não eram dele. Por fim, Fernando afirma nunca ter respondido a processo criminal, deixando de relatar os dois boletins de ocorrência realizados anteriormente contra si, aos quais, provavelmente, não foi dada continuidade por ausência de representação da vítima.

No dia 13 de outubro, quase uma semana após a morte de Eliane, a filha dela foi chamada pelo delegado para prestar depoimento. Amanda, como será chamada neste trabalho, na época com 19 anos, informou que eram frequentes as ameaças que Fernando fazia a ela, à sua mãe, ao seu irmão mais novo e à própria filha de dois anos que ele tinha com a vítima. Além de relatar as ameaças anteriores que a vítima e sua família sofriam por parte do padrasto, Amanda seguiu denunciando outra forma de violência supostamente por ele praticada contra a filha pequena, desta vez de natureza sexual. Diante dessas declarações, o delegado determinou a realização de exames na criança, a fim de averiguar a denúncia de abuso sexual. Não é possível afirmar se foi instaurado procedimento oficial para apuração dessa denúncia, tendo em vista que, por se tratar de suposto crime sexual contra criança, estes dados são sigilosos, conforme Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A prisão de Fernando foi comunicada pelo delegado ao fórum, oportunidade em que ele pediu que a prisão em flagrante do indiciado fosse convertida em prisão preventiva para que ele permanecesse preso até o julgamento, porque a forma brutal como agiu mostrava que ele não tinha condições de viver em sociedade, uma vez que sua liberdade poderia colocar em risco a paz social.

No entanto, o juiz substituto que respondia pela 1ª Vara Criminal naquele dia (10 de outubro de 2011), neste trabalho denominado de juiz nº 1, mandou soltá-lo imediatamente. Em sua decisão, afirmou que Fernando

não merecia permanecer preso porque colaborou com a investigação por ter acionado a polícia e confessado o crime, possuía residência fixa e ocupação lícita, além de ser primário. Ainda, fundamentou sua ordem de soltura no fato de que:

Este é um caso em que o flagrado não se configura como *inimigo*, porque não é violador habitual e contumaz do direito, nem faz da ilegalidade seu modo de vida. Trata-se, por hora, de um cidadão de bem que teria cometido um erro, ficando, portanto, acobertado pelo manto da presunção de não culpabilidade, e fazendo jus a toda a tutela das garantias materiais e processuais previstas na Constituição da República.³

A expressão “inimigo” utilizada pelo magistrado refere-se a uma teoria denominada Direito Penal do Inimigo, criada pelo jurista alemão Günter Jakobs (2004), segundo a qual o criminoso contumaz, considerado como aquele violador constante das normas jurídicas, deve ser penalizado de modo a prevenir que cometa crimes futuros, vez que é um inimigo social que constantemente nega a validade da norma. Segundo Jakobs (2004) *apud* Santos (s.d., p. 5), é necessário distinguir o cidadão do inimigo, sendo que o primeiro é o cumpridor das regras da comunidade e eventualmente comete algum crime (para o autor considerado normal) e o segundo corresponde àquele que pratica crimes de alta traição, assumindo um verdadeiro estado de guerra contra a sociedade como um todo por meio de sua insubordinação jurídica, perdendo a característica de pessoa portadora de direitos.

Dessa forma, sumariamente afirmando que o indiciado preso em flagrante é um “bom cidadão” e presumindo que não cometeria mais crimes, o juiz determinou sua soltura, condicionada ao pagamento de R\$ 1.816,60, equivalentes a dez salários mínimos vigentes à época com a redução de dois terços, grau máximo de diminuição permitido na legislação, conforme o art. 325, inciso II e §1º, inciso II do Código de Processo Penal (Brasil, 1941, *online*), justificada pela suposta carência financeira de Fernando (Juiz nº 1, autos nº 2011.1738-0, p. 64/verso).

Irresignado, no dia 20 de outubro de 2011, o Ministério Público, por seu representante (Promotor nº 1), realizou ao mesmo juiz um pedido de cassação da fiança e decretação da prisão preventiva de Fernando, alegando

3. Juiz nº 1, autos nº 2011.1738-0, p. 64.

que o magistrado estava equivocado por se tratar de crime hediondo, com duas qualificadoras (motivo fútil e uso de recurso que dificultou a defesa da vítima), o qual não permite o arbitramento de fiança, por força da Lei nº 8.072/90 (BRASIL, 1990, *online*). Além dessa proibição legal, o Ministério Público alegou que se tratava de pessoa perturbada, com personalidade violenta e que havia risco de praticar novos crimes, sobretudo pela desconfiança da família de que ele poderia estar abusando sexualmente da filha de dois anos de idade, o que, por si só, já demonstrava a periculosidade de Fernando. Ainda, o promotor ressaltou que o crime gerou comoção social e tinha chocado a sociedade local (Promotor nº 1, autos nº 2011.1738-0, p. 75). Esse pedido do Ministério Público foi apreciado no mesmo dia pela Juíza nº 2, que estava à frente da Vara Criminal, a qual afirmou que não alteraria a decisão de seu colega (Juíza nº 2, autos nº 2011.1738-0, p. 77).

Encerrado o inquérito policial, o promotor nº 1 ofereceu denúncia contra Fernando pela morte de Eliane como homicídio duplamente qualificado: pelo motivo fútil (ciúmes por acreditar que ela estava mantendo relação extraconjugal) e pela utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (valendo-se das relações domésticas, tendo-a esfaqueado longe do olhar público, dentro de casa) (Promotor nº 1, autos nº 2011.1738-0, p. 3 e 04). Essa denúncia não menciona claramente a Lei Maria da Penha, no entanto, refere-se a ela tacitamente ao afirmar que o réu se prevaleceu das relações domésticas para matar a vítima.

Nessa oportunidade, o Ministério Público pediu novamente a prisão preventiva de Fernando, dessa vez fundamentando seu pedido nos depoimentos colhidos no inquérito policial, sobretudo da filha da vítima, nas reportagens que traziam as entrevistas concedidas pelo réu, e bem como nos dois boletins de ocorrência que relatavam crimes anteriores, os quais foram anexados ao inquérito após a ordem de soltura emitida pelo juiz substituto.

A juíza nº 2, então, no dia 24 de outubro de 2011, acolheu a denúncia ofertada contra Fernando e mandou que ele constituísse advogado para se defender. Além disso, determinou a prisão preventiva do réu sem, no entanto, fazer menção à Lei Maria da Penha e nem às especificidades da violência sofrida pela vítima. Como fundamento, a juíza aduziu a periculosidade do agente em relação à possibilidade de cometer mais crimes e o impacto que o delito gerou na sociedade local, sobretudo pela frieza com que deu suas declarações à imprensa (Juíza nº 2, autos nº 2011.1738-0, p. 93 e 94).

Dias depois, como o réu alegou não possuir condições financeiras de contratar um/a advogado/a, a juíza nº 2 nomeou em favor dele um defensor dativo, que apresentou a defesa à p. 116 dos autos nº 2011.1738-0, tendo apenas afirmado que o réu não cometera crime algum e lançado mão de uma citação bíblica: “O primeiro na sua causa jurídica é justo; entra seu próximo e certamente o esquadrinha”. Segundo o defensor, esse é um trecho de Provérbios, 18:17, Bíblia Tradução do Novo Mundo nas Escrituras Sagradas (Advogado, p. 116, autos nº 2011.1738-0).

Marcada a primeira audiência, nela presentes o juiz nº 1, um novo promotor, aqui denominado promotor nº 2, o advogado e Fernando, foram ouvidas todas as testemunhas e o réu foi interrogado.

A primeira a ser ouvida foi a filha da vítima. Em seu depoimento, respondendo às perguntas feitas pela acusação, Amanda afirmou que já não morava com sua mãe porque o padrasto, Fernando, a havia lhe mandado embora. Na sequência, a acusação passa a questionar a testemunha sobre as particularidades da vida da vítima e sobre os supostos motivos que levaram à sua morte, com algumas perguntas maculadas por estereótipos e visões machistas. A primeira parte do depoimento objetivou investigar o histórico de violências sofridas por Eliane. As falas de Amanda, nesse contexto, demonstraram o intenso grau de violência a que ela estava submetida já há muito tempo, já que, por ocasião de uma briga em dias anteriores ao assassinato, Fernando havia pisado em seu pescoço e ameaçado “arrancar a bebê com um facão”, referindo-se ao ventre da mãe enquanto gestava a filha (Amanda, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 139 dos autos nº 2011.1738-0).

Em seguida, o promotor nº 2 passou a fazer perguntas relacionadas ao fato de que o réu esteve desempregado e a vítima manteve financeiramente o lar (foram oito perguntas nesse sentido, sem qualquer relevância no contexto da produção de provas no processo criminal). Ainda, Amanda foi indagada sobre o comportamento de sua mãe: se era pessoa preocupada com os afazeres domésticos, se fazia o serviço doméstico e se voltava direto para casa quando saía do trabalho, reforçando a ideia arcaica de que às mulheres cabe o espaço doméstico, ainda que trabalhe fora de casa. Na sequência, o mesmo promotor perguntou para Amanda se a mãe tinha relacionamentos extraconjugais ou se suas condutas justificavam algum tipo de ciúmes no agressor.

A tal respeito, impressiona a quantidade de questionamentos feitos pela acusação que não estão relacionados aos fatos criminosos. Não há relevância em perguntas relacionadas à forma como a vítima se comportava em casa ou no meio em que vivia, de modo a adequá-la a um padrão ideal estruturado em uma sociedade machista. Não importa, para o julgamento, saber se a vítima fazia os trabalhos domésticos e se voltava direto para casa quando saía de seu local de trabalho. Não há, na lei brasileira, quaisquer motivos para questionamentos dessa natureza porque, de fato, eles não têm o condão de interferir na sentença.

A segunda testemunha foi Clarice, vizinha do casal. As perguntas foram apenas para questionar a testemunha sobre a vida do casal. Em suas respostas, ela informou que ouvia brigas com frequência e que já havia visto polícia na casa outras vezes.

Os policiais que prestaram depoimento, de igual modo, nada souberam informar sobre os fatos em si, visto que apenas atenderam à ocorrência, tendo apenas um deles, o Policial nº 1, dito que no momento da prisão o réu falou que estava desconfiado de uma traição por parte da vítima e que “foi um crime bem violento, assim, eu não me lembro o número de perfurações, mas ficou uma cena bem grotesca lá na casa né” (Policial nº 1, áudio gravado e anexado aos autos nº 2011.1738-0, p. 139).

A partir desse momento, o juiz nº 1 passou a interrogar o réu, que afirmou ser pedreiro, usuário de maconha e de bebidas alcoólicas, que já havia usado crack e que nunca tinha respondido a nenhum processo criminal, dizendo para tanto que “graças a Deus, não” (Fernando, áudio gravado e anexado aos autos n. 2011.1738-0, p. 139), omitindo os documentos que noticiam agressões anteriores.

Quanto aos fatos, o réu, de maneira desenfreada e em alguns pontos confusa, passa a apresentar sua versão, justificando seu ato violento na desconfiança que tinha sobre Eliane, ressaltando que o casal não mantinha relações sexuais com frequência e que, portanto, ela poderia estar se envolvendo com outra pessoa. A todo o tempo, Fernando buscava ressaltar a sua postura e conduta de homem honesto e trabalhador, revelando sua intenção de convencer que agiu imbuído pela certeza de que seu ato violento seria compreensível e justificável.

Notamos também que, buscando reforçar sua masculinidade e pretendendo mostrar que não lhe restou alternativa, o algoz agiu de modo a vin-

gar-se da vítima, alegando ter perdido o controle sobre si quando ela disse que não sentia mais prazer sexual com ele, aliado às supostas provocações que vinha sofrendo por parte de seus amigos no sentido de que estava sendo traído.

A todo tempo, o réu, aproveitando-se do fato de que a vítima, morta, perde seu lugar de fala no processo e que, por consequência, não seria contrariado em sua versão, afirma que ela o enganava constantemente, mas que, optando por não se separar porque acreditava no que ela dizia, manteve o relacionamento. No entanto, na ocasião em que a vítima decidiu pôr fim ao relacionamento, o agressor se desestabilizou ao se ver desafiado e, para reforçar o sentimento de propriedade que mantinha sobre a companheira, decidiu matá-la, como forma última e definitiva de exercício de poder sobre a vida dela.

Na sequência, paradoxalmente a seus atos violentos recorrentes ultimados pela morte da companheira, o réu diz que não bate em mulher porque sabe que “dá cadeia” e que sabe “até qual ponto” pode ir (Fernando, interrogatório transcrito do áudio gravado e anexado à p. 139 dos autos nº 2011.1738-0), reafirmando sua suposta consciência de limite de seus atos.

Ainda, mantendo a forma como vinha conduzindo seu discurso, atribuiu à vítima a culpa pelas agressões anteriores, dizendo que agiu motivadamente já que “ninguém morre de graça”, afirmando que ela estava bêbada, o atingiu com uma faca de cozinha e o provocou até o ponto em que perdeu a consciência e desferiu contra ela 22 facadas, tendo, logo em seguida, avisado à polícia acerca de seu crime.

Por fim, mais uma vez, o réu reforça suas qualidades de pessoa sofrida que trabalha fora de casa desde criança e que nunca deu problemas para a sociedade e nem para sua família, deixando, propositalmente, de mencionar o histórico de violência já noticiado e também os atos não registrados formalmente, mas que apareceram nas falas da filha da vítima e, sobretudo, o fato de que matou sua companheira, mãe de sua filha, com 22 facadas.

O promotor de justiça pediu a Fernando que explicasse o histórico de violência, inicialmente o indagando sobre a oportunidade em que ele teria pisado no pescoço de Eliane. Em sua resposta, ele continuou a atribuir a ela a culpa pelos seus atos, afirmando que naquele dia ela o havia empurrado, o que fez com que caísse ao chão com a filha pequena no colo. Diante disso, ele teria levantado, derrubado Eliane e pisado em seu pescoço para que

ela não levantasse até a chegada da polícia, uma vez que estava bêbada e pretendia agredi-lo. Nas palavras de Fernando: “Pô, ela me obrigou a fazer isso, não foi porque eu quis, entendeu?” (Fernando, interrogatório transcrito do áudio gravado e anexado à p. 139 dos autos nº 2011.1738-0). Logo em seguida, afirma que Eliane foi levada ao hospital pelos bombeiros, a filha entregue à avó e Fernando ficou preso por um dia.

No dia seguinte, segundo relata Fernando, Eliane teria comparecido à delegacia e não manifestou interesse em representar contra ele criminalmente: “ela não quis depor porque ela sabia que ela ‘tava’ errada, entendeu?” O réu relatou ainda que seu irmão, namorado da filha da vítima, também respondia a um processo criminal por homicídio e que ambos faziam uso de substâncias entorpecentes. A partir de então, o promotor passou a fazer perguntas relacionadas ao comportamento de Eliane, inicialmente acerca dos cuidados com a filha do casal. De maneira estratégica, Fernando apenas imputou más condutas em relação à vítima, dizendo que ela não tinha “amor de mãe de chegar e pegar a criança com carinho, do jeito que fosse, de pegar, era a mesma coisa que tivesse pegando um pedaço de pau” (Fernando; interrogatório transcrito do áudio gravado e anexado à p. 139 dos autos nº 2011.1738-0).

Na sequência, novamente destoando do que interessa juridicamente, o promotor questionou sobre quem fazia as compras da casa, se Eliane conversava com as pessoas e como se comportava em seu trabalho. Fernando, por sua vez, respondeu que era ele o responsável pelas compras da casa e que a vítima era uma pessoa fechada, de poucos amigos, confessando que não aceitava que recebessem visitas em casa por conta de seu ciúme e que se sentia incomodado com as roupas que a vítima usava.

Essa fala demonstra a forma como Fernando exercia controle sobre o corpo e sexualidade da vítima, haja vista que, simbolicamente, ainda hoje a maneira de se vestir, sobretudo das mulheres, gera interpretações relacionadas à vida sexual, de modo que restringir as roupas de sua companheira era uma forma de adequá-la a um padrão cultural do qual o réu se apropriou.

Tal perspectiva fica ainda mais em evidência quando, respondendo ao questionamento acerca da comprovação (ou não) da manutenção de relacionamento extraconjugal da vítima, cuja desconfiança do réu era alicerçada, sobretudo, no fato de que há dias, segundo relatou, a vítima se negava a manter relações sexuais com ele, dizendo que estava cansada. Nas palavras

de Fernando: “Ela sempre negava, desdobrava, falava não, porque eu ‘tô cansada, você sabe que eu já sou mulher velha. Mulher velha com 33 anos? Minha vó tá com 70 e ainda dá no coro” (Fernando, interrogatório transcrito do áudio gravado e anexado à p. 139 dos autos nº 2011.1738-0).

A forma destemida como Fernando se pronuncia em juízo chama atenção. Nesse sentido, apesar de não ter tido provas contundentes de que ocorrera a traição, Fernando deu-se por convencido pela suposta fala da vítima em momentos de desentendimentos, bem como da interpretação que fez sobre as supostas negativas de relações sexuais manifestadas por ela, evidenciadas novamente em seu discurso. Ficou claro que ele decidiu matar Elaine a partir do momento em que ela quis colocar fim ao relacionamento que mantinham, de modo que, imbuído pelo sentimento de propriedade que mantinha a respeito dela, não aceitaria tal decisão e, diante disso, em exercício último de poder, acabou com a sua vida.

Terminada a fase de produção de provas, o juiz determinou às partes (acusação e defesa) que realizassem suas alegações finais, a fim de, posteriormente, decidir se Fernando iria ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri. Em suas alegações, a acusação pediu que o réu fosse mandado a julgamento por homicídio qualificado (autos nº 2011.1738-0, p. 140-146). A defesa, por sua vez, pediu ao juiz que o réu fosse desde logo absolvido pela ausência de provas de que cometera o crime, ignorando por completo a confissão dele (autos nº 2011.1738-0, p. 148-150).

Nesse momento, uma nova juíza, que será denominada juíza nº 3, estava à frente da vara criminal. Esta juíza decidiu por mandar o réu a júri sem discorrer sobre a Lei Maria da Penha e a violência por ela tutelada, razão da morte da vítima (autos nº 2011.1738-0, p. 151-159). No dia do julgamento, estavam presentes o réu, seu advogado, o promotor nº 2 e uma nova juíza, aqui referida como juíza nº 4. Realizado o sorteio das pessoas que comporiam o conselho de sentença como jurados/as, a defesa recusou duas mulheres e a acusação três homens. Dessa forma, o júri foi composto por dois homens e cinco mulheres.

A primeira testemunha inquirida foi o policial civil que, no dia seguinte à prisão de Fernando, foi até a casa onde o crime aconteceu para coletar elementos de prova, como a faca utilizada. A acusação pediu à testemunha se houve comprovação, durante a investigação, de que a vítima estava traindo Fernando, ao que respondeu não saber, tendo apenas complementado

que a cena que viu era de um “crime bem cruel” (Policial civil, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 256 dos autos nº 2011.1738-0).

A segunda e última testemunha inquirida no júri, arrolada pela defesa, foi a vizinha do casal, Clarice. Nessa condição, o advogado foi quem iniciou as perguntas, que se voltaram estritamente à imagem do réu e da vítima enquanto sujeitos sociais e cumpridores dos respectivos papéis. Questionamentos sobre quem levava a criança para a creche, como Fernando era como pai, como a vítima era como mãe, como era o relacionamento de ambos na vizinhança, se as brigas eram constantes, dentre outros no mesmo sentido balizaram a fala da defesa. Ao final, o promotor nº 2 indagou a testemunha se ela já havia visto Eliane traindo Fernando, ao que respondeu negativamente (Promotor nº 2; Clarice, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 256 dos autos nº 2011.1738-0).

Então, a juíza passou a interrogar o réu. Ele, novamente, afirmou que nunca respondeu a nenhum processo criminal, além de ter dito que fuma cigarro e maconha há cerca de 20 anos, que de fato cometeu o crime e que foi exatamente da forma como descrito na denúncia (Juíza nº 4; Fernando, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 256 dos autos nº 2011.1738-0). No julgamento, mesmo diante dos/as jurados/as, Fernando manteve sua forma destemida de se expressar. Ao reafirmar a falta de relações sexuais frequentes com a companheira, ele se baseia na ideia de que o homem detém pleno poder e controle sobre o corpo da mulher. Assim, essa “desobediência”, calcada na negativa da mulher em relacionar-se intimamente, que preferimos denominar resistência, não é vista pelo companheiro como legítima, de modo que a mulher deveria manter, a todo tempo, um estado de subserviência (ou de não dona de seus próprios desejos) cumprindo dever de satisfazer a lascívia de seu companheiro. Por fim, a acusação pediu ao réu o motivo pelo qual não havia se separado da vítima, ao que respondeu que gostava dela e que não queria ficar longe de sua filha (Promotor nº 2; Fernando, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 256 dos autos nº 2011.1738-0).

Passada a palavra à defesa, esta apenas perguntou ao réu há quanto tempo estava preso e não via a filha. Ele disse, como resposta, que estava encarcerado há 11 meses, que desde o dia da prisão não teve mais notícias da criança e não sabia com quem ela estava (Advogado; Fernando, depoimento transcrito do áudio gravado e anexado à p. 256 dos autos nº 2011.1738-0).

Encerrado o interrogatório, segundo consta na ata do julgamento anexada nas páginas 252 a 255 do processo, o Ministério Público sustentou a tese de homicídio duplamente qualificado (por motivo fútil e por uso de recurso que dificultou a defesa da vítima), pedindo a condenação do réu. A defesa, por sua vez, pediu que o réu fosse beneficiado pela figura do homicídio privilegiado, com o afastamento das qualificadoras postuladas pela acusação.

O homicídio privilegiado encontra amparo legal no parágrafo primeiro do artigo 121 do Código Penal, segundo o qual “se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço” (BRASIL, 1940, *online*). Assim, com base na versão do réu de que a vítima o teria provocado, afirmando que “era cornô” e que iria embora de casa levando a filha pequena, a defesa sustentou que a pena a ele eventualmente aplicada deveria ser reduzida.

Com isso, a juíza nº 4 encerrou o julgamento e convidou os/as jurados/as para a sala secreta, a fim de que, por votação aos quesitos elaborados na forma de perguntas relativamente às teses apresentadas, decidissem o destino do acusado. Por maioria dos votos, o réu foi condenado por homicídio duplamente qualificado, tal como sustentado pela acusação, segundo consta na ata do julgamento, p. 255 dos autos nº 2011.1738-0. A juíza, obedecendo ao veredito dos/as jurados/as, proferiu sua sentença. Para tanto, inicialmente, ao analisar as circunstâncias previstas no artigo 50 do Código Penal (culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime e comportamento da vítima), considerou quatro delas desfavoráveis ao réu, tendo aumentado 1/8 (um oitavo) da pena mínima (12 anos para homicídio qualificado) para cada uma delas, totalizando 18 anos de reclusão.

Quanto à culpabilidade, entendeu que o grau de reprovabilidade da conduta do réu foi elevado devido a frieza com que praticou o crime, ciente de que o estava cometendo, quando poderia resolver as desavenças com a vítima por outros meios, sem o uso da violência. Em relação aos antecedentes criminais, embora houvesse notícias de violências anteriores, o réu nunca havia sido condenado criminalmente, de modo que é considerado primário e esta circunstância, portanto, não poderia pesar em seu desfavor.

A sentença considerou desfavorável ao réu sua conduta social, uma vez que admitiu ser usuário de drogas e fazer ingestão habitual de grandes quantidades de bebidas alcoólicas. Sobre a personalidade do réu, embora ele tenha demonstrado total frieza em sua fala, a juíza afirmou que não tem conhecimentos técnicos para avaliá-lo, de modo que isso não pode pesar contra ele.

O motivo e as circunstâncias em que o crime ocorreu e o comportamento da vítima também pesaram contra o réu, porque agiu imbuído por motivo fútil (ciúmes) e com crueldade mediante o uso de 22 facadas, inclusive com vários golpes depois que a vítima já estava caída ao chão. As consequências do crime não foram consideradas para agravar a pena porque, segundo a juíza, foram “normais à espécie”, desconsiderando que a vítima deixou um filho e duas filhas (uma com dois anos que, em decorrência do assassinato, ficou órfã de mãe e com o pai preso).

A juíza deixou de considerar a agravante prevista no artigo 61, inciso II, alínea “f” do Código Penal, inserida pela Lei Maria da Penha, que manda que a pena seja aumentada caso o crime ocorra contra mulher, no âmbito doméstico (BRASIL, 2006, *online*). No entanto, considerou a confissão do réu para, de acordo com o artigo 65, inciso III, alínea “d” do Código Penal, diminuir a pena em quatro anos, de modo que ficou definitivamente condenado a 14 anos de reclusão, em regime fechado, sem poder recorrer em liberdade. Não há nos autos informação sobre eventual recurso.

A “Vontade de Saber” no enredo processual e a (não) aplicação da Lei Maria da Penha

Eliane foi morta e as violências por ela sofridas estão intimamente relacionadas aos conflitos de gênero, cujas situações são fundadas em relações díspares de poder, eis que ela ousou resistir às ordens e expectativas de seu algoz.

De maneira geral, a violência fatal é precedida de outros atos de agressão, como se fossem verdadeiros avisos ignorados pelas vítimas, que muitas vezes se mantêm no relacionamento de modo a manter a família ou por dependência financeira/afetiva, bem como pela esperança de que o companheiro pode mudar, isolamento, vergonha, burocracia e desconhecimento do aparato judicial (FARIAS; FERNANDEZ, 2013, p. 110).

Diante disso, extrai-se a primeira lição: a Lei Maria da Penha acerta quando busca prevenir, combater e erradicar todas as formas de violência que se baseiam no gênero, que é fruto de uma consciência coletiva baseada em hábitos e costumes sociais em que se arraiga o machismo. Essa violência geralmente é justificada pelos agressores pelo não atendimento às expectativas que sobre elas se formam por serem mulheres e, portanto, cumpridoras do papel social a elas delimitado, majoritariamente no espaço doméstico, como boas provedoras do lar, boas mães e esposas subservientes.

A violência viril é relacionada ao fato de que a conduta dessas mulheres não se coadunam ao “padrão ideal de comportamento normativo a elas atribuído nas relações familiares”, sendo essa incompatibilidade a suposta origem das justificativas que o companheiro invoca para o uso de um “ato corretivo e disciplinador” (BANDEIRA, 2009, p. 441), a fim de que sejam mantidos, pelos homens, por meio de sua “performance”, os modelos culturais e cognitivos baseados em uma cultura machista, os quais garantem aos próprios homens o status de hierarquicamente superiores (BANDEIRA, 2009, p. 405).

Trata-se de “crimes de poder”, em que a banalização da vida com a incorporação do uso sistemático e fatal da violência para resolução de conflitos havidos entre o casal deixa evidentes as “diversas situações de hierarquias que permeiam as relações de afetividade”. (BANDEIRA, 2009, p. 406)

A morte intencionalmente provocada, portanto, é o último (fatal e eficiente) ato de manifestação de poder realizado pelos homens sobre o corpo dessa mulher que ofereceu resistência, termo ora empregado como uma categoria que compreende, segundo Bandeira (2009, p. 405) “estratégias e dinâmicas de rejeição e de luta desencadeadas pelas mulheres contra padrões, papéis e normas de comportamentos culturais e sociais desiguais que lhes foram impostos e que hierarquizam os sexos”.

Embora os embates da vítima tenham se dado com o companheiro no âmbito particular, uma visão coletiva oriunda do espaço público acaba gerando uma interferência direta em relação ao que ocorre no seio doméstico.

O espaço público, aliás, é também corporificado por meio de instituições, como o Poder Judiciário, contexto em que o estudo dos autos de processos criminais deixa transparecer uma série de elementos (ainda) não visibilizados no mundo jurídico, pelos/as próprios/as operadores/as do mundo jurídico, apesar das intensas lutas advindas de movimentos sociais como os

feminismos, instituições e até mesmo o esforço legislativo configurado na própria Lei Maria da Penha, que não foi protagonista no processo e espaço constituído pelos/as “manipuladores/as técnicos/as” (CORRÊA, 1983) para dar resposta a esses crimes.

Aliás, a falta de percepção pelos/as operadores/as jurídicos/as acerca das especificidades da violência que a Lei Maria da Penha visa combater de igual modo já foi percebida por Debert e Gregori (2008, p. 2), no sentido de que a assimetria de poder calcada nas diferenças de gênero, embora “esteja sugerida na constituição e no delineamento dessa lei, encontra imensas resistências nas práticas e nos saberes que compõem o campo da aplicação e efetividade das leis”.

Nesse vértice, apesar do decurso de tempo da Lei Maria da Penha em relação à data do julgamento, ela apareceu como coadjuvante ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, o que tem uma carga simbólica significativa, já que o discurso judiciário revela a forma com que o Estado se apropria e/ou adota (ou não) a mensagem trazida pela norma.

No caso estudado, a denúncia feita pelo Ministério Público apenas trouxe em seu bojo uma menção indireta à prevalência de relações domésticas para o cometimento do crime. No entanto, esta referência não é feita para exaltar o contexto dessas violências, mas tão somente para justificar a incidência da qualificadora prevista no Código Penal relacionada ao uso de recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima, como se a Lei Maria da Penha tivesse sido promulgada para combater simploriamente os crimes ocorridos contra mulheres dentro de suas casas.

A sentença, por sua vez, que constitui formalmente a resposta do Estado às barbáries cometidas contra a vida dessa mulher, de igual modo, não trouxe reflexões sobre as especificidades da violência, por motivos de gênero, plenamente configurada. Aliás, justamente por se tratar de uma forma de manifestação oficial do Estado, a sentença traduz um artefato jurídico-político-cultural, locus privilegiado significativamente, “nos quais se encontram circunscritos inúmeros códigos, discursos, representações sociais e emprego do próprio ordenamento jurídico passíveis de desvelamento” (BOTELHO; SANTOS; MARRA; ROSA, 2015, p. 45). Tal premissa fica clara quando a decisão sequer considerou a agravante inserida no Código Penal pela Lei Maria da Penha, como se ela não existisse. Tal circunstância revela uma falta de atenção do órgão julgador, enquanto entidade institucionali-

zada e detentora do poder estatal, no que diz respeito à visibilização desta modalidade de violência trazida pela própria lei.

Não se constatou, no corpo das peças processuais, nenhuma menção à violência específica e sistematizada que é justamente o motivo da promulgação de uma norma tão específica como a Lei Maria da Penha, que foi pensada e estruturada por diversos setores sociais (inclusive não institucionais, como o movimento feminista) e é fruto de uma condenação internacional ao Brasil que versou justamente sobre o descaso do poder público no trato com esta modalidade de violência. Dessa forma, identifica-se que o próprio Estado não se mostra preparado devidamente para aplicá-la.

Nesse sentido, conforme concluiu o Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça em um levantamento realizado sobre a aplicação da Lei Maria da Penha pelo sistema de justiça nos casos de homicídios de mulheres praticados por parceiro íntimo (2015, p. 53),

o discurso dos(as) magistrados(as) tende a não considerar a variável da violência de gênero no momento da dosimetria. Em geral, as circunstâncias judiciais fazem menção a um eventual perfil agressivo do acusado, mas raramente se menciona, nas sentenças, o problema da violência doméstica, como seria de se esperar nos processos iniciados após a aprovação da Lei Maria da Penha, como consequência não apenas das alterações legais (como a previsão da agravante genérica no artigo 61 do Código Penal), mas em especial da visibilização promovida pela lei.

Contudo, para além das situações que envolvem a forma com que a pena foi aplicada ao agressor, o próprio desfecho do caso, com julgamento feitos por pessoas não técnicas no Tribunal do Júri, foi gerado a partir da construção de verdades jurídicas e decorre dos discursos que emergiram dos/as atores/as que compuseram o enredo processual. A análise de como tramitam os processos permite perceber a maneira como o judiciário, instituição que concentra poder se apropria da interpretação das leis de maneira a condenar ou absolver alguém pela prática de crimes. Esse poder alia às próprias normas uma cultura marcada por padrões sociais pré-estabelecidos e, com isso, gera desfechos processuais pautados nas aproximações ou distanciamentos do acusado e da vítima a estes modelos para construir a versão que melhor aproveita a cada polo da relação processual

(acusação ou defesa), como constatado também por Corrêa (1983) e Ardaillon e Debert (1987).

Trata-se de jogos de poder que se descortinam no cenário processual criminal, constituindo-se por meio dos discursos dos/as diversos/as agentes jurídicos/as. Estes, imbuídos pelo mote da produção da verdade jurídica com base em uma tentativa de reprodução da realidade fática que visa a responsabilização criminal dos infratores, acabam por construir, também, “sujeitos enquanto entidades morais” (ADORNO, 1994, p. 139).

Da análise do caso, verificamos a forma como tais embates se dão, que vão muito além da investigação acerca do crime em sentido estrito. Percebemos que não só a conduta social do réu, mas também o modo de vida da vítima, com adequações (ou não) aos papéis sociais já estabelecidos por uma sociedade machista, também se tornam foco.

Veyne (1971) afirma que o foco processual é direcionado por uma “vontade de saber” dos/as operadores/as jurídicos/as no sentido de sondar de forma minuciosa a vida dos agressores e das vítimas, sendo esse o território em que, por meio de jogos de poder revestidos de saber jurídico, os fatos são desvelados. Ainda, a versão criada pela acusação e pela defesa de modo estratégico “manipula o teor da confissão e das provas orais, imagina situações e circunstâncias, deduz prováveis comportamentos de vítimas e agressores, desenha a gravidade dos fatos a partir de documentos e certidões oficiais” (Adorno, 1994, p. 139).

Nesse sentido, os discursos que visam desqualificar a vítima são evidentes. No entanto, o que chama atenção é que, como constatado por Corrêa (1983) e Farias e Fernandez (2013), esta retórica não foi percebida apenas nas falas emanadas pela defesa: a própria acusação e até mesmo os/as juízes/as dedicaram boa parte de seu tempo para perguntas em audiências – e no Tribunal do Júri –, investigando a vida da vítima. Como consequência, aparecem perguntas acerca da conduta social e moral da vítima, se ingeria bebidas alcoólicas ou se se droga, se era boa mãe, trabalhadora, como se portava, se era de boa família, se era responsável pelo trabalho doméstico e também se teve relacionamentos extraconjugais, dentre tantos outros questionamentos.

Tal qual evidenciado por Corrêa (1983), também eram comuns essas perguntas baseadas na ideia de que, se a mulher não é “direita” (correta), acaba por provocar sua morte, vez que o parceiro, imbuído de amor, a

“corrige”. Percebemos, portanto, o quanto o universo jurídico ainda precisa evoluir no trato com este tipo de violência. Afinal, trata-se de um “discurso que não só fala de ‘fora’ sobre as mulheres, mas sobretudo que se trata de uma fala cuja condição de possibilidade é o silêncio das mulheres” (CHAUÍ, 1985).

Considerações Finais

A despeito de ter havido condenação do réu, a discussão central ultrapassa a esfera de análise do crime e da forma como foi executado. No decurso do processo, uma intensa curiosidade dos/as agentes jurídicos/as, no que diz respeito à vida da vítima, se revelou. Essa curiosidade é pautada por discursos estereotipados que visam aproximar ou distanciar a mulher que foi morta dos padrões socioculturais pré-estabelecidos, de modo a considerar mais ou menos reprovável a conduta do assassino por conta do comportamento da mulher.

O réu, por sua vez, em seus momentos de fala, não reconhece como sendo criminosas as suas investidas violentas anteriores contra a vítima, em uma verdadeira naturalização de condutas. Cordeiro (2014), ao realizar um trabalho em grupo com agressores, percebeu que é comum que eles defendam que seus atos não têm natureza criminosa, o que deve ser atribuído apenas a traficantes de droga, estupradores (de mulheres desconhecidas), assaltantes, etc. Segundo a autora, do ponto de vista dos agressores com quem trabalhou como psicóloga, a Lei Maria da Penha teria sido promulgada para transgredir os costumes e a forma dos homens se constituírem como tal de modo que “diante da inexistência de um crime, não se pode falar então em transgressão. A questão é que esse crime do qual fala a Lei Maria da Penha parece ser reconhecido somente por quem o instituiu e não para os acusados” (CORDEIRO, 2014, p. 150).

Fernando não reconhece suas condutas criminosas anteriores, mesmo com a notícia registrada em um boletim de ocorrência anexado aos autos, aliado ao depoimento de testemunhas, no sentido de que, além da violência psicológica com controle de suas roupas e rotina, já tinha sido preso por ter jogado a vítima ao chão e pisado em seu pescoço, fato que culminou em internação hospitalar. Além disso, fica clara a violência sexual que empregava sobre a vítima, afirmando em juízo que ela não queria manter relações

sexuais, e, portanto, segundo sua ótica, violava os direitos sexuais que ele mantinha sobre ela.

Essa naturalização das violências praticadas contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar evidencia que, para além do medo que assola e torna as vítimas inseguras, elas próprias tomam para si como sendo verdade que as agressões e atos de controle sobre seus corpos e sua sexualidade fazem parte do cotidiano do casal, deixando de denunciá-los e mantendo-se no relacionamento abusivo.

Outro ponto interessante no discurso do réu é que afirma ter cometido o crime porque “perdeu a cabeça”, de modo que teria agido de maneira inconsciente, afirmando ter sido um momento em que já não tinha controle sobre suas condutas, as quais foram reações imediatas oriundas, segundo sua fala, de atos provocativos da própria mulher. Machado (1999, p. 23) afirma que “estar fora de si remete à ideia de não ver mais nada e de não estar em si mesmo.” Essa fala tenta amenizar o grau de reprovabilidade do crime, de maneira a convencer aos/às jurados/as do abrandamento da pena eventualmente aplicada, uma vez que são pessoas e também sujeitas a perderem a cabeça.

O advogado também segue essa estratégia sustentando a versão de que o cliente matou porque estava com o coração aflito e doente por causa de uma esposa que não correspondeu às expectativas que ele nutria, seja pelo comportamento ou pela continuidade do relacionamento. Atuando dessa forma, “busca a condescendência social ao classificar como doente e não perigoso aquele que comete um crime porque julga que foi traído em seus sentimentos amorosos” (FARIAS; FERNANDEZ, 2013, p. 107).

As discursividades que se constroem por meio de estratégias de desqualificação da vítima com crimes cometidos em nome do amor buscam exaltar um sentimento legítimo que as justificam em vez de torná-las ainda mais torpes. Essas relações, enquanto disputa de poder sobre o a vida e o corpo alheio, revelam a existência de uma trajetória de violências não levada ou não resolvida pelo sistema de justiça que culminou no assassinato. Segundo Machado (2015, p. 45): “o centralismo da discussão em torno da motivação do autor – cara à própria estrutura do direito penal – mitiga a carga simbólica do ato praticado e distancia o direito do papel de enfrentamento estrutural da violência contra a mulher”.

Nesse contexto, analisando os discursos que emergiram das ênfases e dos silêncios (propositais ou não) dos atores/as jurídicos/as, verificamos que os/as diferentes personagens desse enredo podem influenciar a condução e o resultado do julgamento, de acordo com o tempo de formação jurídica e até mesmo o gênero, por exemplo – já que a maioria dos atos processuais foi conduzido (acusação, defesa e julgadores) por homens.

De maneira geral, notamos certa resistência institucional à compreensão do feminicídio como advindo de relações assimétricas de poder, em que há luta das vítimas por igualdade e liberdade de decidir sua vida. A construção da verdade jurídica encampada no processo, tanto no julgamento final quanto nas decisões que surgem ao longo de seu curso (como a manutenção ou não da prisão do agressor), é marcada por visões estereotipadas que revelam descompasso com as perspectivas trazidas pela Lei Maria da Penha, sobretudo pela falta de contextualização dos episódios violentos sob a perspectiva de gênero.

Referências

ARDAILLON, D.; DEBERT, G. G. *Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamentos e homicídios*. Brasília: CNDM, 1987.

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, São Paulo, v. 10, n. 21, mar/abr/mai 1994, p. 132-151.

ALVES, J. M. D; PIZZI, L. C. V., Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1, p. 81-94, jan.-jun. 2014.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. *CEPAL SPM*. Brasília, 2005. Disponível em: www.portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_public_lourdes_bandeira.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, v. 24, n.2, 2009, p. 401-438.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília, DF: Congresso Nacional. 1940.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. *Código de Processo Penal*. Brasília, DF: Congresso Nacional. 1941.

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. *Estatuto da Advocacia*. Brasília, DF: Congresso Nacional. 1994.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Brasília, DF: Congresso Nacional. 2015.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. 4 ed. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CORDEIRO, E. S. *Violência contra a mulher é crime! A Lei Maria da Penha e um trabalho de grupo com agressores*. Curitiba: Juruá, 2014.

CORRÊA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COOK, R.; CUSACK, S. *Gender Stereotyping: transnational legal perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2008. Disponível em: www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Acesso em: 6 mar. 2022.

DEBERT, G. G; GREGORI, M. F. *Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 23, n, 66, fev. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

DINIZ, D.; COSTA, B. S.; GUMIERI, S. *Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 23, n. 114, p. 225-239, mai./jun. 2015.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 23, n.114, p. 197-223, 2011.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FUNCK, S. B. Gênero e(m) discurso(s). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, mai./ago 2009, p. 481-484.

IDECRIM. Lei de crimes hediondos, 2010. Disponível em: www.idecrim.com.br/index.php/direito/29-lei-de-crimes-hediondos. Acesso em 10/03/22.

MACHADO, L. Z.; MAGALHÃES, M. T.B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília, Paralelo, Editora Universidade de Brasília, p. 173-237, 1999.

MACHADO, M. R. A. *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015.

NODARI, M. K. *Até que a morte nos separe: estudo de casos de homicídios contra mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha (Comarca de Toledo/PR, 2009-2013)*. 2016. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Parana, Toledo, 2016.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007.

PALAR, J. V; SILVA, M.B.O., *O Direito como instrumento contra a opressão feminina*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, n.2, 2018, p. 721-748.

SANTOS, C. M. *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. Coimbra, mar. 2008. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/301.pdf Acesso em: 2 mar. 2022.

SANTOS, J. C. dos. *O direito penal do inimigo*. 1. ed. Jaraguá do Sul: Editora Letras e Conceitos, 2013. Disponível em: www.icpc.org.br/wp-content/uploads/2012/05/direito_penal_do_inimigo.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. V. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. *Autos n. 2011.1738-0*. Primeira Vara Criminal. Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

VEYNE, P. *Foucault Revolucionou a História*. 4. ed. Brasília: EdUnB, 1998.

WADI, Y. M. *Palácio para guardar doídos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2002.

Mulheres na fala dos/as outros/as: as práticas discursivas no jornal *O Presente*¹

Lidiane Karina Wentz

Oenfrentamento às formas de violências contra as mulheres, mantém estreita relação com as diferentes linguagens que permeiam coletividades. Assim, a análise dos diferentes discursos pode revelar diferentes âmbitos de poder, valores construídos, que são ressignificados e difundidos entre os sujeitos. Por consequência disso, mulheres e homens são estereotipados, especialmente as mulheres, dada a construção secular da suposta superioridade masculina sobre a feminina.

Esses discursos moralistas definem há séculos os lugares ocupados pelas mulheres, limitando seus direitos e participação na esfera pública, subjugando-as enquanto inferiores em relação aos homens. Essa distinção das mulheres fez com que elas fossem direcionadas ao âmbito privado, na manutenção e organização do lar, assim como destinadas ao papel da reprodução. Quanto aos homens, lhes coube o espaço do poder, das decisões, o que estruturou por muito tempo as relações entre as pessoas. Essa institucionalização dessa forma de dominação é debatida por Carole Pateman, ao apresentar o conceito de “patriarcado moderno”:

1. Este capítulo é oriundo da minha dissertação de mestrado “Mulheres e homens na fala dos/as outros/as: as práticas discursivas no jornal *O Presente* (1994-2018)”, defendida em 2020, no Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE. Cf. Wentz (2020). A dissertação contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[...] a autoridade literalmente vinha do pai, o chefe mais velho (interpretação evidente na palavra grega *archontes* que designava os descendentes dirigentes das comunidades originadas a partir das primeiras famílias instaladas em determinado lugar). O conceito de “patriarcado” mudou de sentido por volta do fim do século XX, com a chamada “segunda onda” do feminismo. “Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens, não necessariamente sendo atribuído apenas ao pai” (DELPHY, 2009, p. 174).

O patriarcado ressignificado, conceituado por Pateman como moderno, se estrutura assim, pelo poder de qualquer homem, sujeito do gênero masculino, independente se há vínculo afetivo ou não entre as mulheres e os homens. Segundo Pateman, “a sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens” (PATEMAN, 1993, p. 18).

Nas discussões dos movimentos feministas, ainda se debate se é adequado usar o termo patriarcado² para a análise das relações sexuais na atualidade. No caso deste capítulo, importa-me usar a categoria pensando-a a partir de sua pregnância estrutural que permeia e está intrínseca nas relações entre os sujeitos. O patriarcado se mobiliza a partir de práticas, que estigmatizam mulheres, que as calam, que instauram determinados modelos tanto para elas, como para eles. Partindo dessa perspectiva de patriarcado, viso analisar e compreender os discursos sobre o patriarcado moderno na narrativa do jornal *O Presente*,³ analisada por meio de duas matérias relativas a crimes contra as mulheres.

2. Grande parte da confusão surge porque “patriarcado” ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. [A substituição desta categoria representaria a perda] do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens [...]. Abandonar o conceito [de patriarcado] significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 1993, p. 39-40). A guisa de sustentarmos a importância da utilização da categoria patriarcado, destaca-se pela premissa de que seu total abandono, incorre num posicionamento que desconsidera os grandes antagonismos sociais.

3. O jornal *O Presente* foi escolhido como fonte desta pesquisa devido a sua ampla circulação no município de Marechal Cândido Rondon e cidades vizinhas, sendo assim lido e

Para tanto utilizei duas matérias jornalísticas, o caso de Rejane, 21 anos, atendente no Hospital Filadélfia⁴ e Cristina, 36 anos, estudante de um curso técnico de Enfermagem, moradoras da Cidade de Marechal Cândido – PR, ambas assassinadas por seus algozes (parceiros afetivos e sexuais, namorados, maridos). Por meio da análise das práticas discursivas do *Jornal*, a violência contra as mulheres foi construída na linguagem da marginalidade à transgressão, essas discursividades marcam aqueles que pertencem à sociedade e aqueles que estão à margem do esperado socialmente. Logo, as pessoas são para si, não apenas algo que elas criaram, mas sim o que os outros lhes designam, lhes atribuem ou as tratam como sendo, ou seja, os autores de violência e as agredidas são representadas e constituídas pelos sentidos atribuídos pelos/as outros/as, pelos ditos e não ditos. Desse modo, os discursos escritos no *Jornal* que aqui se analisam, trazem nos seus conteúdos formas de constituições do agressor e da agredida, estigmas e designações sociais. Orlandi (2007) nos apresenta que o agenciamento se constrói a partir de dois meios: a comunicação midiática de maneira geral e as estratégias utilizadas para a narrativa deles, ou seja, as práticas discursivas, ambas seguem o prisma das construções sociais do feminino e masculino.

A narrativa que perpassa os casos aqui apresentados é evidenciada a partir de diferentes âmbitos. As mulheres e homens são postos como personagens em ambos os casos. A produção textual das matérias opera e se organiza dentro de um habitual discurso jornalístico, como uma modelagem pré-definida. A padronização desse dizer jornalístico pode estar relacionada com a tentativa de promover um discurso objetivo e imparcial, visando à neutralidade dos enunciados e dos enunciadore. Essa modelagem impregnada nos dizeres do *Jornal* sugere generalizações dos casos tratados, em que as particularidades da situação de violência em questão, ou mesmo das mulheres envolvidas, pouco são observadas e evidenciadas. O que relega as mulheres à um papel de personagem secundário, de coadjuvante.

folheado por muitas pessoas. Foi analisado o período de 1994 a 2018. Manteve-se o nome verdadeiro das mulheres em razão da divulgação pública deles.

4. O Hospital Filadélfia é um hospital psiquiátrico, inaugurado nos anos 1950 e localizado na cidade de Marechal Cândido Rondon, referência na região oeste do Paraná, chegando a atender cerca de 109 municípios. O Hospital Filadélfia faz parte do Grupo Filadélfia, um conjunto de empreendimentos de propriedade da Família Seyboth.

O fazer jornalístico ao evidenciar o tido como incomum, ou o que chama mais a atenção, acaba silenciando as histórias de vida das mulheres em situação de violência. Logo, as mulheres e suas histórias são definidas e narradas pela fala dos/as outros/as, na maioria das vezes, pelos homens, sendo assim evidenciadas pela visão de mundo deles. Essas narrativas deixam à margem as particularidades envolvidas em cada situação de violência. Enquanto, de um lado, temos o fato de as nuances das violências serem ignoradas, do outro há a construção narrativa que atribui às mulheres a culpa pela ação violenta que lhes atingiu, ou seja, há uma inversão da culpa e consequente responsabilização das mulheres pelas violências sofridas (PRADO; SANEMATSU, 2016).

Ao longo das matérias, identificamos os lugares sociais ocupados pelas agredidas e pelos autores de violência, lugares fixados e delimitados pelo periódico e reforçado pela escolha dos termos que atribuem a elas (as vítimas) o papel de subordinadas nas relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, e a eles (os autores de violência/assassinos) o papel de dominação, o ator dos atos, e, na maioria das vezes, da narrativa, pois não é oportunizada a fala às mulheres, visto que ou não são ouvidas, ou estão mortas. Falar de violência contra as mulheres é falar das diferentes manifestações de poder, pois “um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade” (ARENDDT, 1994, p. 32).

De acordo com Erving Goffman (1988), a informação social dos sujeitos é transmitida por meio de signos, denominados por ele de “símbolos”. De tal maneira, a “informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura” (GOFFMAN, 1988, p. 53). Assim, nos casos aqui apresentados, mulheres e homens são estigmatizados por meio da narrativa do *Jornal*. Em algumas matérias, os sujeitos são apresentados pelo gênero, enquanto mulher, homem, ou por meio de suas profissões, realçando um discurso social. Em outras, há apenas o nome do autor da violência, as mulheres não têm nome, não têm vez e nem voz. Outras vezes, eles são apresentados como supostos agressores, acusados, estupradores, realçando um discurso jurídico. Dentro da perspectiva de Goffman (1988), os estigmas e nomeações variam de acordo com o caso em questão, de acordo com os lugares sociais ocupados e a presença de imagens se dá por conta disto também.

Mas a partir da análise feita no periódico, pode-se indicar que os autores da violência e os atos em si sempre são os personagens principais, como nos casos aqui apresentados.

O jornal evidencia e identifica mulheres e homens em meio a essa teia de relações sociais, mas não desvela tais relações que compõem as diversas situações de violência, ou mesmo os jogos de poder que instituem as práticas cotidianas. Segundo Maria Odila Dias, “os meios de comunicação difundem padrões normativos e valores homogeneizados que acabam sendo incorporados pelos consumidores de publicidade, imprensa e da televisão” (DIAS, 1998, p. 230). Assim, tateia-se o que está visível, palpável, no entanto “não basta devassar os preconceitos, as opiniões que caracterizam e classificam esses momentos. A hermenêutica instiga à exploração dos pormenores no sentido de reconstituir o todo” (DIAS, 1998, p. 254).

Além dos estigmas sociais presentes em meio as linhas do fazer jornalístico, os trechos das narrativas evidenciam situações em que as mulheres são submetidas às ações dos autores de violência, colocadas em situação de vulnerabilidade, submissão, medo e insegurança. O uso dos verbos ameaçar, agredir e matar permeiam a descrição dos fatos. Ademais, como a sociedade é constituída por relações hierarquizadas, “são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2015, p. 37).

Ademais, mesmo que não haja o estabelecimento de um perfil fixo das mulheres em meio às inúmeras matérias do *Jornal*, há um caráter relacional entre as categorias mulheres, raça e classe. As diferenciações que tomam como base esses aspectos aparecem em pequena quantidade, mas não significa que não estejam em meio aos enunciados. Raça e classe funcionam de maneira relacional, assim como gênero, e dizem respeito às relações de dominância entre diferentes sujeitos e grupos étnicos, nos quais principalmente a branquitude joga os jogos da raça. Mesmo que as notícias discutidas não a tenham, me permiti realizar uma análise por esta perspectiva, pois é importante destacá-la, considerando que foi constatada, com as poucas informações encontradas, uma supremacia feminina branca, heterogênea. Há uma diferenciação na apresentação dos casos e podemos supor que esse

diferencial pode ter utilizado como critério a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.⁵

Rejane e o crime passionai

Em meio às práticas discursivas socioculturais e nas variadas relações que compõem a vida dos sujeitos, emergiu o caso de Rejane, tendo a posição social dos envolvidos em evidência, assim como raça/etnia. Rejane, de 21 anos, mulher branca de cabelos loiros e longos, atendente no Hospital Filadélfia foi estrangulada pelo namorado. O suspeito de assassinar Rejane foi descrito pelo jornal como um “Estudante de Direito” (O Presente, p. 19, 13 nov. 2001, grifos meus). O autor de violência é descrito não apenas como o “suspeito de assassinar a namorada”, mas também como um “Estudante de Direito”. Há uma diferenciação no tratamento dos autores de violência, conforme quem são e a posição social que ocupam.

No decorrer da discursividade do texto, isso fica mais claro ao ser enfatizado que ele era um “estudante de ciências jurídicas na Unipar/Toledo”. Evidenciando, assim, uma posição social renomada, pois além de ser estudante de Direito, era filho de advogado, logo, o que está em voga nesse caso é o prestígio social dos/as envolvidos/as.

5. Angela Davis (2016) tratando da escravidão e seus efeitos, evidencia a desumanização das mulheres negras e mostra a necessidade da não hierarquização de tais opressões, ou seja, como é preciso considerar a intersecção de gênero, raça e classe para possibilitar desse modo um novo modelo de sociedade. Segundo a autora essas opressões estruturam a sociedade e, nesse sentido, é importante refletir de que maneira as opressões se entrecruzam, se relacionam e se fixam.



Figura 1: O Presente, p. 19, 13 nov. 2001.

Fonte: O Presente (2001).

Na Figura 1, consta a matéria sobre Rejane, encontrada na sessão “Polícia”. E aqui trazida com teor ilustrativo, no sentido de vislumbrarmos a constituição do corpus documental. Segundo Orlandi, a análise de discurso “se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas, incluindo imagem, som, letra” (ORLANDI, 2010, p. 62).

Os enunciados referentes a ela têm o intuito de mostrar que ela era uma moça “querida”. Era trabalhadora, se formaria em breve. Possuía assim uma conduta moralmente aceita, pois fazia o que a sociedade esperava dela, o que coaduna com o ideal de feminilidade. Mas essa mesma sociedade, por meio da narrativa do jornal, a condena por ter “se envolvido com um sujeito alcoólatra”, um paciente do hospital no qual trabalhava.⁶

Rejane Jacobs conheceu Marco Antônio Portes no mês de julho deste ano, quando ele buscou tratamento contra alcoolismo. Neste período, de pouco mais de três meses, uma série de acontecimentos infelizes le-

6. O fato dela ter se envolvido com um paciente nos faz refletir sobre outras questões: como isso era visto pela empresa Hospital Filadélfia, na qual trabalhava? Existia alguma política que proibia, ou não, o relacionamento entre pacientes e funcionários? Tais indagações ficam em aberto.

varam Rejane para um triste fim (O PRESENTE, p. 19, 13 nov. 2001, grifos meus).

Marco assume-se como alguém que possui uma dependência e posteriormente uma posição violenta. Revela-se a partir dos dizeres características de uma masculinidade que se vincula a formas de poder sustentadas por atitudes reiterativas de comportamento violento, sobretudo frente às regras e ao desafio de manter-se sóbrio. O assassino fora diagnosticado como alcoólatra e a vítima o teria conhecido como tal, mas como acentua a notícia ele buscou por vontade própria um tratamento contra a dependência. Nesse sentido, percebe-se na notícia não só a construção de uma imagem da vítima, mas também a construção de uma imagem do assassino, como alguém que buscou ajuda, talvez no sentido de romantizar ou amenizar o crime, pois indica que foi “uma série de acontecimentos infelizes” que teriam levado Rejane para um triste fim, e não o ato violento de Marco Antônio. O fato de a narrativa evidenciá-lo como alguém doente embasa a amenização das ações dele, relegando tais atos apenas a algo que, infelizmente, ocorreu.

A vida de Rejane apresenta na narrativa todos os elementos básicos dos dilemas, em seus aspectos mais contraditórios, de uma mulher branca, de classe média. Sua dedicação para obter os melhores resultados profissionais, o conhecimento adquirido como estudante de enfermagem – tudo isso havia sido em vão. O relacionamento que manteve a impediu de alcançar os objetivos que havia traçado. Isso, discursivamente, está posto de forma mais aprofundada na apresentação dela neste caso. No entanto, a interrupção da vida das mulheres é enredo de muitas outras matérias, mesmo que não seja tratada com a mesma ênfase como neste caso.

Ao evidenciar os possíveis motivos que causaram o assassinato, os enunciados indicam uma tentativa de culpabilizar a vítima pelo fato de ter sido assassinada. Isto ocorreu, principalmente em meio a um discurso policial, de autoridade: “A Polícia Civil instaurou inquérito para apurar o caso e investiga a hipótese de crime passionai”. O uso do termo crime passionai,⁷

7. De acordo com Eluf (2002), o termo originado do latim *passionalis*, de *passio* (paixão) é utilizado não só na mídia, mas também na terminologia jurídica para referenciar o ato criminal que se comete por paixão, obsessão a outra pessoa, denominado também como um crime que ocorre em “nome do amor”, amor este entendido nesta pesquisa no sentido de posse e domínio.

que remete ao sentimento paixão e de posse sobre a outra pessoa, por vezes, pode legitimar o ato violento, ressignificando-o como um ato motivado por ciúmes, suposto abandono e afins. Mesmo o crime passional não sendo tipificado no Código Penal, a expressão ainda é usada para exprimir o crime denominado “homicídio privilegiado”, caracterizado segundo o artigo 121, §1º quando o autor da violência “comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção” (BRASIL, 1940, *online*). Infelizmente, isso permite que os atores do jurídico reduzam a pena de um sexto a um terço do tempo.

Wânia Pasinato, ao pesquisar a Zona Sul na cidade de São Paulo, no período de 1984-1989, levantou o debate para a desqualificação dos crimes de lesão corporal e tentativa de homicídio contra mulheres. Segundo a autora, em muitos casos se observou a “desqualificação do crime”, assim como a diminuição da pena, e isso “não se deu por fatores objetivos como a gravidade das lesões provocadas nas vítimas, mas por razões subjetivas como o fato de o agressor ter agido sob violenta emoção” (PASINATO, 2004, p. 71).

Desse modo, mesmo não sendo tipificada a categoria de crime passional, continua a ser utilizada para “rotular” casos de violência contra as mulheres, bem como para abrandar, amenizar e até naturalizar situações de violência. Segundo Luiza Nagib Eluf, “a paixão não basta para produzir o crime” (ELUF, 2002, p. 112), pois a paixão, o amor, a raiva são comuns a todos os seres humanos e nem por isso todos são violentos ou suprimem de algum modo a vida de outrem. Denominar o crime como passional não só romantiza a violência, mas também responsabiliza as mulheres, tornando-as partícipes da violência, ou seja, divide a responsabilidade do crime entre o autor de tal ação, em geral um homem, e a mulher agredida.

O crime passional, segundo Capez,

em tese, significa homicídio por amor, ou seja, a paixão amorosa induzindo o agente a eliminar a vida da pessoa amada. Totalmente inadequado o emprego do termo “amor” ao sentimento que anima o criminoso passional, que não age por motivos elevados nem é propulsionado ao crime pelo amor, mas por sentimentos baixos e selvagens, tais como o ódio atroz, o sádico sentimento de posse, o egoísmo desesperado, o espírito vil da vingança. E esse caráter de crime passional vê-se mais nitidamente no modo de execução, que é sempre odioso e repugnante. O passionalismo que vai até o homicídio nada tem que ver com o amor (CAPEZ, 2011, p. 60).

Como indica o autor, crimes denominados como passionais nada têm a ver com amor, mas com poder, com a estrutura patriarcal, com feminilidades e masculinidades.

Outros trechos da notícia afirmam que já haviam ocorrido “outras agressões contra Rejane”, sendo até registrado Boletim de Ocorrência por parte da mãe da vítima. Haveria nesse caso um ciclo de violência? Ela estaria com dificuldade de rompê-lo? Ademais, uma dessas formas de violência que pode ser constatada na matéria e não foi nomeada como tal, ou seja, a violência patrimonial. Esta ocorreu quando “o acusado arrombou a porta do apartamento onde ela residia, porque Rejane não queria recebê-lo”. Desse modo, segundo o enunciado, o criminoso se sentiu no direito de forçar a sua entrada, pois a mulher não queria recebê-lo.

As formas de violência contra as mulheres só foram tipificadas a partir da instauração da Lei Maria da Penha em 2006. No entanto, é perceptível a presença de várias formas de violência neste caso – ocorrido em 2001 – pois, além do assassinato em si, atualmente caracterizado como feminicídio, a violência psicológica está presente em meio a relação e mais fortemente a partir do momento em que a vítima tenta romper o relacionamento. Pressupõe-se que ela estava sendo coagida pela não aceitação do rompimento, por parte do autor da violência, além da presença da violência física e da violência patrimonial.

Cristina e o homicídio

O segundo caso em análise, ocorreu em 2018, tendo uma repercussão grande em meio às mídias sociais da região e segundo a narrativa do jornal aqui analisado, “chocou a população” (O Presente, p. 36, 13 abr. 2018, grifos meus). O uso da palavra choque para descrever a reação da população passa a ideia de que a cidade de Marechal Cândido Rondon era pacata, pois crimes desse tipo seriam incomuns e quando ocorriam chocavam a população, mesmo que cotidianamente notícias de casos parecidos sejam relatados em diferentes mídias locais. A ideia de choque está diretamente ligada ao fato de envolver como agressor um sujeito que pelo senso comum deveria proteger e servir, o que parece ser discursivamente inaceitável.

O caso apresentado como “Tentativa de homicídio seguida de suicídio”, ocupou quase uma página inteira, o que é incomum no jornal em casos que

evidenciam violência contra as mulheres, e tratou da tentativa de feminicídio de Cristina. Já tipificado na legislação, o feminicídio não é reconhecido na chamada da matéria, que afirma ter havido uma tentativa de homicídio,⁸ seguido de suicídio do agressor.

Cristina, de 36 anos, estava indo à aula de um curso técnico que fazia quando foi surpreendida pelo ex-marido. Ela possuía medida protetiva conforme a Lei Maria da Penha. Na narrativa do jornal, essas medidas seriam decorrentes de “supostas ameaças”. O uso do termo “supostas” põe em dúvida os dizeres dela. Cristina, assim como outras mulheres, ficou em um plano secundário na narrativa jornalística.

Os olhares, já no início da matéria, se voltam para o feminicida, que não é descrito como tal, ou como assassino, mas sim como o “sargento da reserva da Polícia Militar, Gelmir Paula dos Santos”, que “atirou contra a sua ex-mulher, Cristina Terezinha Scherner, de 36 anos, usando uma pistola 9 milímetros e, na sequência, cometeu suicídio, disparando um tiro contra o próprio peito”. É ressaltado a todo instante quem era Gelmir e, toda vez que a matéria faz menção a ele, o denomina pelo nome, ou enquanto um sargento da reserva da Polícia Militar. No mesmo caminho, ele é enaltecido, sendo mencionados os trabalhos que realizou. Gelmir é descrito como alguém que estava em consonância com a masculinidade hegemônica esperada e naturalizada cultural e socialmente.

Segundo SEFFNER (2003), o trabalho atua como um elemento identitário que constitui o ser masculino e, no caso analisado, o fato do agressor ser sargento da Polícia Militar, um trabalhador, legitima tal masculinidade, pautada na crença de que existem maneiras certas e normais de viver, de expressar a masculinidade, as quais atuam como regimes de verdade, produzindo e afetando os estilos de vida (KIMMEL, 2006; 1998; OLIVEIRA, 2004; CONNELL, 2003; 1998; 1995).

Na matéria, há destaque também para o fato de que a arma usada no crime não seria de Gelmir, pois conforme medida protetiva, ele estaria impedido de portar arma de fogo. Esse enunciado denota a ideia de que a Lei

8. A nomenclatura correta do ocorrido seria feminicídio, conforme a Lei do Feminicídio (13.104/2015) que prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. No entanto, há uma negligência da fonte em relação a isto, e não apenas nesta, pois o próprio delegado na matéria do jornal do dia 13 de abril de 2018 não a conceitua da maneira correta, considerando-a como crime passional.

estava sendo cumprida, ou seja, parece haver uma preocupação em deixar isso claro.



Figura 2: O Presente, p. 36, 13 abr. 2018.

Fonte: O Presente (2018)

A matéria também evidencia o tratamento dado ao caso pela investigação policial, sendo que “logo de início, o crime foi tratado como passional, uma vez que Cristina possuía medida protetiva devido às supostas ameaças do ex-companheiro”. O fato dela possuir medida protetiva já nos diz que situações de violência ocorriam e que havia uma tentativa por parte de Cristina de romper o ciclo de violência, o que torna claro, o crime não fora movido por paixão ou raiva, mas sim por ela ser mulher, por ele não aceitar o fim do relacionamento, pela ideia de poder de Gelmir sobre Cristina. No trecho seguinte, outra questão emerge:

A hipótese ganhou ainda mais força quando foi encontrada, junto às roupas de Gelmir, uma carta de seis páginas, na qual o sargento da reserva revelou detalhes sobre seu relacionamento com Cristina. A carta reforça ainda mais a probabilidade de o crime ter sido premeditado. Segundo o delegado de Polícia Civil, Diego Valim, o conteúdo da carta revela a vida conturbada do casal. Os textos citam fatos que envolveram situações de agressão e outros desentendimentos. Em um dos trechos, Gelmir diz que “não conseguia mais viver com os sentimentos pelos

quais estava passando”. Conforme Valim, junto com a carta também estava um termo de retratação assinado por Cristina, por conta de uma denúncia registrada contra Gelmir.⁹

O fato de a carta revelar “detalhes” da relação de Cristina e Gelmir evidencia, na perspectiva dos narradores do jornal, uma ideia de “verdade”, como se tudo que o que fora escrito seria verídico, a “verdade”. Ademais, fatos narrados na carta surgem como justificativa para a tentativa de feminicídio de Cristina, o que ganha ainda mais força com o trecho trazido da carta, em que o assassino evidencia que “não conseguia mais viver com os sentimentos pelos quais estava passando”. De acordo com Bandeira, uma das principais razões pelas quais a violência “se alimenta de si mesma e torna-se contagiosa é a própria carga emocional que detém: emoções são paixões que perturbam as pessoas tanto na vida cotidiana, como em situações complexas” (BANDEIRA, 2017, p. 32).

No decorrer da narrativa, vemos emergir um discurso de autoridade, através da fala do delegado de Polícia Civil, Diego Valim, que enuncia a ideia de um crime mais brando, uma vez que os sentimentos do assassino estão em jogo. A fala do delegado, remete a ideia de que o ato de violência foi proveniente de grande emoção, seja de raiva ou de afeto, mas não de um sentimento de posse em relação à agredida. Como já mencionado, a matéria emprega as palavras “supostas ameaças”, a narrativa do jornal põe em xeque a credibilidade da vítima. Isso não está explícito, mas ela é questionada, o que fica mais claro quando é mencionado que fora encontrado um termo de retratação assinado por Cristina. Que termo era este? Retratação do que especificamente? Essas questões ficam em aberto. Em meio às correlações interpessoais de poder existentes, seja entre Cristina e Gelmir, seja pela posição social que ele ocupa, poderia ela ter sido coagida a se retratar?

No final da matéria, foi evidenciado que o estado de saúde de Cristina era delicado, pois fora atingida por quatro tiros e submetida a cirurgias, mas fica claro que Cristina não era o foco da matéria, os fatos são elucidados e direcionados para o suicídio de Gelmir e sua vida antes do crime. A própria construção do texto a coloca em segundo plano. Ademais a perspectiva de que o que ocorreu fora de fato uma “tentativa de feminicídio”, e não simples-

9. O PRESENTE, p. 36, 13 abr. 2018, grifos meus.

mente um homicídio, não é referida nem pelo editor da matéria nem pela voz de autoridade presente nesta. Apesar disso, o motivo para a tentativa de feminicídio contra Cristina resulta explícito, ou seja, a não aceitação por parte do assassino do fim do relacionamento. Esse ideário remete ao sistema patriarcal original em que o pai e, posteriormente, o marido tem o pátrio poder.¹⁰

O que é apresentado como fato – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. (ROLIM, 2006, p. 190)

Segundo o autor, as formas de noticiar casos de violência parecem seguir um roteiro comum, tornando impossível perceber o fenômeno da violência na sua totalidade, nas suas mais diversas multifaces. O fato de as particularidades das formas de violência não serem demarcadas propriamente nos diferentes casos faz com que a naturalização da violência ocorra. Essa “indistinção esconde rastros de gênero dos discursos, reforçando a ideia de um narrador neutro e equânime, escondendo sua participação na comunicação – que também gera violência” (PEREIRA, 2009, p. 494). Isso faz com que os casos de violência contra as mulheres sejam marginalizados, as mulheres e as violências sofridas por estas ficam à margem e passam a ser vistas como mais um caso que ocorreu.

O que fica em voga na discursividade da matéria é o fato de o autor de violência ser policial, ou seja, a ênfase é dada ao fato de Gelmir ser policial militar da reserva, assim como Marco Antônio era estudante de Direito, filho de advogado. Os autores das violências envolvidos na situação, quando descendem de classes privilegiadas ou ocupam posições estimadas socialmente, “tendem a aparecer nas construções sintáticas dos títulos em posição de sujeito/agente” (LOPES, 1999, p. 126), tornando-se sujeito visível na nar-

10. Sobre a constituição da família brasileira, Fátima Cristina Gonçalves (2006) ressalta que: O *Pater familias* se fez presente, ou seja, o poder concentrava-se nas mãos dos homens. Foi a família patriarcal a célula mais importante da formação de nossa sociedade. Essa organização perdurou no Brasil até meados do século XIX e seus resquícios ainda se fazem presentes no século XXI.

rativa da matéria. Como diz Tronto, “não é apenas o gênero, mas também o pertencimento de classe e de raça que, na nossa cultura, permitem identificar” (TRONTO, 2009, p. 156) os diferentes sujeitos e suas posições, e é isso que revela as relações de poder. Mais do que posições, papéis e lugares sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e classe) que vão gestando as nuances dos/as dominadores/as e subordinados/as, ou seja, as experiências vividas colocam mulheres e homens nesses lugares. Os aspectos interseccionais de raça e classe produzem arranjos singulares na violência contra as mulheres, é nesse sentido que o conceito de gênero tem sido utilizado como instrumento de análise para desnaturalizar e deslegitimar as práticas de violência e de opressão que constituem a vida das mulheres.

A banalização da Violência contra as mulheres

O que é necessário enfatizar é que esse tratamento de diferenciação é posto discursivamente em relação aos autores de violência e auxilia no processo de amenização dos atos, banalização e naturalização das violências. Ademais, é fundamental pensar no feminicídio e na tentativa deste, pois são eventos que não ocorrem de forma isolada. São de fato a manifestação final de todas as formas de violência, ou seja, vem acompanhado de violências físicas, psicológicas, patrimoniais, morais ou sexuais.

De acordo com Orlandi, devemos pensar que o discurso é visto como “o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falantes e ouvintes, autor e leitor” (ORLANDI, 1987, p. 180), pois, é a partir desse processo de interação que se pressupõem os sentidos refletidos no texto. Ademais, as escolhas linguísticas que compõem os discursos jornalísticos não são aleatórias, mas marcadas por seus/as interlocutores/as (os diferentes sujeitos que constroem a narrativa). “Se ao falar sempre afastamos sentidos que não desejamos, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele ‘cala’” (ORLANDI, 2007, p. 152), pois os sujeitos enunciam a partir das posições inscritas em uma dada formação social, de lugares ideologicamente marcados. Logo, as condições de produção devem

ser compreendidas por meio da representação do imaginário histórico social,¹¹ assim como pelos silêncios, o que se cala, o que não é dito.

As matérias que compõem o jornal analisado, apresentam-se como uma prática social embutida de discursos com efeitos e sentidos variados. Por este viés, apresentam uma determinada realidade, na qual diferentes sujeitos, lugares e momentos são construídos, considerando vários aspectos, como por exemplo: o receptor/leitor do jornal, a própria instituição e os discursos moralmente aceitos na sociedade rondonense.

Por meio dos casos de violência apresentados pela fonte, percebe-se a não representação das definições a partir da legislação que conceitua as formas de violência. Não há uma preocupação com isso, pois o relato dos casos perpassa na esmagadora maioria das vezes, apenas pela violência física. Mesmo sabendo que são diversas as formas de violências que são praticadas contra as mulheres, ferindo a integridade física, sexual, psíquica, patrimonial e moral da agredida, estando presente um ou vários tipos em uma mesma ação, a violência psicológica, por exemplo, é invisível aos olhos de muitos, já para as mulheres que sofrem tal violência, as feridas podem fazer com que determinada situação seja constantemente rememorada e revivida.

As formas de violência são plurais e abrangem todas as idades, raças, etnias e classes sociais. Conforme Nilcéa Freire (2006, p.A3), “é a expressão mais perversa do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres”. Desequilíbrio esse em que o gênero masculino detém a maior parte do poder, e partindo desse entendimento, se vê no direito de comandar, maltratar e assassinar mulheres. Vale pensar a partir das reflexões de Michel Foucault: “o poder não como objeto do qual se possa realizar uma definitiva apropriação, mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais” (FOUCAULT, 1981, p. 183), ou seja, ele perpassa os sujeitos, alguns os exercem, detêm o seu controle, outros sofrem as suas ações. Os crimes possuem ligações com o poder e são motivados pelo caráter machista, por questões de gênero, raça e classe. São séculos de discursos construídos em torno da

11. O “imaginário social” é entendido neste trabalho a partir da Pesavento (2005, p. 43), como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens e as mulheres, em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito”.

subalternação e objetificação das mulheres, “o controle de valores sociais machistas, que reificam (objetificam) as mulheres, permanece no seio das ações descabidas, violentas, com alto teor de misoginia” (MACHADO, 2017, p. 138-139).

Tania Navarro-Swain, ao analisar os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens, ressalta que, no que tange à apropriação social das mulheres pelos homens, a “âncora nas condições de imaginação sexual, são, em princípio, corpos disponíveis e desfrutáveis por definição, já que os papéis atribuídos socialmente às mulheres passam pela sedução, casamento, procriação, prostituição” (TANIA NAVARRO-SWAIN, 2008, p. 285). Assim, quando elas rompem com o privado, com relações domésticas, familiares, sexuais e/ou amorosas, por vezes esse rompimento é utilizado pelos autores da violência, e pelo próprio senso comum como justificativa para o ato violento.

É importante frisar que as narrativas se ancoram em práticas discursivas de controle social masculino, sobre o outro, sobre os corpos, sobre as mulheres e suas condutas. Nessa dinâmica, a possibilidade de ser, do agir, do poder, do prazer das mulheres viverem sua sexualidade, são excluídos. As mulheres são, a todo instante, estigmatizadas, sujeitadas às diversas normas culturais que em nada lhes ajuda no combate e enfrentamento das violências.

Dessa forma, os discursos patriarcais e machistas, que preconizam o controle sobre as mulheres e a rivalidade entre homens estão sempre presentes nas diversas violências, seja em meio as relações conjugais ou fora delas. Os modelos se mantêm clássicos, pautados em condutas e comportamentos que excluem aqueles que não obedecem a tais modelos pré-estipulados. Os estudos de gênero visam problematizar essas essencializações que fixam mulheres e homens perfeitos, baseados em atributos considerados inatos e naturais, o que será considerado errôneo, pois toda a formação de identidade ocorre através de fatores históricos e sociais e de posições performativas dos sujeitos (BUTLER, 2013).

De maneira geral, quando um jornal, por meio de seus articulistas, se posiciona em relação à violência contra as mulheres trazendo números/dados, formas de combate, enfrentamento, reflexões em torno das dificuldades das mulheres de denunciarem, parece-nos que ele é um agente que luta pelo fim deste fenômeno, mesmo que algumas discussões sejam feitas

de maneira simplista e superficial, ou seja, os casos são tratados como se fossem “casos policiais individuais, e não como uma problemática que está ancorada na sociedade, na cultura e na história” (MIRANDA, 2017, p. 361). Mas ele também atua como tecnologia de gênero, conforme a definição de Teresa de Lauretis, ou seja, produz um “conjunto de efeitos [...] em corpos, comportamentos e relações sociais” (LAURETIS, 1994, p. 208) que criam mulheres e homens dando-lhes contornos próprios e hierarquizando-os. As matérias, como as aqui estudadas, que compõem tal jornal são tecnologias de gênero porque são narrativas que produzem sentidos e naturalizam as diferenças entre os sujeitos, ora questionando o que está dado, como o cenário de muita violência, mas, normalmente, reforçando certos aspectos consolidados no imaginário, nos sistemas vigentes.

A violência contra as mulheres não é algo contemporâneo. O que se vê na atualidade é uma maior visibilidade social e política desse fenômeno. Portanto, pensar a violência como um fenômeno cultural, é pensá-la enquanto algo construído socialmente. Ela está intrínseca na sociedade brasileira, e foi se desenvolvendo em meio às diversas imposições culturais e discursos autoritários, se (re)afirmando como uma dimensão cultural estruturada.

A falta de maiores informações, seja das agredidas, seja do ciclo de violência, influencia diretamente na banalização das diversas formas de violência. Essa violência, segundo Rondelli (2000) é, por sua vez, fruto da banalização das desigualdades, tanto sociais, como culturais e econômicas. Dentro dessa perspectiva, a mídia se tornou instrumento que potencializa e que dá (ou deveria dar) visibilidade a esse fenômeno, sendo uma “forma de linguagem” (RONDELLI, 2000, p. 37). O que contribui para legitimar a relação entre as manifestações das violências e questões sociais, pois ela fomenta-se em meio a tais desigualdades, estas por sua vez oriundas do atual modo de produção (capitalista). Sob esse prisma, as desigualdades, a hierarquização dos gêneros, potencializa tais ações e a mídia, infelizmente, opera no sentido de naturalizá-las. A maneira como os casos são expostos e tratados auxilia na premissa da culpabilização dessas mulheres e naturalização das violências. “A culpabilidade das vítimas é um exemplo de insistência cultural machista em marcar as mulheres com características que denotem sua imoralidade e desonestidade” (STEVENS; SILVA; OLIVEIRA; ZANELLO, 2017, p. 227).

Além das culpabilizações e revitimizações às quais as mulheres são sujeitas cotidianamente, elas têm sua liberdade e sua integridade constantemente questionadas, a liberdade e suas ações são reguladas moralmente. As imposições vêm de uma cultura em que as mulheres devem ser submissas aos homens, nos moldes do patriarcalismo. Portanto, quando se trata de crimes contra as mulheres, a naturalização da violência já está estabelecida, e surgem os mais diversos questionamentos sociais e morais. Emergem em todos os casos referentes à violência contra as mulheres, tentativas de culpabilização e justificação para tais atos.

As explicações que embasam as agressões e mortes dessas mulheres se deram, em todos os casos, por meio de práticas discursivas que atribuíram de certo modo às próprias agredidas e vítimas a responsabilidade pelas violências a que foram submetidas. Ademais, as justificativas dos crimes não devem se pautar em condições patológicas dos autores de violência, ou a condições exteriores, mas ao anseio de posse das mulheres, em muitos dos casos, culpabilizadas por não cumprirem os papéis designados. Desse modo, as práticas discursivas tendem a atribuir às mulheres uma “co-responsabilidade que encontra fundamento em suas circunstâncias de vida, como ser mulher bonita ou trabalhar a noite, ou nas suas opções desviantes, como o modo de vestir e agir” (SUARÉZ; SILVA; JATOBÁ; WEBER, 1999, p. 45), que parece estar atrelada a quebra das qualidades morais que se espera delas.

Sendo assim, não é o que se fala que tem especial importância, mas como se fala, “tendo em vista que a construção dessa narrativa jornalística tem sido permeada de sensacionalismo, dramaticidade e espetacularização” (MIRANDA, 2017, p. 361). A análise não pode simplesmente desvendar o que estava implícito no texto, mas sim descrever as possibilidades do dizer que foi, de certa forma, silenciado ou não dito pela “escolha” de um dizer ou outro. Assim sendo, a partir da análise das respectivas matérias, foi possível compreender como as relações de poder entre mulheres e homens são significadas e simbolizadas por meio das práticas discursivas do jornal *O Presente*.

Referências

ARENDDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, Ed.; PORTELA, C. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília: Congresso Nacional. 1940.
- CAPEZ, F. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1, 2, 3.
- CONNELL, R. W. *Masculinidades*. México: UNAN-PUEG, 2003.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DELPHY, C. Teorias do Patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DIAS, M. O. S., Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- ELUF, L. N. *A Paixão no Banco dos Réus*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FREIRE, N. *Violência contra a mulher: uma lei necessária*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 06 ago. 2006. Tendências/Debates. Opinião, p. A3.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988
- GONÇALVES, F. C. *Violência contra a mulher: aspectos históricos*. In: Revista Suesc. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- JORNAL O PRESENTE (1994-2018). Marechal Cândido Rondon: Editora O Presente Ltda. (Edições de 13 nov. 2001 e 13 abr.2018)
- KIMMEL, M. S. *Manhood in America: a cultural history*. Second edition. Oxford United Press, New York, 2006.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994. p. 206-241.

LOPES, A. C. Violência contra as mulheres na mídia impressa. In: SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, Brasília: Editora UnB, 1999. 536 p.

MACHADO, S. de S. Vidas Partidas no discurso midiático brasileiro sobre as mulheres. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. *E-book* (628 p.). Disponível em: <https://geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAsncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MIRANDA, C. M. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. *E-book* (628 p.). Disponível em: <https://geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAsncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

NAVARRO-SWAIN, T. N. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVENS, C. M. T. SWAIN, T. N. (orgs.). *A construção dos Corpos*. Perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, p.285-302.

OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento – As formas de discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. 6. ed. Editora Unicamp: Campinas. 2007.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes. 2010, p. 11-31.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: 2015.

PASINATO, W. *Justiça e violência contra a mulher: o papel judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, 2004.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, [1988] 1993.

PEREIRA, P. P. G. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485 – 505, 2009.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/ Instituto Patrícia Galvão, 2016. 183 p. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.

STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. *E-book* (628 p.). Disponível em: <https://geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAs-ancias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SUARÉZ, M.; SILVA, A. P. P. M. da; JATOBÁ, D. F.; WEBER, R. A noção de crime sexual. In: SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, Brasília: Editora UnB, 1999. 536 p.

RONDELLI, Elizabeth. Imagem violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, C. A. M. *et al.* (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

TRONTO, J. *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. 1. ed. Paris: La Découverte, 1993 [2009].

WENTZ, L. K. *Mulheres e homens na fala dos/as outros/as: as práticas discursivas no Jornal O Presente (1994-2018)*, 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

Espaço Prisional Feminino: Evidenciando trajetórias no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu¹

Katiuska Glória Simões

Nesse texto são evidenciados os resultados da pesquisa realizada entre 2016 e 2017, no Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF), alocado no complexo penal que abriga também a unidade prisional masculina denominada Cadeia Laudemir Neves, localizado na cidade de Foz do Iguaçu. Esse estudo surgiu com o intuito de conhecer o cotidiano das mulheres que se encontram privadas de sua liberdade e enclausuradas no sistema penitenciário. Ao longo do meu trabalho, passei a perceber e problematizar as estratégias de comunicação entre as internas e a me questionar sobre a sua importância à vida delas. Verifiquei que existe uma relação complexa entre as diversas formas de comunicação criadas no interior do sistema carcerário, evidenciando a pluralidade das internas.

A importância de estudar instituições prisionais femininas pode ser explicitada através da análise dos dados estatísticos. Atualmente, o Brasil possui o sêxtuplo da quantidade de encarcerados do final da década de 1980. Naquela ocasião, o país ainda não tinha atingido a cifra de 100 mil presos, ou seja, “vinte anos depois, no final dos anos 2000, quase meio milhão de

1. Este capítulo é oriundo da dissertação de mestrado da autora, intitulada “‘Vida loka até o fim’ ou não: as porosidades no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu”, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cf. Simões (2017). A dissertação contou com apoio financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

pessoas já se amontoam nas prisões brasileiras – um aumento evidentemente desproporcional ao crescimento da população” (GODOI, 2010, p. 2). A partir desses dados, podemos indagar sobre o impacto dessas condições de superlotação à trajetória de reinserção dos internos.

A última pesquisa realizada pelo InfoPen,² em dezembro de 2019, afirmava que a população prisional brasileira era de 748.009 presos. Porém, os espaços de detenção brasileiras possuem vagas para 442.349 presos, ou seja, um déficit de 312.925 vagas.

Apesar de ser inferior ao número de presos masculinos, totalizando aproximadamente 7% da população carcerária no Brasil, o encarceramento feminino é o que mais cresce no país. Entre 2000 e 2019 houve um crescimento de 564,2% da população carcerária feminina, enquanto a população masculina cresceu 224,4%. Segundo os dados apresentados pelo InfoPen em 2019, a população carcerária feminina totaliza 37.200 mil. O Brasil possui a quinta maior população carcerária feminina do mundo. É importante salientar o impacto na organização familiar causada pelo encarceramento das mulheres.

Ainda que esse índice pareça irrelevante, é importante considerar que, diante da centralidade do papel assumido pelas mulheres na organização do núcleo familiar, o encarceramento desse grupo pode provocar reflexos na estabilidade financeira e social da família – em especial sobre filhas e filhas –, podendo inclusive impactar e influenciar a perpetuação da pobreza e vulnerabilidade social. Cabe destacar que grande parte das mulheres presas atualmente foi acusada ou condenada por crimes considerados não violentos, como é o caso do tráfico de drogas, e que é associado a fatores econômicos.³

Para manterem financeiramente suas famílias e imersas em uma conjuntura social de um país subdesenvolvido, acabam se envolvendo em atividades criminosas, principalmente o tráfico de drogas: segundo Giulia Resende e Fernanda Osório, há uma evidente relação entre o aumento da população carcerária feminina e as políticas contra as drogas (2020, p. 10).

2. InfoPen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, consiste em um programa digital de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro. Disponível em: <https://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acessado em 05 de março de 2022.

3. INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, 2021, p. 2.

Diferentemente dos homens, a maior parte das mulheres não iniciam no tráfico de drogas como usuárias, mas como companheiras do traficante, “muitas dessas mulheres entram para o tráfico, devido ao seu relacionamento com traficantes, devendo mostrar a sua fidelidade ao se envolver, bem como proteger e permanecer ao lado do companheiro (RESENDE & OSÓRIO, 2020, p. 13).

Nesse sentido, é pertinente afirmar a necessidade de analisar o aprisionamento de mulheres e as questões de gênero. Convém evidenciar o conceito de gênero tal como concebe Joan Scott: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, (SCOTT, 1995). A pesquisa foi realizada no local em que essas relações foram potencializadas pela característica da instituição prisional mista, abrigo homens e mulheres no mesmo complexo prisional.

As mulheres que estão no sistema prisional brasileiro além de enfrentarem a superlotação, estão inseridas em um sistema que não foi criado para elas. Ou seja, no Brasil há apenas 103 unidades prisionais destinadas exclusivamente a mulheres e o restante estão inseridas em 239 unidades mistas, segundo o Infopen. Grande parte das unidades mistas foram construídas para receberem homens e posteriormente projetam algum espaço para as mulheres no interior dessa instituição já existente. A divisão das instituições prisionais para homens e mulheres está prevista na Lei de Execução Penal 7.210/84, porém não são todas as instituições que realizaram essa separação. Inclusive o Centro de Reintegração Social Feminino em Foz do Iguaçu (CRESF), local dessa pesquisa de campo, é parte de um complexo prisional misto.

O encarceramento de mulheres em unidades prisionais mistas evidencia a influência do patriarcado, pois esses espaços não foram planejados e estruturados para abrigar mulheres, reafirmando a expectativa de um comportamento dócil, doméstico, e espera-se que as mulheres não transgridam as leis evidenciando as questões de gênero que influenciam as instituições prisionais. O CRESF está alocado em um complexo prisional que inicialmente foi construído para abrigar exclusivamente homens e posteriormente construíram a ala que abriga as mulheres.

Como expõe Caroline Nunes e João Paulo Macedo, “a analítica proposta pelos estudos de gênero é uma importante ferramenta teórico-con-

ceitual para auxiliar no desvelamento das invisibilidades que pairam sob o conjunto de violações e assujeitamentos de mulheres nos presídios mistos brasileiros” (2021, p. 3). A legislação brasileira prevê a disponibilidade de oferecer um local adequado às necessidades das mulheres que são diferentes dos homens presos. Por exemplo, segundo a Lei de Execução Penal (1984), as prisões devem conceder infraestrutura adequada para cuidar dos filhos das encarceradas, porém no CRESF não há nenhuma estrutura direcionada para amamentação ou convivência com os filhos que possuem até seis meses de vida, diferentemente do que se exige no artigo 83.

A Constituição Federal Brasileira afirma que os direitos de amamentação serão assegurados pelo Estado – “Art. 5: L – às presidiárias e serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (BRASIL, 1988, s.p.). Alguns trabalhos demonstram que estes direitos não são disponibilizados às mulheres em sua integralidade ou às vezes sequer o são. Em pesquisa sobre a Penitenciária Feminina do Piauí, Soares e Castro (2012) indicam, por exemplo, a falta de infraestrutura adequada para amamentação: “a penitenciária em estudo não conta com as disposições imputadas pela Lei de Execução Penal [...] As gestantes e parturientes dividem a cela com outras detentas, não gozando dessa forma da especificidade do local disposto na lei” (SOARES; CASTRO, 2013, s.p.), semelhante ao CRESF que não dispõe de local adequado para amamentação. As presas geralmente eram transferidas para a Prisão Feminina de Piraquara que ofertava uma estrutura com berçário.

Caminhos percorridos: pesquisando a instituição prisional

A primeira tarefa do antropólogo, segundo Marc Augé no seu livro *O sentido dos outros* (1999), é a de estabelecer a carta de identidade e de alteridade relativas. Em todas as sociedades, em algum grau, persistem relações entre diferentes gerações, gêneros, classes, etnias. Perceber essas relações é primordial para o trabalho antropológico. Ou seja, o antropólogo deve perceber as relações entre os diferentes sujeitos no espaço que pesquisa, mas antes disso precisa perceber alteridade existente entre o pesquisador e o interlocutor.

O trabalho do antropólogo é o de se aproximar da realidade pesquisada, mas sempre haverá a diferença entre o observador e o observado, assim como afirma Eduardo Viveiro de Castro no seu texto “O nativo relativo”.

O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido (CASTRO, 2002, p. 115).

A diferença é evidente e o pesquisador poderá considerá-la em suas análises de diversas formas. Nesse sentido, Alba Zaluar afirma que a manutenção da diferença é essencial para as pesquisas realizadas em contexto de conflito, como as prisões. No texto “Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais”, a autora afirma que a permanência da alteridade é importante quando há uma relação de pesquisa entre o antropólogo e sujeitos que exercem atividades ilegais.

Ainda no registro utilitário, manter a assimetria entre o sujeito observador e o sujeito observado, entrevistador e entrevistado, pesquisador e pesquisado, especialmente quando os últimos destes pares de interação estão ou estiveram no mundo criminal, portanto cercados de segredos e silêncios quanto ao que se passa no mundo de ilegalidades, pode produzir o efeito de tornar mais prováveis revelações e confissões. Ao contrário do que dizem os que advogam a identificação e a assimilação entre entrevistador e entrevistado, é a própria distância que facilita a interlocução e as confissões sinceras de ambas as partes. (ZALUAR, 2009, p. 575)

Demarcar papéis desempenhados pelo antropólogo e pelo interlocutor é fundamental para prosseguir a pesquisa. No interior da prisão, é necessário colocar-me como pesquisadora. E mais, devo enfatizar as minhas intenções para que elas tenham interesse em compartilhar as suas narrativas comigo. Nisso, vários fatores contam a meu favor: eu não estou na prisão para disputar um espaço na cela e não trabalho na instituição, o que poderia ocasionar embate de poder. Estava lá sem esses interesses, apenas querendo

ouvi-las e buscando compreender a realidade em que vivem. A interação neste caso é pontuar o encontro entre os sujeitos diferentes, pois é no movimento de aproximação entre estranhos que aparecem partes ocultas que podem esclarecer relações inéditas (ZALUAR, 1985).

Assim, a construção da alteridade e de uma noção de “outro” por muitas vezes é resultante do exercício de construção do distanciamento e do estranhamento entre os sujeitos (MALUF, 2011). Portanto, deve-se demarcar uma certa distância para que as relações aconteçam.

A Instituição prisional e suas porosidades

Após algumas visitas realizadas na cozinha do CRESEF, foi possível acessar o espaço da galeria com o auxílio da Capelania Prisional Batista,⁴ acompanhei as visitas dessa pastoral que ocorriam semanalmente, possibilitando a observação em quase todo espaço prisional. A partir dessa observação percebi as porosidades existentes, compreendo porosidades como rupturas e possibilidades de infiltração de ações e informações externas à prisão.

Segundo Goffman (1961) os indivíduos que vivem em instituições mais fechadas, as quais denominou como “Instituições totais”,⁵ sofrem o processo da perda de autonomia, o que chamou de morte civil, já que eles “podem perder alguns direitos permanentes” (GOFFMAN, 1961, p. 25). Segundo o autor, as instituições são fatais para o eu civilizado, mesmo que a relação do internado com o eu civil seja variável (GOFFMAN, 1961, p. 48).

A instituição inicia o processo de mortificação do eu na entrada do interno. Afinal, são retirados seus pertences, substituídos por uniformes, regras, os horários e as proibições são pronunciadas.

O esquema de interpretação da instituição total começa a atuar automaticamente logo que o internado é admitido, pois a equipe dirigente tem a noção de que a admissão é a prova prima fácil de que essa

4. É um grupo da Igreja Batista que visita as prisões para realizar a prática religiosa de evangelização.

5. Segundo as palavras Erving Goffman, “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p. 11).

pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar (GOFFMAN, 1961, p. 77).

O processo denominado de mortificação do eu, ocorre devido ao confinamento prisional, no qual este “eu” deve seguir regras. Goffman refere-se à entrada do interno na instituição, principiando a mortificação do eu ao deixar de possuir seus pertences. “Ao ser admitido numa instituição total é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal” (GOFFMAN, 2001, p. 28).

Simultaneamente ao processo de mortificação do eu, a instituição se encarrega de instruir formalmente e informalmente a nova organização pessoal. Goffman denomina essa nova organização como “sistema de privilégios” (1974, p. 49), caracterizado por três elementos básicos: primeiramente, as regras da casa; em segundo, os prêmios e privilégios para os internados com “bom comportamento”; e, em terceiro, são os castigos. Os privilégios e castigos são peculiares às instituições totais, relacionando os comportamentos com a possibilidade de participar do sistema de trabalho interno e reduzir o tempo de encarceramento.

No CRESE, quando as novas internas chegavam recebiam um kit com shorts e calça cinza e camisetas brancas. O uniforme deveria ser utilizado em todos os momentos em que elas estivessem fora das celas. No interior das galerias, em suas celas o uso não era obrigatório. No entanto, eram obrigadas a calçar exclusivamente chinelos. “O uso obrigatório do uniforme é dado como uma medida preventiva destinada a facilitar a identificação da reclusa em caso de evasão” (CUNHA, 1994, p. 51). Não necessariamente essa mortificação expõe o fim de suas identidades, pois as foi possível perceber as ações de resistências diante da institucionalização o que Michel de Certeau (1998) chamou de táticas, garantindo em algum grau as identidades das internas. Por exemplo, ao mesmo tempo que há regras impostas sobre as internas exigindo a utilização de uniformes, elas vão maquiadas para o fórum, elas se arrumam para interagir com os homens que estarão presentes.

A mortificação do eu pode ser atenuada. Segundo Laura, presa por tráfico há 2 anos e 2 meses, os momentos que ela mais se preocupa com a sua

imagem é quando precisa ir ao Fórum.⁶ “Nós vai de uniforme, mas a gente arruma os cabelos, faz maquiagem, só pra vê os caras”⁷ (sic). Na fala, ela faz referência aos homens que estão presos e que também estariam no Fórum. As regras são mantidas pela administração do complexo penal, que também exige dos homens da Cadeia Laudemir Neves o uso de uniforme enquanto estão fora das celas.

No presente texto, considero a análise dos conceitos de Erving Goffman como tipos ideais. Tipo ideal é um conceito defendido por Max Weber como ferramenta que concede um parâmetro para análise dos dados. O tipo ideal não é uma expressão real do objeto. Segundo Weber (1974, p. 345), “não desejamos forçar esquematicamente a vida histórica infinita e multifacetária, mas simplesmente criar conceitos úteis para finalidade especiais e para orientação”.

Observando a mortificação do eu a partir do conceito de tipo ideal, pode-se possibilitar uma maior compreensão do objeto. A partir da minha aproximação com as mulheres que estão encarceradas no CRESEF, ficou evidente a possibilidade de atenuar essa mortificação. Como exposto no trabalho da antropóloga Manuela Cunha, “Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina” (1994). Ela realizou a sua pesquisa na prisão de Tires em Portugal e afirmou que a instituição prisional não é integralmente totalizante, pois seus internos produzem reações frente às imposições da estrutura prisional.

A população reclusa não constitui, no entanto, um mero aglomerado de indivíduos. Os seus membros comunicam e interagem num quadro temporário de vida comum e distinto do anterior. Refletem acerca dele e dessa interação, e produzem sobre ambos um comentário dotado de alguma coerência e, de certa forma, específico (CUNHA, 1994, p. 163).

De certa forma, Manuela Cunha reforça o que Michel Foucault já havia exposto em sua crítica ao conceito de “instituição” no curso “Le pouvoir

6. Referência ao fórum Estadual de Foz do Iguaçu que fica a 8 KM de distância do CRESEF e da Cadeia Pública Laudemir Neves, a qual as internas são direcionadas para julgamento e assinarem documentos referentes aos seus processos.

7. Em toda a dissertação transcrevo as falas como as interlocutoras pronunciaram sem realizar correções.

psychiatrique” ministrado no Collège de France em 1973 – 1974 e somente publicado em 2003. Naquela ocasião, Foucault chamava atenção para o fato de que a noção de instituição não era satisfatória. Este conceito evidencia uma série de perigos para o discurso sociológico ou psicológico já que parte de uma análise da instituição a partir da sua regularidade e precipitação. Ele adverte que é essencial evidenciar os desequilíbrios de poder. E como exposto, durante meu trabalho de campo, percebi que as internas reformulam as práticas minimizando o processo de mortificação do eu.

Embora a instituição proponha um protocolo de controle sobre os indivíduos, há diversas formas de atenuar as imposições, como a comunicação à distância com os familiares que pode ser realizada exclusivamente através de cartas, porém são observados pelos agentes e o processo de entrega prolonga-se por 30 dias. Ainda assim, algumas internas entram em contato com os seus familiares utilizando outros recursos, como o telefone celular que é proibido nessa instituição. Esse artifício ficou claro quando entrevistei algumas internas que estão passando pela triagem. Inicialmente, elas afirmaram que não conseguiram entrar em contato com a família, como é o caso de Daiane, presa por homicídio que está há um mês no CRESF: “A nossa família nem sabe que estamos aqui”. Ela se referia às suas colegas que também estavam na triagem e que haviam chegado há um mês transferidas de cadeias públicas das cidades próximas à Foz. No entanto, depois de uma hora conversando com ela, indaguei novamente sobre o contato com a família e ela afirmou: “você sabe, só daquele jeito, nas escondidas”. Ela se referia ao uso do celular.

A instituição prisional encarrega-se de controlar os mais diversos canais de comunicação com o exterior. Somente são permitidas trocas de cartas, telefonemas e encomendas caso seja apresentada uma necessidade absoluta⁸ por parte da interna.

Em suma, o sentido deste controle global não decorre inteiramente dos princípios invocados pela instituição (i.e., segurança e promoção da reinserção social), refletindo um mais amplo e ambíguo ensejo moralizador. E é também neste quadro que se tornam compreensíveis al-

8. Ocorre quando demonstram a necessidade de informar seus familiares sobre alguma enfermidade ou sobre sua situação judicial, mas segundo elas as liberações são incomuns.

gumas das disposições que regulam a vida interna do estabelecimento (CUNHA, 1994, p. 50).

Exemplificando esse controle moralizador, podemos falar a respeito do exercício da comunicação entre as internas. Por exemplo, no interior da prisão também circulam bilhetes para comunicação entre as mulheres presas no CRESF e os internos da Cadeia Pública Laudemir Neves. Laura afirmou que, mesmo com a vigilância, elas transpassam as “pipi” (conhecidas também como “pipas” e “catus”) – que são bilhetes ou cartas. Segundo ela: “a gente manda as pipi para os caras, mas também mandamos entre a gente”.

Porém, ela reconhece as dificuldades de conseguir enviar os bilhetes e cartas para os internos da Cadeia Pública. Segundo Laura, a administração não permite tal comunicação, mas com o auxílio de algumas internas que trabalham na instituição e possuem maior liberdade de circulação pelo complexo elas transmitem as “pipis”.

Em um terceiro exemplo, é possível perceber que essa instituição por vezes pode apresentar-se como permeável. Citarei a seguir um fato vivido por mim no primeiro dia da pesquisa de campo, quando tive a oportunidade de conhecer as internas que trabalham na cozinha. Naquela ocasião encontrei a Aurora que conhecia da minha última pesquisa e começamos a conversar.

Fomos interrompidas pela presença de um professor que entrou na cozinha para cumprimentar as mulheres que estavam ali. Ele se aproximou e se apresentou como professor Mário, me apresentei e afirmei que estava conversando com a Aurora. Ele a cumprimentou também. No seu bolso havia diversos pacotinhos de bolachas. Ele retirou um e me ofereceu, no primeiro momento não aceitei, pois estava conhecendo o espaço e não sabia os limites que havia. Quando ofereceu para Aurora ele olhou para mim e pediu autorização. Fiquei sem reação, afirmei que não sabia se podia ou não, então ele chamou a agente e solicitou a permissão para entregar o pacote de bolacha para a Aurora. Ela liberou. O professor entregou a bolacha e ofereceu novamente para mim, aceitei e no fim da conversa entreguei para a Aurora. Após entregar as bolachas o professor se despediu e se dirigiu à escola. Goffman afirma que uma das formas mais eficazes para perturbar a carreira moral, no seu eu, é a obrigatoriedade de solicitar permissão para atividades que no mundo exterior não era necessário (GOFFMAN, 1961, p. 44).

Esse fato demonstra diversas questões intrínsecas à pesquisa realizada nas instituições prisionais. Explicita a minha posição como pesquisadora, os limites das decisões da presa; a possibilidade da entrada de alimentos não disponibilizados pelos familiares ou pelo Estado; a proibição de ações sem o conhecimento da administração e o receio de agir de forma ilícita por parte das pessoas que não compreendem o funcionamento da prisão.

Institucionalização – Lugar ou não-lugar

No decorrer da pesquisa de campo, observei distintos comportamentos das internas nos diferentes espaços que compõem a prisão. Com isso, surgiram indagações referentes a institucionalização vivenciada pelas mulheres que estão encarceradas. Afinal para que a instituição prisional consiga realizar seu objetivo é necessária a imposição de suas regras e normas a todas as internas similarmente.

No entanto, pergunto: será que a instituição prisional consegue imprimir suas regras de fato? Será que estas regras atingem da mesma forma e com a mesma intensidade a todas as presas? Os conceitos de instituição total e mortificação do eu, defendidos por Erving Goffman (1961), são perceptíveis no CRESF? Essas questões se apresentaram pertinentes, pois observei a existência de porosidades (Cunha, 1994) naquela instituição. Porosidades são as fissuras e ingressos de agentes e de informações do exterior para dentro da prisão.

A partir dos relatos das internas compreendi como o espaço prisional comporta pessoas com relações e comportamentos distintos. Consequentemente, é imprecisa a ideia de que a instituição prisional é algo totalizante e homogeneizador.

É necessário considerar a prisão como um espaço que comporta distintos comportamentos que estão associados com as relações existentes anteriores à prisão e com seu cotidiano. A partir dos relatos das presas, compreendi a importância dos espaços e das relações que elas constroem no interior da prisão e como estes estão interligados com o que antecede à entrada na instituição.

Para demonstrar as distintas relações e espaços que foram observados, abordo a questão da linguagem verbal e não-verbal elaborada pelas internas. Minha intenção é expor dinâmicas existentes entre o uso ou o não-u-

so da linguagem pelas internas e a relação que possuem com a instituição prisional. Ou seja, aposto na ideia de que há uma conexão entre o uso ou o não-uso da linguagem, com a identificação do espaço como um lugar ou não-lugar.

Lugar e não-lugar são conceitos defendido por Marc Augé (1994) que expõe a possibilidade de criar ou não uma identidade, relação e historicidade com um espaço. Por exemplo, “o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 1994, p. 95). Hilderline Câmara de Oliveira em 2013 quando escreveu a obra intitulada “A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados” também expôs essa relação.

Ao entrar no mundo prisional, o indivíduo negocia sua identidade anterior, sua vida, considerando-se que ele se encontra afastado do seu marco referencial e está submerso em um novo universo social definido, como: a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos, dos repertórios linguísticos, da cultura organizacional da penitenciária (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

No entanto, diferentemente do presente texto, a pesquisadora debruçou-se sobre a linguagem prisional, apresentando os significados das palavras e da estética pessoal dos internos da Penitenciária Estadual de Paranimirim no Rio Grande do Norte. Eu retrato a linguagem como referência para afirmar a possibilidade da existência de porosidades nas instituições prisionais. Para evidenciar a relação com as questões internas no espaço prisional, serão apresentados fragmentos de trajetórias de vida de duas internas. Meu intuito será demonstrar os distintos posicionamentos das internas que ocupam diferentes espaços no CRESF, já que algumas consideram a prisão apenas um lugar passageiro e outras criam relações afetivas nesse espaço. Como também expor as questões de gênero que permeiam a vivência institucional das mulheres presas.

Cozinha: Espaço de confiança

A maior parte das mulheres que estavam encarregadas de trabalharem na cozinha do CRESF trabalhavam durante o dia e descansavam à noite nas

celas que são anexas ao mesmo espaço. Ou seja, mulheres que cozinham vivem o encarceramento no espaço da cozinha, o que garante a elas uma rotina e relações muito específicas dentro da instituição. É importante evidenciar que a cozinha é compreendida como um espaço feminino nessa instituição, evidenciando as questões de gênero, pois ali são preparadas as entregas das refeições para o CRESF e para a Cadeia Laudemir Neves que abriga os homens. Nesse complexo prisional misto, são as mulheres presas as maiores responsáveis pela organização dos alimentos, apenas há um interno que trabalha na cozinha.

Durante o revezamento do trabalho, pelo menos duas mulheres descansam de dia e trabalham na madrugada organizando o café da manhã nos dias previamente estipulados. A cozinha é um espaço de trabalho que permite maior interação entre as internas e agentes penitenciárias. Nesse espaço, as mulheres devem permanecer vestindo o uniforme, calça ou shorts cinza e camiseta branca. A cozinha foi o primeiro ambiente da prisão que obteve autorização para conhecer.

Nesse local, sempre que conversava com minhas interlocutoras, elas me declararam inocência. De maneira geral, ou elas silenciavam sobre os crimes pelos quais respondiam ou enfatizavam a sua atual condição como trabalhadoras. Esse comportamento pode ser compreendido pelo interesse em continuar trabalhando na cozinha afirmando uma ressocialização.

Logo nos primeiros meses de pesquisa de campo percebi que quando entrava na cozinha a dinâmica do trabalho era alterada. Afinal, uma interna deixava de executar suas tarefas para conversar comigo. No entanto, sempre fui bem recepcionada. Elas me ofereciam café, eu aceitava e nos sentávamos no corredor da cozinha ou no lado de fora perto da lavanderia. Nesse momento, as conversas se referiam aos relatos de como chegaram ali e como viviam o cárcere. Geralmente, nas falas das mulheres que ocupavam o espaço da cozinha havia dois tipos de argumentação quando o assunto era o crime que estavam sendo acusadas. Algumas negavam a sua participação e outras afirmavam arrependimento.

"Rainha" Aurora: mãe da "princesa"

Aurora, foi presa pela primeira vez em 2010 por tráfico de drogas e permaneceu durante 8 meses encarcerada. Dois anos depois de estar em liberda-

de, foi novamente presa, também por tráfico. As duas prisões ocorreram na cidade de Cascavel, localizada a 140 KM de Foz do Iguaçu. Conheci Aurora na Cadeia pública de Cascavel quando realizava pesquisa de campo para minha monografia da graduação de Ciências Sociais em 2013/2014, e reencontrei-a no CRESF. Segundo a interlocutora, ela pegou o bonde⁹ em outubro de 2014 com mais vinte mulheres que estavam encarceradas na Cadeia pública de Cascavel.

Aurora é uma mulher simpática, bem-humorada e possui cicatrizes antigas que chamam atenção pela quantidade, o pulso está coberto de finas cicatrizes horizontais. Eu perguntei sobre suas cicatrizes e ela respondeu que é destrambelhada e os cortes foram acidentes durante a realização dos trabalhos na cozinha e antigamente em sua casa. É mãe de seis filhos, sendo que um faleceu logo após o nascimento, e seu filho mais novo completou três anos, tendo ele convivido com ela apenas 11 meses, atualmente a criança mora com o pai.

Ao falar dos filhos, Aurora me disse que a saudade batia forte da sua “princesa”. A princesa é a Lara de 11 anos. Lara está à disposição do Estado. Ela participa de um programa chamado “família solidária” no qual permanece durante algumas semanas na casa de voluntários. Aurora chora ao lembrar que desconhece o paradeiro da filha e afirma que fica atenta ao assinar documentos para não perder a filha. Segundo ela, quando sair irá reencontrar Lara.¹⁰ Ela faz referência a fala da sua “princesa” que prometeu que não vai trocá-la por ninguém. Os outros três filhos de Aurora residem em Foz do Iguaçu. Eles possuem 18, 21 e 23 anos e não a visitam, pois possuem passagem¹¹ e é melhor ficar distante da prisão. Nas falas da Aurora, é possível perceber a solidão existente no interior da instituição prisional.

Em pesquisas anteriores já havia observado as questões relacionadas à solidão vivenciada pelas mulheres presas, ouvi repetidamente a palavra saudade quando as internas se referiam aos seus familiares e seus compa-

9. Bonde significa que a presa foi transferida para uma nova unidade prisional.

10. Lara participa do Programa Família Acolhedora, regulamentado pela Lei Municipal de Cascavel 4.466/2006 vinculada à Secretaria Municipal de Ação Social. Ela permanece na cidade de Cascavel e reside na casa de voluntários sendo transferida de residência a cada um mês aproximadamente. Segundo Aurora, sua filha preferiu participar do programa devido aos maus tratos que sofria na casa de sua tia, a única familiar que se disponibilizou para tutelar Lara.

11. Passagem: Significa que já esteve preso anteriormente.

neiros. A solidão foi percebida em outras pesquisas também, como da jornalista Nana Queiroz (2015)¹² que disserta sobre a diferença entre a situação de homens e mulheres na prisão marcada pelo abandono familiar.

O abandono por parte da família é comum, mas são os companheiros, maridos e namorados que abandonam mais facilmente essas mulheres. Essa situação pode ocorrer por diversos motivos, como a distância da cadeia das cidades natais; estigmatização da mulher presa; o parceiro pode estar encarcerado; abandono por não poder mais contar com a sua ajuda na prática ilícita (SIMÕES, 2014).

A instituição prisional é outra, mas apresenta essa mesma problemática de abandono por familiares e companheiros. Como também, a vivência atravessada pelo mundo do crime potencializa esses momentos de solidão, após alguns meses da nossa primeira conversa, cheguei no CRESF e observei que Aurora estava muito emotiva com lágrimas nos olhos. Ela relatou que seu filho tinha falecido. De acordo com suas palavras, o homicídio havia sido encomendado para o seu filho de 21 anos, mas o atirador confundiu os irmãos e matou o seu filho de 18 anos. Ela acredita que a morte foi resultado de um “acerto de contas”. Contudo, quem pagou foi o que não devia. Suas colegas estavam com receio que Aurora tivesse uma recaída ou “enlouquecesse”, mas ela afirmava que estava bem. Estava triste, mas estava se recuperando da perda.

Reconstruindo sua trajetória, Aurora contou que iniciou sua carreira no crime como companheira de um traficante. Posteriormente, cuidava de seus clientes sem auxílio de companheiros. Segundo ela, sente saudade do Airton que não a visita e é o pai do seu filho mais novo. Ele não participava dos corres.¹³ Segundo ela, Airton era um “homem bom, trabalhador”. Antes de ser presa morava com ele em Cascavel. Quando sair quer voltar a conversar com ele. Airton não visitava Aurora reforçando o abandono sofrido por ela.

No momento da pesquisa no CRESF, havia 226 mulheres encarceradas e apenas duas recebiam visitas dos companheiros. Ou seja, nos dias de vi-

12. QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

13. Corres: expressão que se refere à atividade ilícita, nesse caso.

sita é evidenciado o abandono sofrido por essas mulheres, principalmente se compararmos com a fila dos visitantes da unidade prisional masculina¹⁴ composta por diversas companheiras e familiares. No interior desse contexto, raramente ocorria o acesso às visitas íntimas, no CRESEF a encarcerada deveria apresentar uma certidão de casamento à administração para requerer tal direito. Reforçando a análise feita por Vera Paiva que expõe como a mulher não é vista como um sujeito sexual (1999, p. 254).

O Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, elaborado pelo Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas,¹⁵ em 2007, em parceria com o Centro Pela Justiça e Pelo Direito Internacional (CEJIL), levou ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) o abandono que as mulheres sofrem depois de presas. Segundo o relatório, há poucas prisões femininas no Brasil e acabam sendo forçadas a cumprirem suas penas longe de suas casas. Também é bastante relevante a estigmatização social experimentada pela mulher que comete um delito, fator que também contribui decisivamente para o abandono da detenta pela família e amigos. O abandono das mulheres presas ocorre, em um primeiro momento, por seus companheiros, que em pouco tempo estabelecem novas relações afetivas, e por seus familiares mais próximos, que não se dispõem a se deslocar por motivos variados ou, ainda não se dispõem a aceitar as regras, muitas vezes consideradas humilhantes, impostas para realização de visita nas unidades prisionais (CEJIL et al., 2007, s.p.).

No interior do CRESEF, essa realidade é perceptível, a maioria das longas conversas que tive com as mulheres encarceradas giravam em torno da sua afetividade. Ao mesmo tempo em que reclamavam do abandono dos seus maridos afirmavam já terem outras paixões surgidas ali dentro. Aurora se descreve como uma mulher independente que fazia questão de ser autônoma. Em uma das últimas visitas que fiz no CRESEF, encontrei a Aurora na Galeria. Ela deixou a cozinha e aguardava a liberdade na galeria devido a um conflito: “Briguei com o Polaco e vim parar aqui”. Polaco era o apelido

14. No caso dessa pesquisa, podemos comparar com a Cadeia Laudemir Neves.

15. “Grupo de estudos e trabalho mulheres encarceradas” tem como objetivo pesquisar a atual situação carcerária feminina no país e possui sua formação com o apoio da Pastoral Carcerária Nacional. Disponível em: <http://mulheresencarceradas.wordpress.com/>. Acesso: 24 abr. 2023.

de Ezequiel, preso por tráfico, que trabalhava na cozinha.¹⁶ Segundo ela, a discussão ocorreu em decorrência de uma concha de alumínio.

Eu tinha levado as blindadas¹⁷ lá em cima e pediram uma concha. Desci na cozinha e pedi para o Polaco lavar a concha para eu levar lá. Falei na boa, sem gritar, mas ele foi grosso e me disse para esperar. Fiquei lá esperando e ele tava demorando e eu disse deixa eu lavar. Ele gritou comigo, peguei a concha e taquei não sei pra onde e daí sai.

De acordo com o relato de Aurora, essa história continuou no dia seguinte, quando o agente responsável pela segurança acordou Aurora informando que ela iria ser transferida para a remissão no corredor da Galeria B. Perguntei a sua preferência de local de trabalho e ela respondeu “prefiro a cozinha. Olha só como esse Polaco é um babaca, me ferrei e ele também”. Aurora permaneceu três meses na galeria e recebeu a liberdade condicional.

Aurora não permaneceu por muito tempo na cozinha, por demonstrar falta de alinhamento com o comportamento desejado pela direção, ou seja, para permanecer na cozinha e poder gozar dos direitos de remissão de pena a interna deve demonstrar passividade e concordância com as regras impostas. É importante reafirmar que durante as conversas que tive com a Aurora ela demonstrava arrependimento das ações ilícitas anteriormente realizadas, esse arrependimento ou a negação dos crimes era mais comum ouvir no decorrer das conversas com as internas da cozinha, considerando possivelmente aquele espaço um não-lugar.

Quando indaguei sobre o uso da comunicação gestual ela afirmou ser analfabeta e não compreendia muito. Apenas alguns gestos específicos que são expressos sem a necessidade de soletrar. Na maior parte dos relatos que ouvi, as mulheres que gozam da possibilidade do trabalho defendem o não uso dos gestos, assim esforçando-se para diferenciá-las das

16. Enfatizando que a cozinha é o único espaço que é compartilhado por homens e mulheres que estão encarcerados na Cadeia Laudemir Neves e no CRESF. Pois, nesse espaço, ambos desenvolvem trabalhos para redimir as suas penas. Esse fato evidencia como as unidades prisionais mistas não foram construídas pensadas para admitir mulheres, uma vez que no complexo prisional só há uma cozinha para as duas unidades.

17. Blindadas significa marmitas.

mulheres que estão nas galerias sem o acesso a confiança da administração e que usam os sinais

Galerias: Primeiro destino da prisão

Quando chegam ao CRESEF, as mulheres são direcionadas às galerias e são distribuídas nas 28 celas disponíveis. Duas celas estão direcionadas ao “seguro” e há duas celas “isola”. Cada interna pode desejar trocar de cela nos dias 15 e 30 de cada mês. No interior das celas, elas não precisam vestir uniforme. Essa exigência recai somente para aquelas que se retiram das celas.

O meu acesso à galeria não foi imediato, pois primeiramente obtive acesso à cozinha devido a permanência de mulheres de “confiança” da administração. Ou seja, na galeria estão dispostas as demais internas que não são necessariamente de “confiança” da direção do CRESEF.

Na galeria, há diversas mulheres que não gozam de privilégios na instituição, não possuem cargos de trabalhos, não participam da escola ou de grupos de leitura. Muitas aguardam julgamento ou o seu alvará de soltura em suas celas sem usufruir de remissão da pena que é ofertada somente a partir da execução de atividades escolares ou de trabalho. Inclusive, algumas permanecem constantemente na cela denominada por “seguro”,¹⁸ para evitar contato com as demais internas, segundo a direção, por motivos de segurança.

Na galeria, encontrei relatos muito diferentes daqueles que tinha ouvido na cozinha. Lá, as internas relatam mais sobre os seus crimes e muitas possuem uma relação conflituosa com as agentes penitenciárias.

Laura: proprietária do laboratório

Durante um dos cultos dos quais participei com a Pastoral Carcerária Batista, Laura estava sentada no chão da cela com a folha das músicas que a irmã Marli lhe entregou. Ela me reconheceu e deu um sorriso. Aproveitei

18. Seguro: Cela destinada a comportar as mulheres que por motivo de segurança não permanecem nas celas comuns das galerias. As mulheres são destinadas para essas celas por sua própria vontade, pois dependendo do crime ou das relações que possuem com as demais internas o seguro é o melhor destino para protegê-las de agressões

a empatia e me abaixei para conversar melhor. A nossa conversa se iniciou com uma lembrança de Laura: “teve uma mulher que veio esses dias aqui e chamou algumas mulheres no parlatório e conseguiu tirar duas daqui. Aí eu pensei, bem que aquela moça podia voltar e me tirar daqui, porque você também é dos direitos humanos né?”

Percebi que a minha presença ainda causava dúvidas, mas afirmei que não poderia ajudá-la, pois meu trabalho não possibilitaria a sua liberdade. Ela demonstrou que aceitou os meus argumentos. Laura permaneceu no diálogo com tom de denúncia, declarou que estava no isola,¹⁹ há vinte dias. Indaguei o motivo e ela disse “rádio,²⁰ o choque veio aí e pegou altos”.²¹

Laura tem 25 anos, possui um olhar atento e fala rápida, foi presa por tráfico de drogas e está no CRESF há dois anos e dois meses. Ela tem um filho que irá completar três anos. Quando foi presa ele tinha 8 meses. A lembrança do filho transparece no seu rosto que ensaia lágrimas nos olhos, “agora está com o pai no Rio de Janeiro” – disse com um pequeno sorriso. Eu perguntei se o sorriso escapou devido à lembrança do pai do seu filho. Ela respondeu: “sim, eu gosto dele ainda, mas a gente não dá certo, nois briga muito”. Laura pretende sair da prisão e buscar seu filho no Rio de Janeiro, “quando sair vou direto busca ele e leva para o Espírito Santo”.

Laura residia no Espírito Santo, em Nova Esperança Linhares. Segundo ela, deixou seu filho com o pai, pois seus familiares também foram presos. “Toda minha família caiu junto, se você procurar na internet: jovem presa com drogas em Nova Esperança Linhares, você vai ver a primeira vez que fui presa junto com a minha irmã.”

O CRESF não foi a primeira prisão que ela conheceu. “Essa é a terceira, a primeira vez fui presa com vinte anos e fiquei quatro meses e depois com vinte e um e fiquei seis meses, as duas vezes foram no Espírito Santo. Daí a última vez foi com vinte e três anos, todas as passagens foi por tráfico”.

Sua carreira, nos termos de Laura, iniciou-se aos quinze anos com o seu primeiro namorado: “Foi o meu primeiro namorado que me apresentou o tráfico. Ele era traficante e comecei a sair com ele, mas não sabia que ele era. Até que um dia ele chegou na minha casa e disse pra gente ir no quarto. Ele

19. Isola: Cella na qual a presa permanece em isolamento, cumprindo castigo, privada dos banhos de sol e convivência com as demais.

20. Rádio: refere-se ao telefone celular.

21. Altos: significa grande quantidade, muitos.

mostrou um bolo de dinheiro, era muito dinheiro e eu pedi quem ele tinha roubado? Ele falou que era traficante. Então, comecei a gastar o dinheiro, até que ele foi preso e fiquei visitando ele durante 5 anos, mas terminamos e eu continuei a mexer com isso”. Essa fala reforça o abandono que as mulheres sofrem na instituição prisional feminina, pois ela visitou durante anos o seu companheiro e no momento que ela está presa não recebe nenhuma visita.

A partir do término do relacionamento amoroso com o seu parceiro, Laura permaneceu com a atividade ilícita e passou por vários estágios até ser proprietária das drogas, nas suas palavras:

comecei como aviãozinho,²² passando um pouco pra cá, um pouco pra lá, mas não era dona da droga, até que me tornei dona. Gostei da coisa, até refinava cocaína. Tinha muito dinheiro, tinha moto, carro fodido. Mas depois que cai aqui perdi tudo e mais um pouco, a grana que gachei com o tráfico perdi rápido.

Laura afirmava que se tornou uma grande traficante da sua região, era responsável por um laboratório de refinamento de cocaína. Posteriormente a pesquisa de campo, ela recebeu o alvará de soltura, mas em janeiro de 2017 foi presa novamente e ficou conhecida, nas redes sociais, por “ostentar” carros de luxo e viagens.

A fala de Laura evidencia uma carreira moral. O conceito defende a ideia de que a pessoa estigmatizada experimenta inúmeras mudanças que proporcionam impactos na identidade e na forma de avaliar a si mesmos e terceiros.

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma “carreira moral” semelhante, que não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais (GOFFMAN, 1988, p. 30).

O autor afirma que a partir do momento em que o sujeito é inserido em uma instituição prisional, por exemplo, pode obter esses efeitos. No mo-

22. Aviãozinho: aquele que transporta algo ilícito, pequeno traficante.

mento em que a pessoa promove uma reflexão sobre aquele local que está ocupando, pode reconsiderar pareceres e considerar aquela situação e as pessoas que convivem como algo não estigmatizado ou como não digno de estigma.

Ao rever a sua própria carreira moral, o estigmatizado pode escolher e elaborar retrospectivamente as experiências que lhe permitem explicar a origem das crenças e práticas que ele agora adota em relação a seus iguais e aos normais. [...] Deve-se acrescentar que ao refletir sobre o momento em que descobriu que as pessoas que têm o seu estigma são pessoas iguais a qualquer outra, o estigmatizado pode chegar a tolerar que os amigos que tinha antes do estigma considerem desumanos aqueles a quem ele aprendeu a ver como pessoas tão completas quanto ele (GOFFMAN, 1988, p. 36-37).

O relato exposto é divergente das histórias que eu ouvia na cozinha. Na galeria, era mais comum minhas interlocutoras reafirmarem sua participação nas atividades criminais. Algumas delas afirmavam ser traficantes, homicidas e assaltantes. Outras também declaravam antipatia às mulheres que se alinhavam ao discurso da direção da prisão. Inclusive proferiam palavras ofensivas contra as mulheres que estavam trabalhando na cozinha pois elas possuíam a confiança da administração.

Laura dominava a linguagem de sinais das internas. Os sinais são gestos codificados compartilhados entre as mulheres que estão encarceradas. Ela aprendeu na primeira prisão que conheceu no Espírito Santo. Segundo ela, os sinais são parecidos em diversas prisões. Geralmente, soletram as palavras que desejam transmitir. Ela admitiu que “é um pouco parecido com Libras. As letras são parecidas”. A comunicação gestual ultrapassa as grades da prisão, Laura também afirmou que quando estava fora da prisão conversava com as suas colegas que conheciam a linguagem.

Quando se lembrou de suas amigas, lamentou não receber nenhuma visita. Como os seus familiares estão presos e estão em outros estados, a saudade é palavra certa na fala de Laura. Os seus amigos estão longe e o único contato ocorre através das *pipas* e rádio. As trocas de cartas e telefonemas são veículos de afeto e a atualizam do que ocorre fora da prisão.

A fala de Laura demonstra que ela está inserida na prisão e reproduz a identidade prisional. Ela utiliza os recursos de comunicação e se relaciona

com as demais internas. Possivelmente considera, mesmo que indiretamente, a instituição um lugar como defendido por Marc Augé (2001). O espaço prisional se apresenta como um lugar que produz relações afetivas e identitárias.

Considerações Finais

Com os relatos das internas foi possível observar as distinções entre o comportamento das mulheres consideradas de “confiança” por parte da direção e as mulheres que não receberam privilégios na instituição. Como são discursos divergentes, uma parcela considera a instituição um não-lugar, apenas algo temporário, pois declaram estar em concordância com o mundo do trabalho. Ao contrário da maior parte das mulheres da galeria que vivenciam a prisão não como um tempo inexistente, mas como um momento para construir relações, falas alinhadas com o mundo do crime, citei o exemplo da presa Laura.

É importante enfatizar que esse texto não possui a pretensão de apresentar os espaços que as internas ocupam como determinantes para o tipo de relatos que proferem. Apenas apresenta o que há de mais comum e onde estavam presentes esses discursos durante a realização do meu trabalho de campo. Ou seja, obviamente há nas galerias mulheres que não se identificam com a instituição prisional e na cozinha mulheres que criam relações de afeto no interior da prisão. Mas geralmente há uma concordância maior com a regras da instituição no espaço da cozinha, onde as mulheres gozam de privilégios, tais como, por exemplo: a redução da pena conforme a atividade empreendida; alimentação diferenciada em relação às mulheres que estão na galeria. Percebo que para manter essas regalias precisam apresentar um discurso mais alinhado com a administração da prisão.

Assim, fica evidenciado que a instituição prisional possui espaços distintos, com internas comportando-se de diversas formas. Podemos concluir, então, que os conceitos que consideram as prisões como algo totalizante, sem considerar as peculiaridades não são suficientes para compreender esse espaço heterogêneo.

Referências

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papius, 1994

AUGÉ, M. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Texto compilado. *Lei de Execução Penal*.

CASTRO, E. V. O Nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

CEJIL. Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional *et all*. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. Brasil, Fevereiro de 2007.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, M. P. Investigar “problemas sociais”: equívocos e dilemas de uma etnografia na prisão. *Cadernos do Noroeste*, Lisboa, v. 4, n. 1-2, 1991.

CUNHA, M. P. Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina. *Cadernos do Centro de Estudo Judiciários*, Lisboa, 1994.

FOUCAULT, M. *Le pouvoir psychiatrique*. Paris: Gallimard, 2003.

GODOI, R. Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo na Catalunha. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 35, 2011, Caxambu. Anais. São Paulo: ANPOCS, 2011.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). Gênero, migração e encarceramento: cruzando as fronteiras da política de drogas. São Paulo: ITTC, 2021. Disponível em: <https://ittc.org.br/wp-content/uploads/2021/06/genero-migracao-prisoos.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MALUF, S. W. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. *Ilha – Revista de antropologia*. Florianópolis, v. 12, p. 41-56, 2011.

MAUSS, M. [1872-1950] *Sociologia e antropologia*. Título original: Sociologie et anthropologie. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. *A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PAIVA, V. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: Barbosa, Regina, Parker, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 249-69

RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

REZENDE, G. de A.; OSÓRIO, F. C. *Encarceramento feminino: da (in)visibilidade à garantia de direitos*. 2020. Disponível em: https://puhrs.br/direito/wpcontent/uploads/sites/11/2020/08/giullia_rezende.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SIMÕES, K. G. Etnografia na Ala Feminina da Cadeia Pública de Cascavel-PR, *Ponto Urbe*, v. 14, posto online no dia 30 julho 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1691>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SIMÕES, K. Gl. “*Vida loka até o fim*” ou não: as porosidades no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOARES, E. M. C.; CASTRO, A. E. D. Amamentação no cárcere: as entrelinhas para mães e filhos como sujeitos de direito. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&ar

tigo_id=12515&revista_caderno=27. Acesso em: 21 out. 2013.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ZALUAR, A. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, 2009.

Antifeminismo: discursos e ativismos nas redes sociais, impressos e eventos¹

Carem Aline de Oliveira

“Feminismo é uma ideologia nociva como todas as outras e, da mesma forma, dispensável”. Essa frase pode ser visualizada na conclusão do livro “Feminismo: perversão e subversão” publicado por Ana Caroline Campagnolo. Tanto a frase como a figura de Ana Campagnolo representam a construção, em curso hoje no país, de um cenário onde algumas mulheres assumem o papel de agentes contrárias às lutas históricas do feminismo. Produzindo discursos que desqualificam os movimentos feministas, essas mulheres vêm galgando cada vez mais espaço e contribuindo para a consolidação do que definimos neste trabalho como antifeminismo.

Sendo assim, problematizamos neste capítulo manifestações que desqualificam o movimento feminista² e sua construção através da produção

1. Este capítulo é fruto de um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado desta autora, intitulada “Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015 – 2019)”, defendida em 2020, no Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE. Cf. Oliveira (2020). A dissertação contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Usamos movimento feminista no singular para facilitar a redação e leitura. Porém, entendemos que o feminismo se configura como um discurso múltiplo e de variadas correntes e conceitos, embora com bases comuns, que tornam o movimento plural. Importante referência bibliográfica, que apresenta um panorama dos feminismos brasileiros contemporâneos, é “Explosão Feminista”, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda (2018). HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

de discursos que evocam debates sobre os valores sociais, o gênero e os papéis intrínsecos a ele. Ao mesmo tempo, também analisamos quais são as bandeiras que constituem a agenda antifeminista e as estratégias utilizadas para propagar suas visões culturais e políticas e impulsionar seus posicionamentos e interesses. Para isso, dedicamo-nos ao exame das atividades e movimentos das mulheres que se automeiam antifeministas por meio da análise de conteúdos produzidos por elas.

Obviamente, não pretendemos apresentar todas as principais mulheres a capitanearem a difusão do discurso antifeminista no Brasil atual. Dessa forma, adotamos como recorte para nosso estudo a análise de parte do conteúdo antifeminista produzido pela atual Deputada Estadual de Santa Catarina pelo Partido Social Liberal (PSL) – a automeia antifeminista – Ana Caroline Campagnolo.³

A escolha pela deputada estadual de Santa Catarina foi motivada por algumas razões. Consideramos que ela é uma das líderes do antifemismo no Brasil, pois, além de ser autora de dois livros antifeministas que contribuem ativamente para mobilizar e divulgar o antifeminismo, está constantemente sendo referenciada por outras antifeministas em suas redes sociais. Soma-se a isso o fato de Campagnolo possuir uma vasta produção de conteúdo antifeminista em diferentes redes sociais (*Instagram, Facebook, Youtube*) atingindo, dessa forma, públicos diferentes.⁴ Outro elemento determinante em nossa escolha foi o fato de Campagnolo ocupar um cargo político, o que possibilita a inclusão das pautas da agenda antifeminista no Poder Legislati-

3. Na dissertação de mestrado referida anteriormente, analisamos discursos produzidos por mulheres autointituladas antifeministas (além de Campagnolo) em redes sociais (*Facebook, Instagram, Youtube e Blogs*) e fora delas (palestras, entrevistas, etc) que desqualificam e deslegitimam o feminismo e sua agenda. Verificou-se que, apesar de serem enunciados por diferentes redes sociais, seguidores, administradores e mulheres, os discursos antifeministas se repetem e se correlacionam. Ou seja, é organizado, possui uma agenda e bandeiras de defesa, além de estratégias para propagar suas visões culturais e políticas impulsionando seus discursos e interesses. Dito isso, para as análises deste texto, utilizaremos como estudo de caso o discurso antifeminista produzido por Ana Caroline Campagnolo que representa o antifeminismo como um movimento organizado de oposição ao feminismo.

4. Campagnolo possui milhares de seguidores e seguidoras em suas redes sociais. Atualmente o seu canal de *YouTube* possui 426 mil seguidores, sua página no *Facebook* possui 290 mil seguidores e seu *Instagram* mais de 959 mil seguidores. Cf. <https://youtube.com/user/AnaCampagnoloBellei/about>; <https://facebook.com/AnaCampagnolo>; <https://instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br>. Acesso em: 3 mar. 2022.

vo. Contudo, a auto nomeação desta mulher enquanto antifeminista não foi, assim, o único critério para a escolha, pois levamos em consideração os elementos indicados e, por meio deles, a visualização de um conjunto de posturas e de discursos que se colocam contrários às bandeiras e conquistas feministas, que consideramos aqui como parte de uma conduta antifeminista.

Desse modo, para compreendermos como ocorre a militância antifeminista na produção de sentidos normativos em torno das ressignificações de elementos importantes da teoria e prática feminista, problematizaremos um conjunto de conteúdos publicados nas redes sociais, entrevistas, palestras, livros publicados e cursos ministrados por Ana Campagnolo. Dessa forma, podemos compreender como funcionam as ferramentas de disseminação da agenda antifeminista e cooptação de sujeitos a favor de sua causa, uma vez que as atividades ministradas por essa – e outras mulheres⁵ – antifeminista é parte fundamental do ativismo social e político do antifeminismo no Brasil.

Mulheres reagindo ao feminismo: o que defende o antifeminismo?

Partindo da concepção de que os discursos antifeministas são todos aqueles que, de alguma maneira, colocam-se contra, criticam posicionamentos, comportamentos etc., de algumas ou de todas as formas de feminismos desde sua organização enquanto movimentos, interpretamos que o antifeminismo surge como movimento de oposição ao feminismo. Sendo assim, muitas das bandeiras levantadas pelo antifeminismo são construídas em oposição ao que este movimento considera ser o movimento feminista. Para que possamos analisar e compreender os discursos e a agenda antifeminista,

5. Ressaltamos que existem outras mulheres que também produzem conteúdo antifeminista via redes sociais no Brasil, entre elas: Thais Godoy Azevedo que além de ministrar palestras de cunho antifeminista, já foi administradora da página antifeminista “Moça você é vitimista!” (a página foi excluída da rede social *Facebook*); Camila Abdo Calvo administradora da página antifeminista “*Moça News*”; Marcela Jardine administradora da página antifeminista “Mulheres contra o feminismo”; e Danielle Sans, *Yotuber* antifeminista que se descreve em seu canal, intitulado “Danielle Sans”, como “monarquista, antifeminista das artes visuais”.

pautamos a discussão na análise de algumas definições de feminismo que Ana Campagnolo enuncia em suas redes sociais e livros publicados.

Em sua obra “Feminismo: perversão e subversão”, Campagnolo afirma que atualmente existe uma agenda feminista que motiva a depravação sexual da mulher. Segundo Campagnolo, o feminismo incentiva “a vida sexual desregrada e relacionam os conceitos de liberdade e independência com a promiscuidade e a satisfação dos instintos” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 49). Para ela, essa noção começou a ser difundida pelo feminismo que ficou conhecido como de “segunda onda”. Para sustentar sua afirmação, Campagnolo argumenta que neste período as mulheres já tinham direito ao voto, já tinham acesso ao mercado de trabalho e “já desfrutavam livremente da igualdade jurídica e social” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 136). Dessa forma,

o reconhecimento de direitos civis deixa de ser evocado e uma nova abordagem assume o carro-chefe da propaganda feminista: o intratável desejo de algumas mulheres de trocarem suas melhores virtudes pelos piores defeitos masculinos. Começa oficialmente o bombardeio da Revolução Sexual (CAMPAGNOLO, 2019, p. 136).

Segundo Campagnolo, o feminismo fez da “revolução sexual” sua campanha de marketing (CAMPAGNOLO, 2019, p. 156) e as pegadas dessa nova moralidade sempre estiveram marcadas na literatura feminista desde o que ela considera como o primeiro documento feminista: a obra de Mary Wollstonecraft, publicada em 1792, *Vindication of the rights of woman* (Reivindicações dos direitos da mulher). Para ela, a “segunda onda” do movimento só tornou mais evidente o papel fundamental da liberação sexual no discurso feminista:

A fase é marcada pelo desejo de algumas mulheres ocidentais de reproduzir os defeitos sexuais que sempre foram, no imaginário social, atribuídos aos homens: promiscuidade, desapego e irresponsabilidade com relação aos filhos. Se há um símbolo para a segunda fase do movimento é precisamente inveja do vício (CAMPAGNOLO, 2019, p. 156).

Campagnolo adota uma visão moralista que determina um controle da sexualidade, da expressão sexual feminina e, como consequência negativa,

qualquer expressão de liberdade sexual. Essa moralidade se manifesta como uma forma de vigilância do corpo, a fim de controlar, reprimir, censurar ou recalcar a sexualidade dos indivíduos. Como explicitou Foucault (1984), vivemos em uma sociedade que produz discursos tidos como verdades que resultam na formação de poderes específicos. Nesse sentido, as verdades produzidas em relação à sexualidade levam à repressão sexual. Analisamos no discurso antifeminista reflexos dos jogos de poder entranhados nos discursos de regulação da sexualidade feminina, que ora podem permitir a expressão da sexualidade da mulher, ora a marginalizam, de acordo com o que é considerado verdade para cada grupo de sujeitos. Dessa forma, as verdades produzidas a respeito da sexualidade, enunciadas no discurso de Campagnolo, marcam as feministas como a depravadas sexuais e promíscuas.

Essa noção de Campagnolo articula-se para instaurar um estereótipo do comportamento feminino na sociedade, uma vez que resgata a construção discursiva do gênero feminino por meio da veiculação de *performances* (BUTLER, 2016) sociais em que a mulher deve ser pura, casta e casar virgem. Dessa forma, as mulheres (lê-se “feministas”) que excederem tais aspectos, desviando destas “performances”, são consideradas o seu oposto.

Em seu livro “Feminismo: perversão e subversão”, Campagnolo cita Sorokin⁶ (1961) o qual afirma que com o início da liberação sexual também aumentou o número de adultérios, episódios de fornicação, abandonos e divórcios. Segundo Campagnolo (2019, p. 160 e 162), a partir da “propagação da promiscuidade” realizada pelo feminismo “a sociedade teve seus padrões de comportamento visivelmente alterados na direção à agenda libertina das feministas”, o que modificou as configurações da família brasileira. Para a autora, o aumento do número de casais sem filhos, assim como o aumento do número de mães solteiras, casamentos instáveis, divórcios e separações são consequências da “revolução sexual” promovida pelo feminismo. Ou seja, essa noção de que o feminismo promoveu modificações negativas nas configurações de família associa-se à ideia de que o feminismo possui também uma agenda que promoveria a sua destruição.

6. A obra de Pitirim Alexandrovich Sorokin citada por Campagnolo é “A revolução Sexual Americana”.

A destruição da família, na perspectiva antifeminista, também está atrelada ao que Campagnolo define como “ideologia de gênero”.⁷ Segundo a deputada a “ideologia de gênero” seria “uma ferramenta de desconstrução [...] e a subversão das identidades” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 234) masculina e feminina. Para ela, a ideologia de gênero propõe que

A sociedade deve caminhar resolutamente rumo a uma dessexualização ideológica, isto é, rumo a um apagamento de toda distinção fundada no sexo [...]. Acabou-se o tempo das discriminações biológicas [...]. A categoria filosófica do sexo deve, portanto, desaparecer ou, pelo menos, ser esvaziada de sua substância significativa forjada pela cultura heterossexista (BONNEWIJN, 2015, p. 56-57 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 234).

Para Campagnolo, o sexo biológico “determina o comportamento de cada pessoa, e mais: há milênios o sexo define funções sociais e profissionais” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 238). Nesse sentido, quando as teorias feministas (chamadas pelas antifeministas de ideologia de gênero) questionam o entendimento convencional de que os papéis sociais não seriam reflexo automático do sexo biológico – ou seja, que uma mulher ou homem não seriam definidos por seus aparelhos reprodutores, mas pela adequação ao papel socialmente determinado para eles – passam a ser entendidas pelas antifeministas como uma proposta de inversão das identidades binárias masculina e feminina ancoradas no sexo biológico.

Para compreendermos em qual sentido ocorreu a ressignificação do gênero nos discursos antifeministas, faz-se necessário apresentar, ainda que brevemente, os argumentos das feministas em relação ao gênero.

Atualmente, o termo *gênero* tem sido utilizado com frequência nas produções acadêmicas, entre militantes feministas e nos documentos oficiais de governos, especialmente quando se pretende oferecer uma abordagem sobre as mulheres e, mais recentemente, englobando também as reivinid-

7. Uma obra que é recomendada por Campagnolo para definir e entender a “ideologia de gênero” e que é utilizada como referência teórica pela antifeminista em seu livro “Feminismo: Perversão e Subversão”, é “Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família”, obra do advogado argentino Pró-vida Jorge Scala, publicada em outubro de 2011 em São Paulo, pela editora Kathechesis.

cações dos movimentos LGBT⁺s. Louro (2014) afirma que, especialmente a partir da década de 1960, como desdobramento da chamada “segunda onda” do feminismo, é que as feministas passaram a direcionar seus esforços, além de suas preocupações sociais e políticas, à construção de epistemologias e metodologias próprias, ou seja, passaram a se preocupar com questões teóricas e, nesse movimento, nasce o conceito de gênero.

Tal como afirma Louro (1997), embora exista uma diversidade de formulações para conceituar gênero, em conformidade com os contextos e paradigmas teóricos, atualmente, parte significativa das produções feministas aproxima-se do pós-estruturalismo e entre as/os autoras/es desse campo teórico, destaca-se Joan Scott. Em sua argumentação, Scott (1995) traz que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. Ou seja, para ela, as relações entre os sexos são construídas socialmente, porém, isso ainda diz pouco, pois não explica como estas relações são construídas e porque são construídas de forma desigual, privilegiando o sujeito masculino. Também não indica como funcionam ou mesmo como mudam, chegando à conclusão de que só essa constatação não tem força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1995). Dessa forma, Scott vai além e articula a noção de construção social com a noção de poder, presente no processo dessa produção, afirmando que gênero

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Por essa perspectiva, o gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, constituem-se no interior de relações de poder. Scott (1995) afirma que gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais, saber este, pensado por ela, seguindo a orientação de Michael Foucault, como sendo a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas e, ainda, um modo

de ordenar o mundo e como tal não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Saber, pensado aqui, como algo que nunca é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo, seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. Dessa forma, ela agrega tanto construção de saber, quanto relação de poder em sua definição e instrumentalização de gênero.

Segundo Louro, para algumas feministas, a distinção realizada a partir de fatores biológicos, ou seja, fundada na distinção sexual, serve para justificar a desigualdade social entre as pessoas, assim,

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas e valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas vai construir, efetivamente, o que é o feminino ou o masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2014, p. 25).

Luis Felipe Miguel (2014, p. 79) afirma que ainda na contemporaneidade há um ideal “convencional de feminilidade que permanece atuante, mesmo entre autoras e autores capazes de compreender o trabalho social de conformação das mulheres aos papéis tradicionais a elas atribuídos”. Se para parte da crítica feminista tornou-se central para solucionar esse problema propor a distinção entre sexo e gênero, sendo o primeiro termo relacionado aos fenômenos biológicos e o segundo às construções sociais, algumas autoras/es passaram a questionar o uso do “sexo” como uma categoria dicotômica das teorizações e práticas feministas. Defendem, assim, que

[...] o sexo precisa ser desligado de seu fundamento biológico, entendido como construto social e, afinal, tornado indiferenciável do gênero. De maneira simplificada, se para os oponentes do feminismo não há gênero, só sexo, já que as diferenças entre mulheres e homens refletiriam uma realidade biológica, para essas feministas não há sexo, só gênero, já que mesmo a pretensa realidade biológica da diferenciação sexual seria uma construção social (MIGUEL, 2014, p. 80).

Temos, portanto, um deslocamento do sexo para o gênero. Tal deslocamento “acrescenta uma ambiguidade ao sujeito do feminismo – a mulher em nome de quem se fala é, ela mesma, produto das relações de dominação que se deseja abolir” (MIGUEL, 2014, p. 81). As feministas ligadas ao pós-estruturalismo rejeitam qualquer tentativa de fixar uma identidade feminina redutora e repressiva e, entre elas, destaca-se Judith Butler.

A ideia de direcionar o foco para o caráter social das construções das feminilidades e masculinidades não significa negar que o gênero é constituído sobre corpos sexuais, como sugerem os discursos antifeministas quando se referem às abordagens feministas em relação ao gênero. Ao contrário, estudos de várias feministas buscam enfatizar as construções sociais e históricas que são produzidas sobre as características biológicas (LOURO, 2014).

A desconstrução feminista significa problematizar a oposição entre os gêneros e também a unidade interna de cada um deles. Ou seja, trata-se de observar que a ideia de feminino só pode ser construída a partir da ideia de masculino, recusando as polarizações, as oposições binárias em torno do gênero e, ainda, considerando a fragmentação e a divisão interna de cada um deles. Assim, a desconstrução permite perceber que a oposição entre homem e mulher (assim como outros binarismos como público/privado, razão/emoção, produção/reprodução) é construída e não pode ser tomada como fixa e inerente a um determinado organismo. Trata-se de uma tentativa de historicizar as polaridades (LOURO, 2014).

Nos discursos antifeministas a negação da existência de uma natureza masculina e outra feminina resultaria na inversão das identidades feminina e masculina e, conseqüentemente, em uma desconstrução da sexualidade, pois para o antifeminismo a sexualidade humana é entendida como a expressão das supostas naturezas femininas e masculinas expressas pelos órgãos sexuais, sendo, portanto, também um aspecto natural da vida humana. Ao propor a desconstrução das categorias binárias, o feminismo passa a ser acusado pelas antifeministas de possuir uma agenda que pretende desconstruir a heterossexualidade (isso revela a heteronormatividade presente nos discursos antifeministas) de suas militantes, a partir da “ideologia de gênero”. Em seu livro, Campagnolo também defende a noção de que existe uma agenda feminista contrária à heterossexualidade. Em um subcapítulo de sua obra, intitulado “O padrão lésbico e Monique Wittig”, Campagnolo dis-

serta sobre essa suposta agenda. Segundo ela, algumas feministas ignoram “a fatalidade da diferença dos corpos e, sob o discurso de libertar a humanidade da escravidão de sua condição sexual, propõem um novo padrão: *A lésbica*” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 239).

Essa “agenda lesbianista”, segundo ela, surge com o feminismo que ela considera o mais radical, o de “terceira onda”, no qual, encontramos o lema:

O lesbianismo é o único caminho para a liberdade feminista. Como bônus ao padrão lésbico, propõe a extinção dos homens enquanto classe, não com um genocídio, [...] mas como ideia. A solução para a opressão contra a mulher, segunda essa feminista (se referindo a Witting) é a rejeição da maternidade e a adoção de um comportamento lésbico (CAMPAGNOLO, 2019, p. 243-244).

Segundo Campagnolo existe, assim, uma proposta feminista que busca convencer “todas as mulheres da supremacia da conduta lésbica” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 34). É neste sentido que afirma que a ideologia de gênero tem grande “importância dentro do movimento feminista para a realização dessa desconstrução da família e da heterossexualidade” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 226). Dessa forma, o movimento pretenderia “desconstruir a estrutura clássica da família: dois adultos de sexos opostos vivendo em uma relação estável e exclusiva enquanto exercem os papéis parentais distintos e propiciam pelo desfrute pleno do ato sexual” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 201).

Se para o antifeminismo a sexualidade humana é construída a partir da “natureza feminina” e da “natureza masculina”, as manifestações de sexualidade permitidas serão aquelas entendidas como naturais, que levam à reprodução, ou seja, entre homens e mulheres que se complementam entre si, tornando-se mães e pais. As formas de relacionamentos que escapam à norma heterossexual são entendidas como antinaturais e como um risco para a família, fundamentada na reprodução.

Assim, o antifeminismo defensor da suposta “ideologia de gênero” alinha-se às práticas reguladoras que visam gerar identidades coerentes por meio da defesa de uma matriz de normas de gênero também coerentes, a saber, normas compulsoriamente heterossexuais, sustentadas na diferença assimétrica entre “feminino” e “masculino”, estes compreendidos como atri-

butos expressivos de “macho” e “fêmea”, respectivamente. Paralelamente a esse discurso, o antifeminismo justifica com maior eficácia as teses naturalizantes acerca das expressões e identidades sexuais e de gênero, e mantém as pessoas presas a papéis sociais, comportamentos, hábitos e costumes relativos a performances de gênero.

Outro discurso enunciado pela antifeminista, como um ataque do feminismo às configurações de família, é a luta de algumas vertentes do movimento feminista pelo direito de interromper uma gravidez. Sobre isso, Campagnolo escreveu que “o aborto é uma sugestão totalitária e faz parte de uma agenda que inclui a instituição da promiscuidade e o fim da família.”⁸ (CAMPAGNOLO, 2019, p. 155). Esses argumentos se constroem a partir de fundamentos fisiológicos e biológicos que definem qual é a missão natural de uma mulher e sua função social: a maternidade. A mulher, portanto, é definida pela maternidade, defendendo-se a ideia de uma natureza feminina ligada à reprodução. Se a mulher é definida pela maternidade, não caberia a ela a decisão de não ser mãe. A recusa da maternidade seria a recusa do status de mulher que resultaria na morte da família, como explicitou Campagnolo ao alegar que a luta pelo aborto promovida pelo feminismo “faz parte de uma agenda que inclui a instituição da promiscuidade e o fim da família”. Cabe ressaltar que não é “qualquer” família que é defendida nesses discursos, mas sim a família heterossexual, monogâmica, com os papéis que cabem ao homem e à mulher claramente estabelecidos.

Durante todo este tópico, buscamos levantar as construções que as antifeministas realizam sobre algumas bandeiras do movimento feminista. Observamos que segundo as antifeministas, foi a partir da “revolução sexual” que o feminismo promoveu a promiscuidade feminina e a libertinagem sexual; a partir “da ideologia de gênero”, promoveu a desconstrução das identidades masculinas e femininas, o lesbianismo e a destruição da configuração “natural de família”; que a luta feminista pela descriminalização e legalização do aborto também é entendida como forma de destruição da família e desconstrução do papel natural da mulher, a maternidade. Nas palavras da própria antifeminista: a proposta do feminismo para as mulheres seria “combater a religião cristã, atacar os padrões familiares, negligenciar a

8. Para embasar seus argumentos em relação ao aborto, Campagnolo cita os livros de Jorge Scala, “A multinacional da morte” (2004), e o de Eugenia Rocella e Lucetta Scaraffa, “Contra o cristianismo – A ONUe a União Europeia como nova ideologia” (2014).

maternidade e o casamento, subverter os preceitos morais e estéticos, etc.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 314).

O antifeminismo se rebela, dessa forma, contra algumas bandeiras feministas, entre elas, os direitos reprodutores, diversidade sexual e de gênero e liberdade sexual, voltando seus discursos para o controle e a regulação sobre as mulheres, sobre seus corpos e comportamentos.

Assim, após explorar algumas leituras que as antifeministas fazem do feminismo e suas bandeiras, é possível definir as bandeiras do antifeminismo. O antifeminismo articula sua agenda na defesa da família, do casamento, da religiosidade cristã, o resgate de uma “moralidade” conservadora pautada na defesa de uma certa concepção de feminilidade e masculinidade binária, e fixada nos atributos sexuais diferentes, a partir do combate a suposta “ideologia de gênero”, bem como naquilo que conjectura ser o papel social “natural” da mulher, a maternidade.

O antifeminismo surge, assim, como movimento de oposição ao feminismo. Essa noção de oposição pode ser visualizada na conclusão do livro de Campagnolo, quando ela cita a advogada estadunidense Phyllis Schlafly, conhecida por sua oposição ao feminismo moderno e que recomenda uma possível solução para lidar ou reagir contra o feminismo.

Uma das melhores maneiras de reagir ao feminismo não é sucumbindo ao mundo que as feministas criaram, mas sim negando-o especificamente. A única maneira de vencer o feminismo é a rejeição total das mulheres ao movimento, e os homens se casando com as mulheres que rejeitam o movimento (SCHLAFLY; VENKER, 2015, p. 103 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 375).

Segundo Campagnolo, “nenhuma mulher precisa militar, tampouco estudar o feminismo como uma condenada apenas para poder lançar-se contra ele. Basta ser mulher” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 375). Ao colocar uma proposta para reagir ao feminismo e convidar seus leitores para combatê-lo articulando-se em torno de um projeto de vida e sociedade, a autora mostra um caráter de organização do antifeminismo.

Resgatando valores? Militância antifeminista

Neste tópico analisamos como a agenda do antifeminismo interpela a militância das antifeministas. Para realizar este estudo, consideramos a repetição das agendas antifeministas presentes nos temas das entrevistas, palestras, cursos ministrados e nas falas de Ana Caroline Campagnolo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Acreditamos que essas são algumas das ferramentas utilizadas pelo antifeminismo para promover modificação social, uma vez que são através dessas estratégias que as antifeministas podem ensinar e promover sua agenda, além de cooptar militantes para sua causa.

Desde o início do século XXI, presenciamos o crescimento das possibilidades de acesso à internet e, com isso, um fenômeno muito importante: o aparecimento das redes sociais. Hoje, é fato inegável que elas possuem grande peso na formação da opinião pública,⁹ seja via *Facebook*, *Instagram*, *YouTube*, *Twitter* ou *Whatsapp*. Conjecturando sobre tal fato, não é de surpreender-se que o antifeminismo também utilize as redes sociais para disseminar seus discursos contrários aos feminismos e as suas lutas. A antifeminista Campagnolo, por exemplo, manifestou uma posição antifeminista desde meados de 2013 quando criou um canal no *YouTube* intitulado “Vlogoteca”, em que além de produzir vídeos com conteúdo que desqualifica os estudos de gênero e os feminismos, tinha o objetivo de divulgar e analisar livros que supostamente não são indicados como leituras nas universidades ou, conforme a descrição do canal, os livros “que os professores não querem que você descubra”. No canal Vlogoteca, Campagnolo fazia resenhas, sugeria livros e “obras clássicas” que considerava fundamentais para o “crescimento cultural” de seus seguidores e seguidoras.¹⁰ No momento atual, o canal do *YouTube* da antifeminista está intitulado como “Ana Campagnolo”, e ainda se dedica a produzir conteúdo que desqualifica os estudos de gênero e os feminismos, além de publicar falas feitas como deputada nas sessões ordinárias da ALESC e divulgar seus cursos e palestras antifeministas.

9. Entendemos a opinião pública como um conjunto de ideias, opiniões e valores de uma determinada sociedade em relação a qualquer assunto. Cf: FIGUEIREDO, Rubens. O que é opinião pública. São Paulo:Brasiliense, 1996.

10. Cf: <https://youtube.com/user/AnaCampagnoloBellei/featured>. Acesso em: 3 mar. 2022.

Além disso, atualmente, a antifeminista possui sua própria plataforma de ensino online, a plataforma educacional “Clube Campagnolo”. Dentro da plataforma é ofertado o curso “Clube antifeminista” o qual é descrito da seguinte forma:

Este é o curso [...] sobre a história das relações dos sexos ao longo da história: desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pela Modernidade, discorrendo sobre casamento, trabalho e educação até a propaganda abortista e a teoria de gênero do século XXI. Neste curso, você entenderá as raízes e motivações do grupo ideológico mais perigoso das últimas décadas. Com um poder de infiltração gigantesco e impressionante organização político-partidária, o feminismo tomou a mente de adultos, jovens e adolescentes através da mídia, das universidades e da propaganda exaustiva sobre a suposta desgraçada condição feminina.¹¹

O curso online “clube antifeminista” promove a legitimação do discurso antifeminista e de suas agendas, a partir da autoridade “científica” que é automaticamente atribuída ao fato do curso se vender enquanto uma produção acadêmica/científica. Essa noção pode ser visualizada no texto de promoção do curso quando afirma: “Para trazer todo esse conteúdo até você, convidamos os melhores professores do país”.¹² Ou seja, para legitimar seu discurso, o antifeminismo blinda-se a partir da autoridade científica, uma vez que esta possui lugar privilegiado como verdade, pois tem papel importante na avaliação e ajuizamento dos discursos, uma vez que dispõe da técnica instrumental para o conhecimento capaz de tornar o discurso verdadeiro. Ademais, o fato de existir um curso antifeminista indica que existe um público interessado nos temas que este curso aborda.

É possível, também, visualizar a agenda antifeminista, especificamente a que está voltada para um resgate de uma moralidade conservadora baseado em “ideias” de feminilidade e masculinidade, em algumas das palestras ministradas por Campagnolo.¹³ A partir do mapeamento de 33 palestras realizadas pela deputada entre os anos de 2018 e 2020, verificamos repetições dos seguintes enunciados (FOUCAULT, 2016) em seus temas: desqua-

11. Cf: <https://clubecampagnolo.com.br/feminismo>. Acesso em: 3 mar. 2022.

12. Cf: <https://cursology.com.br/cursos/feminismo/?tab=tab-overview>. Acesso em: 3 mar. 2022.

13. As palestras foram mapeadas a partir de publicações de Campagnolo em seu site oficial. Cf: <https://anacampagnolo.com.br/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

lificação do feminismo e sua agenda; feminismo e a destruição da família; feminismo e a destruição da mulher; feminismo e a destruição da religião; e ideologia de gênero.

Além das palestras, também encontramos uma entrevista da deputada concedida ao programa *Morning Show* da Rádio Jovem Pan transmitida para todo o Brasil, para divulgar seu livro “Feminismo: perversão e subversão”, em 29 de março de 2019, que expressa essa agenda. No programa, ela falou sobre como se tornou antifeminista, o que entende por feminismo, direitos civis, família, política, educação e a sua atuação junto ao movimento Escola Sem Partido. No que se refere ao movimento feminista, Campagnolo declarou que

Segundo a produção teórica de expoentes do feminismo contemporâneo, como Judith Butler, a mulher foi instrumentalizada como símbolo unificador desse movimento ideológico que tem como objetivo de fato a revolução sexual e a desconstrução dos padrões comportamentais, dentre eles, a própria feminilidade.¹⁴

Nessa perspectiva, ao examinar a maneira como o antifeminismo apresenta e constrói o feminismo e a mulher feminista, percebemos que seu discurso trabalha (também) por meio da veiculação de *performances* sociais, distribuindo e organizando-as de acordo com seu valor social e sua correspondência a esses valores, contribuindo para a manutenção e fixação de “ideias” de feminilidade que regem o discurso antifeminista.

Através da veiculação de *performances* sociais, verificamos uma das estratégias do antifeminismo para angariar militantes em prol de suas causas. As características enunciadas por esse discurso, atribuídas à mulher feminista, estabeleceu um perfil unívoco e negativo de feminista, no qual se construiu a noção de que só existe um feminismo e uma mulher feminista que é a abortista, vadia, promíscua, lésbica, etc. Nesse sentido, considerando os atributos sociais tradicionais que marcam o ideal de feminilidade, algumas mulheres podem não querer serem associadas a uma ou mais dessas características atribuídas à mulher feminista e, por isso, acabam rejeitando o próprio movimento.

14. Cf: <https://instagram.com/p/BwRsskoHmWJ/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

As antifeministas também realizam parcerias e organizam seus próprios eventos no intuito de divulgar e disseminar os discursos e a agenda antifeminista. A exemplo disso, temos o “1º Congresso Antifeminista do Brasil”, em 4 de agosto de 2018, organizado e financiado pela também autoneameada antifeminista Sara Winter.¹⁵

O “1º Congresso Antifeminista do Brasil” ocorreu no Rio de Janeiro/RJ, no auditório da Igreja de Sant’Ana. Segundo Sara Winter, o objetivo do congresso foi de reunir a maior quantidade de pessoas contrárias ao que ela classificou como a “desconstrução moral da mulher” (WINTER *apud* CAL-CAGNO, 2018). Na página criada para divulgação do congresso, na rede social *Facebook*, o objetivo do evento está descrito como: reunir os maiores “especialistas brasileiros no assunto, a fim de fomentar os debates sobre os malefícios do Movimento Feminista ao progresso de uma sociedade livre e segura para as mulheres do nosso país”.¹⁶ Além disso, a página também descreve como pauta principal de discussão a “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442” (ADPF 442), ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), propondo a descriminalização do aborto até as primeiras 12 semanas de gestação.¹⁷ Seguindo esta pauta, as cinco palestras do congresso tiveram como foco o debate sobre aborto.

Além da palestra da anfitriã Sara Winter, o congresso contou com as palestras dos convidados Alexandre Varela, dono do Blog de orientação católica “O Catequista”; Felipe Chaves, criador da página da rede Social *Facebook* “Fúria e Tradição”; e as autodeclaradas antifeministas, Thais Azevedo, editora da página do *Facebook* “Moça, não sou obrigada a ser feminista”; e

15. Autodeclarada antifeminista, Sara Fernanda Giromini (mais conhecida com Sara Winter, pseudônimo escolhido por ela durante a sua militância como feminista, pois foi ela quem fundou a variante brasileira do grupo feminista FEMEN) já ocupou, de abril a outubro de 2019, o cargo como Coordenadora Nacional de Políticas à Maternidade na Secretaria Nacional da Mulher, no Ministério da Mulher, da Família e dos direitos Humanos. Sara Winter também produz conteúdo de desqualificação do feminismo via redes sociais e realiza palestras antifeministas pelo Brasil e alguns países da América do Sul. Além disso, a antifeminista também publicou em 2015 o livro intitulado “Vadia, Não! Sete Vezes que Fui Traída pelo Feminismo”.

16. Cf. <https://facebook.com/events/pr%C3%A7a-cardinal-leme-11-centro/1-congresso-antifeminista-do-brasil/1988199904766770/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

17. *Ibidem*.

Ana Caroline Campagnolo. A formação acadêmica de alguns participantes, em campos como História, Direito, Teologia e Relações Internacionais, foi ressaltada na descrição do evento como contribuições de várias áreas de formação sobre o tema. Além de ter sido gratuito, o evento também forneceu certificados de horas extracurriculares.¹⁸

No congresso, a palestra de Campagnolo teve como tema “as 10 mentiras e argumentos utilizados para defender o aborto”¹⁹. Ela também fez a seguinte afirmação no congresso: “quando comecei minha luta, era impensável ver um auditório assim, cheio de gente”;²⁰ revelando, dessa forma, a percepção de que ela considera as palestras que ministra uma ferramenta/estratégia para cooptar sujeitos em prol de sua causa antifeminista.

Campagnolo também é protagonista na organização de eventos com discussões de caráter antifeminista, como foi o caso do “1º Parlatório Conservador de Santa Catarina”, que aconteceu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no dia 14 de setembro de 2019 e apresentou a temática “Política e Aborto”. O evento foi promovido pelo PSL. Em seu *Instagram*, ela afirma ter “discorrido sobre questões históricas ligadas ao aborto, as artimanhas praticadas em prol de sua descriminalização e o desmascaramento de 10 mentiras sobre o tema”²¹ – tema muito parecido com o que desenvolveu no “1º Congresso Antifeminista” –, durante o Parlatório. O evento contou também com a presença da médica ginecologista Zélia Maria Dal Castel que, segundo Campagnolo, “abordou o tema dentro da área da Saúde Pública e ética médica”.²² A terceira palestrante do parlatório foi a advogada Nicoli Moré Bertotti²³ que “apresentou os aspectos jurídicos pertinentes ao tema”.²⁴

No evento organizado por Campagnolo, o “1º Parlatório Conservador de Santa Catarina”, cujo tema também esteve relacionado ao aborto, as convidadas – uma médica ginecologista e uma advogada – foram constituídas

18. *Ibidem*.

19. Cf: <https://youtube.com/watch?v=ZcilFRVnCrq>. Acesso em: 3 mar. 2022.

20. Cf: <https://youtube.com/watch?v=QrLpT12ll5E>. Acesso em: 3 mar. 2022.

21. Cf: <https://instagram.com/p/B2eoz0ln9V/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

22. *Ibidem*.

23. Campagnolo apresenta Bertotti como Pós-graduanda em Direito Penal e Processual Penal na Escola do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC. Cf: <https://instagram.com/p/B2eoz0ln9V/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

24. *Ibidem*.

como autoridades enunciativas em razão de suas respectivas formações acadêmicas, legitimando o discurso antifeminista sobre o aborto destes lugares. Isso é possível, pois nossa sociedade, geralmente, aceita que o competente, o especialista, o graduado, fale e tenha o direito de ocupar a posição de sujeito no interior dos enunciados que demandam prestígio e conhecimento. E por serem capacitados, cada um pelo status ou função que ocupa, adquiriram o direito a enunciar, pois o lugar do sujeito no enunciado é vazio, podendo ser ocupado por sujeitos distintos, conforme a ordem e saber do qual provieram (FOUCAULT, 2016).

Vale destacar que Campagnolo se coloca enquanto autoridade enunciativa devido a sua formação acadêmica, pois sempre que começa uma entrevista ou faz uma fala, ela se apresenta como professora de história e ao discursar contrariamente aos movimentos feministas, apoia-se em um suposto conhecimento acadêmico, afirmando estudar os movimentos feministas desde 2012. Sendo assim, ela teria autoridade para apontar contradições e “armadilhas” do movimento. Como afirmou Foucault (2011, p. 37), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

Além das redes sociais, palestras ministradas e entrevistas concedidas a rádios, Campagnolo também tem se utilizado das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para promover retaliações aos movimentos feministas, bem como para disseminar discursos e agendas antifeministas.

A suposta “ideologia de gênero” é pauta frequente das falas de Campagnolo na ALESC. A antifeminista tem utilizado sua posição como Deputada para desempenhar um papel importante de combate as pautas relacionadas às questões de gênero na educação do Estado de Santa Catarina. A exemplo disso, em 4 de setembro de 2019, Campagnolo fez uma fala na 79ª Sessão Ordinária da Alesc, na qual discorreu sobre “Ideologia de gênero” e a importância de se a combater nas escolas. Para isso, expôs uma denúncia encaminhada pelo deputado estadual André Fernandes, do PSL do Ceará, sobre a suposta tentativa de introduzir essa temática por meio da cartilha “5ª Formação de Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil de Fortaleza”. Campagnolo, relaciona os termos “identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico e orientação afetiva sexual”,²⁵ ao suposto fato de

25. Cf. <https://instagram.com/p/B2CeijxnFNq/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

que a cartilha “estaria ensinando os professores como aplicar a ideologia de gênero para os alunos”.²⁶

A deputada ainda ressaltou que “apesar da ideologia de gênero já ter sido rejeitada a nível federal, os agentes do progressismo continuam tentando introduzi-la sorrateiramente via legislação estadual ou municipal”.²⁷ Ainda prosseguiu, “ao contrário do que pregam seus apoletas, a ideologia de gênero não é uma teoria inquestionável que conta com enorme respaldo no meio científico”.²⁸ Para sustentar essa afirmação, Campagnolo apresentou um artigo que, segundo ela, foi publicado pela “Associação Americana de Pediatria” o qual afirma que quando um menino biologicamente saudável “acredita que é uma menina, e uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, um problema psicológico objetivo existe, que está na mente, e não no corpo, e deve ser tratado como tal”.²⁹ Ao terminar de ler o trecho a antifeminista fez questão de afirmar “não sou eu que estou dizendo isso, é a Associação Americana de Pediatria!”³⁰ Essas afirmações da antifeminista tentam deslegitimar o feminismo e os estudos de perspectiva de gênero (chamados por ela de “ideologia de gênero”) colocando em xeque sua validade científica. Para sustentar esse discurso, a antifeminista resalta que os argumentos utilizados por ela para refutar a suposta “ideologia de gênero”, são de uma instituição científica, a Associação Americana de Pediatria.

Contudo, essa Associação à qual a deputada se refere não é a *American Academy of Pediatrics* (AAP), principal órgão representante de profissionais de pediatria dos Estados Unidos, contando com aproximadamente 64 mil membros e fundada em 1930. O texto intitulado “Gender Ideology Harms Children”, utilizado por Campagnolo para afirmar que as características relativas ao que é masculino e feminino são biologicamente determinadas, como se questões socialmente desenvolvidas nos indivíduos estivessem associadas à biologia e que transexualidade é uma patologia (uma doença que precisa ser tratada), foi publicado em agosto pelo *American College of Pediatricians* (ACPEDS), grupo formado por profissionais conservadores que

26. Cf. <https://instagram.com/p/B2CeJxnFNq/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

27. *Ibidem*.

28. Cf. <https://instagram.com/p/B2CeJxnFNq/>. Acesso em: 3 de mar. 2022.

29. *Ibidem*.

30. *Ibidem*.

seguem valores judaico-cristãos, os quais consideram estar acima da ciência (OLIVEIRA, 2016).

Trata-se de uma associação que é abertamente contra a adoção de filhos por casais homossexuais e que tem se destacado nos EUA por difundir mentiras e estudos tendenciosos com o objetivo de prejudicar a comunidade LGBTQIA+. Hoje, conta com 500 membros, tendo sido classificada pelo *Southern Poverty Law Center* como um grupo de ódio. Entre os membros que assinam o texto está Paul McHugh, médico conhecido por suas opiniões contrárias à transição de indivíduos transgênero e por ser um ativista contra os direitos LGBTQIA+ (OLIVEIRA, 2016).

Considerando que a educação é um agente de transformação da sociedade, entende-se a preocupação e atuação das antifeministas nesse campo. Além disso, o antifeminismo é um discurso que se almeja verdadeiro e uma das formas pela qual a sociedade melhor controla os discursos de verdade é pela educação, enquanto “modo político de manter ou modificar a apropriação das disciplinas com os saberes e poderes que carregam consigo” (FOUCAULT, 2011, p. 44).

Ademais, com propósito de promover a rejeição completa e imediata dos conteúdos e termos “identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico, e orientação afetiva sexual”³¹ formulados pelos estudos de gênero, a antifeminista ressaltou que

O movimento feminista e os outros movimentos que defendem a ideologia de gênero, eles tentam incentivar a criança a ter uma identidade de gênero incompatível com seu sexo biológico. E tentam passar a ideia de que isso é mais natural do que a criança que nasceu menino se considerar um menino e pronto, acabou!³²

Assim, Campagnolo alimenta um pânico moral³³ para que as questões de gênero não sejam debatidas em espaços como a sala de aula, existe uma

31. Cf. <https://instagram.com/p/B2CeIxnFNq/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

32. *Ibidem*.

33. Pânicos morais são inerentemente normativos (COHEN, 1972 *apud* MISKOLCI, 2007) e ficam caracterizados quando a preocupação que suscitam aumenta em desproporção ao perigo real e geram reações coletivas também desproporcionais.

tentativa de criminalização de discussões sobre gênero. Dessa forma, ela promove e legitima o discurso que defende.

No pânico moral promovido por Campagnolo sobre a agenda feminista, encontra-se outra explicação para a inserção de pessoas ao movimento. Através dos pânicos morais, preocupações e temores são construídos em torno de um tema. Isso é possível porque eles nunca são espontâneos, são produtos da catalisação de temores já existentes na coletividade (MISKOLCI, 2007). Verificamos, assim, que o antifeminismo atua também a partir da disseminação de pânicos morais que associam o feminismo à destruição da família, da maternidade, da heterossexualidade, dos valores morais, da religiosidade e da feminilidade. Dessa forma, os sujeitos que consideram a destruição dessas categorias como ameaça à sociedade e à ordem moral (associada pelo neoconservadorismo ao bemestar social) rebelam-se contra o feminismo.

A partir deste breve levantamento, notamos como as formas utilizadas à disseminação da agenda e militância antifeminista são variadas, desde redes sociais como *Instagram* e *Youtube*, a palestras e cursos online (como é o caso do “clube antifeminista”). Apesar disso, mesmo que a produção de conteúdo seja realizada de formas diferentes e por sujeitos diferentes – uma vez que Campagnolo não é a única antifeminista que produz este tipo de conteúdo –, existe articulação entre os discursos enunciados como sua agenda e sua militância.

Ademais, como sinalizou Barroco (2015), o conservadorismo contemporâneo proclama que os “problemas sociais” decorrem de “problemas morais”, que são remetidos, principalmente, à desestruturação da família e dos valores tradicionais. O debate sobre a família (e conseqüentemente as questões de gênero e sexualidade) figura como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador, pois “a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade” (BARROCO, 2009, p. 74). Por isso, na defesa da família e dos valores morais conservadores é fundamental incidir sobre as mulheres, cujo papel “os conservadores entendem que deva ser de agente moral responsável pela educação dos filhos e pela [manutenção da] família” (BARROCO, 2009, p. 174).

Analisamos que o antifeminismo se fundamenta e mobiliza suas ações em torno desse pensamento e discurso conservador. As pautas discursivas

que têm lugar de destaque nesse movimento são as ligadas ao gênero, sexualidade e família. E como temos visto, essas pautas são temas frequentes das palestras, cursos, e entrevistas ministradas pelas antifeministas. Foi sob esses discursos, que orbitam e se encontram no conservadorismo moral, que o movimento antifeminista deu coerência e identidade coletiva ao movimento, tornando-o capaz de aglomerar e organizar um grupo com objetivos comuns à ação. Ou seja, a partir da identificação de alguns sujeitos com esses discursos, o antifeminismo foi capaz de aglomerar e organizar um grupo, projetando em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Algumas pessoas que não se sentiam representadas dentro dos discursos e lutas feministas, passam a se sentir incluídas dentro das ações de um novo movimento, o antifeminismo.

Por fim, também conseguimos compreender algumas estratégias utilizadas para angariar e aglomerar sujeitos em prol de uma causa em comum. Podemos aferir que o ativismo social e político do antifeminismo acontece na propagação de seus discursos e sua agenda através de palestras, cursos e entrevistas ministrados por suas militantes, além é claro, da internet a partir de redes sociais como o *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *Twitter*. A partir de distorções dos argumentos feministas em relação ao gênero e à desqualificação do movimento feminista e de suas militantes, da promoção de pânico morais realizada principalmente através da suposta “ideologia de gênero”, da validação de seu discurso ancorado numa suposta base “científica/acadêmica” e alianças políticas e sociais que fortalecem seu protagonismo e os valores que defende, o antifeminismo tem promovido e sustentado o binarismo masculino/feminino, a fixidez dos papéis sociais, e nutrindo aversão à afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos, promovendo violações dos direitos das pessoas destoantes ou dissidentes em relação às normas de gênero.

Considerações Finais

O antifeminismo se manifesta como movimento de oposição ao feminismo, como argumentamos ao longo deste capítulo, negando e desqualificando as conquistas da época moderna ligadas aos movimentos feministas, rotulando-as como elementos de desintegração/destruição da mulher e da família. Como analisamos, as conquistas feministas relacionadas à revolução sexual e à libertação das mulheres são classificadas e julgadas por pessoas antifeministas como componentes motivadores de uma depravação sexual e promiscuidade feminina, de desapego e irresponsabilidade das mulheres em relação aos filhos, do crescimento do número de mães solteiras, dos adultérios, dos casamentos instáveis, divórcios, separações e abandonos. A agenda feminista que promove os direitos de diversidade sexual e de gênero, por sua vez, é entendida e considerada como uma agenda de destruição da heterossexualidade. Compreendendo que o modelo tradicional de família, a heterossexualidade, os papéis sociais tradicionais das mulheres (mãe e esposa principalmente) são fundamentados e orientados, principalmente, por uma moral religiosa conservadora, o antifeminismo também acusa o feminismo de promover a destruição desta religiosidade.

Assim, o antifeminismo fundamentou sua agenda e seu projeto sociopolítico de mudança social em oposição ao que o movimento considerou as “ameaças” do feminismo. O antifeminismo luta contra o aborto para defender a família e o papel social “natural” da mulher, a maternidade. Busca o resgate de uma “moralidade” conservadora baseando-se na defesa de “ideias” de feminilidade e masculinidade hegemônicas. Defende a heterossexualidade binária e fixada nos atributos sexuais diferentes a partir da luta contra o que chama de “ideologia de gênero”.

Temos verificado que o antifeminismo diversificou seu campo de atuação, deixando de operar apenas na internet. As antifeministas, como vimos no caso de Campagnolo, têm atuado como ministrantes ou organizadoras de palestras e cursos, dado entrevistas, ocupam cargos políticos e escrevem livros que promovem a agenda antifeminista. O antifeminismo se inova e se adapta na medida em que compete para promover sua agenda ou adquirir apoiadores.

Referências

- BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n° 124, 2015.
- BARROCO, M. L. S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CALCAGNO, V. “Feche as pernas”: o que pregam os participantes do 1º congresso antifeminista do Brasil. *O Globo, Época*, agosto de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- CAMPAGNOLO, A. C. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas, São Paulo: Vide Editorial, 2019.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2011.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- LOURO, G. L. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto: Porto Editora, 1997.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*. Campinas, 2007, n. 28, pp. 101-128.
- MIGUEL, L. F. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-92.
- OLIVEIRA, C. A. de. *Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015 – 2019)*. 2020. 250 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

OLIVEIRA, F. Alexandre Garcia falta com a verdade ao fazer comentário sobre ‚ideologia de gênero‘. *Blasting News Brasil*, dezembro de 2016. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2016/12/alexandre-garcia-falta-com-a-verdade-ao-fazer-comentario-sobre-ideologia-de-genero-001317753.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

QUEM É Caroline Campagnolo, deputada que quer a denúncia de professores ‚doutrinadores‘. *Carta Capital*, Blog, outubro de 2018. Disponível em: <https://cartacapital.com.br/politica/quem-e-ana-caroline-campagnolo-a-deputada-que-quer-a-denuncia-de-professores-doutrinadores/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

“Eu sou parteira estudada”: a constituição das parteiras urbanas em uma equipe de parto humanizado¹

Ana Paula Soares Fagundes

Introdução

O ofício de parteira sofreu grandes transformações nos últimos séculos. O saber das parteiras tradicionais construído em um aprendizado prático foi gradativamente desconstruído e substituído por uma profissão regulamentada por meio de formação específica na área da Enfermagem Obstétrica ou da Obstetrícia. Atualmente, conjugando as tradições da parteria tradicional e a formação acadêmica surgiram as chamadas “parteiras urbanas”.² A categoria “parteira urbana”, assim como o despontar de outras profissionais do parto – como as doulas – surge com o movimento chamado “Humanização do Parto” a partir da década de 1990 no Brasil. Nesse movimento, a discussão está centrada na crítica ao sistema obstétrico vigente e em uma nova proposta de atenção ao nascimento, como aponta Carneiro (2015). O termo “parteira urbana” passa a denominar então não só as parteiras diplomadas – obstetrizes – mas também as enfermeiras obstetras que atendem partos domiciliares. Essa modalidade de atendimento ao parto passou a ser recomendada por órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS),

1. Este capítulo é oriundo da dissertação de mestrado da autora, intitulada “De enfermeira a parteira: uma análise etnográfica da Equipe Manjedoura no município de Cascavel (PR)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UNIOESTE, em 2018, com apoio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). Cf. Fagundes (2018).

2. Esta é uma categoria êmica, cujo significado será apresentado adiante no capítulo.

ainda que a prática do parto domiciliar, mesmo com respaldo legal, seja recriminada por alguns Conselhos Regionais de Medicina e desestimulada pelo Conselho Federal de Medicina (BRASIL, 2014).

Considerando tal cenário, o presente capítulo problematizou a atuação de uma equipe de assistência ao parto humanizado no município de Cascavel/PR, a Equipe Manjedoura, por meio de entrevistas com três enfermeiras obstétricas que a compõe: Honielly, Henielly e Priscilla.³ A intenção foi conhecer suas práticas e relações com outros sujeitos presentes no cenário do parto, buscando compreender os significados atribuídos pelas entrevistadas a denominação “parteiras urbanas” que assumem como constituinte de si e, portanto, daquelas práticas e relações, bem como os ganhos e limites de tal escolha.

A primeira referência de atendimento humanizado ao parto no município de Cascavel ocorreu com a formação da Maternar Clínica de Enfermagem e Fisioterapia Materno-Infantil, organizada por enfermeiras e outros profissionais em 2009. Uma destas enfermeiras foi Tatianne Frank, fundadora do curso de especialização em Parteria Urbana e a grande inspiração para que as enfermeiras que viriam a compor a Equipe Manjedoura repensassem suas práticas de assistência ao parto.

Segundo Tatianne Frank, a Maternar “nasceu para contribuir com gestantes e casais para que viessem a ter uma gestação e um parto mais consciente e tivessem um cuidado biodinâmico” (FRANK, 2011, p. 12). A clínica oferecia preparo físico, perineal e educação em saúde durante a gestação com encontros individuais ou em grupos. Além disso, era ofertado acompanhamento ao parto hospitalar ou domiciliar. A autora aponta que o atendimento da clínica repercutiu e despertou o desejo de muitas mulheres e profissionais para a realização de partos domiciliares. Um desejo, segundo Frank, muito mais relacionado a uma busca de emoções, de ética, de estado de completude e do resgate da autonomia, do que apenas relacionado à transformação do processo de parto medicalizado (FRANK, 2011).

No Brasil, o parto no domicílio está ainda hoje majoritariamente relacionado às práticas de comunidades com dificuldades em ter acesso aos

3. Estes são os nomes reais das enfermeiras obstetras da Equipe Manjedoura entrevistadas e seu uso foi autorizado por elas. Atualmente a equipe conta com mais duas enfermeiras, porém optamos por entrevistar apenas aquelas que estiveram presentes desde o início de seu funcionamento.

serviços de saúde e marcadas pela falta de recursos econômicos.⁴ Entretanto, essa modalidade de parto vem ganhando espaço entre outros grupos sociais, ao ganhar também uma nova roupagem, como aponta Frank (2011), ou seja, mulheres e famílias passam a planejar partos domiciliares acompanhados por profissionais de saúde com formação superior.

As enfermeiras obstétricas são apontadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como as profissionais mais adequadas para assistirem e responsabilizarem-se pela gestação e os partos normais, devido a seu custo-efetividade e a capacidade de reconhecer riscos e complicações relacionados ao parto. Portanto, a própria formação de enfermeira obstétrica vem sendo incentivada e tem sido alvo de estratégias do Ministério da Saúde que regulamentou seu exercício pela Lei do Exercício Profissional de Enfermagem nº 7.498/86. Esta lei indicou estarem as enfermeiras obstetras aptas a assistir ao parto normal de baixo risco, realizar procedimentos necessários à segurança mãe-filho e identificar distocias que possam requerer cuidados médicos (FRANK, 2011).

No entanto, quando inseridas em um cenário no qual o conhecimento médico possui autoridade legitimada sobre o corpo que pare, as “parteiras urbanas” precisam lutar para delimitar o seu espaço tanto no parto domiciliar quanto no hospitalar, fazendo-se reconhecer como profissionais que transitam entre o saber médico (e seu pretensão rigor científico) e os saberes tradicionais associados as parteiras (que estariam mais próximo da “natureza” e do respeito às mulheres) (FLEISCHER, 2011, p. 21). Questões como essas serão problematizadas ao longo do texto a partir das falas das três entrevistadas.

Quem são as parteiras da manjedoura?

As três enfermeiras obstetras que atuavam na Equipe Manjedoura,⁵ quando foi realizada a pesquisa, possuíam em comum além do orgulho de de-

4. Uma discussão mais aprofundada sobre este tema pode ser encontrada, entre outros estudos, como em Bessa e Ferreira (1999), Gayoso; Melo e Müller (2013) e Fagundes (2018).

5. Segundo depoimento de uma das “parteiras urbanas” da equipe, o nome desta “possui uma representação não só atribuída ao trabalho delas, mas também ao lado espiritual. Nas palavras de Honielly: ‘Manjedoura foi o local onde Jesus nasceu e quando a gente fala manjedoura já lembra que foi um nascimento natural... Mas o principal é que foi um parto

nominarem-se “parteiras urbanas”, o fato de compartilharem uma relação de parentesco e crescerem com os mesmos princípios religiosos. A equipe foi formada inicialmente pelas irmãs Honielly e Henielly, a qual somou-se posteriormente Priscilla, que é prima das irmãs e a mais jovem das três. Segundo seus depoimentos, as três manifestaram desde muito pequenas uma curiosidade pela área da saúde, uma curiosidade talvez estimulada pelos próprios pais que mantinham o desejo de ter uma filha médica. As três foram educadas na religião Adventista, mas somente Honielly e Priscilla mantêm-se até hoje ligadas a doutrina, seguindo vários de seus princípios, como uma dieta vegetariana e o sabbatismo (celebração e guarda dos sábados). As duas participam das atividades da igreja, cantam nos cultos e manifestam sempre em redes sociais o agradecimento que têm a Deus. Tais princípios aparecem em muitos momentos durante a atuação das enfermeiras no acompanhamento a gestantes. Henielly, embora demonstre também muita religiosidade e fé em um ser superior, não segue os princípios adventistas. Embora o mesmo protocolo relativo à assistência ao parto seja seguido pelas três enfermeiras, elas se diferenciam em vários aspectos a partir das concepções que cada uma carrega de suas experiências adquiridas. São estas experiências e histórias de vidas das três enfermeiras que constituem grande parte da categoria “parteira urbana”.

“Eu sou parteira estudada, sou parteira de formação”: Honielly⁶

Honielly iniciou sua formação cursando medicina na Universidad Adventista del Plata, na Argentina, como era o desejo de seu pai. Obteve uma bolsa de estudos durante dois anos para tanto, mas ao perder a bolsa retornou ao Paraná e, somente alguns anos depois, em 2003, iniciou a graduação em enfermagem na UNIOESTE, um curso com duração de cinco anos por ser bacharelado e licenciatura. Mesmo depois de formada, segundo ela, levou

abençoado por Deus’. Muito religiosa, ela queria um nome que representasse então o seu lado espiritual quanto o profissional, pois este permitiria, segundo ela, ‘levar a mensagem’ às pessoas de que ‘até o homem mais importante do mundo veio em um parto natural.’ (FAGUNDES, 2018, p. 72).

6. O tópico é baseado na entrevista gravada no dia 15 de março de 2017 com Honielly, conforme indicado nas referências bibliográficas.

um tempo para conseguir emprego em sua área. Até abril de 2008 trabalhou em uma “xerocopiadora” em frente à universidade até que foi chamada para dar aulas em um curso técnico em enfermagem. Contou que já havia substituído uma amiga professora por algumas vezes até que esta mudou-se de cidade e o centro profissionalizante convidou Honielly para assumir o lugar da amiga.

Durante a graduação, segundo Honielly, ela se destacou na ala materno infantil e no centro cirúrgico. Essas eram áreas, segundo ela, que não despertavam o interesse da maioria. O interesse específico pela área da obstetrícia, contou a entrevistada, surgiu quando ainda estava no primeiro ano da graduação porque suas irmãs engravidaram nesse período. Como era uma área explorada, conforme o currículo do curso, somente no último ano, ela comprou livros e estudou por conta própria.

Apenas no quarto ano de graduação, quando estudou a prática da obstetrícia com a professora Tatianne Frank, carinhosamente chamada de Tati por Honielly, foi que conheceu sobre o “parto humanizado”, pois a professora acabara de chegar de uma maternidade de referência na área, do estado de Santa Catarina. E foi justamente por meio dessa professora, que Honielly teve sua terceira experiência, depois dos partos de suas duas irmãs, em acompanhar uma gestante no momento do parto.

Um olhar para o “parto humanizado” apareceu também na pós-graduação em obstetrícia cursada por Honielly. No entanto, segundo ela, a visão que prevalecia era “hospitalocêntrica”, pois eram formados para trabalhar em maternidades e centros de parto normal. Ela contou ter aprendido a fazer episiotomia,⁷ considerada uma prática importante que poderia ser necessária em algum caso, mas afirmou que as professoras já chamavam a atenção para outras práticas, como colocar o bebê no colo da mãe logo

7. Episiotomia é uma incisão cirúrgica no períneo com a intenção de poupar uma possível distensão muscular, lesão e contusão. No entanto, o Conselho Federal de Enfermagem (2017) aponta que o uso rotineiro de episiotomia não traz tantos benefícios por colocar a mulher em exposição a infecções, perda sanguínea, hematoma, disfunção sexual, entre outras complicações. A episiotomia vem sendo discutida pelo “movimento do parto humanizado” como uma prática de mutilação genital e violência de gênero. COFEN. Disponível em: <https://apps.cofen.gov.br/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I41026.E10.T7155.D6AP.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

depois que nasce, evitar “puxos dirigidos”⁸ e, quando possível, colocar a mulher para parir na posição de cócoras.

Foi durante a especialização em obstetrícia que Honielly recebeu o primeiro convite para acompanhar um parto domiciliar. O convite veio de sua prima que mora na cidade de Maringá (PR). Ela ainda não estava grávida, mas já estava planejando uma gravidez no ano de 2013 e disse que gostaria de ter um parto na água acompanhado pela parente. A especialização foi finalizada no ano de 2010, quando então começou a lecionar como colaboradora na área da obstetrícia na UNIOESTE. A prima de Maringá engravidou antes do período que havia planejado, em 2011, e Honielly, ainda insegura, relutou um pouco em aceitar o convite para o parto domiciliar, mas acabou aceitando.

Honielly então atendeu seu primeiro parto domiciliar, acompanhada apenas por sua irmã Henielly, que já era também enfermeira, mas não tinha a especialização em obstetrícia.

Então eu sabia que eu tinha que estar em duas enfermeiras por conta se desse uma emergência e tal... E aí a Heni foi comigo... E aí nesse dia a Heni ela não era doula e ela não sabia o que que era doula até então... Mas a Heni doulou ela... a Heni tinha um jeitinho, sabe né?

Foi com esse parto que Honielly decidiu que não queria mais trabalhar seguindo os moldes hospitalares. Ela até chegou a trabalhar em um hospital da cidade como enfermeira obstetra pelo período de um mês e tentou mudar algumas práticas do atendimento à gestante, mas isso causou estranheza em outros funcionários, conforme contou: “Lá você é ... enfermeiro é moleque de recado de médico, entendeu? E a minha formação, ela não é pra isso, eu não estava lá pra... eu fazia a parte burocrática e descia pra fazer assistência... com as mães”.

Depois de passados quatro meses da realização do parto da prima, Honielly recebeu o convite de outra gestante para acompanhar seu parto domiciliar em Cascavel. Esta gestante já havia parido com o acompanhamento de

8. “Puxos dirigidos”, segundo Honielly, significa direcionar a parturiente a fazer força na fase expulsiva do trabalho de parto. O movimento da “humanização do parto” aponta para uma violência obstétrica em que não se respeita a fisiologia do parto.

sua ex-professora Tatianne, que indicou agora o atendimento da Honielly por não morar mais na cidade.

E foi a partir desse parto que as notícias se espalharam. Uma gestante foi recomendando a assistência de Honielly à outra, até que esta conheceu o médico obstetra Rodrigo,⁹ que passou também a indicar o seu trabalho, contanto que o parto ocorresse no ambiente hospitalar. Ela acompanhava a gestante em casa até que fosse o momento certo para ir ao hospital e ligava para o médico Rodrigo apenas quando o bebê estivesse próximo do nascimento.

Além da especialização em obstetrícia, Honielly realizou também o Curso de Capacitação em Parteria Urbana, iniciado no ano seguinte ao que começou a atender partos domiciliares em Cascavel. O curso realizado na cidade de Recife (PE) tinha a possibilidade de ser validado como uma especialização se o aluno realizasse um trabalho de conclusão do curso. Quem coordenava essa capacitação era a ex-professora de graduação da Honielly, Tatianne Frank, também primeira enfermeira obstétrica a acompanhar parto domiciliar no município de Cascavel (PR), como indicamos anteriormente. Segundo Honielly, o curso de Parteria Urbana diferia da especialização em Enfermagem Obstétrica pelo fato de ser direcionado a quem já era da área da obstetrícia, ou seja, para pessoas que já possuíssem conhecimentos sobre fisiologia do parto, emergências, puerpério, pré-natal etc., além do foco ser o atendimento ao parto domiciliar, como ela explicou:

Então eles vão trabalhar toda a parte assim, de como trabalhar o pré-natal do parto domiciliar, quais são as mulheres que podem, é... quando tem alguma complicação, o que fazer, como resolver distocia... então foi lá que eu aprendi manobras de livrar diversas mulheres de irem pra cesárea, entendeu? Esse curso foi o que realmente me tornou em parteira... eu tive aula com parteira tradicional... eu tive aula com (doula).

Um módulo do curso era ministrado apenas por parteiras tradicionais da região de Recife.¹⁰ Elas davam aulas a essas/es profissionais da obstetrícia

9. Rodrigo é um pseudônimo adotado para referir o médico obstetra, pois não possuo autorização para a divulgação do nome real.

10. A referência “tradicional” ligada as parteiras formadas na prática ganhou destaque no século XVIII, no início do processo de medicalização do parto (Vieira, 2002). Apresentamos mais informações no decorrer do texto.

e relatavam os casos diversos que já atenderam. Honielly afirmou que teria seu parto acompanhado por uma dessas parteiras na maior tranquilidade, que confiava muito no trabalho das parteiras tradicionais. Nas palavras dela:

Elas que não têm conhecimento algum, não têm um aparelho, não têm um oxigênio, elas vão lá e atendem e dá certo... por que que com a gente que tem o conhecimento científico, que tem a tecnologia ao nosso favor, temos hospital de retaguarda... Por que que eu haveria de ter medo de atender uma mulher em casa, entendeu? E ... uma coisa que eu vi assim, uma coisa que eu tenho que trabalhar em mim até hoje, que eu acho que ... eu sempre ...eu já disse isso pra várias mulheres, mulheres que queriam que eu fosse atender o parto delas literalmente no interior, em lugares que não tinha hospital a trinta minutos da casa delas, eu falava 'olha, sabe qual que é o problema que eu não posso ir aí? O meu diploma me restringe'... Porque o meu diploma não me permite que eu vá a uma distância maior que trinta minutos de um hospital... Por quê? Porque aí se caso acontece alguma coisa eu seria julgada, né? ... Juízo, 'tarará'... Agora se é uma parteira tradicional ninguém ia questionar, entendeu? Se a mulher morresse...'Ah, mas ela teve com parteira tradicional', ninguém ia questionar... Entendeu?

Para Honielly o seu diploma a autorizou a atender um parto, no sentido que ele precisa ser “cuidado rigorosamente”. Então ela buscava ter um equilíbrio entre a enfermagem obstétrica técnica e a parteria tradicional, utilizando muito do conhecimento destas. Ela gosta de ser chamada de parteira por acreditar que “está cheio” de enfermeiras obstetras que tem o mesmo olhar médico, mas parteiras que acreditam na fisiologia da mulher são poucas e é por isso que ela se identifica com essas.

Gayoso; Melo e Müller (2013) entendem que o gerar, o parir e o nascer são repletos de costumes, saberes e fazeres que são transmitidos pelas gerações. Esses saberes, inseridos em um cotidiano familiar, são de conhecimento de muitas pessoas constituindo-se como patrimônio cultural de nossa sociedade. Esse conhecimento está centrado na figura da parteira tradicional.

A sabedoria das parteiras tradicionais era adquirida na prática ou com parteiras mais experientes e sua iniciação no ofício acontecia geralmente por uma emergência, quando precisavam ficar com uma parturiente até a parteira mais experiente chegar, mas o bebê nascia nesse meio tempo. Algumas relataram que sua atuação seria um destino divino, um dom de Deus

(GAYOSO; MELO; MÜLLER, 2013). As mesmas autoras apontaram que a vivência dos próprios partos, através da observação do trabalho de sua parteira, também agregava conhecimentos de situações e práticas. Poucas foram as que aprenderam o ofício através de mulheres de sua própria família, já que as mães parteiras consideravam o conhecimento inadequado para meninas e mulheres solteiras. Portanto, havia uma tentativa de esconder os procedimentos relacionados ao parto. Mas foi no cotidiano que ocorreu a transmissão e a reprodução dos saberes tradicionais. O ofício da parteira, então, se constituiu em um processo de trocas simbólicas entre mulheres que pode ser percebido também no processo de formação como parteiras urbanas das irmãs e sua prima na Equipe Manjedoura.

Honielly quando questionada se sente certa estranheza das outras pessoas quanto à sua atividade, ou seja, uma enfermeira obstétrica que se intitula parteira urbana, ela diz que sim. Porém, afirma que explica que a parteira tem algo mais que a enfermeira obstetra, “ela tem esse outro olhar”, pois muito do que utiliza na sua assistência obstétrica não aprendeu na especialização e nem nos livros, mas sim com a prática e no curso de parteria urbana:

Parteira é outro nível, entendeu? Tá assim, oh (indicando com a mão a altura acima de sua cabeça) eu diria... Por mais que a sociedade [...] que tá ‘mas parteira é aquela lá do interior que não estudou’, aí eu falo ‘não, eu sou parteira estudada, sou parteira de formação’... Daí eu falo assim ‘ah, eu sou enfermeira obstetra’, entendeu? Pra fazer a pessoa entender assim... Porque daí ela fica na dúvida em relação a isso, mas na verdade é... o que eu tenho orgulho é do conhecimento de parteria que não está nos livros e sim na prática, entendeu? Porque nos livros qualquer um pode ser obstetra e pode aprender a fazer uma cesariana e a cortar. Mas olhar uma mulher parir, saber a hora certa de ajudar e saber a hora... E ficar na sua, não intervir desnecessariamente, entendeu? E compreender o que que ela tá passando, saber ajudar aquela mulher nas necessidades dela, isso não tá no livro... Isso é conhecimento adquirido e vem com a prática, vem com o olhar, em querer olhar ((olhos lacrimejando)) ... (Grifos meus).

A assistência à mulher durante o parto, por muito tempo, foi realizada por estas parteiras chamadas tradicionais ou leigas, também conhecidas como cachimbeiras e fazedoras de emergência. Estas compartilhavam, em geral, da mesma realidade sociocultural das mulheres as quais assistiam no

parto, como já indicado (BESSA; FERREIRA, 1999). No Brasil, as parteiras tradicionais ainda são atuantes, em especial, nas regiões Norte e Nordeste.

Alguns fatores contribuíram para a desconsideração dos saberes das parteiras tradicionais. Gayoso; Melo e Müller (2013) apontam alguns deles, como: a medicalização do parto e do nascimento, a ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), a imagem de segurança da maternidade que a classe médica procura passar para a sociedade urbana e contemporânea, a possibilidade de anticoncepção que influencia na diminuição da taxa de natalidade, o acesso mais fácil a meios de transportes e a valorização do saber científico na sociedade.

Porém, a despeito disso, Honielly afirmou que era nas antigas parteiras que se inspirava, e que desejava um dia ser “velhinha, toda enrugadinha”, com muitos anos acompanhando nascimentos.

“O reconhecimento como parteira urbana me traz mais calor, é mais íntimo”: Henielly¹¹

Henielly, em sua entrevista, relatou que a ideia de cursar enfermagem também resultou do incentivo familiar a que tivesse um curso superior. Interessada em fazer um curso técnico de enfermagem, deparou-se com a insistência de seu pai para que também ela cursasse Medicina, curso que sua irmã não havia conseguido concluir. Entretanto, qualquer plano foi adiado com sua primeira gravidez. Na época, diz ter incentivado a irmã a retomar a formação superior cursando Enfermagem, o que aquela efetivamente fez como narramos anteriormente. Já Henielly começou a cursar Enfermagem somente após o seu segundo parto.

Henielly contou ter sofrido muita violência em seu primeiro parto, o que só percebeu depois de já ter ocorrido. Tanto ela quanto a irmã haviam estudado o protocolo do hospital que previa procedimentos, que foram usados com ela, como o corte de episiotomia, restrição alimentar, restrição de água, manobras de Kristeller,¹² que atualmente são consideradas violência

11. O tópico é baseado na entrevista gravada no dia 27 de maio de 2017 com Henielly, conforme indicado nas referências bibliográficas.

12. Manobra de Kristeller é uma manobra obstétrica utilizada durante o parto. Consiste em pressionar a parte superior do útero com as mãos durante a contração. Prática considerada violência obstétrica pelo Conselho Federal de Enfermagem (2017) por não haver respaldo

obstétrica. Além disso, afirmou que seguiu as orientações da sua mãe que já havia passado por três partos: “[...] eu tinha a experiência da minha mãe, né? Eu quando fui pro hospital minha mãe falou assim: ‘oh, não grita porque as enfermeiras não gostam e elas vão judiar de você e da neném’”. Henrielly relatou ter também sido alvo de piadas por parte dos profissionais que lhe atenderam pelo fato de ser muito nova – dezenove anos. As experiências que cercaram seu parto fizeram com que ela comesse a questionar o porquê de um momento que deveria ser o mais lindo de sua vida, ser marcado por tanta violência.

Até o segundo parto de Henrielly a lei do acompanhante não estava em vigor, então ter a irmã ao seu lado no momento do parto fora um favor que o hospital lhe fizera. Henrielly lembrou que nesse parto conseguiu tomar água, mas escondida. Elas já haviam se questionado sobre a experiência anterior, mas não podiam mudar a situação por completo.

Henrielly ingressou em enfermagem em uma faculdade privada em Cascavel, a Faculdade Assis Gurgacz (FAG), e desde o seu primeiro ano realizou pesquisas voltadas para a área da obstetrícia. Ela também teve Tatianne Frank como professora na graduação e contou, com a mesma empolgação da irmã, sobre como se sentiram entusiasmadas com o processo de parteria urbana que a professora estava iniciando na cidade.

Finalizada a graduação, Henrielly passou a auxiliar a irmã nos partos domiciliares e fazer curso pré-vestibular porque o pai ainda não havia desistido de que ela fosse médica, como narrou na nossa conversa: “depois de 2 anos conseguimos convencer o meu pai de que não era isso que eu queria, que eu não precisava disso, que a gente não precisava disso... Aí foi quando eu consegui ir pra fazer minha especialização de obstetrícia, entendeu?”

Henrielly comentou também sobre as dificuldades enfrentadas no relacionamento e trabalho em conjunto com a área médica, numa luta constante por afirmação sobre a quem caberia a ação em cada etapa que cerca o parto, ou seja, quem deve ser responsável pelo encaminhamento do parto, quem deve se responsabilizar em alguma intercorrência, quem deve cuidar do pós-parto etc. Para Henrielly, entretanto, o que o que a fazia enfrentar o sistema obstétrico e lutar pela modificação do cenário no qual

científico em sua realização e ser apontado como prejudicial e ineficaz. COFEN. Disponível em: http://cofen.gov.br/cofen-homologa-decisao-do-coren-rs-que-proibe-manobra-de-kristeller_48419.html. Acesso: jul. 2017.

o hospital é visto como o único lugar possível para o parto, defendendo a eficácia do parto domiciliar, era o fato de seu trabalho corresponder a demanda, ou seja,

Enquanto tiver mulheres querendo parir em seus lares, em suas casas, a gente tá aqui pra atendê-las [...] são as mulheres (....) que querem e desejam e almejam... E que têm o direito de escolher é [...] qual via de parto elas querem, qual o local, o ambiente, como é esse ambiente que elas querem parir, entendeu?”

Além das disputas acerca da autoridade intelectual dos envolvidos, dos responsáveis pelas tarefas – a parteira urbana ou o profissional da medicina (obstetra) –, há também muitas outras disputas de poder envolvendo a humanização do parto. Analisando pela ótica de Foucault (1993), o poder é acima de tudo uma relação de força que se estabelece por meio da produção, acumulação, circulação e funcionamento de discursos de verdade. Nesse sentido, ao destacar o caráter científico de sua atuação enquanto parteiras, Henielly e suas companheiras de equipe garantem sua autoridade e a legitimidade dos espaços em que atuam. Talvez seja por isto que quando perguntada sobre qual categoria identifica mais seu trabalho – enfermeira obstetra ou parteira urbana – Henielly mostrou preferência por ser identificada pela primeira denominação já que fora esta sua formação, além de destacar a existência de uma luta por parte da enfermagem obstétrica para ser reconhecida no mercado de trabalho como uma profissão autônoma. No entanto, afirmou que era a parteria urbana que agregava valor à sua assistência, pois agregava um conhecimento empírico passado através de gerações, e diferenciava o atendimento prestado por quem tinha tal formação do restante dos profissionais da área obstétrica. Além disso, afirmou que “Isso me traz mais calor, é mais íntimo”.

O conhecimento tradicional de partejar para Henielly, apesar de transmitido de geração a geração, era também um “dom”; um dom que ela considerava possuir. Como observaram Ferreira e Grossi (2012), a ideia de que partejar é um dom ampara-se em uma religiosidade ancorada em práticas milenares em que nascer necessita de um auxílio divino. Por meio de orações, benzimentos, rituais e simpatias, as parteiras tradicionais – e muitas das chamadas “urbanas” – exprimem a necessidade da intervenção divina

em seus ofícios. Pude observar algumas destas práticas relacionadas a fé quando acompanhei partos realizados pela equipe. Quando encerravam um parto, por exemplo, as parteiras pediam autorização ao casal para fazerem uma oração. “Papai do céu mais uma vez esteve presente aqui nos amparando e nos guiando”, foi como Honielly iniciou sua oração em um desses momentos.

Mas Henrielly buscou, através do saber acadêmico, embasar seu “dom”, dar a ele uma aura científica, pois a utilização de métodos considerados tradicionais, vinha carregado do entendimento contemporâneo dado pela formação acadêmica. Nas palavras dela:

E aí vamos comprovar cientificamente e hoje passa a ser um método utilizado, mas se você for buscar o fundamento veio ali do conhecimento empírico dessas mulheres que não tinham [...] muitas nem sabiam ler, por exemplo, né? [...] Mas que muitas das coisas que a gente utiliza é pelo conhecimento delas, então a gente aprimora, busca o embasamento científico nas condutas que elas utilizaram durante anos e anos. Então, é... a ciência daí vem pra reforçar e dizer ‘oh, você é profissional acadêmico, formado, institucionalizado... Cientificamente o que elas utilizavam é comprovado como benéfico, então vamos lá, pode usar.’ [risos] [...]. Nós partimos da academia para o tradicional, né? [...] E coisas que cientificamente a gente não vê como adequado de fazer uso com a parteria tradicional a gente vem aprimorando.

Diferentemente da irmã, Henrielly disse que não teria um parto seu assistido por uma “parteira tradicional”, por acreditar que atualmente, na realidade em que está inserida, não competiria a uma assistência tradicional. Ela afirmou também que conceberia a ideia, somente no caso em que vivesse em outra comunidade, sem “uma devida assistência”, que soubesse das condições tranquilas de sua gestação ou, ainda, se tivesse que escolher entre um médico tradicionalista ou uma parteira. Nesse caso, ela escolheria uma parteira.

“A parteira tem uma assistência mais familiar, é um vínculo mais próximo”: Priscilla¹³

Priscilla, ou Pri como é conhecida também, é a mais nova da equipe Manjedoura, tanto em idade – tem 31 anos –, quanto em atuação como parteira urbana, pois atua a apenas cinco anos e está há um ano e meio trabalhando na equipe.

Em sua entrevista, contou que pensou inicialmente em cursar medicina veterinária, em razão do trabalho e da proximidade com os animais que mantinha na época em que morou no sítio. Mas percebeu que o que gostava mesmo era de cuidar de pessoas, como relata:

[...] eu sempre via o ser humano de uma maneira especial, é diferente de um bicho... tá certo que bicho é mais inocente, né? Mas acho que o ser humano é igual... eu acho que ele sempre precisou desse cuidado... Eu falava ‘ah, mãe e pai, eu vou fazer enfermagem pra cuidar de vocês quando forem velhos’ [risos].

Assim, a escolha pela Enfermagem foi bem aceita pela família que não tinha ninguém dos “familiares mais próximos”¹⁴ atuando na área da saúde.

No curso de Enfermagem realizado no Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR), Priscilla também teve muita empatia com sua professora da área de obstetrícia, assim como suas primas tiveram com suas respectivas professoras. Ela descreveu esta professora com muito carinho e como sendo uma pessoa cativante, que teve uma participação indireta na sua escolha por essa área. A parte teórica da disciplina ela relata ter sido maravilhosa, enquanto a parte prática lhe causou alguns desconfortos, como segue no trecho de sua fala:

A gente começa a ver as mulheres no hospital, tipo... precisando sempre de uma ajuda a mais daquilo que elas poderiam fazer por si só... Então pra mim era estranho porque que as mulheres sempre precisam de tanta

13. O tópico é baseado na entrevista gravada no dia 06 de março de 2017 com Priscila, conforme indicado nas referências bibliográficas.

14. Priscilla considera como familiares mais próximos os pais, irmãos, tios e avós. Seu pai é primo da mãe de Honielly e Henielly, portanto são primas de segundo grau que se viam raramente em festas de fim de ano, o contato era pouco.

ajuda para um processo que pra mim é natural... na minha concepção sempre foi natural.

Quando chegou ao período da graduação, período em que precisava escolher uma área para estágio, Priscilla afirmou que, como não tinha preferência por nenhuma, deixou que todos os outros alunos escolhessem. Ela ficaria com a área que restasse. As áreas de maior interesse dos acadêmicos de enfermagem, segundo Priscilla, eram as de pronto-atendimento e a unidade de tratamento intensivo, por serem consideradas mais dinâmicas e interessantes, pois cada paciente era uma novidade no atendimento. Assim, a área que sobrou foi a de maternidade, cuja permanência em estágio seria por um período de seis meses. Em suas palavras:

E daí lá eu comecei a olhar o setor de maternidade de um outro jeito, comecei a perceber as mulheres chegando lá sempre com muito medo... de parir, despreparadas... né? Eu percebi uma equipe que não sabia o que fazer com uma mulher que estava em trabalho de parto...

Durante o estágio na maternidade, Priscilla e sua colega elaboraram um manual de orientação aos técnicos de enfermagem para assistência ao parto normal, porque observavam que havia um despreparo por parte dos profissionais o que deixava as mulheres inseguras em parir. Ela diz também que não percebia uma autonomia dos enfermeiros obstetras no setor. A atividade mais próxima às mulheres, que ela e a colega realizaram durante o estágio, foi com um grupo de gestantes com mais de 40 semanas de gestação para prepará-las para o momento do parto. Porém, não foi possível acompanhar um parto normal, por questões burocráticas do hospital em relação aos estágios.

Ao final da graduação, Priscilla optou por fazer uma especialização em Saúde Pública, que era outra área que lhe chamava a atenção, pois a partir dela poderia trabalhar com gestantes no pré-natal e tentar prepará-las melhor para o momento do parto. O curso de pós-graduação em Saúde Pública ficava em São Paulo, na Universidade Adventista de São Paulo (UNASP), onde escolheu estudar. As aulas eram todas as noites da semana e, em virtude disto, com a ajuda financeira do pai, acabou por fazer outra especialização no período que tinha vago, enquanto não conseguia um emprego. Foi

assim que optou pela especialização em Enfermagem Obstétrica na mesma universidade.

Priscilla contou que no curso de Saúde Pública teve uma professora que trabalhava como enfermeira em atendimento domiciliar ao parto e que a convidou para auxiliar em alguns partos, o que lhe despertou um grande interesse por essa área. Observou também que a sua especialização em obstetrícia abriu uma visão para o parto domiciliar, o que entendeu ser fruto do perfil do professor que trabalhava com essa área.

Com o fim da pós-graduação e de volta a Maringá, Priscilla trabalhou em várias coisas, afirmando que neste tempo “orava para que Deus a guiasse a um trabalho em sua área”. Foi então que recebeu o convite de uma prima para que acompanhasse o seu parto domiciliar. Esta era irmã de outra prima que já havia parido com acompanhamento domiciliar de Honielly e Henielly, como rememorou: “Então eram duas irmãs, primas nossas que meio que introduziram a gente, ‘vai trabalhar nisso’, entendeu? [risos]”.

Priscilla trabalhou em Maringá com uma equipe do ano de 2012 até final de 2015, quando se mudou para Cascavel a convite de Honielly, para atuar em equipe juntamente com ela e Henielly, equipe que seria posteriormente denominada Equipe Manjedoura.

Como as outras duas entrevistadas, também Priscilla falou sobre a desvalorização do que chamou a “classe” de enfermagem. Esta desvalorização atingiria a “classe” como um todo, não só a enfermagem obstétrica. Ela relatou que havia grande dificuldade para que enfermeiros e enfermeiras tivessem autonomia dentro do hospital, conforme preconiza a regulamentação do exercício da Enfermagem, por meio da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Algumas vezes, estes tentam, mas não conseguem colocar em prática procedimentos importantes, devido ao número reduzido de profissionais nas áreas hospitalares. Segundo Priscilla, a enfermagem carrega em seu histórico uma carga de preconceito e desvalorização, muitas pessoas enxergam o enfermeiro ou enfermeira como aqueles que queriam ser médicos e não conseguiram.

Mesmo considerando isso, ela disse preferir descrever a sua atuação atualmente como uma atuação de enfermeira obstetra, por sentir que a obstetrícia agregava valor à enfermagem, já que observava uma boa recepção em relação ao seu trabalho. Ela reiterou que as mulheres e famílias que atenderam ficaram satisfeitas e isso repercutia na imagem do profissional enfermei-

ro obstetra. Por outro lado, quando observa que os enfermeiros obstetras, em geral, não trabalham no mesmo modelo de assistência dela, disse sentir necessidade de afirmar que o seu atendimento é diferente e de que em nada se assemelha às práticas vigentes nos hospitais atualmente, como descreve:

[...] algumas enfermeiras que se denominam enfermeiras obstetras e fazem parto, conduzem parto, de acordo com as rotinas e não de acordo com essa... com essa visão... Eu vou usar humanizada, mas eu não gosto muito dessa expressão, tá? Mas essa visão humanizada... A gente 'poxa, eu não sou e eu não atendo igual ela'.. Eu sou enfermeira obstetra igual, mas a minha assistência é diferente... Então eu acho que sou parteira porque a parteira tem uma assistência diferente, é uma assistência mais familiar, é uma assistência mais social, é um vínculo mais próximo... Só que a parteira não tem o conhecimento técnico científico [risos]... Você consegue entender como fica tudo meio enrolado?

Dizer que é enfermeira obstetra, para Priscilla, assim como para suas parceiras de equipe, agregaria conhecimento científico ao atendimento de parteria. É tal formação que também define e diferencia a parteira urbana da parteira tradicional. Do ponto de vista formal e teórico, parteira urbana seria apenas aquela que realizou o curso de capacitação em Parteria Urbana que, no caso da equipe, apenas Honielly possui. Mas, segundo Priscilla, informalmente também ela pode ser considerada uma parteira urbana apenas por atender partos domiciliares dentro da cidade.

Embora a parteira urbana Priscilla tenha afirmado que não se sentiria segura em ter seu parto atendido por uma “parteira tradicional”, pois já vivenciara casos em que, se não fosse seu conhecimento científico, o desfecho para a mãe e o bebê seriam péssimos, afirmou também valorizar o conhecimento das antigas parteiras e utilizá-los em sua assistência. Referiu-se, como exemplo, às manobras que ajudam no encaixe do bebê, ao uso de chás e banhos, entre outras coisas:

...a parteira ela vai pelo instinto, né? Porque assim, você vai, você já deve ter estudado, mas as parteiras elas surgiram com 'ah eu pari três, quatro filhos e uma pessoa próxima a mim tá grávida... Eu vou lá ajudar porque eu sei o que foi bom pra mim, eu vou passar pra ela o que foi bom!... Então assim... ela... o instinto dela que... né? As coisas que ela descobriu com o corpo dela, com o parto dela [...]. Então isso é parteira... Então

ela foi sentindo, ela foi se descobrindo e foi passando isso pra frente...
Então as técnicas de parteria ajudam muito porque vai mais nessa questão natural e tal...

Priscilla afirmou ainda acreditar, que o fato de a profissão enfermagem ser majoritariamente feminina e das parteiras serem também mulheres, constrói uma aproximação de experiências que facilitam a assistência do “partear”. Experiências estas que um médico obstetra homem não teria e que a formação acadêmica para o parto, basicamente focada na cirurgia, também não estimularia. Conforme Pulhez (2015), o movimento da humanização do parto aponta que a medicina e a medicalização do parto roubaram das mulheres o conhecimento dos próprios corpos fazendo com que desaprendessem como parir. A autora destaca ainda, que se as informações fossem passadas corretamente, as mulheres não escolheriam livremente uma cesariana, o que pressupõe que há informações sendo omitidas por parte da classe médica às mulheres (PULHEZ, 2015).

Considerações Finais

Embora as mulheres entrevistadas que compõe a equipe Manjedoura estabeleçam uma forte ligação entre ser parteira urbana e certas emoções compartilhadas com outras mulheres, o termo está ligado às discussões sobre o modelo de assistência obstétrica no país. Em Cascavel, como comentamos, os partos domiciliares surgiram com o acompanhamento de enfermeira obstetra, obstetra e pediatra, antes mesmo da criação do curso de Parteria Urbana. Isto me leva a afirmar que a configuração de um sujeito como parteira urbana está mais relacionado ao desenvolvimento da atividade de partear dentro de um modelo humanizado de assistência, do que relacionado a uma formação específica em curso de Parteria Urbana. Mas ficou evidente com o relato das parteiras urbanas entrevistadas que foi a criação do curso que trouxe visibilidade e consagrou de fato este ofício no cenário profissional da obstetrícia.

Nota-se, portanto, uma preocupação em comum entre a enfermeira obstetra Tatianne Frank, presente diretamente na formação de uma das parteiras da Equipe Manjedoura – Honielly – e a própria equipe, pois denominam-se parteiras urbanas, não só por estas serem profissionais que aten-

dem ao parto, mas por todas as características que todas atribuem ao ofício: vínculo, afeto, emoção, sensibilidade e proximidade com o corpo que está a dar à luz. É, entretanto, necessário pensar nesse corpo como algo produzido na e pela cultura. Goellner (2003) chama a atenção para o desafio de se desnaturalizar o olhar sobre o corpo, percebendo-o como uma construção histórica sobre a qual são conferidas diferentes marcas, em diferentes tempos, espaços, grupos sociais etc. Portanto, o corpo é mutável e suscetível a inúmeras intervenções dos desenvolvimentos científico e tecnológico de cada cultura. O corpo é um conjunto de significados culturais e sociais a ele atribuído, não são somente as semelhanças biológicas que o definem, mas também uma construção da linguagem sobre o, para o, do e no corpo. A linguagem tem o poder de nomear esse corpo, classificá-lo e defini-lo na normalidade ou anormalidade.

Enquanto parteiras urbanas, as mulheres da Equipe Manjedoura vão tecendo sua concepção de corpo frágil, no sentido de que este necessita de uma atenção emocional e afetiva para que o parto ocorra. Ao mesmo tempo, consideram que é através dele que a mulher demonstra sua força, como indica o seguinte relato de parto publicado na rede social *Facebook* pela equipe:

Nasceu no limite: último dia do mês, último dia proposto por causa da idade gestacional (termo tardio), no limite das forças que a Reh achava que tinha, mas logo percebeu-se que o limite tinha sido colocado muito aquém de sua capacidade. Mulher de fibra, de força, de garra, de luta, de poder, de música, de dança, de sorrisos e gemidos, de entrega comedido, mas determinada!¹⁵

Na fala de todas as parteiras urbanas percebe-se a forte relação entre o ser parteira e construir vínculos afetivos com as mulheres e famílias que atendem. Por outro lado, consideram ser fundamental seguir denominando-se enfermeiras obstétricas, o que lhes garante autoridade científica na reivindicação e disputa por seu espaço profissional. Um espaço no qual os médicos apresentam-se, ainda hoje, como autoridades máximas de conhecimento sobre o corpo da mulher que pare e no qual o ofício de parteira

15. Relato de parto disponível em rede social. *Facebook*: Equipe Manjedoura. Cascavel, Paraná, 7 de jun. 2017.

– vinculado quase sempre ao modelo de parteira tradicional – é posto em dúvida e levado ao descrédito.

O campo de atuação das parteiras urbanas em Cascavel (PR) aponta para uma relação de poder e disputa não só entre elas e a classe médica, mas também dentro da própria equipe atuante no município, questão que não foi possível desenvolver em profundidade neste texto.¹⁶ O que Nascimento et al. (2009) ressaltam é que quando as parteiras assumem seus papéis em maternidades obedecem a uma hierarquia na qual estão colocadas num nível inferior ao de outros profissionais. Isto é diferente quando ocorre um parto domiciliar, pois neste elas são responsáveis pelo processo todo. Nesse movimento, as próprias parteiras urbanas distanciam-se, por vezes, dos saberes e das técnicas das parteiras tradicionais, que são substituídos por métodos mais assépticos e higiênicos, típicos do conhecimento biomédico.

Conhecer as parteiras urbanas da equipe Manjedoura e refletir sobre suas práticas, possibilitou-nos compreender os movimentos de constituição de si no desenvolver do ofício que, entre outras coisas, envolve a necessidade de demarcação de seu território profissional, reforçando a importância de uma categoria profissional – a enfermeira obstétrica – que está ainda em construção e que insere-se em um cenário relacionado ao parto marcado pelas especificidades de um modelo médico, ao mesmo tempo, que resgatam práticas anteriores à medicalização do parto ligadas ao saber das parteiras tradicionais.

Referências

BESSA, L. F.; FERREIRA, S. L. *Mulheres e parteiras: contribuição ao estudo do trabalho feminino em contexto domiciliar rural*. Salvador: GRAFUFBA, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde. *Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida*. Brasília: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, 2017.

16. Para entender o caráter destas disputas cf. Fagundes (2018).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Humanização do Parto e do Nascimento*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará; Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Guia dos direitos da gestante e do bebê*. Ilustrações de Zivaldo. São Paulo: Globo, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Portal da Legislação*, Brasília, 7 abr. 2005. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

CERES, V.; KNAUTH, D. R. Corpo, gênero e saúde: a contribuição da antropologia. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L. (orgs.). *Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COREN/PR reforça legalidade do parto domiciliar pelo Enfermeiro Obstétrico. *Cofen – Conselho Federal de Enfermagem*, [S.l.], v. 29, jan. 2016. Disponível em: http://cofen.gov.br/corenpr-reforca-legalidade-do-parto-domiciliar-pelo-enfermeiro-obstetrico_37384.html. Acesso em: 5 jul. 2017.

EQUIPE MANJEDOURA. Assistência ao parto natural. Disponível em: <https://facebook.com/equipemanjedoura/>. Acesso em: 5 dez. 2018.

EQUIPE Manjedoura. Texto: Relato de parto. Cascavel, 07 de jun. 2017. *Facebook*: Equipe Manjedoura. Disponível em: https://m.facebook.com/story_fbid=647459768784731&substory_index=0&id=5105855458188. Acesso em: 14 nov. 2022.

FAGUNDES, A. P. S. *De enfermeira a parteira: uma análise etnográfica da Equipe Manjedoura no município de Cascavel (PR)*. 2018. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. Religião e cidade: a narrativa das parteiras e sua religiosidade na Belo Horizonte dos anos 90. *Numen*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 65-87, 2012.

FLEISCHER, S. *Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANK, T. C. *Parto domiciliar planejado acompanhado por enfermeira: a experiência da mulher, da família e do profissional*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

FRANK, T. C. Depoimento gravado e transcrito. [26/11/2017]. Entrevista concedida a Ana Paula Soares Fagundes. 01 áudio digital em formato mp3.

GAYOSO, D. B.; MELO, J. M.; MÜLLER, E. Parteiras tradicionais de Pernambuco: saberes, práticas e políticas. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – desafios atuais dos feminismos*. Florianópolis: UFSC, 2013.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOES, H. P. Depoimento gravado e transcrito. [27/05/2017]. Entrevista concedida a Ana Paula Soares Fagundes. 01 áudio digital em formato mp3.

GOES, H. P. Depoimento gravado e transcrito. [15/03/2017]. Entrevista concedida a Ana Paula Soares Fagundes. 01 áudio digital em formato mp3.

NASCIMENTO, K. C. et al. A arte de partejar: experiência de cuidado das parteiras tradicionais de Envira/AM. *Escola Anna Nery. Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 319-327, abr./jun. 2009. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452009000200012>.

PULHEZ, M. M. *Mulheres Mamíferas: práticas da maternidade ativa*. 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

TIVES, P. Depoimento gravado e transcrito. [06/03/2017]. Entrevista concedida a Ana Paula Soares Fagundes. 01 áudio digital em formato mp3.

Sobre as autoras e organizadoras

Ana Paula Galvão de Meira

Doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) e graduada em História pela mesma universidade. Professora substituta no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina. Integrante do Grupo de Estudos História das Mulheres, da mesma universidade. E-mail: meeeira@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5620209790767350>.

Ana Paula Soares Fagundes

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade e em Pedagogia pela Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Professora da Secretaria Estadual da Educação e do Esporte (SEED-PR) e do Centro Educacional Piaget. E-mail: anapaula.rafs@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4221808999845126>.

Carem Aline de Oliveira

Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e licenciada em História pela mesma instituição. Professora de História na Secretaria Estadual da Educação e do Esporte (SEED-PR).

E-mail: caren_line@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6914946853945791>.

Gessica Aline Silva

Doutoranda em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestre em História pela mesma universidade e graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: gessica58@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5824114051995462>.

Isabel Schapuis Wendling

Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora de História na Secretária de Estado de Educação (SED-SC). E-mail: isabel.wendling@live.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4549638093791875>.

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

Doutoranda em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bacharel em História da América Latina pela mesma instituição e licenciada em História pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR). E-mail: isadora94flores@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6853840335708600>.

Ivonete Pereira

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC). Mestre em História Social, bacharel e licenciada em História pela mesma universidade. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero (LAPEG/UNIOESTE). E-mail: ivi.pereira21@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8247270502328611>.

Katiuska Glória Simões

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade.

Professora de Sociologia na Secretaria Estadual da Educação e do Esporte (SEED-PR). E-mail: katiuska.simoes@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5932242509826483>.

Lidiane Karina Wentz

Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), graduada em História pela mesma universidade e em Pedagogia pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR). Pedagoga na Secretaria Estadual da Educação e do Esporte (SEED-PR). E-mail: lidiane_wentz@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7763943951157090>.

Maísa Nodari

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e bacharel em direito pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Advogada e professora do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Violências de Gênero (GEVIGE), da PUCPR. E-mail: maisnodari@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7407014362802132>.

Patrícia Carla Mucelin

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: patriciacarlamucelin@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8002526125607329>.

Yonissa Marmitt Wadi

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio pós-doutoral na Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: yonissa.wadi@unioeste.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8470729900371454>.

Desalinho Publicações

Versão digital finalizada em março de 2023.
Famílias tipográficas Adobe Devanagari e Museo.

Hoje em dia é cada vez menos aceitável falar em nome de *outras*, por isso é necessário construir fontes onde diferentes pessoas expressem suas experiências e subjetividades. As mulheres que aparecem neste livro subvertem, na medida do que lhes é possível, diferentes aspectos dos espaços onde transcorrem suas vidas. Elas realizam com seus ativismos a busca pelo direito à enunciação, a ser escutadas e lidas e a levantar as questões que nos interessam: garantir que as práticas discursivas positivas se materializem em nosso cotidiano.

Dra. Teresa Ordorika
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

 Desalinho

 CAPES

ISBN 978-65-88544-42-6



9 786588 544426